

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DE NITERÓI
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLITICA
SOCIAL
DOUTORADO EM POLITICA SOCIAL**

ANDRÉA KELMER DE BARROS

**A ORGANIZAÇÃO HOMOSSEXUAL EM JUIZ DE FORA:
estudo sobre a trajetória do concurso Miss Brasil Gay em Juiz
de Fora desde 1977 até a formação do MGM em 2000**

Tese apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutora em Política Social.

Orientadora: Prof^a Dra. RITA DE CÁSSIA SANTOS FREITAS

NITERÓI/RJ

2016

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

B277 Barros, Andréa Kelmer de.

A ORGANIZAÇÃO HOMOSSEXUAL EM JUIZ DE FORA:
estudo sobre a trajetória do concurso Miss Brasil Gay em Juiz de Fora
desde 1977 até a formação do MGM em 2000 /Andréa Kelmer de
Barros. – 2016.

229 f. ; il.

Orientador: Rita de Cássia Santos Freitas.

Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade Federal
Fluminense, Escola de Serviço Social, 2016.

Bibliografia: f. 199-212.

1. Miss Brasil Gay. 2. Homossexualidade. 3. Juiz de Fora, MG.
I. Freitas, Rita de Cássia Santos. II. Universidade Federal Fluminense.
Escola de Serviço Social. III. Título.

ANDRÉA KELMER

**A ORGANIZAÇÃO HOMOSSEXUAL EM JUIZ DE FORA:
estudo sobre a trajetória do concurso Miss Brasil Gay em Juiz
de Fora desde 1977 até a formação do MGM em 2000**

Tese apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutora em Política Social.

Aprovada em julho de 2016

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dra. Rita de Cássia Santos Freitas – Orientadora

Prof^º. Dr. Guilherme Silva de Almeida – UERJ

NITERÓI/RJ

2016

Agradecimentos

Iniciei esta página no mês de agosto de 2013, para que minha memória não me deixasse esquecer dos que foram importantes no início deste estudo.

Inicialmente, quero agradecer à professora Simone Tourino Barros, que foi quem me apresentou este programa de doutorado e que, num momento em que eu já estava por desistir, incentivou-me a tentar a seleção, mesmo que fosse minha última, dizendo sua frase mais conhecida entre nós: “vai companheira, tenta!”. Foi animador...

Agradeço minha amiga Marly Mello, que foi fundamental não só para arrumar um cantinho para que eu me hospedasse no período de cumprimento dos créditos, mas também pelas inúmeras vezes em que me hospedou em sua casa e ouviu minhas lamúrias, sem jamais perder a paciência e o carinho comigo. É uma grande amiga.

Agradeço imensamente a Rosália e Caio pelo apartamento no Iguaçu. Pelo quarto, pelos banhos, por me oferecerem um momento precioso de repouso e renovação de forças. Vocês foram fundamentais.

Meus pais são os mais importantes. Além do apoio, o amor que me dão não se encontra em nenhum outro lugar do mundo. O que posso dizer pra explicar melhor? Obrigada também ao meu irmão Alexandre Kelmer de Barros, meu tradutor. Traduziu todos os meus textos, resumos e resenhas para o inglês e espanhol. Sem ele a coisa ia ficar mais morosa. Obrigada.

Minhas colegas de trabalho, que pra mim são também grandes amigas: Raquel Mota, Michelly Ferreira e Valéria Cristina já me ouviram tanto, já me viram tão empolgada e outras vezes tão enfurecida, que não agradecê-las por seus preciosos ouvidos e abraços seria a maior das grosserias. Obrigada queridas!

Agradeço a todos os professores com quem tive contato durante estes anos de estudo de doutoramento na UFF. Vários me ensinaram, corrigiram, indicaram bibliografias importantes. Enfim, obrigada a todos e todas.

Agradeço às bancas que examinaram minha pesquisa. Aos que estiveram presentes na minha qualificação e aos que estiveram presentes nesta reta final. Obrigada pela contribuição fundamental.

Agradeço à minha orientadora Professora Doutora Rita de Cássia. Além de excelente profissional, você tem o que alguns chamariam de “o dom” da orientação. Muito obrigada por respeitar tanto minhas idéias, por saber dialogar comigo de forma tão madura. Você confiou em mim e me fez lhe admirar a cada dia mais. Muitíssimo obrigada.

Obrigada às secretárias do curso de pós-graduação em Política Social da UFF/Niterói. Vocês facilitaram meu processo neste curso. Foram imensamente competentes ao me passar informações, documentos e atendendo sempre de forma educada e rápida todas as minhas solicitações. Obrigada a Flavia Umbelino Nemer, Raquel Silva Marques

Rodrigues, Ana Cristina de Souza Pires, Luzia Helena de Resende e Leticia Aparecida de Araújo

Agradeço à UFVJM campus FACSABE pela liberação por um período de dois anos em que pude estudar e me dedicar de forma mais plena ao conhecimento adquirido.

Obrigada a todos aqueles que aceitaram ser entrevistados para minha pesquisa de campo. Todos foram generosos, abriram seus lares, me receberam em seus espaços de trabalho. Alguns já não estão mais entre nós... mas a memória deles estar aqui representada, mesmo que só um pouquinho... A vocês faço um agradecimento especial e também uma dedicatória. Segue abaixo.

Agradecimento e dedicação especial da autora

Durante este breve e paradoxal longo caminho de pesquisa, tive medo. Medo que ainda está aqui. Medo de não conseguir traduzir as falas e entrevistas da forma como elas queriam ser ditas, pois, talvez, por ser heterossexual, branca, e pertencer à classe média, não tenho em mim os sentimentos, a dor, o sofrimento pelo qual passaram e passam tantos homossexuais na história humana. Muitos foram, e ainda são mortos de forma extremamente violenta. Outros, não suportando o abandono, a solidão, tiraram a própria vida. Há também os que sofrem uma rejeição interna, ou familiar, e levam diariamente uma bagagem que pode ser pesada demais em alguns momentos. Estar no “armário”, “ser enrustido”, ser chamado de câncer, dentre outros, são expressões que talvez eu jamais consiga sentir, sofrer, enfim, apreender o sentido de tudo isto... Lamento profundamente. Esta foi minha angústia o tempo todo. Falta-me uma experiência que não tenho como tê-la. Espero apenas que minhas palavras, minhas análises, possam representar, contribuir, trazer algumas luzes para que possamos nos posicionar a favor da vida, do direito à isonomia e à isegoria.... Se eu conseguir isto, minha angústia diminui, e meu trabalho ganha um sentido pra mim. É por isto que sou tão grata a todos os que me permitiram entrar em suas casas, ambientes de trabalho e me receberam, todos, com um sorriso, com seriedade, valorizando minha pesquisa. Da mesma forma, espero que um dia eles tenham acesso a este texto e se sintam contemplados aqui. Só posso dedicar este trabalho a vocês, que me permitiram aprender sobre vida e respeito. Obrigada.

Ela é tão livre que um dia será presa.

- Presa por quê?

- Por excesso de liberdade.

- Mas essa liberdade é inocente?

- É. Até mesmo ingênua.

- Então por que a prisão?

- Porque a liberdade ofende.

Clarice Lispector

RESUMO

A presente tese se propõe a estudar a história da organização homossexual em Juiz de Fora, objetivando compreender se houve e quais foram as principais mudanças ocorridas, no que tange à ruptura em relação aos preconceitos e estigmas socioculturais no campo da homossexualidade, a partir do olhar dos organizadores do concurso Miss Brasil Gay e de seus principais colaboradores, ao longo dos vinte e três anos de história desde o primeiro Miss Brasil Gay, até a formação do MGM - Movimento Gay de Minas.

A entrevista e a fonte documental foram os recursos técnicos escolhidos para possibilitar compreender melhor nosso objeto de estudo. As principais fontes utilizadas em nossa pesquisa de campo para produção da tese foram as matérias dos jornais *Diário da Tarde* e o *Tribuna de Minas*. Lemos todas as matérias no período de 1977 a 2000 publicadas nos meses de agosto, que é quando ocorre o Miss Brasil Gay na cidade. A escolha dos jornais se deve ao fato de serem estes os jornais de maior circulação em Juiz de Fora durante o período que selecionamos para esta pesquisa.

Esta tese contém seis capítulos. O primeiro capítulo aborda a história dos movimentos sociais, dando ênfase à formação histórica do movimento homossexual no Brasil. O segundo capítulo debate teoricamente os novos movimentos sociais, destacando autores relevantes nesta temática. O terceiro capítulo aborda a trajetória histórica das diferentes formas de tratamento dado à homossexualidade, e as formas de controle social exercidas no campo da sexualidade até chegarmos à formação do movimento homossexual no Brasil, hoje conhecido como LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros). O quarto capítulo apresenta um breve resumo sobre a formação da cidade de Juiz de Fora e o procedimento metodológico adotado para a realização desta tese. O quinto capítulo apresenta a criação do concurso Miss Brasil Gay, bem como a organização homossexual de Juiz de Fora, até o advento do MGM e sua relevância para a população homossexual da cidade. O sexto, e último capítulo, traz o resultado da análise de nossa pesquisa de campo, incluindo a pesquisa bibliográfica, documental e as entrevistas realizadas. Finalizando nossa tese, apresentamos algumas considerações finais, enfatizando os elementos que oferecem uma compreensão geral sobre o estudo realizado, trazendo à tona as principais questões do nosso aprendizado nos anos em que realizamos esta pesquisa.

O Miss Brasil Gay de Juiz de Fora não seria capaz, sozinho, de romper com a cultura homofóbica da cidade. O tripé crime, doença e pecado não foram superados. Contudo, o concurso lançou luzes para que homossexuais de Juiz de Fora se mobilizassem contra a homofobia, e criassem uma agenda política séria, responsável, que avançando muito ou pouco, destrancou as portas e avançou com os pés prontos a trilhar um caminho longo, difícil e imensamente empolgante, visto que fala de vida, de liberdade, de sonho.

PALAVRAS CHAVES

Miss Brasil Gay. Homossexualidade. Juiz de Fora.

ABSTRACT

This thesis aims to study the history of the homosexual organization in Juiz de Fora, in order to understand if there were and what were the main changes in relation to the break with the prejudices and socio-cultural stigmas in the field of homosexuality, from the look the organizers of the Miss Brazil Gay contest and his main collaborators, over twenty-three years of history since the first Miss Gay Brazil, until the formation of MGM - Gay Movement of Minas.

The interview and documentary source were chosen technical resources to enable better understanding of our object of study. The main sources used in our field research for the thesis production were the materials of newspapers Diário da Tarde and the Minas Tribune. We read all the materials in the period 1977-2000 published in August, which is when there is the Miss Gay Brazil in the city. The choice of newspapers is due to the fact that these are the most widely circulated newspaper in Juiz de Fora during the period selected for this research.

This thesis contains six chapters. The first chapter deals with the history of social movements, emphasizing the historical formation of the homosexual movement in Brazil. The second chapter discusses theoretically the new social movements, highlighting relevant authors on this subject. The third chapter deals with the historical background of the different forms of treatment to homosexuality, and forms of social control exercised in the field of sexuality until we get to the formation of the homosexual movement in Brazil, now known as LGBT (Lesbian, Gay, Bisexual, and transgender). The fourth chapter presents a brief summary of the formation of the city of Juiz de Fora and the methodological procedure adopted for the realization of this thesis. The fifth chapter presents the creation of Miss Brazil Gay contest, as well as the homosexual organization of Juiz de Fora, until the advent of MGM and its relevance to the homosexual population of the city. The sixth and final chapter brings the results of the analysis of our field research, including literature, documents and interviews. Finalizing our thesis, we present some final remarks, emphasizing the elements that provide a general understanding of the study, bringing to light the major issues of our learning in the years in which we carried out this research.

he Miss Brazil Juiz de Fora Gay would not be able, alone, to break with the homophobic culture of the city. The crime, sickness and sin tripod, were not overcome. However, the contest launched lights to Juiz de Fora homosexuals to mobilize against homophobia, and create a serious political agenda, responsible, that advancing much or little, unlocked the door and walked with their feet ready to walk a long way, difficult and immensely exciting, as it speaks of life, freedom, dream.

KEY WORDS

Miss Brazil Gay. Homosexuality. Juiz de Fora.

Apresentação.....	09
Capítulo I – Movimentos sociais: debate histórico	18
1 - Antecedentes históricos – reflexões sobre a homossexualidade no Brasil.....	21
2 - A organização homossexual no Brasil	30
Capítulo II – Movimentos sociais: debate teórico	50
1 - O debate teórico – Aproximações	51
1.1 - Breve debate sobre Identidade e a Teoria sobre os Novos Movimentos Sociais.....	56
<i>Sobre a identidade</i>	57
<i>Sobre os “Novos” Movimentos Sociais</i>	63
1.2 - Um diálogo com Alain Touraine.....	65
1.3 - Um diálogo com Boaventura de Souza Santos	75
Capítulo III – Controle, repressão social e a homossexualidade.....	82
1 - A relevância do estudo sobre controle social	82
2 - Controle social no campo das homossexualidades	100
Capítulo IV – Juiz de Fora, cidade sede do Concurso Miss Brasil Gay – Aproximações metodológicas.....	110
1- Breve histórico da cidade de Juiz de Fora.....	110
2 – Metodologia.....	116
<i>A memória como fonte de pesquisa</i>	117
<i>As fontes documentais utilizadas</i>	121
<i>A aproximação aos entrevistados</i>	121
Capítulo V – O concurso Miss Brasil Gay e a formação de uma identidade homossexual em Juiz de Fora	128
1 - O concurso Miss Brasil Gay.....	130
2 - O Rainbow Fest.....	140
3 - O Movimento Gay de Minas.....	144
Capítulo VI – O concurso Miss Brasil Gay: análise.....	150
1 - Tradicionalismo juizforano, preconceito e homofobia	150
2 - Quesitos do concurso e ênfase na beleza, feminilidade e alegria.....	172
3 - A Lei Rosa, outras lutas e conquistas.....	179
Apontamentos Finais.....	191
Bibliografia.....	199
Apêndices	213
Roteiro de Entrevista	216
A- Roteiro de Entrevista	216
B- Termo de Consentimento	216
Anexos.....	218
A- Termo do Comitê de Ética.....	218
B- Lei Rosa.....	219
C- Logomarca do MGM, convite para concurso e a vencedora do concurso 2011 ..	224
D- Cronologia de conquistas e lutas do movimento homossexual no Brasil (1978-2007)	225

Apresentação

A proposta desta pesquisa é estudar a história da organização homossexual em Juiz de Fora, objetivando compreender se houve e quais foram as principais mudanças ocorridas, no que tange à ruptura em relação aos preconceitos e estigmas socioculturais no campo da homossexualidade, a partir do olhar dos organizadores do concurso Miss Brasil Gay e de seus principais colaboradores, ao longo dos vinte e três anos de história desde o primeiro Miss Gay até a formação do MGM - Movimento Gay de Minas. Para tal fim, realizamos um estudo sobre a trajetória desta organização na cidade no período entre 1977 - quando ocorreu em Juiz de Fora o primeiro concurso Miss Gay, e 2000 - quando ocorreu a criação do MGM, que é uma Organização Não Governamental que atua oferecendo ao público homossexual de Juiz de Fora atendimento psicológico, social, cultural, além de criar e divulgar políticas públicas específicas para este grupo¹.

A ideia de iniciar os estudos a partir do ano de 1977 se justifica, uma vez que foi naquele ano que se iniciou na cidade de Juiz de Fora o concurso Miss Brasil Gay, primeiro evento realizado na cidade que deu notoriedade social aos sujeitos homossexuais. À época não foi mais que um evento de caráter artístico, mas o concurso foi agregando uma agenda política social e cultural tão rica, que atualmente é reconhecido mundialmente, até mesmo por heterossexuais. Hoje o Miss Brasil Gay é uma das expressões mais vivas do universo homossexual em nosso país.

Não nos propomos a estudar o concurso após o ano de 2000 por duas razões. Primeiro porque o Miss Brasil Gay passa a ter uma galeria de organizadores mais ampliada, jovem e interessada em transformar o evento em um “grande show”², dando novos rumos ao mesmo. O concurso perde dois de seus primeiros organizadores, e ainda recebe a notícia de um AVC sofrido pelo mentor do evento, que coloca limites em sua participação direta na organização do evento. O local do concurso também foi alterado após o ano de 2000. O segundo motivo se deve à criação do MGM na cidade. Esta ONG dará um novo cenário à organização homossexual em Juiz de Fora, e mereceria um estudo à parte; são novos desafios, novos personagens no contexto da luta homossexual.

¹No quinto capítulo desta pesquisa esclarecemos melhor os objetivos e metas desta ONG.

²Fala repetida por alguns dos sujeitos entrevistados por nós.

No entendimento de que a pesquisa deve ter um caráter inovador e ser socialmente relevante, a proposta aqui apresentada vem ao encontro de tal perspectiva. Toda realidade é social e culturalmente constituída, e esta realidade é repleta de símbolos e valores a serem decifrados. Nesta perspectiva, é essencial examinar de que modo tal realidade social foi e é constituída e/ou desconstruída, a partir da vivência e do olhar dos vários grupos que a compõem. No nosso caso, aqueles que tornaram possível direta ou indiretamente a organização homossexual em Juiz de Fora. É importante considerar, também, a relevância em se investigar não só o hoje, a história contemporânea do movimento social em tela, mas também, há que se observar as mudanças, as conquistas e perdas, os ideais, os modos de sentir, agir e mobilizar que são simbolicamente apresentados e defendidos pelos sujeitos homossexuais. Não acreditamos que tal ponto de partida resultou num estudo linear, definido e acabado. No estudo do período histórico proposto nesta pesquisa, certamente pode-se notar as contradições e desafios próprios de uma história em constante transformação e redefinição social. Em síntese, este estudo traça um importante diálogo entre o passado e a história contemporânea da organização homossexual em Juiz de Fora e dos sujeitos ligados a ela direta ou indiretamente. Acredita-se que esta opção metodológica oferece um campo fértil para refletir o objetivo central da proposta aqui apresentada.

Desta forma, torna-se fundamental resgatar a história da organização homossexual juizforana, num estudo que possibilite entender melhor os caminhos seguidos por quem que criou um concurso que se tornou referência mundial e que tem papel importante na construção de uma identidade social acerca da cultura gay. Entendemos, assim, que o estudo aprofundado sobre a organização social do sujeito homossexual de Juiz de Fora pode contribuir para um melhor conhecimento da trajetória sócio/política dos homossexuais da cidade, bem como da própria identidade social do juizforano.

A pesquisa traz à tona contradições e dilemas internos enfrentados ao longo da organização social dos sujeitos homossexuais, uma vez que estes não são inerentes apenas à realidade externa ao movimento gay na cidade. Partiu-se da hipótese de que este concurso, que tem sem seu bojo uma questão ainda hoje tabu, como é a homossexualidade, se depara com dificuldades externas e internas, que podem resultar em momentos de desarticulação e desmobilização.

Acreditamos também que, mesmo a participação homossexual tendo uma importância social, cultural e econômica relevante na cidade de Juiz de Fora, e mesmo frente às possíveis conquistas alcançadas ao longo dos 23 anos que estudamos, pouco se rompeu com os estigmas sociais homofóbicos, apontando que juntamente com as mudanças, ainda existem continuidades. Ainda que a cidade seja referência na luta contra a marginalização homossexual, acreditamos haver diversas formas de violência e preconceitos vividos pelos sujeitos homossexuais em Juiz de Fora.

As motivações para a elaboração desta tese se deram por decorrência do período de catorze anos em que estamos trabalhando a disciplina de movimentos sociais nos cursos de Serviço Social em instituições de ensino superior³. De igual modo, dar aulas de antropologia cultural⁴ também contribuiu para um olhar mais crítico e aprofundado sobre a proximidade entre cultura e movimentos sociais. A leitura de Jimena Furlani (2005, p.221) para quem a cultura é “um campo de criação, de movimento, de produção de significados; um campo criativo e não algo dado, pronto, estável ou estabilizado”, e de François Laplantine (2000) que aponta que cada cultura realiza uma escolha e encoraja um certo número de comportamentos em detrimento de outros que se vêm censurados, fortaleceram o gosto pelo estudo que hoje busca a realização desta pesquisa. Um terceiro, e não menos importante motivo que nos levou a estudar este concurso, é o fato de sermos natural de Juiz de Fora, e de ter passado mais de vinte anos nesta cidade, ouvindo notícias e sendo partícipe da alegria e festividade que ocorria na cidade no dia em que o Miss Brasil Gay “invadia” as principais avenidas juizforanas.

Ao optarmos por partir de um estudo que investiga a história cultural do concurso em tela, partimos da concepção de Burke (2000, p.12) que nos fala da história cultural tratando-a como uma abordagem do passado que faz perguntas motivadas pelo presente, mas que se recusa a dar respostas motivadas pelo presente; que se relaciona ao presente, mas permite sua contínua reinterpretação; e que observa a importância das

³ No ano de 2002, trabalhamos pela primeira vez a disciplina de Movimentos Sociais e classe social na Universidade Presidente Antônio Carlos – Campus Ipatinga, ficando com a disciplina ininterruptamente até o ano de 2007, quando saímos desta Escola por decorrência de aprovação em concurso público na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, onde atualmente trabalhamos em caráter de dedicação exclusiva. O bloco de disciplinas a que concorreremos intitulava-se à época do concurso, realizado no mês de maio de 2007, “Questões agrárias, questões urbanas e movimentos sociais”. Atualmente a disciplina trabalhada intitula-se “Estado, classes e movimentos sociais”. Assim sendo, continuamos trabalhando com a disciplina em tela.

⁴ Trabalhamos esta disciplina na Universidade Presidente Antônio Carlos, inicialmente em 2002, no curso de Turismo e posteriormente nos cursos de Terapia ocupacional, Serviço Social e Psicologia, até o ano de 2007. Ao entrar para a UFVJM trabalhamos esta disciplina durante os anos de 2008 e 2009.

consequências involuntárias tanto na história da literatura como na história dos acontecimentos políticos.

Burke também considera importante o interesse pela memória como fonte histórica, principalmente a partir do século XX, quando os historiadores passam a valorizar a importância da história oral (que será nosso método de pesquisa). A memória, para o autor, nos ajuda a observar os princípios de seleção e como eles variam de lugar pra lugar, de grupo para grupo e como se modificam com o passar do tempo. Admite que as memórias são maleáveis, e é necessário compreender como são concretizadas, e por quem, assim como os limites dessa maleabilidade (BURKE, 2000,p.73). Ainda de acordo com Halbwachs (2006) nossa memória se apoia muito mais na história vivida que na história aprendida. O autor enfatiza que ao lado de uma história escrita, há uma história viva, “que se perpetua ou se renova através do tempo, na qual se pode encontrar novamente um grande número dessas correntes antigas que desaparecem apenas em aparência” (HALBWACHS, 2006, p. 86). Para ele a história vivida tem tudo o que é necessário para construir um panorama vivo sobre o qual se possa basear um pensamento para conservar e reencontrar a imagem de seu passado. Esta pesquisa caminha nesta direção, e pretende se debruçar sobre o desafio de vasculhar as memórias e símbolos que constituem a formação da história homossexual em Juiz de Fora.

É importante considerar que a construção da pesquisa científica é um desafio instigante, que exige uma compreensão clara do que significa o ato de pesquisar. Conforme Mattos (2011), a ciência não pretende apresentar uma verdade absoluta, mas sim produzir um modo de conversar. O autor indica que para escolher uma técnica de pesquisa, é importante levar em conta a capacidade da mesma para se atingir o propósito do estudo.

Assim, entendemos que nossa pesquisa não alcança (e nem pretende alcançar) a verdade absoluta, ou uma conclusão fechada, imperscrutável. Esta pesquisa pretende apenas lançar luzes sobre um tema que consideramos relevante social e culturalmente, além de poder contribuir para estudiosos no campo das políticas sociais, das ciências sociais e ciências afins. Também não se deve apontar uma pesquisa científica a partir de elementos do senso comum de forma isolada, sem um diálogo deste com os principais referenciais teóricos envolvidos na temática. Assim, conduzimos esta pesquisa num caminho de reflexão e diálogo. Certamente há lacunas que a pesquisa não preenche, mas que servem de subsídios para novas pesquisas e profícuos debates.

O primeiro recurso técnico escolhido para possibilitar compreender melhor nosso objeto de estudo foi a entrevista. Entendemos que entrevistar os sujeitos que vivenciaram de forma direta ou indireta a formação social do grupo homossexual em Juiz de fora acrescentaria, e de fato acrescentou, uma riqueza de informações essencial no aprofundamento do nosso tema. Neste sentido, construímos um roteiro para as entrevistas⁵, apenas como um esquema temático, um norteador que contém nossas inquietações mais gerais. Contudo, valorizamos durante as entrevistas a liberdade dos entrevistados para tratar de assuntos relacionados ao tema pesquisado que não estivessem contemplados em nosso roteiro.

Conforme assinalamos no início da apresentação, nosso método foi a história oral. Esta escolha como método de investigação científica tem por base a idéia sustentada por Verena Alberti (2005, p. 18) para quem a história oral é um método de pesquisa “que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participam de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo”.

Dentre os sujeitos que selecionamos para nossas entrevistas, estão: o organizador do MGM; uma jornalista que contribuiu na promoção do primeiro Miss Brasil Gayem Juiz de Fora, e que ainda hoje, aos 85 anos, mantém constante contato com os organizadores do concurso; dois irmãos gêmeos ativistas militantes do movimento gay na cidade, que participaram desde o primeiro concurso até o ano de 2000 - último ano estudado nesta tese; um homossexual que participou nos primórdios do concurso como candidata a Miss e que contribuiu com a organização do concurso por cerca de vinte anos; um cabeleireiro que desde o ano de 2000 é um importante organizador do evento, e que esteve presente nos concursos desde a década de 1980, e entrevistamos também o criador do concurso Miss Brasil Gay, no ano de 1977.

Desde o início da elaboração de nosso primeiro projeto de tese, entendíamos que a fonte documental seria imprescindível para nossa pesquisa. Precisamos esclarecer o que estamos chamando de documento. Para tanto, nos apropriamos da concepção utilizada por Cellard (2010, p. 296) que esclarece que “tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado como documento ou ‘fonte’, como é mais

⁵ Este roteiro constitui nosso Apêndice A.

comum dizer atualmente.” Dentre as vantagens em se fazer uma pesquisa documental, Cellard (2010, p. 295) nos diz que “graças ao documento, pode-se operar um corte longitudinal que favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, etc., bem como o de sua gênese até os nossos dias”.

As principais fontes utilizadas em nossa pesquisa de campo foram matérias dos jornais Diário da Tarde e Tribuna de Minas. Lemos todas as matérias no período de 1977 a 2000 publicadas nos meses de agosto, que é quando ocorre o Miss Brasil Gayna cidade. A escolha dos jornais se justifica porque eram estes os de maior circulação em Juiz de Fora durante o período que selecionamos para esta pesquisa.

Inicialmente, buscamos a biblioteca municipal⁶ da cidade, no intuito de nos informar quais jornais tinham maior circulação no período que nos interessava, e em que local conseguiríamos o acesso aos mesmos. Na biblioteca, no setor de arquivos, fomos informados de que no período que selecionamos para estudar havia dois jornais pertencentes a um mesmo grupo de editores: o Diário da Tarde e o Diário Regional. Ambos tinham circulação diária, mas o Diário da Tarde era um jornal mais completo, que trazia informações no campo da política, interesses sociais, classificados, esporte e tendências sociais.

Outra informação relevante, obtida através da bibliotecária responsável pelo setor de arquivos de jornais, foi a de que os exemplares dos jornais que pretendíamos ler, se encontravam em melhor estado de conservação e até estariam provavelmente mais completos (sem partes deterioradas ou exemplares incompletos) na Divisão de Arquivo Histórico⁷ - DAH - da prefeitura da cidade, uma vez que os editores dos jornais enviavam exemplares virgens - que não circularam publicamente na cidade - a este acervo, para arquivamento. Sendo assim, fizemos a pesquisa também neste acervo.

Quanto ao conteúdo presente em cada capítulo da tese, concatenamos nosso estudo em seis capítulos, a saber: O primeiro capítulo aborda a história dos movimentos sociais,

⁶ A Biblioteca Municipal, ou Biblioteca Murilo Mendes situa-se à Avenida Getúlio Vargas, 200, no centro da cidade.

⁷ O DAH se localiza na Avenida Brasil, 560, no centro de Juiz de Fora.

dando ênfase à formação histórica do movimento homossexual no Brasil. O segundo capítulo debate teoricamente os novos movimentos sociais, destacando autores relevantes nesta temática. O terceiro capítulo aborda a trajetória histórica das diferentes formas de tratamento dado à homossexualidade, e as formas de controle social exercidas no campo da sexualidade, até chegarmos à formação do movimento homossexual no Brasil, hoje conhecido como LGBT⁸ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros). O quarto capítulo apresenta um breve resumo sobre a formação da cidade de Juiz de Fora e o procedimento metodológico adotado para a realização desta pesquisa. O quinto capítulo apresenta a criação do concurso Miss Brasil Gay, bem como a organização homossexual de Juiz de Fora até o advento do MGM e sua relevância para a população homossexual da cidade. O sexto e último capítulo traz o resultado da análise de nossa pesquisa de campo, incluindo a pesquisa bibliográfica, documental e as entrevistas realizadas. Encerrando nossa tese, apresentamos algumas considerações finais, enfatizando os elementos que oferecem uma compreensão geral sobre o estudo realizado, trazendo à tona as principais questões do nosso aprendizado nos anos em que realizamos esta pesquisa.

Quanto ao primeiro capítulo, iniciamos nosso estudo perpassando de forma breve pela história do Brasil desde o período colonial até o final da década de 1990, visando aprofundar nosso estudo nas dimensões históricas do movimento social homossexual no Brasil. Abordamos a origem, defesas, desafios e as dimensões sociais, políticas e culturais que este movimento social alcança no Brasil desde seus primórdios. O estudo não ultrapassa os anos de 1990 porque nossa proposta é investigar a organização homossexual em Juiz de Fora apenas até o momento em que se forma o Movimento Gay de Minas, em agosto de 2000.

A reflexão acerca da teoria dos movimentos sociais constitui nosso segundo capítulo. Estudamos as principais correntes teóricas que influenciaram os movimentos sociais no período proposto para este estudo (décadas de 1970 a 2000). Explicamos as diferenças existentes nas classificações de movimentos sociais de classe/ “movimentos sociais

⁸ De acordo com Simões Neto (2011, p.66) “a terminologia usada pelo MS/SVS/PN-DST/AIDS ao se referir aos segmentos que fazem parte da diversidade sexual era “GLBTTB”. Contudo, a partir da realização da I Conferência Nacional GLBT em 2008, utilizou-se a sigla LGBT em substituição a GLBT, em consonância com as tendências internacionais, ao projetar a atuação das lésbicas na superação da ideologia patriarcal e de dominação masculina, e foi pleiteada por elas na referida Conferência”.

antigos”; ou clássicos, e movimentos sociais culturalistas/ “novos movimentos sociais”. Destacamos os pensadores Alain Touraine e Boaventura de Souza Santos neste capítulo, por serem autores de grande renome nas elaborações acerca dos “novos movimentos sociais”. Partimos da compreensão que, atualmente, o movimento homossexual no Brasil, com base no estudo de suas principais reivindicações, orienta-se pelas demandas presentes no conjunto dos “novos movimentos sociais”, razão pela qual daremos maior ênfase, em nosso estudo, à compreensão dos chamados novos movimentos sociais, sem, contudo, desconsiderar a relevância que os movimentos sociais de classe encontram para a própria compreensão do que seja um novo movimento social.

Acreditamos que compreender a história e a teoria dos movimentos sociais possibilita esclarecer as razões que justificam as bandeiras erguidas pelo movimento social homossexual no Brasil e em Juiz de Fora, uma vez que a organização da população homossexual juizforana está diretamente relacionada a um movimento histórico nacional, não ocorrendo de forma isolada dos fatos sociais, culturais e políticos existentes na própria história brasileira.

No terceiro capítulo apresentamos obras e autores que narram sobre a trajetória histórica da temática da sexualidade/homossexualidade e de gênero. Inicialmente, fazemos um estudo sobre as diversas formas de controle social existentes ao longo da história humana, até a formação movimento homossexual no Brasil. Aqui, nos interessou a obra *Sexualidade e saberes*, relevante no debate sobre gênero, educação e sexualidade. A obra conta com uma vasta gama de autores e autoras que debatem temas diversos sobre o universo sexual, estigmas e preconceitos sexuais, além de estudos de casos pertinentes ao tema proposto para esta pesquisa. O livro *A inversão sexual* também foi importante fonte de estudo, nos informando sobre as principais teorias médicas que tiveram forte influência nas imagens construídas sobre os homossexuais ao longo do século XIX. Michel Foucault foi um importante autor selecionado para este debate. Prestigiamos neste estudo sua obra *História da Sexualidade*. Estes são apenas alguns dos muitos referenciais bibliográficos que norteiam os estudiosos de gênero e (homo) sexualidades nos dias atuais.

O quarto capítulo, após uma breve apresentação da cidade de Juiz de Fora, que é a sede do concurso Miss Brasil Gay, apresenta os procedimentos metodológicos adotados ao

desenvolver a pesquisa de campo. É nosso menor capítulo, destoando dos demais, mas acreditamos ser importante um espaço para essas reflexões.

O quinto capítulo apresenta o concurso Miss Brasil Gay, o Rainbow Fast e o Movimento Gay de Minas, que são as principais atividades desenvolvidas em Juiz de Fora no campo da homossexualidade. O Movimento Gay de Minas atualmente é a organização que representa institucionalmente os homossexuais em Juiz de Fora. Entendemos ser importante esta apresentação, pois o MGM foi criado para dar um caráter mais politizado e ampliar as atividades culturais na cidade a partir dos anos de 2000.

No sexto capítulo apresentamos os resultados de todo o material colhido em nossa pesquisa de campo e pesquisa documental, desde as bibliografias estudadas, até as análises da pesquisa de campo, contemplando nossas observações acerca dos estudos realizados na imprensa da cidade e também as análises das entrevistas. Confrontamos nossas hipóteses e expomos os resultados obtidos ao longo de todo o período da elaboração desta tese. Os jornais Tribuna de Minas e Tribuna da Tarde deram o suporte documental a esta pesquisa, proporcionando um vasto material informativo sobre a trajetória homossexual em Juiz de Fora. As entrevistas também contribuíram sobremodo para o conjunto de matérias analisados em nossa pesquisa.

Após o desenvolvimento dos capítulos propostos, terminamos nosso estudo pontuando algumas considerações finais que consideramos importantes para fecharmos nossas impressões e apreensões alcançadas. Não apontamos conclusões ou propostas interventivas, pois esta não era uma meta da pesquisa. Entendemos que todo estudo é passível de contradições e falhas, e que nenhuma pesquisa contém em si a verdade absoluta ou é a última palavra na área de um conhecimento, qualquer que seja. Contudo, esperamos que esta pesquisa contribua para um olhar atento e sério sobre a trajetória homossexual em Juiz de Fora. Acreditamos ainda que ela serve de importante arcabouço teórico e histórico para futuros estudiosos sobre esta temática tão relevante em nossos dias, e para os próprios sujeitos homossexuais que ainda hoje buscam romper com as formas de preconceitos existentes em nossa sociedade.

Capítulo I

Movimentos sociais: debate histórico

O objetivo deste capítulo é apresentar um debate sobre a formação histórica do movimento homossexual no Brasil. Partimos do entendimento de que esta história está diretamente ligada à formação de outros movimentos sociais, em especial os movimentos de gênero, como o caso dos movimentos feministas. Sendo assim, traçamos um breve histórico sobre os principais movimentos sociais no país. Contudo, não ampliaremos o debate sobre as conquistas, desafios e direções políticas destes movimentos, por entendermos que o foco do nosso trabalho é apresentar o quadro geral da formação da luta homossexual em nosso país. Compreendemos ainda que a forma como ocorre a organização dos homossexuais em Juiz de fora nas décadas de 1970 a 2000, os alcances e desafios que enfrentaram aqueles que estiveram à frente de tal organização, está diretamente relacionada a este contexto histórico da luta homossexual no âmbito nacional.

Consideramos que entender este contexto histórico sobre os movimentos sociais trará elementos esclarecedores que elucidarão as razões que justificam determinadas posturas, defesas e limites presentes no processo de organização dos homossexuais em Juiz de Fora. Tal estudo também pode nos fazer entender de forma mais clara a dinâmica presente nos caminhos que transformou um desfile gay, sem grandes pretensões em seus primórdios, num evento de repercussão nacional. Este evento ampliou-se de tal forma que, no ano de 2000, parte da população homossexual de Juiz de Fora criou o Movimento Gay de Minas⁹, no intuito de oferecer um caráter mais politizado às suas demandas.

Ao olharmos para a história do Brasil, observamos que ela é marcada, desde a sua colonização, por reivindicações, lutas e movimentos sociais contra as mais diversas formas de exploração, dominação e exclusão social. A diversidade de insatisfações de diferentes grupos expressou-se na luta por terras, pela abolição da escravatura,

⁹ Explicamos os fundamentos, objetivos e metas do MGM no quinto capítulo deste trabalho.

independência do país, pela reforma agrária, pela ampliação dos direitos das mulheres, dentre outras questões.

A partir das diversas leituras realizadas sobre a relevância das lutas e dos movimentos sociais no Brasil, concordamos com o entendimento de Sader (2001, p. 60), ao afirmar que

O povo brasileiro tem história e presente de luta. Basta olhar para todas as revoltas e conjurações que marcaram nosso trajeto até aqui, muitas delas ocultadas, nos livros e manuais, mas persistentes na memória e no imaginário de cada um de nós. Nada nos foi dado de graça neste país. E, em contrapartida, aprendemos a lutar. Tanto que o elemento mais potente para se poder sonhar em construir uma sociedade justa e humana no Brasil é a força dos movimentos sociais, culturais e políticos organizados com que o Brasil conta.

Maria da Glória Gohn (2001), ao escrever sobre a construção da cidadania no Brasil desde o seu período colonial até o fim dos anos de 1990, faz um percurso sobre as reivindicações que ocorreram no país e as principais mudanças nas formas de organização dos grupos e movimentos sociais que se formaram no decorrer dos séculos. Seu estudo demonstra que a participação popular nas decisões políticas do Brasil começou a ocorrer apenas no século passado, mas que sempre houve lutas por independência territorial, pela construção de uma identidade nacional, soberania local, pelo trabalho livre. A autora admite que muitas destas manifestações populares foram esporádicas ou contavam com uma frágil liderança, mas reconhece que elas nunca deixaram de existir.

Conforme explicamos anteriormente, não é foco desta pesquisa expor e aprofundar a trajetória das lutas dos movimentos sociais de classe, pela terra, sindicais e trabalhistas dentre outros, que ocorreram no Brasil. Contudo, entendemos que estas diversas lutas, manifestações, revoltas, levantes e greves que ocorreram no Brasil ao longo de sua formação histórica, são importantes para nos aproximar e fazer compreender melhor a trajetória política que marca nossa história social.

Diversos são os autores que reconhecem a importância das lutas, organizações civis, sindicatos e movimentos sociais que sempre estiveram presentes na história brasileira, buscando a garantia de melhores condições de vida e de trabalho. Fleury e Lobato (2009) entendem que todas estas manifestações devem ser compreendidas numa

perspectiva histórica. Enfatizam que no caso brasileiro, não é possível compreender a relação Estado/sociedade sem se fazer um percurso na história do país. Carvalho (2002) destaca que a garantia dos direitos civis, políticos e sociais sempre foi marcada por uma relação autoritária, repleta de privilégios a determinados grupos com maior influência social, e que, principalmente os direitos civis, ainda são os menos conhecidos e garantidos no Brasil. Maria da Glória Gohn (1999) faz um vasto estudo sobre as revoltas e manifestações que ocorreram no país, exigindo melhores condições de vida aos trabalhadores, aos escravos, libertação nacional, etc. deixando clara a relevância social e política dos movimentos sociais no Brasil. Montañó e Duriguetto (2010) também constroem uma abordagem sobre a organização da classe operária no Brasil, destacando a importância da formação de sindicatos trabalhistas e das lutas operárias para conquistas e garantias de direitos sociais, políticos e civis. Yamamoto (1998) descreve o quadro brasileiro no início do século XX, demonstrando que a resposta do Estado frente às manifestações da classe trabalhadora foi violenta e hostil. A autora nos informa que, principalmente na primeira década do século XX, as greves e manifestações operárias se intensificam sobretudo, por decorrência da situação de pauperismo em que se encontravam os trabalhadores do período. Baggio (1997) estuda o final dos anos de 1950 e início da década de 1960, destacando a ampliação das mobilizações sociais no Brasil por parte de grupos até então marginalizados na sociedade. Morissawa (2001) destaca que desde a década de 1970 diversas manifestações nas zonas rurais ocorreram no Centro Oeste e Sul do país, germinando as primeiras sementes do MST. Stedile, e Fernandes (1999) também informam que a expansão dos principais centros urbanos do país e as precárias condições de vida dos trabalhadores do campo resultaram num êxodo rural que preocupou sindicatos rurais e trabalhadores, levando os mesmos a refletirem sobre uma forma organizada de luta por melhores condições de vida e trabalho nas zonas rurais do país. Poderíamos citar diversos outros autores e pesquisadores que contribuem de forma exemplar para compreendermos nossa história política e social, além da formação de importantes movimentos sociais e sindicatos no Brasil. Contudo, acreditamos que esta breve listagem apresentada já oferece um importante conjunto de leitura e pesquisa.

1 -Antecedentes históricos – reflexões sobre a homossexualidade no Brasil

Consideramos importante buscar elementos que nos façam entender os primórdios da formação do movimento homossexual no Brasil e de que modo a questão da homossexualidade aparece no cenário da história brasileira. Estudar a organização social e política dos homossexuais ao longo dos tempos não é uma tarefa simples. O silêncio e preconceito envoltos neste tema tornam ainda mais raros um consenso sobre o assunto. De acordo com Fischer (2008, p. 09) o termo homossexual nem sequer existia até 1869, quando foi usado pela primeira vez em um panfleto contra leis anti-sodomia na Prússia¹⁰. Já o termo *gay*, que em inglês quer dizer “alegre” e vem do termo francês “*gai*”, e foi usado pela primeira vez com o atual significado por Gertrude Stein, em 1922, em seu livro *Miss Furr & Miss Skeene*.

Entre os Séculos VII e XI, existia na literatura da Igreja Católica um guia para sacerdotes e fiéis conhecido por Penitenciais. Este guia instituía penitências específicas para os mais diferentes pecados cometidos. Jurkewicz (2005, p. 46) mostra que nestes Penitenciais estavam presentes algumas

Formas de atos homossexuais: toques, afetos, masturbação, homossexualidade ativa e passiva, habitual e ocasional. A homossexualidade era sempre julgada como pecado grave, e as penas eclesiásticas oscilavam entre 3 e 15 anos. As penas impostas eram mais duras para clérigos ou monges do que para leigos.

¹⁰ As primeiras lutas do emergente ativismo homossexual se voltaram contra a criminalização da homossexualidade, como a campanha liderada por Magnus Hirschfeld na virada do século XIX para o século XX, para abolir o parágrafo 175 do Código Penal da Alemanha, que punia o comportamento homossexual entre homens. Entre as décadas de 1910 e 1920, o movimento por reforma sexual alcançou ampla repercussão na Europa, com a abolição das leis antihomossexuais na Rússia pelo novo governo bolchevique, em fins de 1917, a fundação do Instituto de Ciência Sexual em Berlim por Hirschfeld, em 1919, a realização de congressos internacionais e a formação de uma Liga Mundial para Reforma Sexual, em 1928. . (SIMÕES E FACCHINI, 2009, p.43). No entanto, a década de 1930 se revelaria desastrosa para o movimento europeu. Na Alemanha, o crescendo da violência nazista levou ao saque e à destruição do instituto de Hirschfeld, com a queima de sua biblioteca e seus arquivos, em 1933. Obrigado a exilar-se, Hirschfeld jamais retornou à Alemanha, vindo a morrer em 1935. Concomitantemente, deu-se o recrudescimento das condenações por homossexualidade e o envio de prisioneiros homossexuais para campos de concentração, onde eram obrigados a portar uniforme costurado com a marca de um triângulo rosa, submetidos a um regime de trabalhos forçados e passíveis de castração. A Rússia soviética, sob Stalin, também passaria a promover violentas campanhas contra a homossexualidade, restabelecendo punições legais que justificavam a perseguição a homossexuais como traidores, espiões e contrarrevolucionários. No final dos anos 1940, nos Estados Unidos articulou-se um núcleo de ativistas que viria a fundar em Los Angeles, em 1951, a Mattachine Society, um grupo de homens e mulheres homossexuais com características de sociedade secreta, do qual posteriormente surgiram dissidências, entre as quais um grupo formado exclusivamente por lésbicas, fundado em São Francisco, em 1955. (SIMÕES E FACCHINI, 2009, p.43).

Ainda de acordo com a autora, as penas para a homossexualidade masculina eram maiores que as penas para as femininas.

Taylor (1973, p.122) buscou conhecer a trajetória do tratamento literário dado à homossexualidade e verificou que “o material necessário para um estudo histórico completo da homossexualidade não existe”. O autor ainda nos informa que é somente a partir do século XVII que as fontes necessárias para tal estudo (diários, livros de viagens) se tornam livremente disponíveis, e que

Os fragmentos isolados de informação que possuímos sobre outras culturas, amiúde imprecisos e não correlacionados com outros dados sociais ou religiosos, são assim mais desorientadores do que úteis. Tudo o que podemos dizer é que provavelmente não existe cultura sobre a qual não tenha sido comunicada a existência da homossexualidade”. (p. 139) (...) Por volta da metade do século XIX, em Charing Cross, Londres, colocava-se avisos nas janelas de respeitáveis casas públicas, acautelando o povo a tomar cuidado com os sodomitas. (TAYLOR, 1973, p. 124)

Durante a Idade Média, a religião ditava as regras morais, políticas e sociais, determinando os tipos de pecado e suas devidas punições e condenações. A sexualidade era controlada e vigiada. Posteriormente, a medicina, em especial o campo da psiquiatria, torna-se a autoridade no conhecimento e diagnóstico sexual, publicando pesquisas as mais variadas sobre o tema. Paralela à psiquiatria, a justiça também irá se valer de um poder socialmente constituído para punir e prender os que não se comportarem segundo as regras sociais estabelecidas sobre o comportamento sexual. Assim, o crime, o pecado e a doença formam um tripé para se explicar e julgar a homossexualidade. E estes três saberes ainda hoje acompanham o cotidiano dos estudos e ações no campo da sexualidade e da homossexualidade. Nenhuma destas três instituições abandonou a preferência por julgar os atos sexuais. Simões e Facchini (2009, p.12) confirmam este dado.

A família, a escola, as igrejas, a mídia, a política, a medicina, o direito e a ciência em geral constituem a sexualidade em alvo privilegiado de regulação de condutas e exercício de poder, não raro convertendo-a em fonte de estigma, sofrimento e opressão. É desse modo que a sexualidade se faz um idioma onipresente e poderoso para exprimir hierarquias e desigualdades de toda sorte e de amplo alcance.

Acerca deste importante tripé castigo, doença e crime, Chauí (1984, p.33) também nos oferece uma importante observação:

Nossa sociedade conseguiu transformar as diferenças anatômicas entre homens e mulheres em papéis e em tipos sociais e sexuais, criando uma verdadeira zoologia-sociologia sexual. Reprime, assim, a ambiguidade constitutiva do desejo e da sexualidade fazendo da diferença e multiplicidade sexuais um tomento, um crime, uma doença e um castigo.

Trevisan (1986) nos conta que desde o período colonial, no Brasil, sempre esteve muito presente o “pecado da carne”. A promiscuidade, a pederastia, a sodomia¹¹, estavam presentes inclusive nas instituições religiosas brasileiras. Tal quadro chegou a preocupar de tal forma a Igreja Católica, que estas tendências sexuais foram investigadas pela chamada Santa Inquisição. Trevisan (1986, p. 244) ainda nos diz que “já no Rio de Janeiro, no final do século XIX, conta-se que havia um bordel masculino dirigido por Traviata, famosíssima bicha da época”.

No período das confissões realizadas pela Inquisição, a sexualidade foi catalogada e classificada. Quando os visitantes do Santo Ofício instalaram seus tribunais na Bahia e em Pernambuco entre os anos 1591 e 1620, de um total de 283 culpas confessadas nestes tribunais, houve 44 casos de sodomia. O inquisidor questionava ao penitente tanto sobre seus pensamentos como sobre seus atos pecaminosos. Se inicialmente apenas o ato praticado fosse razão para condenação, com o tempo, também as intenções e desejos, mesmo quando apenas fantasiados, se tornaram passíveis de julgamento. De acordo com Trevisan (1986), no Brasil, a chamada Santa Inquisição - que matou milhares de pessoas na Europa - demarcou de forma legítima uma clara perseguição aos homossexuais em nosso país. A Inquisição iniciou-se no século XVI, tendo seu auge no século XVIII. Segundo o autor,

O historiador Paulo Prado espantava-se com a percentagem de delitos sexuais encontrado na Visitação de 1591 à Bahia: dentre 120 confissões, 45 referiam-se a transgressões de ordem sexual, atestando em que ambiente de dissolução e aberração viviam os habitantes da colônia, que praticavam sodomia, tribadismo e pedofilia erótica, produtos da hiperestesia sexual a mais desbragada, só própria dos grandes centros de população acumulada. Nessa Visitação, os crimes por sodomia aparecem em segundo lugar entre os mais praticados, só sendo suplantados por delitos de blasfêmia que muitas

¹¹ Sodomia refere-se, na tradição judaico-cristã, à prática homossexual existente na cidade de Sodoma. Esta história bíblica é narrada no livro de gênesis, capítulo 19, versículos de 1 a 11. As cidades de Sodoma e Gomorra foram destruídas por causa de seus “pecados perversos”. Pecados estes que estavam atrelados diretamente à homossexualidade. Ver Lima (2011).

vezes denotavam uma fértil e ácida imaginação¹². (TREVISAN, 1986, p. 77-78).

Resquícios dos resultados da visitação da Inquisição no Brasil foram vistos na Constituição do Império, em 1823. Segundo Trevisan (1986), o capítulo XXIII daquela Constituição tratava das pessoas que cometiam sodomia ou alimárias (sexo com animais). Determinava-se que os que praticassem estes pecados fossem queimados e transformados em pó para que nem de seus corpos, nem de suas sepulturas houvesse memória. Seus bens eram confiscados e destinados à Coroa e seus descendentes se tornavam infames. O autor ainda nos informa que no Brasil colônia “havia as constituições eclesiásticas, distintas tanto da Justiça secular quanto do Tribunal da Inquisição. Nelas, a sodomia era prevista como crime e considerada hediondo pecado, péssimo e horrendo, provocador da ira de Deus e execrável até pelo próprio Diabo”. (TREVISAN, 1986, p. 102)

No século XIX, a homossexualidade passou a preocupar os médicos higienistas contratados pelo Estado, que começam a se alarmar com os altos índices de mortalidade infantil e péssimas condições sanitárias em que viviam as famílias no país. Algumas teses com este conteúdo foram publicadas. Contudo, no que se refere à sexualidade/homossexualidade, de acordo com Góis (2003, p. 01)

Tais teses, em termos gerais, buscavam identificar traços comuns aos então chamados “pederastas” e “viragos” e salientar a degeneração contida nos corpos de homens e mulheres que mantinham relações sexuais com pessoas do mesmo sexo. Outrossim, esses estudos buscavam propor medidas sanitárias e repressivas que pudessem reduzir ou eliminar os efeitos supostamente deletérios da presença daquelas pessoas na vida social.

¹² Dentre as 203 culpas aí confessadas, os pecados sexuais especificamente por sodomia eram em número de 37, ou seja, 18% do total. Eles incluíam práticas sexuais entre dois homens, duas mulheres ou homem com mulher (nesse caso, especificamente o coito anal). A importância da prática da sodomia no Brasil colonial é apontada pelos cálculos do antropólogo Luís Mott, segundo o qual havia 117 casos de sodomitas entre os 557 denunciados e confessantes nas Visitações da Bahia e Pernambuco, de 1591 a 1593 respectivamente - portanto, 21% do total das faltas cometidas. Na segunda Visitação à Bahia (1618/20), comparecem perante os inquisidores 62 confessantes (56 homens e 6 mulheres), sendo então confessados 16 atos de sodomia. Deve-se notar que, comparando-se as confissões da Bahia em 1591 e 1618, verifica-se um aumento de pecados de sodomia e blasfêmia, talvez porque a sociedade tenha se tornado mais livre e o controle social menos eficaz, sem esquecer que o clero devasso certamente possuía autoridade cada vez menor para exercer vigilância moral sobre a população. (TREVISAN, 1986, p. 77-78)

No Brasil, o médico higienista acabou por invadir a privacidade dos lares, “impondo sua autoridade em vários níveis. Além do corpo, também as emoções e a sexualidade dos cidadãos passaram a sofrer interferências desse especialista cujos padrões higiênicos visavam melhorar a raça e, assim, engrandecer a pátria”. (TREVISAN, 1986, p. 104-105) A pederastia, ou a concepção higienista moralista sobre a pederastia, demonstrou-se clara neste processo de limpeza das cidades brasileiras. Segundo Trevisan, a higiene médica considerava a pederastia um exemplo negativo. Aos meninos era orientado que praticassem exercícios físicos para evitar a efeminação, devendo ainda aprender a amar o trabalho, tornando-se amante da moral e bons costumes. Já aos homens adultos praticantes da pederastia, havia uma indicação que Trevisan chama de tratamento de choque:

Ou o homem seguia os preceitos da higiene ou se desvirilizava, conforme podia ser comprovado na figura execrável do pederasta. Com isso, reforçava-se o controle médico e, automaticamente, o papel do higienista, que assim saía lucrando duplamente, graças à anatematização do sodomita. (TREVISAN, 1986, p. 107)

Como consequência desta intervenção médica na sexualidade do brasileiro, abriu-se, além do controle policial, um espaço para a especialidade médico-psiquiátrica, que se tornou a especialidade em assuntos sobre a sexualidade e, conseqüentemente, a homossexualidade. A partir de então, a homossexualidade passa a ser considerada uma doença, e o homossexual deve ser controlado, por ser considerado um perigo iminente para a sociedade “sã”. Trevisan nos informa que, numa tese publicada em 1926, denominada *As perversões sexuais em medicina legal*, do médico-legista Viriato Fernandes Nunes, consta que

Esses criminosos (os pederastas) têm perturbadas as suas funções psíquicas, nem por isso a sociedade pode permitir-lhes uma liberdade que eles aproveitariam para a prática de novos crimes. Portanto, não é justo, acrescentava outro médico-legista, Aldo Sinisgalli, que a sociedade fique exposta às reações das suas mórbidas tendências, pois o homossexualismo significa a destruição da sociedade, e enfraquecimento dos países; se ele fosse regra, o mundo acabaria em pouco tempo. Daí porque a sociedade deve utilizar meios de repressão que, se não resvalam pelos antigos excessos, previnem com segurança a repetição desses crimes, atendo-se a normas científicas muito diversas daquele primitivo empirismo, segundo o mesmo Dr. Fernandes Nunes”. (TREVISAN, 1986, p. 113)

No Código Penal Brasileiro a homossexualidade não era diretamente punida. Havia leis contra a vadiagem, perturbação da ordem pública e prática de atos obscenos em público, que davam espaço à repressão policial e atingia, sobretudo, os mais pobres e os de pele

mais escura. Apesar da punição e controle da sexualidade àqueles que afrontavam a sociedade e seus 'bons costumes', diferentemente de outros países como Estados Unidos, Alemanha e Reino Unido, onde a homossexualidade foi considerada durante muito tempo uma prática criminosa, no Brasil, as referências à sodomia deixaram de fazer parte do Código Penal desde 1830. Por aqui, o controle legal das práticas homossexuais se valeu das leis contra as relações sexuais envolvendo menores de idade (independentemente do sexo), ou atentado ao pudor e a vadiagem. Até 1940, vigorou também uma proibição legal ao travestismo, então descrito como o uso em público de "trajes impróprios" para disfarçar o sexo com intenção de enganar. (SIMÕES NETO, 2011, p. 54)

Vale destacar que, mesmo sem uma lei clara de punição à pessoa homossexual, encontramos casos relatados de homossexuais que foram presos e violentados. No Rio de Janeiro dos anos 1950 e 1960, a perseguição policial aos homossexuais era uma ameaça constante, encarnada na figura do delegado Raimundo Padilha, que encabeçou campanhas de prisão de homossexuais destinadas a "limpar" o centro da cidade e a zona sul. Muitos desses considerados "delinquentes homossexuais" passavam das mãos da polícia para a dos médicos e legistas de instituições, tais como o Laboratório de Antropologia Criminal do Instituto de Identificações de São Paulo. (SIMÕES E FACCHINI, 2009, p.65).

Referenciados como loucos, perversos, doentes e pecadores, os homossexuais no Brasil iniciaram, na década de 1980, grupos e movimentos contra as constantes formas simbólicas e criminosas de violências que sofriam. A década de 1980 marcou o início de uma luta organizada no país. Porém, desde os anos 1960 o mundo assistiu a diversos clamores sociais por justiça, igualdade de direitos e questionamento de papéis exercidos por homens e mulheres no contexto familiar, que deram força e luzes a esta mobilização da década de 1980 em terras brasileiras. Castells (1999) menciona três fatores que contribuíram para o surgimento dos movimentos sociais homossexual: o clima de rebelião presente nos movimentos sociais dos anos 1960, que fez com que homossexuais de diferentes lugares começassem a se assumir enquanto tais; a resistência à violência contra a homossexualidade exercida pela sociedade, que causou revolta até mesmo entre aqueles que só pretendiam viver de forma reservada e tranquila sua homossexualidade; e o questionamento feito ao patriarcalismo pelo movimento

feminista, que não só questionou o que é ser mulher, mas também a masculinidade e os papéis sociais representados pelos homens. No entanto, vale ressaltar a observação feita por Sérgio Carrara (2005) que entende que a questão mais emblemática de transformação social ocorrida no país atualmente é a da homossexualidade, e mesmo assim o movimento homossexual brasileiro tem sido pouco estudado.

Não podemos deixar de registrar, ainda de que forma breve, a relevância para o movimento homossexual, do movimento feminista e de suas principais bandeiras. A partir do final da década de 1970 diversos movimentos sociais se organizam e se fortalecem abordando em suas pautas reivindicativas questões relacionadas ao gênero e à sexualidade. O movimento feminista teve grande influência nos anos 1980 no Brasil. Este movimento apresentou importantes debates no que se refere aos direitos de reprodução, salários compatíveis com suas qualificações, participação da mulher nos espaços políticos e luta contra a violência doméstica. Um campo de estudo importantíssimo para nossa pesquisa foi o debate traçado sobre gênero, família e papéis masculinos e femininos socialmente construídos em nossa sociedade. Este debate interferiu diretamente na luta do movimento homossexual no Brasil, o qual deve ser entendido como profundamente articulado – o que não quer dizer dependente – à luta das mulheres por reconhecimento, identidade e autonomia.

Gohn (2012) nos informa que no Brasil, as mulheres têm uma história de luta presente desde o período abolicionista, no século XIX, quando mulheres como Chiquinha Gonzaga ousaram trabalhar como artistas e escritoras, recusando-se a viver sob a égide de seus maridos. A luta que mudou a história pública da mulher no país foi o sufrágio universal, alcançando vitória com a Constituição de 1934, quando o voto feminino foi garantido. Desde então, elas passaram a se mobilizar, aliando-se na década de 1960 a outros movimentos sociais, como o movimento de jovens e negros, entrando por definitivo em cena na história política e social do país. Suas reivindicações pautavam-se em questões que iam desde melhores condições de trabalho até a oposição ao tradicional papel representado por elas de “boa esposa” e “boa mãe”, apta apenas para o trabalho do espaço privado. Sua luta contra a violência doméstica, sexual, econômica e moral representa ainda nos dias atuais uma das principais bandeiras deste movimento. Para Touraine (2007) aqueles que entendem que a mulher pode ser reduzida a um mero objeto sexual, estão completamente enganados. A libertação sexual afirmou a mulher

como sujeito, derrubando sua imagem de indivíduo submetido ao poder masculino. Esta mudança representou uma crise do monopólio da relação heterossexual, na qual a mulher era dominada pelos homens. Para o autor, estamos vivendo uma “sociedade de mulheres”, pois são elas que sustentam e conduzem as transformações culturais atuais. Elas são dotadas de uma excepcional capacidade de combinar diversas tarefas, sendo bem sucedidas nos planos individual, cultural e profissional. Dentre as diversas conquistas alcançadas pelo movimento feminista, a criação, a partir dos anos de 1980, das Delegacias de Mulheres, Conselhos e ONGs, ofereceu espaços públicos e de direito que fortaleceram sobremodo sua luta.

Sobre a importância notória da articulação junto ao movimento feminista, Simões Neto (2011) acrescenta que para além deste contexto social e político favorável no Brasil para a organização do movimento homossexual, um fator que ele considera fundamental para seu fortalecimento social, foi exatamente sua proximidade e associação com o Movimento Feminista. De acordo com Góis (2003), trabalhos recentes sobre a homossexualidade têm repetidamente enfatizado e saudado a proximidade entre o movimento feminista e o homossexual. A autora faz menção ao estudo de Emerson Inácio sobre o desenvolvimento dos estudos gays e lésbicos, no qual sublinha as suas vinculações genéticas com os "Estudos de Mulheres/Estudos Femininos surgidos nas décadas de 1960 e 1970 nos Estados Unidos e Europa". Tal herança proporcionou uma forte ligação entre os atuais estudos de Gênero e de homossexualidade, trazendo à tona uma abertura de leques, onde a homossexualidade e o homem foram percebidos como novas áreas a serem exploradas. (GÓIS, 2003, p. 08-09)

Esta interlocução “promoveu encontros e produções com ressonância na academia, que passa a se debruçar sobre as realidades e as demandas dos homossexuais”. (SIMÕES NETO, 2011, p. 71) O autor ainda reforça a relevância desta parceira dizendo que

A luta feminista conferiu sustentação à discussão política do movimento LGBT e densidade aos estudos da diversidade sexual. Ou seja, a passagem da discussão focada na mulher para o direito e saúde sexuais significou ampliá-la, incluindo a orientação homossexual, a bissexual, e as experiências transexual e travesti (...) as lutas e bandeiras do movimento feminista, principalmente a respeito da saúde sexual e reprodutiva, estabeleceram elos de intercessão com as demandas do movimento LGBT. (SIMÕES NETO, 2011, p. 72)

Apesar da organização homossexual no Brasil ter ocorrido somente nos anos de 1980¹³, a luta pelos direitos da pessoa homossexual, e em especial o Dia do Orgulho Gay, comemorado até os dias atuais, tem origem no final da década de 1960, em Nova York¹⁴. Fischer (2008, p.139) nos explica como ocorreu a primeira manifestação contra tais leis e contra o abuso policial do período em relação aos homossexuais.

Naquela época, a legislação americana reprimia toda e qualquer manifestação homossexual. No dia 28 de junho de 1969, a comunidade gay, em especial travestis, se encontrava de luto pela morte de Judy Garland, ícone homo desde a Dorothy de O Mágico de Oz. Nesse dia, a polícia foi ao Stonewall Inn, o maior bar gay de então, os clientes do bar resolveram resistir às prisões sem justificativa e montaram barricadas que duraram dois dias. A partir disso, gays, lésbicas e seus simpatizantes aproveitaram o embalo para agitar a campanha por direitos civis e passaram a realizar “paradas” anuais para relembrar o fato.

Sobre as primeiras organizações dos movimentos sociais de gênero no Brasil, Ammann (1991) informa que é a partir da década de 1970¹⁵ que se iniciam vários trabalhos sobre movimentos sociais que retratam esta questão. Ryan (1992) acrescenta que é também no início dessa década que os historiadores sociais passam a explorar as percepções culturais populares. Foi exatamente nesse período que o movimento homossexual começou a se organizar no Brasil. É importante dizer que o contexto político que marcou esse período - uma ditadura militar - representou décadas violentas de perseguições, torturas e assassinatos cometidos pelos órgãos da repressão política. Os espaços de sociabilidade homossexual eram alvo regular de incursões policiais, a pretexto de combate à vadiagem e ao tráfico de drogas. (SIMÕES E FACCHINI, 2009, p.74) De acordo com Chauí (1984), os especialistas que escreviam sobre sexualidade no

¹³ Ainda que a luta organizada tenha seu registro histórico a partir do final dos anos de 1960, é interessante registrar que a primeira vez que se documentou e que se tornou pública uma cirurgia para adequação do sexo, foi no ano de 1952, na cidade de Copenhague, Dinamarca. O ex-soldado americano Georges Jorgensen passou a se chamar Cristine Jorgensen. Este caso ficou conhecido como o “ato fundador da transexualidade”. (SANTOS, 2011, p. 123)

¹⁴ Havia leis na cidade que proibiam desde o uso de mais de duas peças de roupa do sexo oposto até que dois homens dançassem de rosto colado. (SANTOS, 2011)

¹⁵ Foi no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 que surgiram as primeiras organizações de transexuais norte-americanas. A partir dos anos 1980, o ativismo pela homossexualidade passaria a enfrentar outro tremendo desafio: a eclosão da epidemia do HIV-AIDS, reacendeu-se a partir de então a ligação entre homossexualidade e doença. Contudo, o preconceito iminente no período não silenciou os militantes, fortalecendo ainda mais os grupos existentes. Como exemplo, podemos citar o movimento trans, que tornou-se bastante ativo nos Estados Unidos, formando coalizões entre transexuais, intersexuais, *crossdressers*, travestis e outras pessoas que cruzam fronteiras de sexo e gênero. (SIMÕES E FACCHINI, 2009, p. 50 -51).

Brasil na década de 1970, articulavam seus escritos culpabilizando aqueles que apresentavam “dificuldades” sexuais, propondo uma série de medidas saneadoras física, moral, policial e jurídica. Ou seja, as repressões científica, judicial e policial foram chamadas a atuarem conjuntamente.

2 - A organização homossexual no Brasil

A partir da década de 1970, no Brasil, um sentimento de otimismo começava a se fazer notar por parte dos movimentos sociais. Sabia-se que a luta seria difícil, árdua, uma vez que o cunho conservador que até então dominava a conjuntura, não seria superado de maneira imediata ou totalizante. Apesar de toda a onda engessada e conservadora, que tentava enfraquecer um novo ideal social, os movimentos sociais ganhavam espaço e voz. Grupos das mais diversas camadas populares procuravam os seus pontos de referência, nascia uma aliança entre aqueles que sempre estiveram às margens das mais importantes decisões políticas do país.

No início dos anos de 1980, o país passou por um momento político que favoreceu o crescimento de vários movimentos sociais, que demandavam a conquista de direitos sociais, a participação popular, uma nova forma de se vivenciar a cidadania. A abertura política do período possibilitava sonhar com uma sociedade mais democrática, igualitária e justa e, mais especificamente, trazia a esperança para o movimento gay de uma sociedade em que a homossexualidade poderia ser celebrada sem restrições.

Ao final da ditadura militar, o contexto político alterava-se significativamente, e os movimentos sociais ganhavam cada vez mais espaço no cenário social brasileiro. No início do período de reivindicações, o objetivo dos homossexuais era o de traçar uma identidade. O intuito era sistematizar as experiências pessoais, todo o processo pessoal vivenciado e a partir daí, traçar um caminho, uma metodologia de ação, com fins de fortalecer a luta em sua perspectiva mais abrangente. Segundo Oliveira, (*apud* Simões e Facchini, 2005), nas primeiras décadas (1980 e 1990), a mobilização política foi pautada pelos sujeitos de forma a construir uma identidade homossexual, a partir de microestruturas. O objetivo era apreender as violências e discriminações específicas nas trajetórias individuais. Se antes estes grupos eram discriminados, se ficavam às margens

da sociedade, agora a visão começava a mudar. Os olhares agora estavam voltados para a expressividade que esses segmentos vinham adquirindo, se caracterizando como potencial consumidor, inflando o mercado comercial. Ainda que de maneira tímida, os pensamentos começavam a mudar; a possibilidade de uma sociedade menos injusta não parecia um sonho impossível.

Fraser (2010) nos informa que nos anos de 1970/80, a luta pelo “reconhecimento da diferença” parecia carregada de promessas de emancipação. Muitos se uniram às bandeiras da sexualidade, gênero, etnicidade e “raça”. Castells (1999) acrescenta que foi nas décadas de 1970 a 1990 que movimentos sociais em defesa dos direitos de gays e lésbicas explodiram ao redor do mundo, tendo início nos Estados Unidos em 1969-70, posteriormente chegando à Europa, espalhando-se pelo mundo a fora. Desde então, o movimento gay espalhou-se significativamente no mundo e no Brasil¹⁶, principalmente após o advento da AIDS, que em seu início atingiu, sobremaneira, a comunidade homossexual masculina, sendo apelidada até mesmo de “câncer gay”.

Consideramos importante apresentar, de forma breve, algumas informações sobre a epidemia no Brasil, para entendermos sua relevância social e aproximação desta com o comportamento sexual dos homossexuais. De acordo com Parker (1994), os primeiros casos descritos desta, que foi considerada uma “doença que mata”, ocorreram em 1979 nos EUA. Foi nos anos de 1980 que houve uma expansão em vários países do mundo, em especial nos países subdesenvolvidos. No Brasil, os primeiros casos foram registrados no Rio de Janeiro e São Paulo, no ano de 1982. Conforme Trevisan (1986) no ano de 1984 o país já contava com 70 casos comprovados, e em 1985 este número cresceu de forma assustadora, registrando-se um caso por dia, e 4 mortos por semana. Nesse mesmo ano, o Brasil se tornou o quarto país do mundo com maior número de pessoas doentes por causa da AIDS. No ano de 1988 o Brasil já era considerado o terceiro país do mundo em casos de AIDS. Segundo cálculos de epidemiologistas, até o ano de 1994 o país já possuía entre 280 e 420 mil infectados com o vírus HIV. Nesse mesmo ano, foi registrado um total de 250.959 óbitos por decorrência da doença nas

¹⁶ Apresentamos uma cronologia a partir do final dos anos de 1970 (1978-2007) sobre os principais acontecimentos, conquistas e lutas dos homossexuais no Brasil. Ver Anexo D.

três Américas. Até o final dos anos de 1997 o Brasil possuía cerca de 104 mil casos de pessoas vítimas da AIDS¹⁷.

No início da expansão da doença, acreditava-se em prováveis grupos de risco, a saber: os homossexuais, as prostitutas e os usuários de drogas injetáveis. Parker (1994) nos informa que foram exatamente os homossexuais que começaram a se organizar no Brasil, divulgando a importância do sexo seguro, combatendo veementemente a ideia de que a AIDS era uma doença de gay. Conforme o autor, no próprio campo médico esta defesa foi sendo abandonada, pois os estudos comprovaram que o vírus poderia ser transmitido a qualquer ser humano, homo ou heterossexual. Segundo Parker (1994, p. 17)

Os resultados da pesquisa biomédica, atribuindo a etiologia (causa) da AIDS a um agente infeccioso universal, desenham para esta doença uma perspectiva bem diferente que os primeiros perfis epidemiológicos traçavam. A vulnerabilidade não fica mais adstrita aos grupos inicialmente definidos: estende-se à população inteira.

Contudo, conforme Simões e Facchini (2009, p. 51-52)

Expressões como "peste gay" persistiram, mesmo depois de constatado que o vírus poderia ser transmitido a qualquer pessoa, através de sangue, esperma e outros fluidos corporais. Mas a epidemia contribuiu também para mudar dramaticamente as normas da discussão pública sobre a sexualidade. Sexo anal, sexo oral, doenças venéreas, uso de camisinha e outras práticas e circunstâncias ligadas ao exercício e à expressão da sexualidade passaram a ser comentados e debatidos com uma franqueza sem precedentes. Junto com o triste legado de intolerância, violência e morte, a epidemia escancarou também a presença socialmente disseminada de práticas homossexuais masculinas para além da população homossexual visível. Hostilidades renovadas à parte, as respostas à epidemia do HIV-AIDS resultaram também em experiências inovadoras no ativismo pela homossexualidade em muitos lugares. Isso se deu também no Brasil.

Assim, a busca pela cura da AIDS e a ampliação do público homossexual nesta luta, transformou a década de 1980 num palco favorável ao surgimento e expressividade das manifestações, cada vez mais organizadas e politizadas¹⁸. Gohn (2001, p.203) nos

¹⁷ **JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO**. A AIDS não morreu. Caderno Mais! São Paulo/SP, acesso em 20 de abril de 1997.

¹⁸ Podemos citar dois exemplos: o 1º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados, (EGHO) e o 1º Encontro Brasileiro de Homossexuais, (EBHO). O primeiro EGHO aconteceu em São Paulo, nos dias 4 a 6 de abril de 1980, comparecendo aproximadamente 200 pessoas. (FACCHINI, 2003). Conforme

informa que as ações coletivas nos anos de 1970 e 1980 foram impulsionadas pelo desejo de redemocratização do país, e que “os movimentos sociais, populares ou não, expressaram a construção de um novo paradigma de ação social, fundado no desejo de se ter uma sociedade diferente, sem discriminações, exclusões ou segmentações”. Ela segue dizendo que a partir dos anos de 1990 as ações coletivas na sociedade brasileira buscavam o respeito à liberdade dos indivíduos se diferenciarem e fazerem suas próprias opções, tanto em reivindicações referentes ao direito à vida como “os direitos sociais modernos, relativos às questões de gênero, sexo, raça, etnia...” (GOHN, 2001, p.207) Conforme Simões e Facchini (2009), a repressão vivida no período da ditadura e o advento da AIDS não enfraqueceram o movimento homossexual no país, pelo contrário, fortaleceram a luta por conquistas de direitos civis.

Os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro foram palco inicial para o surgimento dos primeiros segmentos politizados, voltados ao debate acerca das demandas do movimento homossexual. Exemplifica bem esta afirmação o fato de que foi um grupo de intelectuais e artistas gays destes dois Estados que fundaram, em abril de 1978, o primeiro e principal jornal homossexual do país – *Lampião da Esquina*¹⁹. De acordo com Trevisan (1986) (que contribuiu como editor do jornal) pretendia-se discutir ali temas como sexualidade, discriminação racial, artes, ecologia, machismo, tudo com uma linguagem própria do cotidiano homossexual. *Lampião* se diferenciava também no modo como abordava a homossexualidade²⁰. Segundo Simões e Facchini (2009, p.85-86)

Trevisan (1986, p.213) “durante três dias, debateram-se acirradamente vários temas, num clima de desagradável competitividade e hostilidade”. Para o autor, o encontro pareceu mais uma disputa entre grupos que queriam o controle da direção do movimento homossexual no país.

¹⁹ No formato tablóide característico da imprensa alternativa da época, com dezesseis páginas e periodicidade mensal, *Lampião* teve a sua primeira edição experimental, de circulação restrita, em abril de 1978. Nela destacavam-se o citado editorial "Saindo do Gueto", a apresentação dos onze membros do conselho editorial, um ensaio memorialístico de Darcy Penteado sobre uma possível arte erótico-homossexual brasileira e uma reportagem de João Silvério Trevisan sobre o processo judicial enfrentado por Celso Curi por causa da "Coluna do Meio". O número 1 chegou às bancas em fins de maio de 1978, com uma tiragem de 10 mil exemplares. Além de reportagens, ensaios e entrevistas especiais, o jornal trazia páginas regulares de opinião, noticiário geral, cobertura de artes e espetáculos, seção de cartas e espaço reservado à publicação de poemas e contos. A receptividade inicial ao jornal foi boa e, em pouco tempo, a tiragem passaria a 15 mil exemplares, com distribuição ampliada em algumas grandes cidades do país, para além de São Paulo e Rio de Janeiro. Sua derradeira edição, de número 37, saiu em junho de 1981, perfazendo três anos de existência. (SIMÕES E FACCHINI, 2009, p. 83-84)

²⁰ Para conhecer melhor as principais matérias e entrevistas publicadas no Jornal, além dos desafios enfrentados por seus editores e colaboradores, ler SIMÕES, J. e FACCHINI, R. (2009).

O jornal procurava oferecer um tratamento que combatesse a imagem dos homossexuais como criaturas destroçadas por causa de seu desejo, incapazes de realização pessoal e com tendências a rejeitar a própria sexualidade. O jornal se propunha a "sair do gueto" e ser um veículo pluralista aberto a diferentes pontos de vista sobre diferentes questões minoritárias. Isso foi posto em prática com a publicação de matérias sobre movimento feminista, movimento negro, transexualidade, sadomasoquismo, populações indígenas, prisioneiros, ecologia e até mesmo uso de maconha. Também se preocupava com as condições dos que se dedicavam à prostituição masculina e feminina, tendo realizado matérias e entrevistas com travestis, garotas e garotos de programa.

Por decorrência de seu linguajar despreocupado com a moralização do período ditatorial, os editores do jornal acabaram por sofrer acusação de atentado à moral e aos bons costumes. Trevisan, que à época era um dos editores, diz que “a carta da polícia federal solicitando o inquérito referia-se a nós editores como ‘pessoas que sofriam de graves problemas comportamentais’”. (TREVISAN, 1986, p. 209) Trevisan relata ainda que durante o segundo semestre de 1979, algumas bombas explodiram bancas de jornais em várias partes do país, com panfletos anônimos, exigindo que os jornais considerados alternativos - geralmente de esquerda - e aqueles considerados pornográficos, não fossem mais vendidos. Na lista divulgada, encontrava-se o *Lampião*. O jornal, ainda assim, foi publicado até o ano de 1981, quando finalmente chegou ao fim²¹, em julho do mesmo ano, após 37 números publicados mensalmente. (TREVISAN, 1986.) O jornal foi um importante veículo de informação sobre o cotidiano homossexual, e conforme Rodrigues (2005, p.83)

No seu curto tempo de vida o *Lampião* iluminou o caminho de várias pessoas que viviam à sombra de sua própria identidade. Foi importante para toda essa geração que pôde ver que não estava sozinha, que não era louca nem doente, e que existia um outro lado. Apesar de se confundir nos seus próprios passos, é inegável a contribuição do *Lampião* no longo e tortuoso caminho da construção das identidades *gays*.

²¹ Mesmo com o término da publicação do *Lampião*, o advento da AIDS chamou deveras a atenção da mídia brasileira, e vários outros jornais e revistas foram publicados no país nas décadas de 1980 e 1990. De acordo com Rodrigues (2005, p.75), “entre estas publicações, havia o jornal *Nós por exemplo*, no qual o nu masculino convivia sem culpa com os longos textos didáticos sobre as novas formas ‘mais seguras’ de obter prazer. Também surgem jornais/revistas com um caráter mais cultural que didático, como o *ENT&*. Jornal com formato de revista, o *ENT&* é a primeira publicação na qual podemos ver um projeto gráfico que vai quebrar os cânones instituídos por uma diagramação funcionalista – austeridade, precisão, neutralidade, disciplina. Com o *boom* mercadológico do *pink market* (mercado cor-de-rosa), começam a surgir publicações que já não se encaixam sob o rótulo de alternativas. É o caso da *Sui Generis*, que em seus poucos anos de vida teve sucesso entre o público a que se destinava. Surgindo em 1998, a *G Magazine* talvez seja a revista de maior sucesso editorial já visto na chamada imprensa *gay* brasileira. A revista mistura textos, vinhetas, muita cor e muito nu masculino, fazendo sucesso, não apenas entre o público *gay*, como também entre o público heterossexual”.

Para Simões e Facchini (2009) o fim do *Lampião* deixou os grupos homossexuais órfãos do principal meio de comunicação pelo qual faziam circular suas ideias e divulgar suas atividades por todo o país, dentro e fora do movimento. Porém, O *Lampião* serviu de veículo e reforço para que no ano de 1979 fosse criado o grupo “*Somos*”- primeiro grupo brasileiro de militância gay - que tinha como intuito trazer os debates e discussões para o cenário político. O grupo começou a se reunir no ano de 1978, organizando-se em fevereiro de 1979, quando seus participantes foram convidados pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo a estrear um debate sobre o tema da homossexualidade. Trevisan (1986), que participou do evento, relata que a palestra acabou tendo um caráter mais efervescente que o imaginado, o que resultou numa procura imensa pelo grupo, que se viu na necessidade de uma melhor organização e criou o *Somos*. Em suas palavras, o grupo passou, após a palestra na USP, de “dez gatos pingados” para uma média de cem pessoas. Facchini (2003, p. 86) realça a relevância deste grupo:

A fundação do primeiro grupo reconhecido na bibliografia como tendo uma proposta de politização da questão da Homossexualidade, o SOMOS, de São Paulo, ocorreu em 1978. É importante esclarecer que esse grupo adquiriu grande notoriedade e visibilidade do ponto de vista histórico, não só por ter sido o primeiro grupo brasileiro, mas por ter tido uma atuação importante, e por ter sido uma experiência marcante na vida das centenas de pessoas que passaram por suas atividades.

Com o passar dos meses, o *Somos* adquiriu uma liderança com ideias que se aproximavam daquelas defendidas pelo Partido dos Trabalhadores, que reivindicava melhores condições de trabalho, não especificamente à pessoa homossexual, mas a todos os trabalhadores inseridos no contexto capitalista, vítimas da exploração própria deste modo de produção. Ao longo do ano de 1979, o *Somos* vive uma fase de progressivo crescimento, compondo em suas reuniões todos os representantes do público LGBT. Era consenso no grupo que os heterossexuais deveriam ser convidados a participar das reuniões para possibilitar uma relação sem opressão ou dominação de héteros sobre homossexuais, e vice-versa. As reuniões mensais passam a ser realizadas em espaços maiores, em salões de festa de prédios em que residiam alguns participantes, ou em teatros, e chegaram a reunir centenas de pessoas. O grupo passou a se dividir em vários subgrupos menores, chamados primeiramente de “identificação” e depois de “reconhecimento”, que se reuniam semanalmente segundo o estilo confessional, com relatos autobiográficos em que eram reveladas as ideias sobre a

sexualidade em geral e a homossexualidade em particular. As divergências constantes de ideias eram encaradas como necessárias, pois partia-se do princípio que os homossexuais não eram homogêneos, e que num grupo tão heterogêneo, seria impossível muitos consensos.(SIMÕES E FACCHINI, 2009, p.98-99)

No ano de 1983, o grupo começou a perder alguns adeptos, que não concordavam com o caráter militante e ao mesmo tempo partidário do grupo, e que pretendiam debater exclusivamente questões direcionadas ao grupo homossexual ali presente. No mesmo ano, quando a AIDS começava a preocupar homossexuais de várias partes do Brasil, Trevisan nos diz que, preocupado mais em se fortalecer novamente, o *Somos* não aderiu à luta, e ainda em 1983 se dissolveu. (TREVISAN, 1986, p. 220) Trevisan reconhece a importância que teve o *Somos*, sua iniciativa inédita, que contribuiu para uma formação mais organizada dos homossexuais no Brasil, e admite como positivo o fato de no país não haver leis anti-homossexuais. Contudo, presenciou e narra no seu livro “*Devassos no Paraíso*”, de 1986, diversos casos de colegas e participantes do movimento gay no Brasil que sofreram repressões violentas da polícia no Estado de São Paulo durante o período ditatorial. No livro supracitado, Trevisan(1986, p. 30-31) nos informa que em São Paulo,

A polícia realiza periódicas batidas e humilha constantemente os homossexuais, em lugares públicos. Criam-se razões indiretas (“atentado ao pudor” ou “vadiagem”) para deflagrar uma repressão que se deve ao autoritarismo básico da organização social brasileira e a um dos seus mais genuínos reflexos: o machismo.

O *Somos* abriu as portas no país para que diversos novos grupos e movimentos sociais se formassem. Diversos foram os movimentos sociais que se fortaleceram, e diversas foram também as demandas levantadas por eles. Furlani (2005, p.220-221) enumera de forma clara tais demandas e movimentos sociais.

1) Os movimentos raciais discutiram o racismo e as políticas de inclusão social; 2) as discussões no interior dos movimentos de mulheres e nos movimentos feministas denunciaram a complexidade do patriarcado, o sexismo, o machismo, a misoginia e a hierarquia presente nas relações de gênero; 3) a sexualidade foi amplamente visibilizada pelos movimentos de *gays* e de lésbicas que denunciaram a homofobia e a não-isonomia nas leis, acirrando a luta por seus direitos civis; 4) os movimentos de trabalhadores rurais resgataram a discussão sobre redistribuição de renda e de terra, bem como a concentração desigual da riqueza, principalmente nos países do Terceiro Mundo; 5) o advento do HIV/Aids, e as redes de solidariedades

originárias a partir dele, direcionou as políticas públicas de saúde e “forçou” um redirecionamento nas práticas sexuais de homens e mulheres, independente da sua orientação sexual; 6) movimentos étnicos alertaram para a xenofobia, o preconceito e a discriminação expressos na violência contra estrangeiros e “diferentes” de todas as ordens; 7) os movimentos ecológicos enfatizaram a necessidade de se estabelecer uma nova ética mundial no uso dos recursos naturais e na exploração do meio ambiente.

O movimento homossexual foi um dos que mais se ampliou e se organizou no Brasil a partir da década de 1980. Prova desta mobilização, foi a realização de quatro encontros nacionais de grupos homossexuais entre 1984 e 1991. Dentre as metas de luta que apareceram nesses encontros, podemos citar o combate pela legalização do casamento gay, a reivindicação por um tratamento positivo da homossexualidade, a denúncia da violência contra homossexuais e a preocupação com a discriminação religiosa. Em todos eles, a luta contra a AIDS recebeu destaque especial. (SIMÕES E FACCHINI, 2009, p.128)

Além dos encontros nacionais, foi criada ainda na década de 1980, a primeira ONG-AIDS brasileira: o Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS (GAPA), na capital paulista, em 1985. O GAPA tornou-se um referencial importante de orientação não discriminatória e de defesa dos direitos dos homossexuais. Foi no ano de 1988 que se consolidou um Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST)/AIDS dentro da estrutura do Ministério da Saúde.

Segundo Simões e Facchini (2009, p.133)

Para além do apoio oferecido pelo Ministério da Saúde, por meio do Programa Nacional de DST/AIDS — seja na forma de recursos para o desenvolvimento de projetos financiados, seja na forma de incentivos à organização do movimento e ao seu engajamento na luta contra a epidemia —, a eclosão da AIDS deu ensejo a um debate social sem precedentes acerca da sexualidade e da homossexualidade, em particular. Em que pesem o rastro de morte e violência que acompanhou seu avanço, a epidemia mudou dramaticamente as normas da discussão pública sobre a sexualidade ao deixar também, como legado, uma ampliação sem precedentes da visibilidade e do reconhecimento da presença socialmente disseminada dos desejos e das práticas homossexuais.

Os autores informam que os grupos organizados nos anos de 1990 distanciaram-se da militância de esquerda e passaram a se dedicar prioritariamente à luta contra a AIDS, e contribuíram de forma decisiva para construir as primeiras respostas da sociedade civil à epidemia. Dentre as mudanças, destacamos a introdução do conceito de "orientação

sexual", que passa a ocupar o lugar de "opção" no discurso da militância. Durante o processo de elaboração e de defesa da inclusão da não-discriminação da homossexualidade na Constituição, os militantes envolvidos, consultando acadêmicos e profissionais de várias áreas, chegaram a um consenso pela utilização da expressão "orientação sexual". (SIMÕES E FACCHINI, 2009, p.126)

Ainda em meados da década de 1990, assiste-se também a uma alteração visível na diversificação temática e metodológica das reflexões sobre o homoerotismo²² (COSTA, 2002). Góis (2003) nos informa que nesse momento questões tradicionais são re-examinadas e novas indagações são levantadas. Como exemplo importante, cita o uso da palavra homossexualidade, que passa a identificar a experiência dos *amantes do mesmo sexo*. Segundo o autor, novos vocábulos como homoerotismo - homens que fazem sexo com homens, homoafetividade e homocultura, “mais do que dilemas semânticos, referiam-se a viragens (ou tentativas de) conceituais significativas, notadamente novas adesões à chamada *queer theory* e aos pressupostos construtivistas utilizados na reflexão sobre a sexualidade”. (GÓIS, 2003, p. 08)

Frente a estas novas formas de olhar, pesquisar e tentar entender a homocultura, os homossexuais também tinham como objetivo compreender o mundo e a si mesmo. Segundo Ferrari (2004, p. 105)

O movimento gay começou a se organizar entre o final da década de 1970 e o início dos anos de 1980. Não somente o movimento gay, mas outros grupos sociais, nesta época, articulavam-se pela defesa da visibilidade, pela construção de novas formas de conhecimento, de cidadania plena e pela luta por direitos civis.

A partir desta organização em movimentos sociais, gays, lésbicas, travestis, bissexuais, transgêneros, se viram motivados a reivindicar um maior respeito social sem que fossem taxados como aberrações, pecadores ou criminosos. Os índices de violência contra este público não seria mais aceito de forma silenciosa, pois esta situação discriminatória deixava clara a homofobia presente no país.

²²Homoerotismo, segundo Costa (2002), é um posicionamento ético, que questiona sobre que direito a sociedade, grupos ou indivíduos, têm de obrigar quem quer que seja a ser sociomoralmente identificado em sua aparência pública por suas preferências eróticas.

Foi a partir de meados dos anos de 1970 que o termo homofobia apareceu pela primeira vez. Quando passou a ser usado em situações de preconceito e violência contra o público LGBT, sai da esfera “individual e psicológica para uma dimensão mais social e potencialmente mais legitimadora” (BORRILLO, 2010, p.08). Para o autor, a homofobia representa o medo de que a identidade homossexual seja reconhecida, de que a hierarquia heterossexual perca por completo seu poder. De acordo com o Guia de Direitos Humanos GLBT (2008, p. 15) homofobia é “o medo, a aversão ou o ódio irracional aos homossexuais, àqueles que têm atração afetiva e sexual por pessoas do mesmo sexo. É a causa principal da discriminação e violência contra gays, lésbicas, travestis e transexuais”. A Cartilha nos informa ainda que a homofobia nem sempre é vista de forma tão clara. Por vezes ela ocorre de forma velada, numa recusa em processo de seleção de um emprego, em locação de imóveis, dentre outros.

Os anos de 1990 trazem a ideia da autogestão dos movimentos sociais, não tão atrelados mais a partidos ou sindicatos. Para Gohn (2012), essa década pode vir a se denominar no Brasil como a década das lutas cívicas pela cidadania²³. A organização gay no país contou, nessa década, com a realização da primeira parada do orgulho gay (que comemora o Dia do Orgulho Gay em 28 de junho, conforme foi visto anteriormente neste capítulo) no Brasil, na cidade de São Paulo, no ano de 1997. As paradas²⁴ existem desde 1969, e ocorreu pela primeira vez em Nova York. Elas se tornaram frequentes em diversas cidades e capitais brasileiras, chegando a atrair mais de três milhões de pessoas nos anos 2000 (RYAN, 1992). Segundo Ramos (2005, p.35), “estima-se que em 2004

²³O quadro social existente no período também contribuiu para um agravamento das relações entre Estado e sociedade civil. Sobre isso, Behring (2009) nos esclarece que nos finais dos anos 1990, o crescimento da pobreza, do desemprego e da desigualdade social chega a níveis alarmantes. Há uma crise clara da democracia e vê-se um aprofundamento acirrado do individualismo. A desresponsabilização do Estado e do setor público retorna para o chamado terceiro setor e organizações não governamentais a responsabilidade pela ação social. Diversos movimentos sociais acabam se envolvendo nesta lógica perversa, buscando sobreviver neste contexto. Fica estampada a indisposição estatal para a solução dos problemas sociais emergentes, e é a sociedade civil que se organiza para buscar condições dignas de sobrevivência, na luta pela cidadania e ampliação dos espaços democráticos.

²⁴ Historicamente, diversos tipos de paradas foram realizados. Nem sempre elas tiveram o caráter libertário e alegórico presente nas paradas gays. RYAN (1992), narrando a importância social e cultural das paradas ao longo da história europeia e norte-americana, diz que as paradas norte-americanas do século XIX conferiam ordem a um universo urbano onde proliferavam a diversidade e as transformações. Eram um exercício de autodisciplina e também de disciplina social. Os alinhamentos durante o desfile e os uniformes dos militares eram impecáveis. Elas eram uma expressão da democracia, e seus participantes marcham por uma formação de uma cultura urbana, pelo direito de participar ativamente na sociedade e punham em cena um vocabulário social, imprimindo suas identidades grupais no espírito de um número imenso de espectadores. No final do século XIX em diante, há uma mudança nos grupos que promovem paradas, sendo mais frequentes as paradas organizadas por classe, etnia e gênero. Concluindo, diz que “até o momento as paradas são um método cerimonial de forjar e as diversas identidades que compõem a cultura norte-americana.” (RYAN, 1992, p. 209)

esse evento tenha reunido em torno de quatro milhões de pessoas nas 42 cidades onde ele se realizou”. Fischer (2008, p.139) nos informa ainda que no ano de 2008 foram contabilizadas mais de duzentas paradas em todo o Brasil, o que torna o Brasil o país com maior número de paradas gays no mundo. É importante destacar que diversas destas paradas contam com um suporte financeiro dos Ministérios da Saúde e da Cultura, o que reafirma a relevância política do movimento no país.

Além das paradas e de uma visibilidade nacional antes nunca vista no país, ainda nos anos de 1990 os homossexuais conquistaram alguns avanços no campo político. A própria Constituição Federal do país demarcou como crime as atitudes de violência contra a vida e contra a pessoa, o que inclui necessariamente os homossexuais. O guia dos direitos humanos do LGBT confirma e defende este princípio. “Qualquer atitude de violência ou agressão contra homossexuais é crime e deve ser punido, pois sua dignidade deve ser garantida assim como é garantida a todos: ‘ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante’”. (GUIA DE DIREITOS HUMANOS GLBT, 2008, p.16).

A relação entre o movimento LGBT e alguns partidos políticos deixou de ser marcada apenas por contatos pontuais e eventualmente conflituosos, tal como acontecia na virada da década de 1970 para 1980. A partir da redemocratização do país, os partidos também se converteram em canais para tornar visíveis as demandas do movimento e articulá-las politicamente. Nos anos de 1990, já havia setoriais LGBT em alguns partidos que se formaram numa proposta de luta pela defesa dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais como o Partido dos Trabalhadores e no Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado; e, nos anos 2000, começaram a se organizar setoriais e ações de políticas públicas e de parlamentares, bem como candidaturas LGBT, em vários outros partidos. Embora as demonstrações mais expressivas de reconhecimento das questões LGBT, nas políticas públicas e nos programas de governo, apareçam somente nos anos 2000, verifica-se antes uma progressiva construção da legitimidade das temáticas LGBT nos partidos supracitados, a qual se intensifica nos anos 1990. (SIMÕES E FACCHINI, 2009, p. 139)

Ainda na década de 1990, o Brasil assina dois acordos com o Banco Mundial, denominados AIDS I (em 1994) e AIDS II (em 1998), com vistas a incentivar ONGs a formular e implementar políticas de prevenção e combate à epidemia. A partir do ano

2000, abre-se um amplo debate entre o Ministério da Saúde e ONGs brasileiras no incentivo ao trabalho voluntário e sem fins lucrativos, colocando as ONGS como principais agentes de formulação e desenvolvimento de ações políticas de combate à AIDS. O início deste novo século é marcado por um crescimento cada vez maior de ONGs que representam homossexuais, lésbicas, travestis, bissexuais. Cada grupo, em cada região do Brasil, se faz representar apresentando suas demandas específicas e se unindo em campanhas nacionais contra a homofobia e controle da AIDS.

Para além das conquistas supracitadas, o movimento homossexual no Brasil enfrentou problemas internos, divisões e questionamentos por parte de alguns grupos que não se sentiam bem representados. Um bom exemplo é a própria nomenclatura “movimento homossexual”. Nos primórdios do movimento homossexual no Brasil, a expressão utilizada pelo grupo que o representava até o ano de 1992, era movimento homossexual brasileiro. Será no ano de 1993 que o termo *lésbica* aparecerá, no Encontro de Homossexuais realizado naquele ano. Em 1995 ocorreu o VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, em Curitiba, quando se deu a fundação da ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis. Foi no ano de 2005 que os termos bissexuais e transexuais foram incluídos no Encontro Homossexual daquele ano. Foi somente na segunda metade dos anos de 1990 que as lésbicas e as travestis se organizaram em um movimento, passando a lutar politicamente no país²⁵. Até esta época, a presença de homossexuais era praticamente homogênea nos encontros e movimentos organizados. A relação entre os diferentes grupos que se organizam nem sempre ocorria de maneira tranquila. Tensões entre lésbicas, travestis, bissexuais são constantes, além das próprias discussões internas em cada grupo. A própria nomenclatura LGBT resultou de conflitos, onde determinados segmentos se sentiam mais ou menos representados. Simões e

²⁵ Em 1993 e 1994 haviam sido realizados dois encontros de "Travestis e Liberados" relacionados inicialmente com as atividades desenvolvidas pela Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL), do Rio de Janeiro. Com o surgimento de novas associações de travestis, esses congressos passaram a ocorrer em outras cidades do país e foram denominados Encontros de Travestis e Transexuais que Atuam na Luta e Prevenção à Aids, mantendo a sigla Entlaids. Organizações de travestis estiveram representadas pela primeira vez no movimento por ocasião do VII Encontro Nacional de Gays e Lésbicas de 1995, realizado em Curitiba. A partir daí, o termo "travestis" foi incorporado ao nome dos futuros encontros nacionais. Em 29 de agosto de 1996, foi realizado no Rio de Janeiro o p r i m e i r o Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE), a partir de iniciativa do Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro (COLERJ). Desde então, foram realizadas seis edições do Senale. A data do primeiro Senale foi consagrada como Dia Nacional da Visibilidade Lésbica. (SIMÕES E FACCHINI, 2009, p. 142-143)

Facchini (2009, p.146) nos esclarecem esta questão, afirmando que nesta luta, nem tudo são flores.

Nem tudo são flores e cores, porém. Manifestaram-se também diversos focos de conflito entre as diversas identidades que compunham o movimento. Pulularam acusações de "misoginia gay" e de "androfobia lésbica". Gays foram acusados de promiscuidade e desrespeito ao espaço e ao ambiente do evento, enquanto lésbicas foram acusadas de reprimir a liberdade de expressão. Algumas ativistas lésbicas se posicionaram como "mulheres" e questionaram a legitimidade da reivindicação de atendimento de travestis em enfermarias femininas, argumentando que travestis, em última instância, eram "homens", o que provocou uma discussão bastante acalorada. Duas redes nacionais de associações lésbicas se formaram em 2003 e 2004. Em 2005, realizou-se o XII Encontro de Gays, Lésbicas e Transgêneros, em Brasília, no qual foi lançado o coletivo de transexuais e se deu a incorporação dos bissexuais ao movimento, adotando-se a sigla LGBT e convencendo-se que o "T" deve contemplar travestis, transexuais e transgêneros.

A incorporação dos bissexuais junto ao movimento também ainda é cercada de muita polêmica. Simões e Facchini (2009) demonstram que algumas iniciativas de atividades voltadas à reflexão sobre bissexualidade e ao aumento da participação de ativistas bissexuais ainda são recentes e localizadas, a maior parte delas concentrada em São Paulo. Simões e Facchini (2009, p.147) explicam.

O esforço tem sido tornar visível a presença de bissexuais e, ao mesmo tempo, evitar que ela se dê de forma separada dos outros segmentos. Outra estratégia tem sido questionar as imagens depreciativas de "enrustimento", irresponsabilidade e falta de compromisso político, atribuídas a bissexuais por muitos ativistas gays e lésbicas.

Somam-se a estas questões, reclamações das travestis, que se queixam da constante violência que vivenciam nas ruas e da discriminação que sofrem cotidianamente. Por não se identificarem como homossexuais, por vezes se vêem sem o apoio necessário para suas demandas. Mesmo mediante conflitos e divergências, os autores enfatizam que, se houve uma considerável redução na marginalização e preconceito contra as pessoas homossexuais, isso se deve à sua luta organizada no país. Eles apontam que dentre as principais reivindicações do ativismo LGBT no Brasil, destaca-se a sua “potencialidade de desafiar os saberes convencionais e as estruturas de poder inscritos na sexualidade que alicerçam a vida institucional e cultural do nosso tempo.” (SIMÕES E FACCHINI, 2009, p.35) Ambos consideram que a luta homossexual no Brasil abriu portas para diversos estudos e ações contra a homofobia, tão pouco combatida nos primórdios da organização dos homossexuais. Segundo eles

A partir da década de 1990, gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, intersexuais protestaram as normas e hierarquias estabelecidas em torno do sexo biológico, da identidade de gênero e da orientação sexual, convidando-nos a reavaliar a sexualidade como um arco mais amplo e diversificado de possibilidades. (SIMÕES E FACCHINI, 2009, p.53).

Seguindo esta importante luta política, no ano de 1995, a então Deputada Marta Suplicy, apresentou um projeto de lei (Lei 1151/95) para regularizar a união entre homossexuais. A lei não foi aprovada como casamento, mas sim como uma solidariedade mútua, ou como uma sociedade entre os companheiros gays. Em sua fundamentação para a criação desta lei, Suplicy demarcou:

Vivemos em uma sociedade que nos educa para a heterossexualidade. E não é só para a heterossexualidade. O indivíduo é mais cidadão quando heterossexual, homem, branco e rico. Essa é a realidade da sociedade em que vivemos. E essa visão normatizadora, cristalizadora da sexualidade impede que se veja o outro como pessoa singular, que se foi desenvolvendo como ser único (...). Passa-se a perceber que a sociedade não é feita dessa forma. São muitas as formas de ser. Nós estereotipamos, mas as pessoas não se portam dessa forma. (GUIA DE DIREITOS HUMANOS GLBT, 2008, p.16)

A partir daí, os casais homossexuais passaram a ter direitos a heranças e pensões, como em qualquer casamento²⁶. Touraine (2004), que defende o direito dos homossexuais ao casamento, mesmo sabendo que esta posição ainda é minoritária, reforça a importância destas conquistas recentes, argumentando que nenhum sociólogo fala mais de família “normal” (composta por pai, mãe e filhos). Novos arranjos familiares, como família

²⁶ Fischer (2008) nos oferece um rápido histórico das conquistas ao redor do mundo no que tange ao direito de casamento entre pessoas do mesmo sexo. Segundo o autor, Holanda (2002), Bélgica (2003), Canadá e Espanha (2005) são os primeiros países a oferecer o direito de casamento integral – igual ao de casais heterossexuais. Mas outras legislações parecidas com o casamento já estão em vigor em vários países. Em 1989, a Dinamarca se tornou o primeiro país do mundo a conceder direitos iguais de união para casais homossexuais. Noruega (1993). Suécia (1994) e Islândia (1996) foram os seguintes. Na Suécia, a adoção de crianças por casais gays e lésbicas foi legalizada em 2003. No ano de 1999, a França aprovou a criação de uma nova espécie de casamento, mais fácil e barato de ser feito e desfeito e sem restrição de sexo: o Pacto Civil de Solidariedade (PACS). Contudo, pesquisa divulgada em 2008 atestou que mais de 85% dos PACS são realizados entre casais heterossexuais. Em 2001, foi a vez de Portugal reconhecer a união entre pessoas que vivem juntas há pelo menos dois anos, independentemente de seu sexo. A Finlândia aprovou a parceria civil para homossexuais no mesmo ano. A Alemanha aprovou em 2001 um quase-casamento para homossexuais que dá possibilidade inclusive de adotar o sobrenome do outro, mas sem adoção de filhos. Em 2003, o Parlamento da Croácia adotou lei que concede aos casais homossexuais os mesmos direitos daqueles formados por sexos opostos. Em dezembro de 2004, o Parlamento neozelandês adotou legislação *que* dá aos casais homossexuais os mesmos direitos que os casais heterossexuais. Em 2005, foi a vez da Suíça aprovar legislação semelhante ao PACS francês. Em dezembro do mesmo ano entrou em vigor no Reino Unido a associação civil entre pessoas do mesmo sexo. Desde 2002 a adoção por casais gays já era permitida. Também no último mês de 2005 a Suprema Corte da África do Sul determinou a inconstitucionalidade de proibir que duas pessoas do mesmo sexo se casem, e abriu brecha para que alguns casamentos entre homossexuais começassem a ser realizados. Desde maio de 2003, o governo da cidade de Buenos Aires foi o primeiro da América Latina a autorizar a realização de parcerias domésticas, válidas para casais de qualquer sexo. (p. 186-187)

monoparental, adotiva e homossexual ganham cada vez mais espaço acadêmico e social. Fischer (2008) acrescenta dizendo que no ano de 1999 o Conselho Federal de Psicologia promulgou uma resolução restringindo a discriminação à orientação sexual. A partir daí, tornou-se antiético propor uma cura à homossexualidade, e que nos tratamentos buscados, os profissionais do campo da psicologia devem esclarecer que a homossexualidade não é uma doença. Ainda no ano de 1999, a Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro criou o Disque Defesa Homossexual (DDH), pensado por seus mentores não apenas como um veículo para denúncias, mas também como parte de um programa de defesa da pessoa homossexual. (RAMOS, 2005, p.36) Segundo a autora, os primeiros quinhentos casos atendidos (sendo 21 assassinatos) demarcaram claramente a homofobia sofrida pelos denunciadores, não apenas por pessoas desconhecidas, mas dentro de seus próprios lares. Foram denunciados casos de extorsões, agressões físicas, ameaças, discriminações nos ambientes de trabalho, escola, da família e vizinhança.

No final do ano de 2001, com a morte da cantora brasileira Cássia Eller, o tema da adoção por casais homossexuais ganhou grande espaço na mídia, por decorrência da disputa em torno da guarda de seu filho entre o pai de Cássia Eller e sua companheira Maria Eugênia. Este caso “acabou por estimular inúmeras matérias jornalísticas preocupadas em dar visibilidade a muitos gays e lésbicas com filhos”. (TARNOVSKI, 2004, p. 386)

Silvia Ramos (2005) também nos informa sobre uma grande conquista em maio de 2004. Naquele ano, foi lançado em Brasília, o Programa Brasil sem homofobia²⁷: combate à violência e à discriminação e promoção à cidadania homossexual²⁸, dando maior notoriedade ainda ao movimento no país.

O programa tem ações voltadas ao apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não-governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e no combate à homofobia; na capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa de direitos humanos; na disseminação de informações sobre direitos,

²⁷ De acordo com Ramos (2005) o Programa Brasil sem homofobia é dedicado a uma travesti integrante do movimento homossexual no país, conhecida como Janaína, falecida pouco tempo antes do lançamento do Programa.

²⁸ O Programa consiste em 53 ações destinadas a: 1) apoiar projetos de fortalecimento de instituições públicas e não-governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual ou no combate à homofobia 2) capacitar profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa de direitos humanos 3) disseminar informações sobre os direitos e de promoção da auto-estima homossexual e 4) incentivar a denúncia de violação dos direitos humanos do segmento GLBT.

de promoção da auto-estima homossexual; e no incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento LGBT. (BRASIL, 2004, p. 11).

O Programa foi elaborado durante seis meses, a partir de consultas sistemáticas entre o governo e lideranças do movimento homossexual no país. Ao todo, o Programa contempla cinquenta e três ações subdivididas da seguinte forma:

As 53 ações do programa são subdivididas em: Articulação da Política de Promoção dos Direitos de Homossexuais; Legislação e Justiça; Cooperação Internacional; Direito à Segurança: combate à violência e à impunidade; Direito à Educação: promovendo valores de respeito à paz e à não discriminação por orientação sexual; Direito à Saúde: consolidando um atendimento e tratamentos igualitários; Direito ao Trabalho: garantindo uma política de acesso e de promoção da não-discriminação por orientação sexual; Direito à Cultura: construindo uma política de cultura de paz e valores de promoção da diversidade humana; Política para a Juventude; Política para as Mulheres; e Política contra o Racismo e a Homofobia. (BRASIL, 2004. p. 19-26)

O Programa teve um importante alcance nacional, e serviu de inspiração para a criação de Associações e grupos de defesa à pessoa homossexual. O secretário geral da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT), Cláudio Nascimento, estimava que em 2004 houvesse 140 entidades ligadas à organização. O Movimento Gay de Minas é citado como um importante exemplo nesta luta contra a homofobia em Minas Gerais. (RAMOS, 2005)

A *Lei Rosa* (que pune qualquer forma marginalizadora contra a pessoa homossexual), conquistada no ano de 2000, na cidade de Juiz de Fora, também representa amplitude dos direitos sociais e do respeito à pessoa homossexual. No que tange à prevenção e combate à AIDS, o Brasil também é destaque, sendo considerado “um dos mais avançados do planeta, no sentido do respeito à diversidade, do reconhecimento do direito ao tratamento e da postura ‘liberal’ em relação à sexualidade”. (CARRARA, 2005, p. 20)

Avançou no Brasil também a luta organizada das lésbicas. No dia 19 de agosto de 2003, foi instituído o “Dia Nacional do Orgulho Lésbico”. Jimena Furlani (2005) nos explica que esta data foi escolhida por marcar a data em que há mais de vinte anos, um grupo de lésbica entregava um boletim lésbico em um bar na cidade de São Paulo, quando foi vítima de ações de violenta homofobia. As lésbicas historicamente não se identificam muito com o termo homossexual e, segundo Furlani (2005, p.229)

Embora a palavra *gay* tenha sido usada como termo guarda-chuva de toda a homossexualidade, ela não deixa de ser uma expressão da convenção cultural que escolheu o gênero masculino, na forma escrita, no tratamento generalizado. Uma convenção que se estabeleceu em disputas sociais de poder e que encontra resistência daqueles grupos que não se sentem totalmente representados pelo termo. Um exemplo disso é a inclusão, cada vez mais comum, de termos a Associação Brasileira de *Gays* e Lésbicas (ABGL) que hoje é ABGLTT (Associação Brasileira de *Gays* Lésbicas, Travestis e Transexuais).

No cenário atual, se configura a união estável entre casais do mesmo sexo como entidade familiar. Por unanimidade, pelo placar 10 votos a zero, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceram em 05 de maio de 2011 a união estável para casais do mesmo sexo²⁹. Desde então, companheiros em relação homoafetiva duradoura e pública, terão os mesmos direitos e deveres das famílias formadas por homens e mulheres³⁰.

Apesar dos avanços e conquistas alcançados pelo movimento homossexual, no que tange à sua representatividade e expressividade, medidas repressoras e de controle sexual ainda são vivenciadas no Brasil. As formas preconceituosas³¹ e pejorativas no

²⁹ A informação completa sobre esta importante conquista foi divulgada no portal IG, conforme segue: O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu, nesta quinta-feira (5), equiparar as relações entre homossexuais às uniões estáveis entre heterossexuais. Por unanimidade, a união homoafetiva foi reconhecida como um núcleo familiar como qualquer outro, ficando suscetível aos mesmos direitos e obrigações de casais formados por homens e mulheres. Na prática, os casais homossexuais, para serem reconhecidos em uma união estável, precisam cumprir os mesmo requisitos de casais heterossexuais, como convivência pública, duradoura e contínua. A exigência de um prazo mínimo de convivência foi abolida em 1996. Para reconhecer a união, eles devem procurar um cartório e registrar a estabilidade da relação. Com a decisão, 112 direitos que até então eram exclusivos aos casais formados por homem e mulher poderão ser estendidos aos casais homossexuais, como comunhão de bens, pensão alimentícia, pensão do INSS, planos de saúde e herança. Mas como todos esses processos envolvem a Justiça, os casais homossexuais ainda terão de encarar os tribunais para fazer valer seus direitos, mas agora da mesma forma que casais heterossexuais. O ministro Ayres Britto, relator dos processos, afirmou, após o fim da sessão, que o Supremo realmente equiparou todos os direitos, mas preferiu não detalhar quais seriam eles porque isso é papel do Congresso. "Nossa decisão vale por si, não precisa de adendo e complemento do Legislativo. Mas isso não é um fechar de portas para o poder Legislativo, ele é livre para dispor sobre todas as consequências da nossa decisão. Em tese, está liberado. A única dúvida que restou após o julgamento é sobre a figura do casamento. O parágrafo terceiro da lei 226 da Constituição, que rege a união estável, dispõe que "para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar a sua conversão em casamento." Como a decisão do STF foi no sentido de equiparar a união estável homoafetiva à heterossexual, em tese o casamento teria de ser estendido aos casais gays, como afirma a lei. A leitura, no entanto, ainda é confusa, como explica a advogada Sylvia Maria Mendonça do Amaral. O casamento exige registro civil e, às vezes, envolve uma aprovação religiosa, se assim decide o casal. Há toda uma formalidade que não existe na união estável. Mas isso ainda será fruto de muita discussão na Justiça. Fonte: Naiara Leão, Fernanda Simas e Danilo Fariello, Portal G1, acesso em 05 de maio de 2011.

³⁰ Dados obtidos no Portal G1, acesso em 05 de maio de 2011.

³¹ Duarte (2011) e o jornal Folha de São Paulo de 08 de fevereiro de 2009 trazem os resultados do relatório da pesquisa Diversidade sexual e homofobia no Brasil: intolerância e respeito às diferenças sexuais, publicado em 2009, sob coordenação da Fundação Perseu Abramo, em parceria com a Fundação Rosa Luxemburg Stiftung (RLS, Alemanha), numa amostragem de 2.014 entrevistas realizada em 150 municípios. Dentre os dados levantados, chama-nos a atenção que 23% dos entrevistados defendem que

tratamento dado às lésbicas, aos homossexuais, aos bissexuais ou travestis também não desapareceram, e nem são recentes em nosso país. Sobre este ponto, Duarte (2011, p.86) nos diz que

A perseguição às lésbicas, aos gays, aos bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) não é novidade, trata-se de um fenômeno observável há muito tempo. Apesar das novas identidades constituídas pela sociabilidade contemporânea para os velhos estereótipos e representações socioculturais de um passado não tão recente, “sapatão”, “viado”, “bicha”, “gilete” e “boneca” são rotulações e discriminações para esses sujeitos que ainda persistem em viver de forma singular suas sexualidades, a despeito de insistirem em enquadrá-los no lugar próprio da patologia, do desvio, da segregação e exclusão social.

Mesquita e Matos (2011, p.134-135) também falam sobre a existência recente de atitudes preconceituosas no Brasil, explicando que

Os preconceitos se sustentam e se reproduzem por meio de bases afetivas e irracionais fundadas na desinformação, na alienação, no moralismo, no conservadorismo, no conformismo e, portanto, na lógica da naturalização e banalização dos processos sociais. (...) não é somente a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) que é alvo de preconceito no Brasil. O preconceito por aqui se expressa ainda pelas opressões de raça, etnia, classe, etc. A diferença é que, contra os primeiros, a agressão e o falso humor (a presença de lésbicas, gay e travestis comparece sempre estereotipada) acontecem todos os dias de maneira escancarada.

Ferreira (2008, p.237) ainda afirma que

O Brasil é o campeão mundial de assassinatos de gays, lésbicas e travestis. A cada três dias os jornais divulgam a morte de mais um homossexual, vítima da homofobia, vítima de crime violento. O Brasil é um país contraditório, pois ao mesmo tempo em que exporta travestis para a Europa, que aplaude no carnaval os transformistas, no dia-a-dia, discrimina, humilha e mata homossexuais.

Em abril de 2003, o Vaticano publicou um polêmico glossário de termos sexuais.

Trata-se do Léxico para termos ambíguos e coloquiais sobre vida familiar e questões éticas. O capítulo sobre homossexualidade e homofobia afirma que a homossexualidade deriva de um conflito psicológico não resolvido, afirma ainda que os homossexuais não são normais e que os países que permitem os casamentos unissexuais são habitados por pessoas com mentes profundamente perturbadas. (JURKEWICZ, 2005, p. 49)

mulher “vira” lésbica porque não conheceu homem de verdade; 49% disseram ser contra a união entre pessoas do mesmo sexo; 58% consideram a homossexualidade um pecado contra as leis de Deus; 52% são contra as manifestações públicas de afeto (beijos) entre homossexuais; 71% admitem ter preconceito contra lésbicas; 84% acreditam que Deus fez homens e mulheres diferentes para que possam cumprir seu papel de terem filhos e 99% manifestaram preconceito não declarado contra o LGBT.

Contudo, é importante explicar que a autora reconhece que este pensamento não é unânime no interior do cristianismo, e que até mesmo nas mais altas hierarquias da Igreja Católica, há aqueles que já demonstram maior abertura a este debate, posicionando-se de forma menos radical. O atual Papa, Jorge Mario Bergoglio (entronizado no ano de 2013), que optou por ser chamado de Papa Francisco, assumiu publicamente que Deus ama os homossexuais, e que o Catecismo diz que não se deve marginalizar essas pessoas. “Elas devem ser integradas à sociedade. O problema não é ter esta tendência. Devemos ser irmãos”³².

Ainda no campo religioso, mas também político, recentemente, no dia 18 de junho de 2013, sob o comando do deputado federal do PSC/SP Marco Feliciano³³, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara aprovou um projeto que permite aos psicólogos o tratamento com o propósito de curar os homossexuais. Segundo Foreque e Falcão (2013), esta aprovação foi uma vitória da bancada evangélica do país, que há dois anos a objetivava. A proposta é conhecida como “cura gay”. Vale ressaltar que esta proposta foi rejeitada pelo Conselho Federal de Psicologia e foi alvo de diversas manifestações de protesto em todo o país, considerando a ideia algo retrógrado e renovação de um pensamento conservador.

Concluindo esta parte do nosso estudo, é importante destacar que cidadania e democracia ainda são temas presentes no debate sobre a sociedade brasileira, que necessitam de uma constante revisitação das diversas correntes sociológicas. Elas estão no discurso dos movimentos sociais, das ONGs, dos grupos sociais, das Ligas Nacionais, dos partidos políticos e sindicatos. Eveline Dagnino (1994) diz que a democracia é um produto social, um ‘processo inscrito na condição conflitiva do social’, e os movimentos sociais são possíveis práticas constitutivas da democracia. A autora diz que é a cidadania que organiza uma estratégia de construção democrática, de transformação social, que afirma um nexos constitutivo entre as dimensões da cultura e

³²[http://www.arqrioi.org/formação/detalhes.ArqRio.Arquidiocese de São Sebastião. Palavras do Papa sobre **homossexualidade são baseadas no Catecismo**. Acesso em 04 fev. de 2015.](http://www.arqrioi.org/formação/detalhes.ArqRio.Arquidiocese de São Sebastião. Palavras do Papa sobre homossexualidade são baseadas no Catecismo. Acesso em 04 fev. de 2015.)

³³Presidente da Igreja Assembleia de Deus Catedral do Avivamento, Conferencista Internacional, escritor, cantor e Deputado Federal. O pastor nos informa que em 30 de março 1996, “o Senhor” o visitou de uma maneira sobrenatural. Foi a partir daí que ele fundou o Ministério Tempo de Avivamento que visa semear o fogo do Espírito Santo para que nasça uma nova espiritualidade, com vistas à santidade e à Evangelização.FELICIANO,Marco.https://www.facebook.com/PastorMarcoFeliciano/info/tab=page_info. Informações da página. Acesso em 10 de maio de 2016.

da política. A construção da cidadania aponta para a construção e difusão de uma cultura democrática. A autora mostra que a cidadania deriva e, portanto, está intrinsecamente ligada à experiência concreta dos movimentos sociais, à luta por direitos – tanto direito à igualdade como o direito à diferença. Afirmar a cidadania como estratégia, significa enfatizar o seu caráter de construção histórica, definida por interesses concretos e práticas concretas de luta e pela sua contínua transformação.

É neste contexto que as lutas e movimentos sociais urbanos se organizaram no Brasil, protestando contra as diversas formas de opressão, dominação, violências e preconceitos os mais diversos. Todas as transformações pelas quais passaram os movimentos sociais no Brasil foram investigadas por correntes teóricas que ofereceram uma análise sócio histórica, e contribuíram como suporte para suas diversas formas de organização e compreensão de cada contexto histórico específico. Atuar como oposição ao Estado, ou ‘de costas’ para Ele; pensar um projeto revolucionário, ou um projeto que pense propostas de caráter mais emergente, culturalista, identitário; convocar a classe trabalhadora, ou invocar a subjetividade dos atores, são alguns dos elementos que dão aos movimentos sociais uma característica própria, uma direção social e política determinante, que só podem ser compreendidas a partir do estudo da teoria dos movimentos sociais, que é o debate que passamos a tratar no segundo capítulo desta tese.

Capítulo II

Movimentos sociais: debate teórico

Neste capítulo realizamos um estudo sobre as principais correntes teóricas que estudam os movimentos sociais. Priorizamos o debate teórico referente ao período histórico a que propomos realizar nossa pesquisa: as décadas de 1970 a 2000. Partimos inicialmente do estudo dos movimentos sociais conhecidos como clássicos, antigos, ou “velhos” movimentos sociais, devido à sua inquestionável relevância política desde a formação das primeiras sociedades capitalistas, no auge da revolução industrial europeia, até os dias atuais. Posteriormente, nos dedicamos ao estudo dos chamados “novos” movimentos sociais. Os estudiosos que selecionamos para esta pesquisa optam por esta nomenclatura referindo-se aos movimentos sociais cujas direções sociais e bandeiras, desde seu surgimento, relacionam-se à subjetividade, à valorização do sujeito e demandas mais voltadas para o campo moral e cultural que econômico. Neste sentido, este debate é indispensável para se compreender a formação do movimento homossexual no Brasil, que se constitui como voz de protestos desta mesma natureza.

A Constituição brasileira de 1988 trouxe amplitude de direitos nunca antes atingidos. A liberdade de expressão, de imprensa e de organização, e o reconhecimento do racismo - visto como crime inafiançável - foram alguns dos importantes avanços na história brasileira contra as desigualdades sociais. Assim, o final da década de 1980, tida como a “década perdida” em termos econômicos, mas profícua para os movimentos sociais, tornou-se marcante para estes, visto que foi uma década em que as massas não se calaram, e saíram às ruas e praças reivindicando por direitos, por liberdade de expressão, por garantias de trabalho, de salários justos, entre outros.

Neste contexto, se fortalece a ideia de novos movimentos sociais, que são formas de se organizar e se pensar, defendendo interesses a partir de uma perspectiva culturalista. Para Gohn (2001), estes novos movimentos não aderem de maneira ampla à ideia de transformação social, não buscam romper em sua totalidade com a luta de classes e com o modo de produção vigente. Assim, mais que a sonhada revolução social que abriria

caminhos para a chegada do socialismo, há um apelo para se agir coletivamente por questões imediatas, consideradas mais urgentes que qualquer revolução macrossocial. Os novos movimentos sociais reivindicam questões mais cotidianas, mais no nível subjetivo³⁴.

1 - O debate teórico – Aproximações

Ao iniciarmos este capítulo, pensávamos em apresentar uma conceituação de movimentos sociais que fornecesse uma base inicial para as elaborações teóricas que apresentaremos. Contudo, após a constatação da enorme diversidade de autores e livros encontrados sobre esta temática³⁵, notamos que a discussão acerca do conceito de movimento social é ampla e complexa. O movimento vivo da sociedade desencadeia transformações que trazem mudanças estruturais na esfera macro da sociedade; isso pode refletir na forma como os grupos sociais enxergam, discutem, e se organizam para enfrentar estas transformações. Por esta razão, a tarefa de conceituar movimentos sociais não se torna algo simples, mas a sua teorização tem suma relevância para o propósito do nosso estudo. Gohn (2012, p.11) nos explica sobre a relevância da teorização sobre movimento social dizendo que

A preocupação com a teorização sobre os movimentos sociais ocorre porque, por um lado, eles ganharam visibilidade na própria sociedade na qualidade de fenômenos históricos concretos. Por outro, o desenvolvimento das teorias sobre o social colocou as ações coletivas num outro patamar, num universo mais amplo, reconstruindo e construindo novas teorias sobre a sociedade civil. Simultaneamente, o Estado, objeto central de investigação de uma grande parcela de cientistas sociais, passou, no plano da realidade concreta, com a globalização, a ser deslegitimado, criticado, com destaque para a perda de sua importância como agente regulador de fronteiras nacionais, controles sociais etc. Ocorreu um deslocamento de interesse para a sociedade civil, e nesta os movimentos sociais são citados como uma das ações sociais por excelência.

A professora Ilse Scherer-Warren (1989) importante estudiosa do pensamento de Alain Touraine, publicou diversos artigos e livros sobre o mesmo³⁶. Ela pontua que não há um acordo sobre o conceito de movimento social, e indica que ele pode ser compreendido

³⁴ Veremos mais adiante, ainda neste capítulo, esta questão da subjetividade em Boaventura de Souza Santos.

³⁵ Os autores e bibliografias utilizados encontram-se devidamente listados em nossa bibliografia final.

³⁶ Utilizamos alguns de seus principais livros e artigos. Os mesmos estão citados em diversas partes deste trabalho, tendo suas bibliografias devidamente citadas ao final da tese, em nosso referencial bibliográfico.

basicamente de duas formas: como uma ação coletiva com caráter reivindicatório ou de protesto, independente do alcance ou do significado político ou cultural da luta; ou, num outro extremo, encontram-se aqueles que defendem que movimento social se insere no campo cultural, atuando com um “número muito limitado de ações coletivas de conflito: aquelas que atuam na produção da sociedade ou seguem orientações globais, tendo em vista a passagem de um tipo de sociedade a outro. A referência teórica mais expressiva, neste caso, tem sido a produção de Touraine”. (SCHERER-WARREN, 2009, p. 18). Para essa autora, movimentos sociais podem ser definidos como ações coletivas contra um dominante, associados à organização social, para atender demandas específicas e imediatas. Eles buscam uma mudança na esfera social e cultural. Para ela, os movimentos sociais são agentes históricos que expressam, em cada momento, as formas históricas de opressão, de injustiça, de desigualdade. Eles são forças centrais de uma sociedade. Suas lutas não são contra a ordem, pelo contrário, são de reposição da ordem de comando, de uma nova historicidade. (SCHERER-WARREN, 1989).

Ribeiro (2001, p.09) também concorda com a dificuldade de se conceituar movimentos sociais, dizendo que não há consenso em relação a este conceito, “já que coexistem diferentes e competitivas culturas políticas e, logo, expectativas de transformação das relações sociais”. Montañó e Duriguetto (2010) apontam que é importante que não se confunda movimento social com mobilização social, esclarecendo que um movimento social caracteriza uma organização com relativo grau de formalidade e de estabilidade, sem se reduzir apenas a atividades que se esgotam em si mesmas quando alcançadas. Já a mobilização social tem esse caráter passageiro. Ela é uma ferramenta do movimento social apenas. Toro e Werneck (2002), contudo, entendem a mobilização de forma diferente, afirmando que muitas vezes a mobilização social é confundida com manifestações públicas, passeatas ou concentrações. Para os autores a mobilização ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade, uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando cotidianamente, os resultados desejados por todos. A partir desta concepção, afirmam que mobilizar “é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados.” (TORO E WERNECK, 2002, p. 11-12) Os autores não defendem que a mobilização se refere a um evento passageiro que se encerra em si mesmo. Pelo contrário, ele deve possuir um projeto para o futuro, com resultados que são conquistados diariamente numa luta constante e sem fim.

Consenso também não há ao se buscar categorias de análise que falam em velhos/novos movimentos sociais, como Santos (2005b); ou movimentos clássicos, sindicais, de libertação nacional, socialistas, como Montaño e Duriguetto (2010), ou ainda os modelos de análise culturalista (ênfase nos movimentos sociais) e os classistas (ênfase mais nas estruturas econômicas, as classes sociais, as contradições sociais e os conflitos de classe) conforme Gohn (1999, p. 41).

Scherer-Warren (2009, p. 24) compreende que

Mais apropriado do que falar em novos e velhos movimentos sociais, o que implicaria uma ênfase na organização ou tipo de movimento, é analisar os novos elementos culturais emergentes nos movimentos, tanto nos tradicionais (sindicatos etc.) como nos surgidos mais recentemente (ecológicos, de gênero, étnicos, etc.).

Há ainda os autores que buscam classificar os tipos de movimentos sociais, surgindo aí uma enorme listagem destes. Apenas para exemplificar, podemos citar os registros históricos encontrados por Touraine (1989): os movimentos messiânicos, os camponeses, os de defesa comunitária, os de defesa da identidade, os de lutas urbanas, os novos movimentos sociais, os movimentos históricos, os políticos e as lutas culturais.

Embora haja esta dificuldade em se chegar a um consenso sobre o que seja um movimento social, ou sobre qual categoria de análise é mais adequada, alguns autores encontram elementos que podem nos oferecer uma compreensão do que significam tais movimentos na sociedade. Para Cândido Grzybowski (1991), os movimentos sociais representam uma forma de conquista e exercício da cidadania. Eles não trilham caminhos previamente definidos, mas os constroem ao se mover. Eles permitem aos trabalhadores aprenderem como se unir, organizar, negociar, participar, elaborar sua identidade social, a consciência de seus direitos e a apreensão crítica do seu mundo, de suas práticas e representações sociais e culturais. A continuação da prática (greves, passeatas, acampamentos...) permite um salto na consciência, na socialização política. Para o autor, há movimentos que estão de costas para o Estado em um Estado que também está de costas para os movimentos sociais. É na luta pela direção do poder, na luta de classes que os movimentos sociais devem se fazer agir.

Ribeiro (2001, p.12) entende que “os movimentos emergem de práticas que, ao atualizarem ou contradizerem determinantes da vida coletiva, transformam o tecido social. Por determinantes compreende-se não apenas os que organizam a economia; mas, também, a política, a cultura e a vida cotidiana”. Para a autora, eles “contestam relações sociais – envoltas em estereótipos, preconceitos e formas de dominação - e lutam, em consequência, pela instauração de novas relações societárias”. (RIBEIRO, 2001, p.14)

Para Gonh (1999), os movimentos sociais são ações coletivas, e possuem um caráter sociopolítico. Eles questionam a realidade estrutural, e não apenas os seus efeitos. São organizações que possuem uma identidade, têm um opositor e articulam ou se fundamentam num projeto de vida e de sociedade, ou seja, há um questionamento da ordem. Ainda segundo a autora, ao olhar para a história, observamos que os movimentos sociais contribuíram para organizar e conscientizar a sociedade. Eles apresentam conjuntos de demandas via práticas de pressão e mobilização, e têm certa continuidade e permanência. Não objetivam ações imediatas, e não acabam quando têm suas reivindicações atendidas. Eles não são movidos apenas pelas necessidades imediatas, pois podem surgir e se desenvolver também a partir de uma reflexão sobre sua própria experiência.

Para além desta breve abordagem referente às possíveis compreensões sobre o que seja um movimento social, entendemos que apontar o debate teórico realizado no período que nos propomos a estudar (1977 a 2000), pode nos fazer compreender melhor as direções seguidas pelo movimento LGBT no Brasil e, em última instância, as influências deste contexto na organização dos homossexuais em Juiz de Fora. Primeiramente traçaremos as principais características dos movimentos sociais que se articulam em torno da relação capital/trabalho, e atuam no contexto das contradições do mundo do trabalho no modo de produção capitalista. Posteriormente apresentaremos as bases teóricas que explicam os chamados novos movimentos sociais. Este estudo tem como recorte o período histórico delimitado em nossa pesquisa (1970 a 2000).

Conforme Scherer-Warren (2009), entre os anos de 1950 e 1970 o pensamento sociológico dominante polarizava-se em torno de duas correntes: a marxista e a funcionalista. São estas duas correntes que darão suporte teórico para os principais

movimentos sociais do período. A autora nos diz que a teoria social latino-americana da ação coletiva e do conflito, sob o predomínio de perspectivas marxistas, concebe o real enquanto totalidade inteligível, macroestrutural. Segundo esta concepção, há um sujeito privilegiado ao qual se atribui teleologicamente a missão da transformação histórica – a classe, determinada a partir de sua condição objetiva no processo produtivo. Gohn (1999) soma a este pensamento nos informando que nas abordagens fundadas no paradigma marxista, até os anos de 1950, o conceito de movimento social esteve associado ao de luta de classes e subordinado ao próprio conceito de classe, que tinha centralidade numa análise onde o paradigma teórico mais amplo era o do processo de mudança e de transformação social. O tema da desigualdade social estava posto em contraponto ao da igualdade e da emancipação da classe explorada – uma meta a perseguir.

Gohn e Bringel (2012) confirmam esta tese dizendo que as teorias que orientaram a produção brasileira a respeito dos movimentos sociais, nas décadas de 1970 e parte de 1980, originavam-se, majoritariamente, de paradigmas europeus – tendo predominância, nos anos de 1970, a vertente marxista, e nos anos de 1980, a abordagem dos novos movimentos sociais.

Nos estudos baseados nas teorias marxistas, destacaram-se as categorias de hegemonia, contradições urbanas, campo de força popular, sujeitos históricos, emancipação, etc. Castells (1980) e Lojkin (1981) são estudiosos que representam este grupo. Ao formular suas análises sobre os movimentos sociais urbanos, Castells (1980), importante autor bastante estudado nos anos 1980 no Brasil, apresenta sua tese partindo da ideia de contradições urbanas. Para este autor, os movimentos sociais urbanos colocam em questão a ordem capitalista a partir das contradições próprias do espaço urbano. No ano de 1999, o autor escreveu que os movimentos sociais encontram o caminho para lutar por essa paridade social, pela rejeição à subordinação das regras institucionalizadas no modo de produção capitalista, que marginalizam e conferem aos sujeitos uma condição de subcidadania.

Gohn (2006, p. 171) diz que a análise dos movimentos sociais sob o prisma do marxismo refere-se a processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão

sociopolítica e cultural. Não se trata do estudo das revoluções em si, também tratado por Marx e alguns marxistas, mas do processo de luta histórica das classes e camadas sociais em situação de subordinação. As revoluções são pontos deste processo quando há ruptura da ‘ordem dominante’, quebra da hegemonia do poder das elites e confrontação das forças sociopolíticas em luta, ofensivas ou defensivas. A teoria marxista é utilizada por estes movimentos sociais para refletir sobre a origem dos participantes, os interesses do movimento, e o programa ideológico que fundamenta suas ações. Este fundamento teórico é essencial para se analisar a esfera da sociedade civil a partir do pressuposto de uma totalidade social e de sua iminente contradição capital/trabalho, espaço em que projetos societários antagônicos são disputados, na luta por sua hegemonia.

Para os fins do presente estudo, as novas formas de organização e direção social e política que assumem os chamados novos movimentos sociais (NMS) são as que mais nos interessam, por entendermos que o movimento LGBT encontra-se atualmente bem mais próximo das ideias formuladas por estes novos movimentos sociais/movimentos sociais culturalistas, do que em torno dos movimentos sociais tradicionais, de classe, conforme vimos acima. Neste sentido, faremos a seguir uma abordagem sobre os novos movimentos sociais, buscando compreender suas origens, direções políticas, trazendo à tona as principais ideias de pensadores que por longa data estudam esta “nova” forma de organização social dos grupos e movimentos sociais no Brasil.

1.1 - Breve debate sobre Identidade e a Teoria sobre os Novos Movimentos Sociais

Na América Latina, os chamados novos movimentos sociais (NMS) têm seu protagonismo e expansão nas décadas de 1960 a 1980. Montañó e Duriguetto (2010) percebem que as atuais abordagens teóricas com base no eixo culturalista, acerca dos movimentos sociais no Brasil e na América Latina, enfatizam a relevância do processo de construção de identidades - sejam atribuídas ou adquiridas - em que o pertencimento a um grupo, faixa etária, comunidade, grupo étnico é fundamental. Os autores afirmam que a produção teórica brasileira e o debate latino-americano sobre os novos movimentos sociais têm sua análise teórica na segunda metade da década de 1980. Esta

análise tardia acabou por fundir as análises teóricas existentes (em especial a acionalista³⁷ e a pós-moderna³⁸) em uma abordagem “culturalista”.

Sobre a identidade

Antes de entrar propriamente no debate teórico sobre os novos movimentos sociais, gostaríamos de fazer uma breve abordagem sobre o tema identidade, uma vez que os NMS e também o LGBT têm em suas pautas o reconhecimento por suas identidades, bem como o questionamento sobre identidades socialmente aceitas e normatizadas. Ser homossexual, lésbica, bissexual, etc, implica diretamente em defender uma identidade própria. São estas algumas das questões que traçamos abaixo.

Castells é um autor que esclarece o conceito de identidade de forma sucinta, definindo-a como “a fonte de significado e experiência de um povo”. (CASTELLS, 1999, p.22) Quando se refere a atores sociais, o autor entende que a identidade diz respeito a um “conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual (ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado”. (p. 22) Sendo uma fonte de significados, criados e internalizados pelos atores sociais, define significado como “a identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por tal ator.” (p.23). Assim, a identidade, mesmo quando institucionalizada, depende da internalização da mesma pelos sujeitos. A identidade não pode ser imposta, depende da identificação ou não dos atores sociais com os significados da mesma.

Castells (1999) propõe a distinção entre três formas e origens de construção de identidades: a identidade legitimadora, que é introduzida socialmente por instituições dominantes, visando expandir sua dominação sobre os atores sociais; a identidade de

³⁷Segundo Montaña e Duriguetto (2010, p.312) os acionalistas “rejeitavam e se distanciavam tanto dos processos vinculados ao bloco capitalista quanto dos identificados ao bloco socialista. Defendiam, por isso, uma mudança geral que partisse das pequenas ações locais e cotidianas, fora do Estado, dos partidos políticos e da contradição capital/trabalho”.

³⁸Segundo Montaña e Duriguetto (2010, p.347) há nas elaborações teóricas pós-modernas “uma forte rejeição à teoria marxista das classes sociais e da exploração, substituindo a classe por grupos de pressão, coletividades, e a exploração pela “exclusão”, assim como a substituição dos conceitos de revolução e de emancipação pela “micropolítica”. No lugar dos sujeitos, organizações e lutas políticas universais como classes, partido e lutas de classes, as formulações pós-modernas defendem a protagonização dos grupos particulares, como os de mulheres, homossexuais, minorias étnicas, que lutariam contra as diversas formas de opressão presentes na vida cotidiana e dispersas por toda a sociedade civil, substituindo, se superpondo, ou até antagonizando às organizações e às lutas classistas”.

resistência, que é criada por atores que se encontram em situações desvalorizadas ou estigmatizadas pela lógica da dominação; e finalmente a identidade de projeto, que ocorre quando os atores sociais constroem uma nova identidade, ao mesmo tempo redefinindo sua posição na sociedade e buscando a transformação da estrutura social. A identidade de projeto produz sujeitos, que são atores sociais coletivos. Assim, a construção da identidade consiste num projeto de vida diferente, que rejeita uma identidade oprimida e marginalizada.

É exatamente no campo da identidade que Castells (1999, p. 241) estuda os movimentos gay e lésbico, pois não entende que a homossexualidade possa ser entendida como uma preferência sexual, pelo contrário, elas são “opções por identidades e duas identidades distintas: lésbicas e homens gays”. O autor ainda complementa esta ideia afirmando que “as fronteiras da interação social e auto-identidade são cultural, social e politicamente construídas”. (p. 241)

No que se refere à busca por um reconhecimento social, Lima (2011) nos diz que o movimento LGBT reivindica o direito de serem reconhecidos com os direitos de práticas afetivo-sexuais sem discriminação, à livre expressão ao afeto, às políticas públicas que considerem suas especificidades, à adoção e o direito de possuírem uma família. Nancy Fraser (2007) também nos oferece uma boa compreensão sobre as diferentes tendências existentes no campo de estudos sobre os recentes movimentos sociais expondo que, de algum tempo para cá, as forças da política progressista dividiram-se em dois campos. De um lado, encontram-se aqueles que se apoiam em antigas tradições de organizações igualitárias, trabalhistas e socialistas. Atores políticos alinhados a essa orientação buscam uma alocação mais justa de recursos e bens. Estes são os proponentes da "redistribuição", e pretendem redistribuir a riqueza dos ricos para os pobres, do Norte para o Sul, e dos proprietários para os trabalhadores. De outro lado, estão os proponentes do "reconhecimento", que se apoiam em novas visões de uma sociedade "amigável às diferenças", e buscam o reconhecimento das distintas perspectivas das minorias étnicas, "raciais" e sexuais, bem como a diferença de gênero. (FRASER, 2007, p. 102)

Além de Nancy Fraser (2007), Axel Honneth (2007) e Iris Young (2009), são outros importantes autores que debatem a questão da identidade nos movimentos sociais. Fraser entende que o reconhecimento, e não a identidade é um ponto central no estudo

dos movimentos sociais. Ela explica que “o que exige reconhecimento não é a identidade específica de um grupo, mas a condição dos membros do grupo como parceiros integrais na interação social.”. (FRASER, 2007, p.107) É interessante notar que para Fraser o mais importante não é valorizar a identidade de grupo, mas superar a subordinação, tornar o sujeito subordinado num parceiro integral na vida social, capaz de interagir com os outros como um par. Isto representa “desinstitucionalizar padrões de valoração cultural que impedem a paridade de participação e substituí-los por padrões que a promovam”(p. 109).

Para Axel Honneth (2007), os movimentos sociais mostram que reconhecimento da dignidade é parte vital do nosso conceito de justiça. O problema é que os movimentos sociais sobrevalorizaram em suas lutas o reconhecimento cultural, ignorando outras formas de reconhecimento, como o reconhecimento social de suas próprias orientações de valor ou estilos de vida. Apenas recentemente a questão moral do reconhecimento tem sido uma demanda presente nos movimentos sociais, sendo reduzida apenas ao aspecto de reconhecimento cultural. Para o autor, a luta pelo reconhecimento se dá no campo moral. Assim, o reconhecimento é algo moral e não cultural. Ele afirma que “a qualidade moral das relações sociais não podem ser mensuradas exclusivamente em termos de uma distribuição justa ou equitativa dos bens materiais”. (HONNETH, 2007, p.81)

Outra crítica ao pensamento de Fraser é a de Young (2009, p. 196), para quem Fraser “exagera o grau em que uma política de reconhecimento se afasta das lutas econômicas.” Young chega a concordar com Fraser em sua crítica às tendências para uma política de reconhecimento que visa suplantar as preocupações com a justiça econômica. Contudo, ela se opõe à ideia de Fraser de reafirmar uma categoria de economia política inteiramente oposta à de cultura, pois os movimentos sociais como o feminista e o homossexual, concebem o reconhecimento cultural como um meio para alcançar justiça econômica e política. Young concorda com os estudos marxistas que defendem que a economia política é cultural, sem deixar de ser materialista. Tal ideia torna desnecessária e um erro a separação feita por Fraser. A proposta de Young é reconectar as questões de economia política às de reconhecimento. O reconhecimento, assim, é entendido como um meio para a igualdade econômica e política, e não um fim em si mesmo, como argumenta Fraser. A igualdade política, econômica e material é um

dos objetivos primordiais dos ativistas gays e lésbicas no entendimento de Iris Young. É um erro separar a complexidade que envolve a realidade política da realidade social.

Outro importante autor que debate sobre identidade é Stuart Hall. A justificativa que Hall (2005) vê para que o estudo contemporâneo sobre identidade tenha crescido tanto na teoria social, é que as velhas identidades estariam em declínio, surgindo novas identidades que fragmentam o indivíduo moderno. Ele se preocupa em estudar e tentar compreender se existe uma crise da identidade, em que ela consiste, e em que direção caminha. Ele alerta para o fato de que o estudo da identidade é complexo, o que impossibilita que exista uma conclusão fechada sobre a questão. Ele parte de três concepções de identidade. A primeira, no Iluminismo, onde a pessoa humana era considerada centrada, unificada. Ao longo de sua existência o sujeito permaneceria o mesmo, sem alterações em sua essência. Essa essência imutável era sua identidade. A segunda, o sujeito sociológico, concepção presente no mundo moderno, afirma que o núcleo interior do sujeito não é auto-suficiente, mas sim formado por valores compartilhados com pessoas importantes para ele, num contexto cultural específico. Assim, a identidade é formada a partir da interação do indivíduo com a sociedade. A essência do sujeito é formada e modificada sempre que interage com culturas diferentes. Consequentemente, não possuiríamos uma única identidade dura e inalterável, mas sim várias identidades, por vezes confusas e contraditórias. Estas mudanças, este estado provisório da identidade, cria a terceira concepção trabalhada por Hall, que é o sujeito pós-moderno. Na pós-modernidade a identidade é constantemente alterada, transformada historicamente, e não biologicamente. A identidade unificada não existe, ela é mera fantasia. Assim, podemos nos identificar com diferentes identidades de forma temporária, alterando-a constantemente.

Hall (2005) entende que o movimento sofrido pelas identidades na modernidade, é consequência direta das mudanças rápidas e passageiras próprias da modernidade. Há uma fragmentação, uma pluralização das identidades. Os interesses das pessoas não estão mais centrados em interesses de classes, eles são bem mais amplos e complexos. Há uma emergência constante da criação de novas identidades, de novos movimentos sociais, novas demandas e lutas. O Humanismo Renascentista, a Reforma Protestante, o Iluminismo, o avanço da ciência, dentre outros, trazem à tona questionamentos e mudanças sobre a ideia pré-moderna de que a identidade era imutável, determinada por

Deus e composta de um núcleo central unificado. No iluminismo, o homem (e não Deus) se torna o centro do universo, ele é o responsável por suas decisões e mudanças.

Para entender este descentramento, esta fragmentação na concepção de sujeito, é preciso primeiramente compreender as diversas mudanças ocorridas naquilo que Hall (2005) chama de modernidade tardia, ou a modernidade advinda com a segunda metade do século XX. Os escritos de Karl Marx (e posteriormente as interpretações de marxistas contemporâneos) sobre as condições de trabalho e exploração dos trabalhadores no início do desenvolvimento da sociedade capitalista, e sua análise sobre as relações sociais que os homens estabelecem na história humana, foi um importante passo na mudança do pensamento sobre a essência universal do homem. Freud também contraria a ideia de uma identidade fixa e unificada quando estuda os desejos, a sexualidade como processos psíquicos simbólicos presentes no campo do inconsciente, e não na sua Razão. A identidade para Freud não é algo naturalmente concebido desde o nascimento da criança, mas trata-se de um aprendizado ao longo da vida. Ela é incompleta e está em constante processo de formação. Para Hall (2005) outro pensador que tem enorme influência na descentração do sujeito moderno é Michel Foucault. Este analisa que, ao disciplinar e controlar a vida moral, familiar e sexual do sujeito moderno, as instituições vigiam e individualizam os sujeitos.

Dentre os movimentos sociais contemporâneos, Hall destaca que o Movimento Feminista da década de 1960 foi fundamental neste processo de descentração do sujeito, uma vez que questionou antigos papéis sociais representados por homens e mulheres; questionou a estrutura familiar, a sexualidade e a política. Este movimento social fortaleceu a importância de se pesquisar e conhecer, nas ciências sociais, a formação de identidades sexuais e de gênero, e as diferenças substanciais existentes entre homens e mulheres no campo da sexualidade. Hall (2005) nos alerta para o fato de que todas estas teorias e pensamentos foram e ainda são questionados, algumas vezes pouco aceitos em sua totalidade, mas o que importa, e que não pode ser negado, são os efeitos que estas problematizações atuais produzem na conceituação sobre sujeito e identidade na modernidade tardia.

Para Hall (2005), a globalização foi e é um movimento que vem contribuindo de forma significativa para que as identidades sejam cada vez mais “flutuantes”, menos

unificadas. A partir do intercâmbio comercial, social, e também do acesso às mídias e sistemas de comunicação cada vez mais interligados, as identidades cada vez se desvinculam mais de tempo, lugar, história e tradições. A cada dia somos confrontados com uma gama de diversificadas identidades que se fundem com as nossas. A ideia de pertencimento, de que somos exclusivamente diferentes ou ímpares por pertencer a uma determinada cultura nacional, vai se dissolvendo num espectro cultural plural, mas também homogêneo, pois o consumismo global aproxima tendências que vão desde hábitos alimentares a comportamentos de gênero.

Contudo, é importante ressaltar que Hall não compreende a globalização como uma substituição do local, pelo contrário, as culturas global e local dialogam e se articulam diariamente. A globalização tem um efeito pluralizante sobre as identidades, possibilitando posições mais politizadas, mas também transitórias, evidenciando as diferenças entre elas. As identidades locais, regionais, não morrem por decorrência do crescimento da cultura global, o fenômeno que ele percebe é o de criação de novas identidades. Algumas culturas se abrem mais e outras se fecham e tentam resistir às mudanças e transformações. Assim, as novas identidades aparecem de forma desuniforme, variando de cultura para cultura. Algumas culturas, e algumas pessoas, apesar de terem de aprender a dialogar e negociar com as novas culturas resultantes do processo de globalização, poderão permanecer arraigadas em suas tradições, linguagens e história que marcaram sua identidade. Contudo, ainda que carreguem esses traços tradicionais em sua identidade, estas pessoas não possuem mais uma identidade unificada, como em outrora. Novas culturas, novos conhecimentos estão sempre demarcando uma necessidade de aproximação e intercâmbio com as diferenças.

Sobre os “Novos” Movimentos Sociais

Juntamente com os movimentos sociais urbanos³⁹ e associações de bairros, os chamados novos movimentos sociais – NMS - tornam-se fonte de inspiração na década de 1980 para vários movimentos após o fim da ditadura e construção da Constituição Brasileira de 1988. (SCHERER-WARREN, 1996). Gohn (2001) explica as razões, no Brasil, que levaram a esta nova forma de se organizar. A autora nos diz que àquela época, o desemprego e o aumento da violência, principalmente no espaço urbano, contribuíram para um clima de descrença na política e no Estado. As funções político-partidárias foram vistas de forma negativa, e os movimentos sociais e sindicatos com recortes político-partidários perderam a credibilidade. Em particular, sobre os movimentos sociais, a autora afirma que nos anos de 1990 “importa menos a presença de movimentos sociais enquanto organização, e importa mais as novas instituições, os novos quadros de pessoal, a nova mentalidade sobre a coisa pública; em suma, importa mais a nova cultura política gerada”. (Gohn, 2001, p. 207-208) Nos estudos dos novos movimentos sociais, novas categorias de análise como ‘sujeito popular’, ‘sujeito coletivo’, ‘subjetividade’, ‘ator social’, ‘reconhecimento’ dentre outros, passam a compor os estudos dos movimentos sociais. Como exemplo destes movimentos sociais, Montaño e Duriguetto (2010) citam os ecológicos, urbanos, antinucleares, feministas, homossexuais, entre outros.

³⁹Segundo Gohn (1991), dentre os movimentos sociais que chamaram a atenção dos estudiosos na década de 1970 no Brasil, a temática dos movimentos sociais urbanos surge como objeto central de investigação, levando em consideração dois motivos básicos: o primeiro de ordem estrutural. O agravamento da falta de condições de infraestrutura urbana; o segundo motivo, de ordem conjuntural, representado pelo regime político-militar que trazia a repressão de espaços já tradicionais de participação popular, como exemplo, os partidos políticos de esquerda e sindicatos dos trabalhadores.. Sader (1988) aponta que nos primeiros estudos sobre os movimentos sociais urbanos predominavam as explicações das características de combatividade e autonomia com que emergiam pelos novos padrões da acumulação capitalista no país. Obrigada a intervir diretamente na produção, o Estado perderia toda sua ambiguidade e deixaria cair suas máscaras. Um Estado incapaz de assegurar as condições necessárias para a própria produção da força de trabalho aparecia como alvo – logo entendido como inimigo – dos movimentos sociais com que os trabalhadores buscariam defender esses interesses negociados. (SADER, 1988, p. 40-41) Manuel Castells também dedicou-se a estudar os movimentos sociais urbanos, tendo forte influência entre os pesquisadores brasileiros nos anos de 1980. Gohn (1999) chega a considerá-lo a principal influência teórica sobre movimentos sociais no Brasil nas décadas de 1970 e 1980. Castells define movimentos urbanos como processos de mobilização social com finalidade preestabelecida, organizados em determinado território, que visam objetivos urbanos. Dentre as metas destes movimentos, o autor destaca as necessidades urbanas de condições de vida e de consumo coletivo; a afirmação da identidade cultural e local; e a conquista da autonomia política local e participação enquanto cidadãos. O autor compreende que estes movimentos sociais são capazes de produzir mudanças consideráveis no sistema urbano, nas instituições públicas e na gestão democrática da sociedade. (MONTAÑO E DURIGUETTO, 2010)

Montaño e Duriguetto (2010) evidenciam que o surgimento e a expansão destes novos movimentos sociais ocorrem no contexto da fase de expansão capitalista mundial e da Guerra Fria (décadas de 1960 a 1980). Na concepção dos autores, estes movimentos contribuíram para revelar que as condições da reprodução do capital ultrapassam seu movimento econômico e se estende à totalidade das condições da reprodução das condições sociais de existência. Estes autores entendem que os novos movimentos sociais “têm por vezes o objetivo ou a função de ser um complemento das lutas de classes dos movimentos clássicos (somando-se a essas lutas), e outras vezes são vistos como alternativos aos movimentos de classe tradicionais e aos partidos de esquerda (substituindo tais lutas)” (MONTAÑO E DURIGUETTO, 2010, p. 248).

Gohn (2012) nos informa que as abordagens culturalistas, apesar de não incorporarem em sua luta as leituras e interpretações marxistas, não se afastaram por completo desta corrente teórica. Em suas palavras, ela diz que os novos movimentos sociais

criticaram as abordagens estruturais ortodoxas que se detinham excessivamente na análise das classes sociais como categorias econômicas; criticaram também os estudos que se preocupavam apenas com as ações da classe operária e dos sindicatos, deixando de lado as ações coletivas de outros atores sociais relevantes. É importante registrar que eles teceram críticas ao marxismo, mas tiveram com ele um diálogo permanente não o descartando. (GOHN, 2012, p.30)

Touraine, nos anos de 1970, e Tilman Evers, em 1980, são importantes autores desta linha de pensamento. Evers (1984) entende que o “novo” nos novos movimentos sociais é que eles criam pequenos espaços de prática social. Seu potencial transformador não é político, mas sociocultural. Contudo, com suas formas de organização informais e autônomas, suas práticas de atividades culturais como música, teatro, dança, os novos movimentos sociais podem, a princípio, ser entendidos como despolitizados ou caracterizados como dotados de uma ingenuidade política. Mas Evers defende que nas práticas cotidianas, distantes das estruturas de poder existentes, o campo político aparece como uma força propulsora, uma vez que a política é um elemento constante dentro da vida social. Estas formas de protestos são legítimas, e evocam uma ruptura com os flagelos capitalistas.

Scherer-Warren (2009, p.17) esclarece que

A categoria de sujeito popular, para uns, e de ator social, para outros, passa a substituir a categoria de classe social, bom como a de movimento popular e/ou de movimento social substitui a de luta de classe, significando que, em lugar da tomada revolucionária do poder, poder-se-ia pensar em transformações culturais e políticas substantivas a partir da cotidianidade dos atores envolvidos.

Gostaríamos de expor o pensamento de dois autores de grande referência no debate sobre os novos movimentos sociais: o sociólogo francês Alain Touraine e o professor, doutor em sociologia do direito, Boaventura de Souza Santos. Acreditamos que o debate travado por estes autores podem nos oferecer elementos essenciais para a compreensão dos elementos centrais dos novos movimentos sociais.

1.2 - Um diálogo com Alain Touraine

Alain Touraine é um importante pesquisador da temática de movimentos sociais. Para Gohn (2000) ele tem uma importante contribuição na sociologia francesa, e oferece uma contribuição específica no campo de estudos sobre movimentos sociais. Touraine teorizou sobre os movimentos sociais, e é um dos autores com maior volume de produção a respeito: desde a década de 1960 construiu uma longa trajetória de pesquisa registrada em mais de 30 livros. (GOHN, 2012, p32) A América Latina, especialmente o Brasil, tem papel central na produção de Touraine. Há mais de quatro décadas, Touraine é uma das referências básicas no estudo sobre as ações coletivas dos movimentos sociais. (GOHN, 2012, p.92)

A autora nos relembra (e também já vimos esta concepção em MONTAÑO E DURIGUETTO, 2010) que a abordagem de Touraine “estrutura-se a partir do que se convencionou denominar paradigma acionalista. (...) Sabemos que o acionalismo retoma um dos pressupostos básicos do funcionalismo: toda ação é uma resposta a um estímulo social. O axioma aí implícito enfatiza o comportamento social, ou seja, a conduta dos indivíduos e grupos em termos de conflito ou de integração”. (GOHN, 2000, p.142) Na abordagem acionalista, um movimento social refere-se a ação de um grupo, um ator coletivo que reivindica alterações frente aos problemas presentes na sociedade industrial.

Gohn (2000) nos informa que nos anos de 1960, Touraine, envolto no pensamento marxista, defendia que todo movimento social é ao mesmo tempo um movimento de

classe, anticapitalista; é ao mesmo tempo defensivo e contestatório. Ele destacava que faltava aos movimentos sociais do período unidade nas ações. Por serem frágeis e heterogêneos, eles tendiam à fragmentação. Contudo, nos anos de 1970, ele se distancia desta abordagem de linha marxista, deixando de priorizar em seus estudos as classes operárias, estudando outros grupos sociais, como o de mulheres, antinucleares e ambientalistas, conforme nos informa Scherer-Warren (1989). Ele recusa a ideia marxista de contradição, de uma sociedade dominada pelas macroestruturas, e pauta sua análise no desempenho dos atores sociais. Assim, “a teoria dos movimentos deve ser construída, para Touraine, ao redor das ações coletivas, das lutas, dos atores. Eles devem ser vistos dentro de uma teoria mais geral, a teoria dos conflitos”. (Gohn 2000, p. 146)

Montaño e Duriguetto (2010) nos informam que a partir desta ruptura com o marxismo em seus estudos sobre movimentos sociais, Touraine identifica novas formas de conflito social, expressas nos chamados novos movimentos sociais, ou novas ações sociais localizadas, que promovem as mudanças e o desenvolvimento histórico; contudo, não mais tendo como orientação as lutas de classes. Estes NMS não se fundam mais na contradição capital/trabalho, e não se organizam em sindicatos ou partidos políticos. Suas demandas se voltam para o campo cultural da sociedade. A dinâmica conflitiva não se centra mais em empregadores e assalariados, mas sim nas dimensões culturais e simbólicas das relações sociais.

Conseqüentemente, para Touraine, é um erro ver os movimentos sociais como agentes de mudança histórica ou forças de transformação do presente e construção do futuro. Um movimento social é, assim, um conflito social e um projeto cultural. . O Estado não é visto como monopólio da violência e da busca da legitimação, ele é um agente social de reação e transformação, uma força social de mudança histórica. Nesse sentido, o Estado, ao responder a um movimento social, “estaria repondo a ordem e abrindo caminhos para a mudança pela institucionalização de novas formas de relações. Os movimentos têm o papel mais de agentes de pressões sociais do que de atores principais das transformações sociais propriamente ditas”. (GOHN, 2000, p. 147) Assim, os movimentos sociais não estão questionando o Estado ou o mercado, mas sim a sociedade civil, pois é a sociedade civil quem focaliza a ação coletiva dos agentes sociais, e aí os movimentos sociais têm grandes destaques. É importante notar que

Touraine não abandona a ideia de que a sociedade civil é um espaço de disputas, lutas e processos políticos; onde se criam normas, identidades e relações de dominação e resistência. Contudo, mais que criar um novo tipo de sociedade como almejam os movimentos sociais que se apoiam no pensamento de Marx e marxista, os novos movimentos sociais pretendem garantir os direitos dos homens e mulheres à vida, saúde, ao respeito e dignidade.

Para Touraine (2006) a ideia de movimento social remete a uma ação coletiva que coloca em causa um modo de dominação social generalizada. Esta ação coletiva não se refere a uma crise ou à evolução de um sistema. Pode-se, por exemplo, falar em crise do capitalismo sem necessariamente remeter esta crise à intervenção de um movimento social. Para o autor, falar em movimento social significa falar em atores sociais, de atores que têm consciência do que têm em comum, ou seja, dos mecanismos de conflitos e dos interesses particulares que os definem uns contra os outros. Touraine admite que os métodos de organização do trabalho utilizados no período da industrialização, como o fordismo, ameaçavam a autonomia do trabalho operário. Esta situação agravou-se gerando no início do século XX diversos conflitos e greves, intensificando a ideia de uma classe social trabalhadora organizada. Esta ideia se estende até a metade desse século.

O autor chama de sociedade pós-industrial o período que corresponde ao início da segunda metade do século XX. O período anterior à pós-industrialização caracterizou-se por uma contradição industrial entre capital e trabalho, fundando os conflitos de classes como mecanismos de mudanças sociais. Contudo, nas sociedades que ele denomina de pós-industriais, a ideia de movimento social permanece viva e necessária. Nas sociedades pós-industriais houve um triunfo do uso das tecnologias da informação e da comunicação, houve uma flexibilização, uma globalização nas formas de domínio e de dominação de uma classe sobre outra. As preocupações da classe operária com centralidade na produção são agora ocupadas pelo desejo de uma autonomia bem menos econômica, e bem mais moral. A autonomia do indivíduo, ou do ator enquanto sujeito.

Assim, ao invés de falar em movimento social, Touraine entende ser preferível pensar em movimentos culturais, que tiram de cena a meta por transformações sociais, deslocando os conflitos para uma ordem simbólica, com exigências morais, no campo

dos direitos humanos. (TOURAINÉ, 2006) Segundo o autor, hoje as contestações mais acirradas têm um fundamento moral, porque a dominação se exerce mais sobre os corpos e almas do que sobre o trabalho e a condição jurídica. Assim, essas novas contestações não visam criar um novo tipo de sociedade, mas sim ‘mudar a vida’, ou seja, defender os direitos relativos à defesa da vida humana; uma luta contra a fome, o extermínio dos povos, bem como ter garantido o direito de escolher livremente um estilo e uma história de vida pessoal. Sendo assim, os novos movimentos sociais se organizam pelo direito à identidade e à dignidade humanas, eles mobilizam princípios e sentimentos. (TOURAINÉ, 2008, p.262)

O autor esclarece que uma sociedade pós-industrial tende a ser uma sociedade de massa, que realiza uma mobilização cada vez mais generalizada da população. Vê-se cada vez mais a queda da mediação de um partido político nestas mobilizações. Rompe-se com a ideia de que a sociedade é dominada pela economia, que situava os conflitos fundamentais no setor do trabalho. Constitui-se um modo de gestão global que não pode se reduzir a uma política econômica. Agora, não é em nome do trabalhador que são conduzidas as lutas reivindicatórias, e elas não existem dentro de um campo único de dominação. Este campo se tornou global, e podem ser atores coletivos que reivindicam mudanças: os estudantes, as mulheres, os negros, os homossexuais, etc., ou seja, as coletividades. Os problemas do mundo do trabalho e os conflitos de classe não desaparecem, mas são englobados em outros de natureza diferentes, como a educação, a saúde, a raça. Os conflitos de classes não representam mais os instrumentos de mudanças históricas. Os conflitos atuais não estão mais centrados apenas nas determinações econômicas nem na contradição capital/trabalho. O conflito está em toda parte, em todos os domínios da vida social. (TOURAINÉ, 1989)

Assim, na sociedade pós-industrial, o movimento operário deixa de ser o personagem central da história social. A nova forma assumida pelos conflitos sociais nesta sociedade encontra-se fundamentalmente no campo cultural. No entanto, ele atenta para o fato de que não ocorre uma substituição de movimentos sociais para movimentos contraculturais, e sim para novos movimentos sociais. Se no período da industrialização havia a imagem de dois adversários opostos, a classe capitalista e a classe operária, hoje, ao contrário, temos um aparelho dominador impessoal, que mantém sob seu controle uma maioria silenciosa, marginalizada, subprivilegiada e até negada.

É imprescindível entender que, para Touraine, os movimentos sociais têm um papel central na sociedade, chegando a afirmar que o estudo de uma sociedade deve partir do estudo dos movimentos sociais que a compõem, conforme nos esclarece Scherer-Warren (1989). Nos anos de 1970, Touraine afirmava que os movimentos sociais são sempre, em última análise, a expressão de um conflito de classes. Por outro lado, eles possuem um duplo caráter: defensivos e contestatórios, isto é, contraofensivos. (GOHN, 2012, p. 98) Os movimentos teriam, para Touraine, o papel mais de agente de pressão social do que de ator principal das transformações sociais propriamente ditas. Ao mesmo tempo, Touraine assinala que os movimentos sociais são as forças centrais da sociedade por serem sua trama, o pulsar da sociedade, seu coração. Considera seu estudo fundamental para entender o processo de mudança no mundo, mas isso não significa que eles sejam agentes ou forças privilegiadas deste processo. São forças culturais indispensáveis. Suas lutas não são, *a priori*, elementos de recusa, marginais à ordem, mas, ao contrário, podem ser de reposição da ordem. (GOHN, 2012, p. 100-101)

Apesar de ter se afastado do marxismo, “Touraine continuou analisando a sociedade e os movimentos em termos de classes e conflitos sociais”. (GOHN 2000, p.149) Segundo Touraine (1981), os movimentos sociais em sua forma criticamente contestatória, que buscam novas alternativas, procuram formas de construir e mudar a história, que ao longo do tempo vem sendo construída de forma desigual, opressora, injusta, discriminadora.

Têm-se assim dois lados: de um lado a classe dominante, que estabelece a ordem, impõe as formas de viver, injustas e desiguais; e do outro lado, a classe contestatória que busca novos rumos e a mudança daquilo que foi imposto socialmente. (...) não há lutas sociais sem liberdade, não há liberdade sem lutas... Se a autogestão é a ideologia dos novos movimentos sociais populares, é porque ela designa uma vontade de defesa coletiva contra a dominação dos aparelhos. (TOURAINÉ, 1981, *apud* SCHERER-WARREN, 1989, p. 94)

Para Gohn (2000), o mérito da abordagem de Touraine reside na importância que o mesmo confere aos sujeitos na história, ou atores, como ele chama. Estes atores são sujeitos dinâmicos, produtores de reivindicações e demandas, e não simples representantes de papéis atribuídos de antemão pelo papel que ocupam no modo de produção.

Abaixo podemos compreender a diferença traçada por Touraine em relação ao modelo socialista idealizado pelo movimento operário e os novos movimentos sociais

Recordamos a análise do movimento socialista. Este assenta em três princípios: é a representação política do movimento operário, invoca a intervenção do Estado contra a propriedade privada dos meios de produção; julga ir no sentido da história e preparar os amanhã da felicidade. Hoje, pelo contrário, os movimentos sociais que aparecem em diferentes domínios já não são formas de defesa dos trabalhadores contra os senhores da indústria, mas de defesa do público contra os aparelhos de gestão que tem o poder de modelar a procura dos seus interesses; já não invocam a intervenção do Estado, pelo contrário reivindicam a autonomia e a autogestão das unidades de sociais de base; finalmente já não falam em progresso e em futuro radioso, mas pretendem organizar a partir de hoje uma vida diferente, agindo sobre as escolhas sociais e políticas que comandam a produção da organização social.

Sobretudo, no modelo socialista, o movimento operário estava subordinado à ação política, ela própria submetida a uma teoria da sociedade, enquanto os novos movimentos pretendem ser independentes das forças políticas e criar por si mesmo o seu próprio sentido, em lugar de por isso submeter a intelectuais e a aparelhos. Hoje como ontem, os homens fazem a sua história, mas agora sabem que a fazem. Sabem, também, que sua ação não levará à passagem, progressiva ou brutal, do reino da necessidade para o da liberdade. Jamais existirá paraíso reencontrado ou fim da história.” (TOURAINÉ, 1981, *apud* SCHERER-WARREN, 1989, p.98-99)

Fazendo uma diferenciação entre antigos e novos movimentos sociais, Touraine (2008, p.260) esclarece que

Enquanto os antigos movimentos sociais, sobretudo o sindicalismo operário, se deterioram, seja em grupos de pressão políticas, seja em agências de defesa corporativa de setores da nova classe média assalariada, de preferência a categorias mais desfavorecidas, esses novos movimentos sociais, mesmo quando lhe falta uma organização e uma capacidade de ação permanente, já deixam transparecer uma nova geração de problemas e de conflitos ao mesmo tempo sociais e culturais. Não se trata mais de lutar pela direção de meios de produção, e sim sobre as finalidades dessas produções culturais que são a educação, os cuidados médicos e a informação de massa.

Touraine compreende que a noção de classe social correspondeu a um pensamento historicista. Ela fazia com que a oposição entre dominantes e dominados se baseasse na oposição entre a sociedade e a natureza ou na oposição entre passado e futuro. Atualmente, ao contrário, ele entende que devemos substituir as noções que definiram os atores por uma situação não social, por outras noções que analisam as situações em termos de atores e de relações sociais. É por isso que a noção de movimento social deve tomar o lugar da noção de classe social, assim como a análise da ação deve tomar o lugar da análise das situações. (...). Assim, para o autor, um movimento social não é

uma corrente de opinião, “uma vez que questiona uma relação de poder que se inscreve muito concretamente nas instituições e organizações, mas ele é o alvo de orientações culturais através das relações de poder e das relações de desigualdade”. (TOURAINÉ, 2008, p. 258)

Para Touraine (2007), o antigo papel dos partidos políticos de representarem a necessidade histórica – acima dos atores sociais e muitas vezes contra eles, está em crise. Ele defende que por todos os lados há o declínio dos sindicatos, partidos políticos e suas ideologias. Diz ainda que a herança do movimento operário esgotou-se, que os novos movimentos sociais “falam mais de uma autogestão que de sentido de história e mais de democracia interna que de tomada de poder”. (TOURAINÉ, 2008, p.263) O autor explica que os novos movimentos sociais

Não têm por princípio transformar as situações e as relações econômicas; defendem a liberdade e a responsabilidade de cada indivíduo, sozinho ou em coletividade, contra a lógica impessoal do lucro e da concorrência. E também contra uma ordem estabelecida que decide o que é normal ou anormal, permitido ou proibido”. (TOURAINÉ, 2007, p.180)

Scherer-Warren (2009) argumenta que os partidos políticos até poderiam ter um papel importante na condução de propostas unificadas para uma transformação social, contudo, não há um acordo entre os objetivos e metas dos chamados novos movimentos sociais e os partidos políticos do período. A autora nota que historicamente os partidos brasileiros voltaram as costas para a participação popular (com exceção do PT e alguns outros partidos de esquerda), e os partidos mais tradicionais “têm um modo de fazer política que é a antítese dos NMS”. (SCHERER-WARREN, 2009, p. 63)

Uma questão central no pensamento de Touraine é o debate que ele trava sobre os direitos culturais. Os movimentos sociais, criados e desenvolvidos a partir de grupos da sociedade civil, têm nos direitos a fonte de inspiração para a construção de sua identidade. Gonh (2012) diz que estes podem ser direitos individuais ou coletivos. Neste último caso, abrangem todo um grupo social. “Os direitos individuais inserem-se no rol dos direitos humanos fundamentais dos seres humanos, direitos vistos em suas múltiplas dimensões: social, econômica, civil/política e cultural, ética etc. Os direitos, individuais ou coletivos, têm de ter como referência o universal - o direito para todos (as), baseado na igualdade”. (GOHN, 2012, p. 14-15) Touraine entende que os novos movimentos

sociais passam a exigir o reconhecimento de um novo tipo de direitos: os direitos culturais. Para o autor, há uma passagem histórica dos direitos políticos aos direitos sociais, e com os novos movimentos sociais, os direitos culturais. Ele entende que esta passagem

Estendeu a reivindicação democrática todos os aspectos da vida social e, por conseguinte, ao conjunto da existência e da consciência individuais. Quanto mais as coações são impostas aos indivíduos em todos os aspectos da vida, tanto mais se impõe a idéia de um indivíduo sujeito de direito e que resiste ou luta em nome desta individualidade, deste direito a ser ele mesmo. (TOURAINÉ, 2007, p. 172)

Segundo Touraine, a categoria "sujeito"⁴⁰ aparece cada vez mais central e determinante para a análise dos movimentos sociais. Será, pois, a respeito da sociedade contemporânea, que o sujeito assume prioridade na sua análise sociológica. Em seu livro *A crítica da modernidade*, Touraine afirma que a modernidade possui uma dualidade, e que deve ser vista tanto como um período de eficácia da racionalidade instrumental - o que a tornou a 'dona do mundo' por meio do avanço científico e técnico; mas também argumenta que compreendê-la apenas por esta via, é esquecer-se de outro lado desta mesma modernidade, que o autor considera fundamental: a emergência do sujeito humano como liberdade e criação. Assim, a modernidade é constituída pelo diálogo entre a racionalização e a subjetivação.

Se fosse preciso medir a modernidade, isto teria de ser feito pelo grau de subjetivação aceita numa sociedade, pois essa subjetivação não é separável de um equilíbrio instável entre duas orientações opostas e complementares: de um lado, a racionalização, pela qual o homem é senhor e dominador da natureza e de si mesmo; do outro, as identidades pessoais e coletivas que resistem aos poderes pelos quais a racionalização é posta em execução. (TOURAINÉ, 2008, p.244-245)

⁴⁰Mas o autor nos chama a atenção dizendo que "a noção de sujeito pode ser facilmente transformada em armamento para que elites autoritárias reivindiquem para si mesmas o monopólio da defesa dos direitos políticos, sociais e culturais. Pois, para além das reivindicações por cidadania, o terror se faz presente, e por trás da defesa dos direitos dos trabalhadores, escondesse o perigo de uma ditadura que se imponha em nome do proletariado". (TOURAINÉ, 2009, p.248)

A modernidade, segundo o autor, só existe se houver uma crescente interação entre sujeito e razão, consciência e ciência. Touraine define a modernidade como a “criação permanente do mundo por um ser humano que desfruta do seu poder e a sua aptidão para criar informações e linguagens, ao mesmo que se defende contra suas criações desde o momento em que elas se voltam contra ele”. (TOURAINÉ, 2008, p. 243)

Ele ainda afirma que “o que melhor define a modernidade não é o progresso das técnicas, nem o individualismo crescente dos consumidores, mas a exigência da liberdade e sua defesa contra tudo o que transforma o ser humano em instrumento, em objeto, ou em um absoluto estranho”. (TOURAINÉ, 2008, p.245) Touraine menciona que esta sociedade, que ele chama de *sociedade programada ou pós-industrial*, onde o indivíduo é reduzido apenas a um mero consumidor, um recurso ou alvo humano a ser atingido pelo mercado, e onde suas necessidades vitais são compreendidas apenas pelo viés das demandas postas por este mercado de consumo, caminha na contramão daquilo que busca o sujeito. O sujeito é o ator que contesta. O ator é aquele que modifica o meio ambiente material e social no qual está colocado. Ele altera as relações de dominação e as culturais. O sujeito na modernidade se opõe a todas as formas de dependência. Sujeito e ator são noções inseparáveis. O sujeito é o apelo à transformação do si-mesmo em ator.

Dentre os direitos sociais reivindicados por este sujeito, encontra-se o direito à diferença, que Touraine considera uma expressão incompleta e perigosa. Ele esclarece que o direito à diferença é o direito de

Combinar uma diferença cultural com a participação num sistema econômico cada vez mais mundializado. O que exclui a idéia de que a modernidade reina acima de todos os atores sociais, e igualmente a de que uma única cultura seria capaz de responder às exigências da modernidade. (TOURAINÉ, 2007, p. 171)

Touraine afirma que o ser humano é sujeito e subjetividade. É impossível separar o sujeito de sua situação social. Ele só existe como movimento social, como contestação da lógica da ordem. Para ele, “o sujeito é a vontade de um indivíduo de agir e de ser reconhecido como ator”. (TOURAINÉ, 2007, p. 220) A sua ideia de sujeito é antes de tudo contestadora, portanto, defende o sujeito como movimento social. Touraine (2008) conceitua movimento social no contexto da sociedade industrial. Esclarece que sua

concepção está em ruptura com a ideia marxista de luta de classes entendendo que “um movimento social é o esforço de um ator coletivo para se apossar dos ‘valores’, das orientações culturais de uma sociedade, opondo-se à ação de um adversário ao qual está ligado por relações de poder”. (p. 253) Segue dizendo que “um movimento social é ao mesmo tempo um conflito social e um projeto cultural. (...) Ele visa sempre a realização de valores culturais, ao mesmo tempo que a vitória sobre um adversário social”.(p.254)

Gohn (2012) esclarece que o objeto da teoria da ação social de Touraine é o sujeito histórico. (...) O que ele propõe é uma análise centrada no desempenho dos atores sociais enquanto sujeitos que atuam na sociedade mais geral, com suas culturas, seus pertencimentos e sua historicidade. No final dos anos de 1990, Touraine utiliza com muita ênfase a categoria Sujeito, sempre com S maiúsculo. O sujeito não é uma reflexão do indivíduo sobre si mesmo, seu interior ou o espelho de sua intimidade. Ele é ação, é um trabalho, que nunca coincide com a experiência individual. A experiência a que ele se refere é a coletiva, o aprendizado a partir do coletivo.

Duriguetto (2001) compreende que Touraine confere uma importância reduzida ao papel das contradições estruturais na explicação da emergência, desenvolvimento e ação política dos movimentos urbanos. Para a autora, o potencial transformador dos movimentos sociais em Touraine encontra-se no âmbito sociocultural, e não no campo político. Contudo, é importante ressaltar que Touraine afirma que é fundamental que os direitos culturais estejam estreitamente ligados aos direitos políticos, pois caso contrário, eles podem se tornar “instrumentos antidemocráticos, autoritários ou mesmo totalitários”. (TOURAINÉ, 2007, p. 175). Gohn (2012, p.105) entende que para Touraine, a sociedade civil é um espaço de disputas, de lutas e de processos políticos. É o espaço no qual se localiza “o processo de criação de normas, identidades, instituições e relações sociais de dominação e de resistência, porque ela tem uma capacidade de autorreflexão. E é essa capacidade que é importante ser analisada nos movimentos sociais, e não o repertório de suas ações”.

Gohn (2012, p.63 e 71) acrescenta que

Ao contrário da política de identidades construídas pelo alto, usualmente de forma homogênea (nos termos criticados por Fraser), a identidade política dos movimentos sociais não é única, ela pode variar em contextos e conjunturas diferentes. E muda porque há aprendizagens que geram

consciência de interesses. (...) Infelizmente, no Brasil atual pouquíssimos movimentos sociais podem se colocados nesta categoria de atuação como autonomia. A maioria dos que se autodenominam movimentos, ou pior, aos quais é atribuída a condição de ser ou representar um movimento, não tem um agir coletivo autônomo porque são monitorados, coordenados por normas, regras e escolhas externas presentes em projetos elaborados por terceiros (pode ser uma ONG ou um grupo político-partidário, ou ainda um grupo de uma secretaria estatal, nos marcos de uma política pública). (p.63) No plano mais geral, tanto nas políticas públicas de inclusão dos movimentos sociais, pelo alto, como na análise da maioria dos cientistas sociais que hoje trabalham com o tema dos movimentos sociais, a dimensão do político foi esquecida ou negada. (p.71)

Após esta apresentação do pensamento de Touraine, consideramos importante dialogar com Boaventura de Souza Santos, que também tem uma importante discussão no campo dos novos movimentos sociais.

1.3 - Um diálogo com Boaventura de Souza Santos

Boaventura de Souza Santos, outro pesquisador de grande influência nos estudos de novos movimentos sociais, acrescenta à ideia destes movimentos, a questão da subjetividade e cidadania. Segundo Santos (2005a) durante a década de 1980, a sociologia esteve dominada pela temática dos novos sujeitos sociais e dos novos movimentos sociais. O autor estuda os movimentos sociais a partir do quadro da pós-modernidade⁴¹.

⁴¹ Para Montaño e Duriguetto (2010) “há, nas elaborações teóricas pós-modernas uma forte rejeição à teoria marxista das classes sociais e da exploração, substituindo a classe por grupos de pressão, coletividades, e a exploração pela “exclusão”, assim como a substituição dos conceitos de revolução e de emancipação pela ‘micropolítica’. No lugar dos sujeitos, organizações e lutas políticas universais como classes, partido e lutas de classes, as formulações pós-modernas defendem a protagonização dos grupos particulares, como os de mulheres, homossexuais, minorias étnicas, que lutariam contra as diversas formas de opressão presentes na vida cotidiana e dispersas por toda a sociedade civil, substituindo, se superpondo, ou até antagonizando às organizações e às lutas classistas”. (MONTAÑO E DURIGUETTO, 2010, p.347) Montaño e Duriguetto (2010) defendem que o pensamento pós-moderno se caracteriza essencialmente por duas ideias: a primeira diz respeito à defesa de que houve uma crise da razão moderna e a rejeição do conhecimento totalizante. Esta crise diz respeito à impossibilidade de se explicar a totalidade da vida social e apreendê-la racionalmente. A realidade não é um todo complexo e contraditório, mas sim uma realidade fragmentada, marcada pela efemeridade e pela indeterminação. Por decorrência desta crise, emerge na sociedade a necessidade de uma nova produção de conhecimento centrada na atenção às diferenças, ao efêmero, ao fragmentário. A ideia de um projeto único e universal de emancipação humana perde o sentido a partir desta concepção, e as bases teóricas clássicas do marxismo que orientaram os movimentos sociais, chamados por Santos de velhos movimentos sociais (representados pelos partidos e sindicatos dos trabalhadores), também já não são mais apropriadas. Os interesses universais dos movimentos sociais dão lugar a particularidades sexuais, étnicas, religiosas, de gênero, etc. A luta social se faz sem considerar as contradições e luta de classes. Os novos movimentos sociais se organizam em torno de diversas subjetividades por meio de lutas específicas e separadas entre si. A segunda ideia defendida pelo pensamento pós-moderno, segundo Montaño e Duriguetto (2010), é a defesa do fim de qualquer projeto societário que parta pela emancipação do trabalho e que se contraponha

Para Boaventura (2005b), com o advento dos novos movimentos sociais, passou-se a Identificar novas formas de opressão, relacionadas ao exercício da cidadania. Os movimentos sociais são os que buscam desde as reivindicações mais amplas até as mais específicas: movimentos por direitos civis, ambientalistas, por direitos de grupos etários (de jovens, ou de idosos) ou de gênero (movimento feminista), étnicos, religiosos, sexuais, pela paz etc. Para ele, as reivindicações dos novos movimentos sociais independem do modo de produção de uma sociedade, independem de suas relações de produção; elas podem estar presentes em tipos distintos de sociedade. Para o autor, as reivindicações dos NMS ultrapassam a estrutura capitalista, e se referem ao exercício da cidadania.

Santos concorda com a tese acionalista dizendo que

A maior novidade dos NMSs é que constituem tanto uma crítica à regulação social capitalista, como uma crítica à emancipação socialista, como foi definida pelo marxismo. Através da identificação das novas formas de opressão que ultrapassam as relações de produção e sequer são específicas dela, como a guerra, a poluição, o machismo, o racismo e o produtivismo; e da defesa de um novo paradigma social, mais baseado na cultura e na qualidade de vida do que na riqueza e no bem-estar material, os NMSs denunciam, com uma radicalidade sem precedentes, os excessos de regulação da modernidade. Tais excessos atingem não só o modo como se trabalha e se produz, mas também o modo como se descansa e se vive; a pobreza e as assimetrias das relações sociais são a outra face da alienação e do desequilíbrio interior dos indivíduos; e finalmente, essas formas de opressão não atingem especificamente uma única classe social e sim grupos sociais transclassistas ou até mesmo a sociedade como um todo. (SANTOS, 2005a, p. 177)

O autor reitera que é como se os problemas sociais citados acima pertencessem a outra esfera política. Não seria a lógica do capital a responsável por esta situação. A má distribuição da riqueza social não estaria no cerne das lutas atuais, nem mesmo nas lutas em defesa do meio ambiente ou por moradia, por exemplo. As novas formas de opressão vividas por este grupos estariam deslocadas das relações de produção, próprias do modo de produção capitalista. Se para Touraine os problemas do mundo do trabalho

ao capitalismo. Assim, o que existem são resistências particulares, movimentos sociais ou grupos sociais que se organizam a favor de suas particularidades específicas. Suas reivindicações na sociedade são específicas e desarticuladas. Suas lutas não estão mais no campo do trabalho e da revolução social, elas são lutas feministas, étnicas, urbanas, ecológicas, definidos por Santos como novos movimentos sociais. Estes novos movimentos são os grandes protagonizadores de uma política de identidade. Na América Latina, o autor identifica que a voz portadora desta luta por uma identidade são os movimentos populares, como as CEBs, o movimento dos sem-terra e sem-teto, de jovens, de mulheres, etc.

e os conflitos de classe não desaparecem, mas são englobados em outros de natureza diferentes, como a educação, a saúde, a raça, para Santos, numa perspectiva de análise pós-moderna, não há esta ampliação dos conflitos de classe, mas uma substituição dos mesmos por determinantes sociais fragmentados. Assim, não há uma proposta de emancipação e superação da ordem capitalista, os conflitos sociais podem ser resolvidos nos marcos desta sociedade vigente.

Neste sentido, Santos compreende que os novos movimentos sociais fazem uma crítica ao marxismo e ao movimento operário tradicional, abandonando a ideia da busca por uma emancipação macro estrutural. Estes novos movimentos têm certa urgência, demandas que não podem esperar que um modelo futuro de sociedade seja visto como a solução para os diversos problemas sociais com os quais os sujeitos convivem diariamente no presente. O autor afirma que ainda que nos novos movimentos sociais as ‘velhas formas de opressão’ não sejam ignoradas,

A luta contra elas não pode ser feita em nome de um futuro melhor numa sociedade ainda por construir, ao contrário, a emancipação pela qual se luta, tem como objetivo transformar o cotidiano das vítimas da opressão aqui e agora, e não em um futuro distante. Ou a emancipação começa hoje, ou não começa nunca mais. (SANTOS, 2005a, p. 177-178)

Ainda no que se refere ao debate sobre a emancipação, Santos defende que um dos “mais calorosos debates sobre os NMSs relaciona-se ao impacto deste na relação subjetividade/cidadania”. (SANTOS, 2005a, p. 181) Isto significa que a luta dos novos movimentos sociais se trava muito mais nos campos pessoal, social e cultural que no campo político. Há uma politização do social, do cultural e do pessoal, o que abre um campo para o exercício da cidadania, além de revelar os limites da cidadania liberal e social que se restringem ao campo do estado e do político por ele construído. Em seu livro *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, Santos nos informa que o segundo período do capitalismo nos países centrais, o capitalismo organizado, caracteriza-se pela passagem da cidadania cívica e política para a cidadania social, que é

A conquista de direitos sociais no domínio das relações de trabalho, da segurança social, da saúde, da educação e da habitação por parte das classes trabalhadoras das sociedades centrais e, de um modo muito menos característico e intenso, por parte de alguns setores das classes trabalhadoras em alguns países periféricos e semiperiféricos. (SANTOS, 2005b, p. 243)

Santos defende que atualmente são outros os protagonistas dos protestos. Agora são os grupos sociais, e não as classes, que organizam e compõem tais movimentos, e o contexto em que se dá o confronto e as reivindicações não é mais no Estado, e sim na sociedade civil, que mantém um distanciamento dos partidos políticos e sindicatos em suas manifestações. Santos acredita que a novidade destes movimentos sociais é tanto ideológica quanto organizativa, o que não significa uma rejeição à política, pelo contrário, o que se nota é

Uma ampliação da política para além do contexto liberal da distinção entre estado e sociedade civil. Os NMSs partem dos pressupostos de que as contradições e as oscilações periódicas entre o princípio do estado e o princípio do mercado são mais aparentes que reais, na medida em que o trânsito histórico do capitalismo se faz a partir de uma interpenetração sempre crescente entre os dois princípios, uma interpenetração que subverte e esconde a exterioridade formal do estado e da política frente às relações sociais de produção. (SANTOS, 2005a, p. 183)

Santos (2005 a) reconhece que os novos movimentos sociais têm seus limites. Admite que seu momento de apogeu já passou, mas acredita que eles são um sinal de transformações globais no contexto político, social e cultural na contemporaneidade. Por esta razão, ele crê que os objetivos destes novos movimentos sociais farão parte da agenda política nos próximos anos. Quanto ao socialismo, Santos (2005 a, p. 277) entende que ele será uma qualidade ausente, “um princípio que regula a transformação emancipatória do que existe sem, contudo, nunca se transformar em algo existente”. Por ser uma qualidade ausente, o socialismo será tão adjetivado quanto for exigido pelas lutas democráticas. Para o autor, o socialismo será ecológico, feminista, pacifista, anti-racista. Quanto maior for a opressão, maior será também o número de adjetivos. Assim ele conclui dizendo que o socialismo “é o conjunto dos seus adjetivos em equilíbrio dinâmico, socialmente dinamizados pela democracia sem fim”. (p. 277)

Os novos movimentos sociais têm algumas questões ainda a serem resolvidas para que suas ações na sociedade não se fragmentem a tal ponto que as lutas se tornem tão pontuais, que a transformação social seja apenas lutas desorganizadas, fragilizadas e despolitizadas. Sua tendência à fragmentação pode deixar passar despercebidas contradições macrossociais importantes, referentes a lutas que compõem o quadro mais amplo do modo de produção capitalista, e que demandam uma luta contra questões estruturais que não se resolvem em ações coletivas pontuais. Ainda que exista uma

diversidade de características e objetivos entre estes movimentos, a tentativa de aproximação destes na formulação de objetivos comuns fortaleceria e daria um maior respaldo social e político às suas lutas⁴². Um ponto de igual modo importante é a parceria perdida com partidos e sindicatos. Vimos no decorrer deste capítulo que estes perderam em demasia a credibilidade e confiança da população brasileira. Ainda que muitos movimentos sociais consigam lutar por suas reivindicações de forma independente, num modelo de autogestão, por vezes, surge a necessidade de encontrarem parceiros e representação política para conquistarem seus objetivos. Fazer alianças que solidifiquem suas lutas sociais é imprescindível numa sociedade global. Scherer-Warren (2009, p.59) reforça este desafio posto aos novos movimentos sociais dizendo que “um projeto mais global de democratização da sociedade, para se concretizar, necessita da articulação das diferentes forças organizadas da sociedade civil e de representação através de partidos políticos”. Ainda que as alianças não ocorram conjuntas a partidos ou sindicatos, pode-se optar pela busca, no seio da sociedade civil, de um maior diálogo com diferentes grupos e movimentos, visando encontrar elementos comuns que os una numa direção política mais ampla.

Apesar da defesa de Santos a esta nova forma de se lutar pelos direitos sociais na atualidade, autores como Montaño e Duriguetto (2010) trazem algumas críticas importantes acerca destes novos movimentos sociais, por entenderem que eles não apresentam, em geral, uma clara visualização de seus inimigos, e que suas causas partem de situações particulares. Acrescentam que os objetivos de suas lutas já não estão diretamente vinculados à questão da exploração, mas ao acesso ao consumo e bens de sérvios, à defesa dos direitos humanos, políticos e sociais, ainda que alguns ainda possam se orientar para a transformação da ordem vigente, tendo um objetivo revolucionário. Os autores demarcam que, por terem uma dimensão política reduzida aos limites de seus horizontes imediatos de interesses locais ou singularidades, sua perspectiva de inserção no quadro da realidade econômica, social e política ampla, reduziu-se significativamente. Eles afirmam que não compactuam “com as interpretações de que os sujeitos coletivos que lutam na contemporaneidade contra a dominação e a exploração capitalista ou contra seu sistema cultural sejam “novos

⁴² Scherer-Warren (2009) aponta que algumas iniciativas neste sentido começaram a ser tomadas desde o início do século XXI, e cita como exemplo os frequentes Encontros Regionais, Estaduais e Interestaduais de Movimentos Populares. Os Centros de educação popular, a CUT e as Pastorais são importantes articuladores destas ações.

sujeitos” ou “novos atores sociais”. (p. 342) Para os autores, o que se tem, são sujeitos políticos renovados pluridimensionalmente, e que não há novas práticas sociais, mas sim uma prática social com dimensões ainda ignoradas. Concluindo, afirmam que os chamados novos movimentos sociais não substituem as lutas de classes, mas as complementam, sob formas diversas e com distintos tipos de vinculação. Contudo, Duriguetto (2001, p.71) afirma que com o advento dos novos movimentos sociais, “a transformação da ordem social passou a ser pensada e explicada não mais a partir do protagonismo das classes sociais, mas da pluralidade de sujeitos coletivos e dos significados contidos em sua prática social”. Assim, as demandas destes movimentos sociais voltaram-se basicamente para a defesa dos direitos de cidadania, abandonando um projeto de luta por uma “mudança radical do sistema”. (DURIGUETTO, 2001, p.72)

Para além das críticas aos chamados novos movimentos sociais, compreendemos que é no contexto destes que o movimento homossexual busca hoje imprimir a sua marca. Suas ações se pautam sempre na luta pela defesa dos direitos coletivos, que versam desde questões como a de gênero e a identidade, até temas como violência e preconceito. Conforme Gohn (2001, p. 208), estes movimentos não buscam apenas o direito à vida, “mas também o direito de autodeterminação em questões como a de gênero, raça, idade, manifestação sexual etc.”.

Pensar o movimento homossexual inserido na contemporaneidade significa entendê-lo como parte dos novos movimentos sociais. Touraine, ao escrever seu livro *Um novo paradigma: para conhecer o mundo hoje*, diz que gostaria que “todos os movimentos de defesa dos direitos culturais das minorias fossem tão visíveis como os que foram lançados com sucesso pelos gays e lésbicas, e agora pelos transexuais e os travestis, cuja importância foi por longo tempo ignorada”. (TOURAINÉ, 2007, p.193)

A trajetória histórico/social e teórica dos movimentos sociais no Brasil nos permite notar que a história é mutável, contraditória e que, diferentes sujeitos, em diferentes contextos culturais, se movem defendendo e protestando a favor de demandas próprias do seu tempo. No próximo capítulo, estudaremos a trajetória histórica das formas como a homossexualidade foi entendida, pesquisada e, por vezes, controlada nas mais

diferentes sociedades. Após esta contextualização histórica, apresentaremos a formação do movimento homossexual no Brasil.

Capítulo III

Controle, repressão social e a homossexualidade

O presente capítulo apresenta dois objetivos que se entrelaçam: primeiro abordar a trajetória histórica das diferentes formas de tratamento dado à homossexualidade, e as formas de controle social exercidas no campo da sexualidade, até chegarmos à formação do movimento homossexual no Brasil, hoje conhecido como LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros). Como segundo objetivo, apresentamos a formação histórica deste movimento social, enfatizando as conquistas e desafios vivenciados nesta trajetória. Acreditamos que este estudo pode nos fazer compreender melhor os caminhos seguidos pelos homossexuais de Juiz de fora. Estes desafios podem ser melhores compreendidos quando estudamos e entendemos a história do movimento homossexual no país.

1 - A relevância do estudo sobre controle social

O estudo do controle sexual em nossa sociedade se justifica, não somente porque nos oferece elementos históricos para compreendermos os atuais desafios do movimento LGBT no Brasil, mas também porque como diz Marilena Chauí (1984, p.09), “desde que o mundo é mundo, seres humanos e animais são dotados de corpos sexuados e as práticas sexuais obedecem a regras, exigências naturais e cerimônias humanas”.

Partimos da compreensão que há um caráter pedagógico e ideológico que se constrói ao longo de qualquer sociedade. Este caráter pedagógico controla, vigia e, em alguns casos, persegue os “comportamentos desviantes”, os que ameaçam os modelos estéticos de beleza idealizados, as escolhas familiares e sexuais ensinadas, num modelo religioso figurado por um casal heterossexual (Adão e Eva). Assim, o preconceito e o estigma social fazem parte do cotidiano dos cidadãos que, de alguma forma, desafiam a ordem

social e cultural estabelecida. É sabido que algumas sociedades, ao longo de sua formação política, social, cultural e religiosa, demarcam através de leis, e até pelo uso da violência, os espaços e comportamentos devidos a cada classe, grupo, pessoa. Por esta razão, entendemos ser importante traçar algumas considerações a este respeito, pois este controle social, historicamente construído, irá interferir diretamente na história da organização homossexual no Brasil, e em todos os lugares onde a homossexualidade foi entendida, ora como caso de polícia, ora como doença e ora como pecado, quando não, destas três formas concomitantemente.

Se uma sociedade revela “o que somos” através do “modo de ser”, pode-se inferir que por vezes, aprendemos a ser uma projeção cultural de um modelo ideológico. Não se pretende defender aqui que há uma homogeneidade entre os cidadãos, um determinismo social, mas sim que há uma coerção social que visa reforçar e estabelecer socialmente/culturalmente “quem é quem” naquele contexto social. Segundo Berger (1986, p.81), controle social “refere-se a vários meios usados por uma sociedade para ‘enquadrar’ seus membros recalcitrantes”. Para o autor, situar-se na sociedade, significa “situar-se em relação a muitas forças repressoras e coercitivas” (p.90). Ele segue dizendo que as sociedades utilizarão de mecanismos sociais que terão como objetivo “eliminar os membros indesejáveis”. Para Berger, “o meio supremo e, sem dúvida, o mais antigo, de controle social é a violência”. (p.81) Em suas palavras

Em qualquer sociedade normal a violência é utilizada com parcimônia e como último recurso, e a mera ameaça dessa violência final basta para o exercício cotidiano do controle social. Para os fins a que nos propomos, o fato mais importante a salientar é que quase todos os homens vivem em situações sociais nas quais, se todos os outros meios de coerção falharem, a violência pode ser oficial e legalmente usada contra eles. (BERGER, 1986, p. 86)

Ainda segundo Berger (1986), diversos são os mecanismos de controle social utilizados em uma sociedade. Dentre estes, podemos citar a persuasão, o ridículo, a difamação e o opróbrio. O autor ainda cita que o controle social aparece através da moralidade, dos costumes e convenções, rejeitando aqueles que não seguem as normas estabelecidas como moralmente corretas. Berger diz que tais regras estarão presentes no nosso cotidiano, nos ensinando quais são as roupas, o trabalho e os amigos adequados para nosso convívio diário. Ele compreende que não só nos ambientes públicos ocorre o controle social, como no emprego, mas que também a família é lugar de controle, e que,

sendo o círculo familiar o espaço onde “se encontram normalmente os laços sociais mais importantes de um indivíduo, o desprezo deste grupo pode acarretar consequências sérias e trágicas para o indivíduo”. (BERGER, 1986, p. 86)

Uma vez que não é possível simplesmente eliminar aqueles que se desviam do comportamento padrão, as sociedades passam a adotar certa tolerância social e política aos comportamentos considerados desviantes. Bobbio (1982) nos esclarece o significado da tolerância dizendo que

Quando se fala de tolerância nesse seu significado histórico predominante, o que se tem em mente é o problema da convivência de crenças (primeiro religiosas, depois também políticas) diversas. Hoje, o conceito de tolerância é generalizado para o problema da convivência das minorias étnicas, linguísticas, raciais, para os que são chamados geralmente de “diferentes”, como, por exemplo, os homossexuais, os loucos ou os deficientes. Os problemas a que se referem esses dois modos de entender, de praticar e de justificar a tolerância não são os mesmos. Uma coisa é o problema da tolerância de crenças e opiniões diversas, que implica um discurso sobre a verdade e a compatibilidade teórica ou prática de verdades até mesmo contrapostas; outra é o problema da tolerância em face de quem é diverso por motivos físicos ou sociais, um problema que põe em primeiro plano o tema do preconceito e da consequente discriminação. (...) Do mesmo modo, são diferentes as razões das duas formas de intolerância. A primeira deriva da convicção de possuir a verdade; a segunda deriva de um preconceito, entendido como uma opinião ou conjunto de opiniões que são acolhidas de modo acrítico passivo pela tradição, pelo costume ou por uma autoridade cujos ditames são aceitos sem discussão. (BOBBIO, 1982, p.203-204)

Conforme vimos, nesta possibilidade de existência de tipos diferentes de tolerância, o caso da homossexualidade se aproxima do segundo caso em que, conforme Bobbio (1982), o que deve ser combatido não é a intolerância em si, mas a discriminação, seja racial, sexual, ou de qualquer outra forma. O autor nos elucida que a exigência da tolerância nasce no momento em que se toma consciência da impossibilidade da convivência das diferentes opiniões. É preciso, então, encontrar uma regra que torne possível este diálogo. Contudo, esta tolerância aos desviantes vai até o limite em que estes cidadãos não ponham em cheque a ordem social estabelecida. Quanto ao preconceito, que é um dos problemas reconhecidos por Bobbio, no que tange à tolerância, Berger no alerta dizendo que “a coisa mais terrível que o preconceito pode fazer a um ser humano é fazer com que ele tenda a se tornar aquilo que a imagem preconceituosa diz que ele é” (BERGER, 1986, p. 116). Para Berger, as sociedades nos oferecem papéis para representarmos, que acabam por definir nossa própria identidade

social. Tais papéis pretendem nos tornar pessoas “normais” e aceitáveis socialmente. Haverá certa tolerância, uma aceitação a pequenos ‘desvios de papéis’. Contudo, ele nos alerta que “se certos limites de tolerância forem ultrapassados, a sociedade retirará seu reconhecimento ao indivíduo em questão, definindo-o como uma aberração moral ou psicológica” (p.121).

No campo da repressão social, os comportamentos sexuais são privilegiados. Eles são definidos socialmente a partir do certo e do errado, do proibido e do permitido, sendo passíveis de punição os comportamentos que fogem à regra social estabelecida como a “correta” ou esperada. “A repressão sexual pode ser considerada como um conjunto de interdições, permissões, normas, valores, regras estabelecidos histórica e culturalmente para controlar o exercício da sexualidade”. (CHAUI, 1984, p.09)

Segundo Gregori (2004) os comportamentos sexuais de gays (com vida promíscua ou não), fetichistas, sadomasoquistas, pessoas que se relacionam de modo intergeracional, são condenados a uma desvalorização sistemática, quando não são objeto de punição judiciária, como o caso da pedofilia. Furlani (2005, p.223) acrescenta esta ideia dizendo que

Os padrões de normalidade tidos como hegemônicos, que definem certas identidades como “normais” em detrimento de outras, forneceu os contornos para as políticas de identidade num contexto cultural de disputa de poder-saber ao definir certos grupos como subordinados e hierarquicamente inferiores. Esses grupos (aqueles que têm sido nomeados historicamente de minorias, marginais, excluídos), especialmente a partir de meados do século XX, mais contundentemente contestaram o caráter construído da normalidade e a hegemonia da identidade-padrão (o sujeito homem, branco, ocidental, rico, masculino, heterossexual, cristão, adulto).

Historicamente, as sociedades se formam sempre projetando um modelo ideal de pessoa, costume, comportamento, estética. Os sujeitos são reconhecidos socialmente pela roupa que vestem, pela localização geográfica onde constroem suas moradias, pelo que podem comprar e criar, pela crença que professam, pelo modelo familiar no qual se inserem e pela opção sexual vivida. Harvey (2008, p. 54), em seus estudos sobre a formação da cidade de Paris, pôde verificar que “ en cada zona de París hay un modo de ser que revela lo que eres, lo que haces, de dónde vienes y qué es lo que buscas”. Em Paris, o autor notou que os espaços sociais frequentados, a vestimenta, o potencial de consumo, eram alguns dos elementos que deixavam clara a distância entre aqueles que

pertenciam ou não àquele cenário construído. Outra cidade em que este fato se constata é Berlim, que em sua construção, contou com estilos estéticos grandiosos (MORSE, 2005). Chama-nos a atenção o fato de que toda esta preocupação estética tem sempre o objetivo de agradar o grupo economicamente dominante. Parece haver a intenção de criar um “mundo” admirado não por toda a sociedade, mas por uma parte dela. E como vimos nos estudos sobre Paris (HARVEY, 2008), tais projetos geram uma estratificação social⁴³ e, conseqüentemente, uma insatisfação por parte dos sujeitos que acabam por não terem acesso e voz nestas sociedades. Desta forma, as diferenças entre as classes sociais se tornam claras. Para além da dimensão econômica, que entendemos ser central, se evidenciam também as diferenças étnicas, religiosas, sexuais e de gênero, de raça, etc.

Segundo Chauí (1984) Freud revolucionou tudo o que se sabia sobre sexualidade. Ao afirmar que a libido não é uma energia causadora de doenças físicas e psíquicas, pelo contrário, é a repressão da libido que gera tais distúrbios, ele inaugurou uma nova forma de se ver e pensar a sexualidade humana. Contudo, apesar de ter se detido em estudar formas de controle da repressão e de seus efeitos, Freud conclui que, como há compulsões sexuais que podem se tornar demasiadamente agressivas, a sociedade necessita da repressão sexual para controlar estes distúrbios.

O psiquiatra Judd Marmor organizou um livro no ano de 1973, ao qual deu o nome de *A inversão sexual* que traz, através de seus dezoito autores (todos médicos, psiquiatras e/ou psicanalistas), debates sobre os conceitos existentes sobre a homossexualidade, as formas de tratamento médico/psiquiátrico da pessoa homossexual (com diversos estudos de casos ilustrados), orientações que abordam o preconceito histórico e social sofrido pela pessoa homossexual, a história da homossexualidade no mundo, as diferenças clínicas entre homossexuais, bissexuais e lésbicas, os tipos de homossexualidade, dentre outros temas. Conforme o autor, definir o que é ser homossexual não é uma tarefa simples. Ele esclarece que “a teoria mais influente na psiquiatria moderna é a de Sigmund Freud, que acreditava ser a homossexualidade a expressão de uma tendência universal existentes em todos os seres humanos, decorrente de uma predisposição bissexual biologicamente enraizada” (MARMOR, 1973, p. 12.) O autor esclarece ainda

⁴³ “O conceito de estratificação refere-se ao fato de que toda sociedade compõe-se de níveis inter-relacionados em termos de ascendência e subordinação, seja em poder, privilégio ou prestígio”. (BERGER, 1986, p.91)

que há uma grande polêmica em torno da homossexualidade, no sentido de considerá-la ora “patológica”, ora “normal”.

Foi Freud quem ampliou a ideia que compreendia a sexualidade apenas a partir dos aspectos biológico, anatômico e genital. Conforme Loureiro (2004), encontra-se na obra de Freud o que a autora chama de formulações bastantes ousadas, como por exemplo, sua ideia de que tanto a inclinação bissexual inconsciente, original e universal, como a escolha heterossexual, ainda são enigmas a serem estudados. Freud não naturaliza estas escolhas, apontando-as como naturalmente dadas e, portanto, inquestionáveis. O psicanalista também posiciona-se no ano de 1908 “contra os excessos de repressão sexual impostos por uma sociedade que só admite como legítima a sexualidade praticada dentro do matrimônio e com vistas à reprodução”. (LOUREIRO, 2004, p. 88). Quanto à homossexualidade, Freud também inova, considerando-a apenas como um destino possível, entre outros, da sexualidade. Defende que deve haver uma tolerância social aos homossexuais, recusando a ideia de uma conversão à heterossexualidade, visto que esta não se encontra no campo das patologias que demandam uma intervenção clínica. (LOUREIRO, 2004, p. 89-90). Desde então, a psicanálise tem uma forte influência nos estudos sobre a sexualidade/homossexualidade até as últimas décadas do século XX, quando a hegemonia da psicanálise na psiquiatria americana, e posteriormente mundial, chega ao fim. (RUSSO, 2004, p. 99) No capítulo de sua autoria em *A inversão sexual*, Marmor declara que “a sociedade deve, em última análise, aprender a viver com eles e aceita-los na medida em que mantenham padrões comuns de decência pública”. (MARMOR, 1973, p. 26). O que define os padrões dessa suposta decência pública, não é posta em questão, e aparece naturalizada.

De modo geral, a exclusão social e as regras sociais que marginalizam determinados grupos sociais estabelecem um estigma social que, além de excluir tais grupos dos processos políticos decisórios em suas sociedades, produz formas de hierarquias e de controle nos campos econômico, cultural e de gênero⁴⁴, que é o campo que mais nos interessa para os fins de nossa pesquisa.

⁴⁴ De acordo com Lima (2011, p. 168) “a primeira utilização do termo “gênero” data de 1955, e foi proposto por John Money para descrever o conjunto de condutas atribuídas aos homens e às mulheres. Contudo, a diferença conceitual entre gênero e sexo foi nitidamente definida por Robert Stoller, em 1968. Stoller investigou meninos e meninas que, devido a problemas anatômicos, haviam sido educados/as de acordo com um sexo que, fisiologicamente, não era o seu. Ele observou que esses meninos e essas

Gênero, em nossa compreensão, é uma construção social que visa fixar identidades a partir das diferenças percebidas entre os sexos, sendo também um modo de dar significado às relações de poder. Joan Scott (1990) faz críticas que questionam o entendimento de que a essência que se atribuía à diferença física entre homens e mulheres pode ser tomada como um pilar que determina a dominação masculina no tempo e no espaço. Gênero, como categoria analítica desconstruiu a concepção biologizada, e mostrou que a diferença sexual é socialmente construída, e não a base que suporta e reforça a subordinação feminina. Outra abordagem sobre a distinção entre sexo e gênero foi elaborada por Butler (2003). Ela deu ênfase à cultura para distingui-los, contrastando sexo como diferença biológica entre macho e fêmea, e gênero como construção social, cultural e psicológica. As identidades fixas e essencializadas em homens e mulheres foram mais amplamente discutidas, abrindo um leque de variações, tendo como elementos de análise a cultura e a experiência. O sexo não pode ser compreendido como imutável, considerando naturais os processos de dominação entre homens e mulheres, pois não só o gênero é culturalmente construído, mas também o sexo, superando o binarismo sexo-natureza, gênero-cultura. Nessa perspectiva, gênero deixa de se referir ao masculino e ao feminino, introduzindo múltiplas possibilidades de identificações que não estão restritas às formas duais de diferença sexual e de gênero.

Para Butler (2003), gênero e sexo não são naturais, possuem significação cultural que se inscreve no corpo, mas que muda no tempo e no espaço, não se reduzindo a oposições binárias simples. O gênero contém as relações de poder que produzem o efeito de um sexo pré-discursivo, construído culturalmente. Essas relações sociais de poder

meninas se empenhavam em manter as formas de comportamento para as quais haviam sido educados/as, mesmo depois de saberem que sofreram uma mutilação acidental ou que seus genitais externos eram mal formados. Assim, este autor definiu “sexo” como o aspecto anatômico da espécie humana e “gênero” como o significado que cada sociedade atribui ao sexo”. SWAIN (2001) complementa dizendo que “as representações e imagens de gênero constroem e esculpem os corpos biológicos, não só como sexo genital, mas igualmente moldando-os e assujeitando-os às práticas normativas que hoje se encontram disseminadas no Ocidente”. (p. 67) Assim, a sexualidade torna-se o eixo principal da identidade e do ser no mundo, fundamentando-se em valores institucionais tais como procriação, casamento, família; a hegemonia da heterossexualidade, prática sexual entre outras, como atesta a multiplicidade de culturas, torna-se naturalizada. Essa montagem complexa compreende todo um sistema de representações e auto representações sociais codificada em normas, regras, paradigmas morais e modelos corpóreos, que delimita os campos do aceitável, do dizível, do compreensível. (SWAIN, 2001, p.70) De acordo com o antropólogo Michel Bozon (p. 228), “a análise das diferenças nas atitudes, comportamentos e experiências de homens e mulheres no que concerne à sexualidade fornece contribuição essencial para o estudo das relações de gênero. A baixa da fecundidade e a revolução contraceptiva afetaram profundamente a vida sexual das mulheres que, ao se libertarem da sujeição de procriar, adquiriram uma marcha de manobra totalmente inédita no inevitável confronto com os homens”. Sobre este assunto ver também a obra *A sexualidade nas ciências humanas* (1998).

desenvolvem-se em contextos específicos, não podendo ser compreendidos como algo naturalmente dado e imutável. Assim, a desigualdade entre os sexos e os gêneros resulta de relações de dominação que podem ser mudadas, e a desessencialização da subordinação da mulher contribui com isso.

Conforme Bento (2004, p. 144)

O gênero só existe na prática, na experiência, e sua realização se dá mediante reiteraões cujos conteúdos são interpretações sobre o masculino e o feminino, em um jogo, muitas vezes contraditório e escorregadio (...). O ato de pôr uma roupa, escolher uma cor, acessórios, o corte de cabelo, a forma de andar, enfim, a estética e a estilística corporais são atos que fazem o gênero, que visibilizam os corpos na ordem dicotomizada dos gêneros.

Outro autor que consideramos indispensável no trato da questão sexual/homossexual é Michel Foucault. Em sua obra *História da Sexualidade*, Foucault destaca que foi no século XVII que se iniciou a repressão sexual própria da chamada sociedade burguesa. De início, o período foi marcado pela proibição do discurso sobre o sexo, como se, para controlá-lo, fosse necessário primeiro negá-lo, silenciá-lo. A sexualidade apresentava um caráter privado, sendo censurada e confiscada pela família conjugal. O sexo existia apenas com a função de procriação, e imperava um silêncio sobre o assunto. Somente a família julgava sobre o tema, e os que não respeitavam a privatização do sexo, fechado dentro de quatro paredes, sofriam sanções. Forçada a tolerar determinados comportamentos inapropriados que insistem em existir, a sociedade burguesa apenas suportaria tais descontentamentos em lugares separados para tal, nas surdinas, onde se pagam altos preços pelo prazer. Fora destes ambientes, o puritanismo seria a regra de conduta. A “hipócrita sociedade burguesa”, como ele intitula, será a condutora das normas e repressão necessária na sociedade. Esta repressão, no caso da sexualidade, funciona para Foucault, como uma “injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber”. (FOUCAULT, 1988, p. 10)

Esta censura, própria do puritanismo burguês, exigia a imposição do mutismo, e punia as vozes que se negavam calar. Até o final do século XVIII, as práticas sexuais eram regidas pelo direito canônico, pela pastoral cristã e pela lei civil. Era este tripé público que definia como deveriam se dar as relações sexuais entre os casais, quando, e de que forma seriam socialmente aceitas e corretas. O sexo era sobrecarregado de regras e

recomendações por estas instituições sociais. Enquanto a sexualidade das crianças era negada e desconsiderada, no matrimônio havia toda regularidade possível. Todo desvio teria de ser confessado. Romper as leis do casamento em busca de novos prazeres, por exemplo, era passível de condenação. Atos como infidelidade e estupro também eram punidos. A homossexualidade jamais passou despercebida ou impune, os tribunais se dinamizavam em torno de casos desta natureza.

Contudo, no final do século XVIII, este quadro se altera, e os discursos sobre o sexo proliferam. Nasce uma incitação política, técnica e econômica ao se falar de sexo. Pesquisas quantitativas classificam e especificam o sexo. O discurso moral não será mais o único a falar sobre o tema. O sexo não será apenas condenado ou tolerado, agora é preciso “gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. O sexo não se julga apenas, administra-se”. (FOUCAULT, 1988, p. 27).

No campo político, a conduta sexual da população se torna objeto de interesse e estudo, pois o Estado passa a acreditar que é necessário conhecer estas condutas e tomar a sexualidade como objeto de análise e alvo de intervenção. A medicina, em especial a psiquiatria, passa a se interessar profundamente pelo assunto, seja para fins de estudo sobre a procriação, doenças sexualmente transmissíveis, ou mesmo para conhecer o conjunto das chamadas perversões sexuais. Estas perversões e práticas consideradas ilícitas, também se tornam foco de estudo e condenação jurídica, punindo e encarcerando os desviantes. Toda esta mudança que começa a desenvolver-se no século XVIII, separa na sociedade aqueles jovens e adultos que são perigosos, daqueles que possuem uma “exemplar” conduta sexual, nos moldes do modelo familiar burguês: casais heterossexuais, com homens chefes de seus lares, mulheres dedicadas à educação de seus filhos, prezadas donas de casa e próspera ascensão econômica da figura paterna e de seus filhos. Mesmo considerada como um perigo iminente, a sexualidade precisa, agora, ser dita, explicada, analisada, regulada, enfim, escapa do espaço privado para tornar-se um discurso público e urgente. Os desejos e práticas sexuais se tornam alvo de intolerância coletiva, ações jurídicas, intervenção médica, análise científica e preocupação religiosa. Em todos os espaços, em todas as instituições, o sexo se torna um discurso presente.

E tais discursos sobre o sexo não se multiplicaram fora do poder ou contra ele, porém lá onde ele se exercia e como meio para seu exercício; criaram-se em todo canto incitações a falar, em toda parte, dispositivos para ouvir e registrar, procedimentos para observar, interrogar e formular. (FOUCAULT, 1988, p. 34)

A centralidade de seu debate está na proliferação dos discursos sobre o sexo no campo do exercício do poder. O autor entende que começa a existir uma incitação institucional ao se falar cada vez mais sobre o sexo em diversos espaços institucionais. Até mesmo nos confessionários religiosos, a confissão detalhada dos “pecados da carne”, dos desejos, imaginações e atos, é incentivada. Estes pecados acabam por tornar-se a raiz de todos os demais pecados, sendo considerado um mal que atinge, ainda que secretamente, todos os homens. Assim, o sexo, ao invés de permanecer em silêncio, deve ser dito, confessado, exposto minuciosamente de forma frequente e constante. Desta forma, o desejo oculto se transforma em discurso. E não só aos padres a confissão é incentivada, mas também aos pedagogos, aos médicos, à família. Foucault chega a dizer que, no Ocidente, o homem se tornou um animal confidente. A sociedade é uma sociedade confessada. A confissão torna-se a primeira técnica para se produzir a verdade do sexo. E não há o que não deva ser confessado, como ele aponta:

A confissão difundiu amplamente seus efeitos: na justiça, na medicina, na pedagogia, nas relações familiares, nas relações amorosas, na esfera mais cotidiana e nos ritos mais solenes; confessam-se os crimes, os pecados, os pensamentos e os desejos, confessam-se passado e sonhos, confessa-se a infância; confessam-se as próprias doenças e misérias; emprega-se a maior exatidão para dizer o mais difícil de ser dito; confessa-se em público, em particular, aos pais, aos educadores, ao médico, àqueles a quem se ama; fazem-se a si próprios, no prazer e na dor, confissões impossíveis de confiar a outrem, com o que se produzem livros. (FOUCAULT, 1988, p. 59)

O ato sexual, que é a matéria prima da confissão, assume, a partir do século XVIII, diversificadas formas de ser confessado. Por cartas, registros, gravações, declarações em tribunais, exposições em consultórios médicos, todos estes relatos passam a ser arquivados por profissionais estudiosos do sexo. Não apenas os religiosos falarão dos pecados sexuais, da morte e da salvação, mas agora a ciência fala em corpo e vida, através de confissões tão ou mais ricas e detalhadas do que as que penetraram os confessionários eclesiais. Ao invés de ser condenado a uma eternidade de sofrimento, o indivíduo confessante obtém nos consultórios psiquiátricos remédios, terapias, um diagnóstico para a cura. É importante destacar que para Foucault, a passagem do discurso religioso sobre a sexualidade para o discurso científico, não representa uma

libertação, um avanço, mas sim uma nova forma de controle, de normatização das regras sexuais.

Contudo, mais que uma preocupação sobre a repressão e suas formas de poder, Foucault se preocupa com a “colocação do sexo em discurso, o autor se preocupa em entender sob que formas, através de que canais, fluindo através de que discursos o poder consegue chegar às mais tênues e mais individuais das condutas”. (FOUCAULT, 1988, p. 16). Ele se pergunta de que maneira o poder penetra e controla o prazer cotidiano. Para Foucault, quando o sexo é posto como discurso, não há uma maior incitação à repressão, mas ocorre um processo de incitação, de uma vontade maior de saber sobre, que não se detém frente a um tabu irrevogável. Para Foucault, após três séculos de repressão e silêncio, ocorreu uma verdadeira explosão discursiva sobre o sexo. Estabeleceu-se lugares onde ele poderia ou não ser discursado. Esta é, para Foucault, uma marca própria das sociedades modernas: elas devotaram o sexo a falar sempre, valorizando-o como segredo, ao invés de condená-lo a permanecer na obscuridade.

Foucault aponta que esta proliferação do discurso sobre o sexo exacerbou as condenações, os julgamentos, classificou as doenças e os desejos sexuais.

Da infância à velhice foi definida uma norma do desenvolvimento sexual e cuidadosamente caracterizados todos os desvios possíveis; organizaram-se controles pedagógicos e tratamentos médicos; em torno das mínimas fantasias, os moralistas e, também e sobretudo, os médicos, trouxeram à baila todo o vocabulário enfático da abominação. (FOUCAULT, 1988, p. 37)

A partir do século XIX, Foucault observa que ocorre uma multiplicação das perversões e uma vasta heterogeneidade sexual. A monogamia heterossexual dá lugar a outras formas de relações sexuais, que Foucault chama de *sexualidades periféricas*. Trata-se de pessoas com vícios sexuais, maníacos, delinquentes. Estas são algumas das novas classificações que perturbam a ordem e lotam tribunais, clínicas psiquiátricas e cárceres.

Novos diagnósticos também se revelam, como a “neurose genital”, a “loucura moral” ou o “desequilíbrio psíquico”. Neste novo contexto, a punição e a repressão, não desaparecem, mas chama a atenção de Foucault, a forma de poder exercido sobre estas transgressões. Ele sustenta que

Esses dispositivos de saber e poder, de verdade e de prazeres, esses dispositivos tão diferentes da repressão, não são forçosamente secundários e derivados; e que a repressão não é sempre fundamental e vitoriosa. Trata-se, portanto, de levar a sério esses dispositivos e de inverter a direção da análise: ao invés de partir de uma repressão geralmente aceita e de uma ignorância avaliada de acordo com o que supomos saber, é necessário considerar esses mecanismos positivos, produtores de saber, multiplicadores de discursos, indutores de prazer e geradores de poder. (FOUCAULT, 1988, p. 71)

Desta forma, agora, mais que uma punição, uma repressão. Há um adestramento, uma tentativa de tratamento médico, uma necessidade de descobrir, entender e até permitir que algumas práticas existam, ainda que às escondidas. Para serem compreendidas, analisadas, elas não podem simplesmente desaparecer. A homossexualidade, por exemplo, deixa de ser vista apenas no campo do pecado ou da doença, mas passa a ser entendida como parte integrante do indivíduo, faz parte de sua natureza singular. A homossexualidade apareceu como “uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie”. (FOUCAULT, 1988, p. 43- 44)

Estas *sexualidades periféricas*, longe de serem eliminadas, negadas, são por sua vez classificadas, nomeadas, constituindo-se uma ordem natural da desordem. Elas não são isoladas dos indivíduos, mas incorporadas a eles. Assim, o poder de controlar, analisar, estudar os comportamentos sexuais, é aplicado através de um prazer de ter o poder de questionar, de fiscalizar, espiar. Esta é uma forma de poder que “se deixa invadir pelo prazer que persegue e, diante dele, poder que se afirma no prazer de mostrar-se, de escandalizar ou de resistir”. (FOUCAULT, 1988, p. 45)

Foucault define a sociedade burguesa dos séculos XIX e XX como “uma sociedade de perversão explosiva e fragmentada” (FOUCAULT, 1988, p. 46). Esta é uma sociedade que controla o sexo, não de forma a interdita-lo, mas permitindo, incentivando, sem fixar fronteiras para a sexualidade. O poder exercido sobre os corpos não é moralizador, mas um poder exercido sobre os corpos e prazeres que os desvenda, investiga, permite, mas classifica e prescreve. É um poder que penetra nas condutas regulando-as conforme a idade, o lugar, o gosto, a prática. Prazer e poder aqui não se anulam, mas se entrelaçam. Desta forma ele afirma: “a sociedade moderna é perversa, não a despeito de seu puritanismo ou como reação à sua hipocrisia: é perversa real e diretamente”.

(FOUCAULT, 1988, p. 47) Mas o autor alerta dizendo que é um erro pensar que as sociedades industriais modernas inauguraram um período mais intenso de repressão sexual. Há, pelo contrário, uma explosão de sexualidades. Há uma disseminação do poder e do prazer. Sobre a explosão do discurso sobre o sexo nos séculos XVII a XX, Foucault diz ainda que “o discurso sobre o sexo, já a três séculos, tem-se multiplicado em vez de rarefeito; e que, se trouxe consigo interditos e proibições, ele garantiu mais fundamentalmente a solidificação e a implantação de todo um despropósito sexual”. (FOUCAULT, 1988, p. 53) Nossa sociedade atual é a sociedade que fala sobre sexo, escreve e o analisa, busca interrogá-lo e decifrá-lo e, principalmente, deixá-lo falar sobre sua verdade.

Foucault reconhece que desde a Idade Média, e em especial nela própria, a relação entre sexo e poder se dá de forma a negá-lo, barrá-lo, excluí-lo. Além disso, o sexo, perante este poder, se determina pelo que é ou não lícito, proibido ou permitido. O domínio do poder sobre o sexo se efetua principalmente através da linguagem, cria um discurso sobre o sexo, e leis que representam o poder sobre o sexo, determinando suas regras de existência e condenação. A interdição gerada a partir daí, nega ao sexo o direito de existir, de falar. O Estado, os tribunais, a família, todos estes se unem para controlar e exigir seu silêncio, punindo as desobediências. “Poder legislador de um lado, e sujeito obediente do outro”. (FOUCAULT, 1988, p. 82) a potência do poder que controla o sexo é a potência do *não*, do estabelecimento de limites, que se organiza em torno da lei, e que, por isso, exerce função interditadora. O grande desafio no estudo da sexualidade nos séculos atuais, para Foucault, é desvincular a ideia de poder à de punição, tentar pensar o sexo sem a lei, pensar um poder distante da soberania do Estado e seus aparelhos repressores. Para ele, o poder deve ser pensado

Como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes a transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais. (FOUCAULT, 1988, p. 88-89)

A partir desta concepção de poder, Foucault está dizendo que seu estudo pretende analisar a formação de um tipo de saber sobre o sexo, não em termos de repressão ou

lei, mas em termos de poder. E este poder deve ser entendido como algo que se exerce a partir de inúmeros pontos, e em meio a relações desiguais e móveis. As correlações de forças múltiplas existentes nas instituições familiares, nos grupos sociais, se entrelaçam sem uma divisão delimitada entre dominador e dominado. Há uma troca, uma redistribuição e até mesmo uma homogeneização, um alinhamento entre os afrontamentos existentes no corpo social. As relações de poder que estão para além da lei e do Estado são passíveis de resistências que fortalecem ou enfraquecem alguns termos, sempre num movimento móvel e múltiplo de poder. Não há um poder centralizador ou centralizado em um indivíduo que irá se relacionar, interrogar, entrevistar alguém destituído de poder ou de um saber. A relação saber-poder é móvel, e no discurso esta relação se articula. O discurso não é oposto ou se submete ao poder, mas pode ser ao mesmo tempo instrumento e efeito de poder, visto que pode construir resistências; pode ser, em última instância, criador de poder. Os discursos representam uma produtividade tática que proporciona efeitos recíprocos de poder e saber.

Uma vez que se escreve e se publica sobre o sexo, ainda que para reprimi-lo, há uma fala, uma exposição e uma reivindicação que, ao invés de suprimir o debate, exacerba o desejo de falar, de convencer e de naturalizar a sexualidade. Para exemplificar, Foucault menciona os estudos e as consequências das publicações no século XIX sobre a homossexualidade, dizendo:

Ora, o aparecimento, no século XIX, na psiquiatria, na jurisprudência e na própria literatura, de toda uma série de discursos sobre as espécies e subespécies de homossexualidade, inversão, pederastia e 'hermafroditismo psíquico' permitiu, certamente, um avanço bem marcado dos controles sociais nessa região de 'perversidade'; mas, também, possibilitou a constituição de um discurso 'de reação': a homossexualidade pôs-se a falar sobre si mesma, a reivindicar sua legitimidade ou sua 'naturalidade e muitas vezes dentro do vocabulário e com as categorias pelas quais era desqualificada do ponto de vista médico. (FOUCAULT, 1988, p. 96)

O autor argumenta que no decorrer do século XIX a preocupação com o sexo aumentou, e quatro conjuntos estratégicos desenvolveram dispositivos específicos de saber e poder sobre o sexo: a mulher histérica, a criança masturbadora, o casal procriador, o adulto perverso. Assim, a sexualidade de homens, mulheres e crianças, estava sob a mira dos discursos, saberes e poderes. É importante lembrar que este dispositivo de poder não pretende controlar e reprimir o sexo, antes, prolifera, inova, inventa, penetra nos corpos de maneira cada vez mais detalhada, e controla populações de forma cada vez mais global. O corpo torna-se objeto privilegiado de estudo e de valor nas relações de poder.

Foucault demarca a história da sexualidade a partir do decorrer do século XVII, quando nascem as grandes proibições sobre o sexo, valorizando a relação sexual apenas entre adultos, no contexto do matrimônio. Contenção e pudor eram os imperativos da linguagem. Já no século XIX, os laços da repressão se afrouxam, havendo relativa tolerância à experiência sexual pré-marital e às relações extra conjugais, também são eliminados os tabus que cercavam a sexualidade das crianças. Será no fim do século XVII que as novas tecnologias do sexo fomentarão as atuais mudanças. O sexo, antes assunto privilegiado dos clérigos religiosos, torna leigo e cede lugar aos pedagogos, médicos, e ao próprio Estado pelo controle da natalidade, esterilização feminina, programas de sexualidade para a juventude. São, assim, basicamente três eixos que desenvolvem este novo contexto:

O da pedagogia, tendo como objetivo a sexualidade específica da criança; o da medicina, com a fisiologia sexual própria das mulheres como objetivo; e, enfim, o da demografia, com o objetivo da regulação espontânea ou planejada dos nascimentos. (FOUCAULT, 1988, p. 110)

Foucault argumenta que foi nas famílias burguesas, e não entre as classes mais empobrecidas, que o controle sexual por essas novas tecnologias do sexo começou a existir. A preocupação com a sexualidade dos jovens, crianças e mulheres, foi primeiramente contestada nas classes altas da sociedade. Foi apenas no século XVIII, quando o Estado se preocupa em “moralizar as classes pobres”, que o controle sexual chega a este público. As epidemias, como a cólera em 1832, a prostituição e doenças venéreas, foram alguns dos motivos que fizeram o Estado promover políticas de saúde pública para controle do sexo entre as classes trabalhadoras. Eles precisavam de saúde para estarem aptos ao trabalho. Contudo, ele enfatiza que este controle não deve ser entendido como uma tentativa de reprimir os corpos e as classes, pelo contrário, tratava-se de uma intensificação do corpo, de uma problematização da saúde, eram técnicas para maximizar a vida. A preocupação com o corpo torna-se tema de estudo médico. No final do século XVIII já se pode notar várias obras escritas a respeito do tema. Elas versavam sobre

A higiene do corpo, a arte da longevidade, os métodos para ter filhos de boa saúde e para mantê-los em vida durante o maior tempo possível, os processos para melhorar a decência humana; eles atestam, portanto, a correlação entre essa preocupação com o corpo e o sexo e um certo ‘racismo’. (FOUCAULT, 1988, p. 118)

No século XIX é que se constitui a grande tecnologia do poder, e o dispositivo da sexualidade será o mais importante deles. É o que Foucault chama de nascimento de um poder sobre a vida, um bio-poder. Este bio-poder criou segregações, hierarquias, relações de dominação. Os homens se distribuem num domínio de valor e utilidade. A função reguladora está presente neste tipo de poder, e Foucault entende que “um poder dessa natureza tem de qualificar, medir, avaliar, hierarquizar, mais do que se manifestar em seu fausto mortífero (...) uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida”. (FOUCAULT, 1988, p. 135).

Nesse poder sobre a vida, o sexo aparece como elemento chave, visto que é ele quem da a vida e que cria espécies. Por esta razão, a partir do século XIX o sexo se torna bastante estudado, esmiuçado, desde a infância até a velhice. Ele passa a fazer parte das campanhas ideológicas moralizantes, está presente nos programas contra ou de incentivo à procriação, de modo geral, o sexo será instrumento de disciplina dos corpos e regulação das populações.

No final do século XVIII, o sexo, enquanto uma estratégia do dispositivo da sexualidade, aparece sob quatro grandes formas: o onanismo, a histeria feminina, o fetichismo e o coito interrompido. Assim, ele é envolvido no jogo “do princípio e da falta, da ausência e da presença, do excesso e da deficiência, da função e do instinto, da finalidade e do sentido, do real e do prazer. Assim, formou-se pouco a pouco a armação de uma teoria geral do sexo” (FOUCAULT, 1988, p. 144). O autor segue dizendo que nesse período, o sexo “nada mais é do que um ponto ideal tornado necessário pelo dispositivo de sexualidade e por seu funcionamento”. (FOUCAULT, 1988, p. 145). O sexo, que outrora fora considerado loucura, silêncio, agora é gerador de identidade, ainda que oculto, misterioso. O sexo agora possibilita ao corpo uma plenitude e, portanto, deve ser conhecido, decifrado, liberto, articulado em discurso, formulado em verdade. O dispositivo da sexualidade constituiu o sexo como desejável. Na conclusão de seus argumentos, Foucault ressalta que a ironia deste dispositivo da sexualidade é nos fazer acreditar que nele está nossa libertação.

Para fins de análise da nossa pesquisa, é importante destacar que, se para Foucault, na sociedade ocidental falar sobre o sexo, conhecer sua verdade, é constantemente um incentivo, uma exigência, nos questionamos sobre a seguinte questão: se ainda há uma

enorme parcela de homossexuais que esconde seus desejos e práticas sexuais, de que forma e em que espaços é exigida e incentivada sua fala? Para fins de estudo, de controle, a homossexualidade está nas prateleiras das bibliotecas e livrarias, nos registros clínicos e psiquiátricos. Contudo, acreditamos que no dia a dia, no ambiente de trabalho, no contexto familiar e até entre rodas de amigos, a homossexualidade ainda é um tabu, um assunto a ser evitado de forma séria. A piada, sempre depreciativa, a marginalização e o deboche, fazem parte da fala cotidiana nos espaços públicos e privados, porém, assumir-se homossexual, bissexual, lésbica, ainda é um desafio. Aquele que decide declarar, falar sobre seus desejos neste campo, ainda conta com a dúvida de saber como será recebido a partir do momento em que decide *sair do armário*. Parece-nos que o armário ainda é um lugar mais confiável, menos repressor, e de certa forma, protetor. Um ponto importante a ser destacado é que a fala, a conversa sobre a homossexualidade gera ações, movimento, e também mobilização política. É assumindo seus desejos, sua identidade, que o homossexual ganha força e parceria em sua luta. Porém, por decorrência do controle social e de uma longa história marginalizatória, os passos dados nesta caminhada ainda se cruzam com outras falas, outros discursos nem sempre solidários, nem sempre amigáveis. As falas ainda são comedidas, controladas, e quando decidem ser ditas, ignorando as regras e pudores sociais estabelecidos, ainda são vistos como baixaria, palavrões e coisa de gente pervertida. Braga (2014) realizou uma pesquisa com foco nas trajetórias escolares de LGBT evidenciando que o currículo escolar opera na conformação dos sujeitos às identidades socialmente legitimadas. Ela aponta que ainda há silêncios e lacunas que atravessam o discurso sobre o sexo/sexualidade e que conseguem com este *não dito* deixar claro como os sujeitos devem ou não agir sexualmente.

Uma importante questão a ser pensada mediante o exposto até o momento, é que a história de qualquer sociedade não pode ser compreendida apenas por uma única narrativa ou direção. Toda realidade é social ou culturalmente constituída, e esta realidade social é repleta de símbolos e valores a serem decifrados. Nesta perspectiva, é essencial examinar de que modo tal realidade social foi e é construída e/ou desconstruída a partir da vivência e do olhar dos vários grupos que a compõem. José de Souza Martins (2000) pode nos dar algumas luzes para introduzirmos este tema. Para o autor, aprendemos a história como uma soma; não como um movimento de tensões e desencontros, um contraditório processo, uma situação de momentos, em que a

bondade e a maldade (se é que se pode falar assim) intercambiam-se entre categorias sociais, conforme a circunstância. Nesta forma de aprendizado, não há uma história da práxis, mas uma anti-história, uma história que tem apenas vítimas, e não agentes ativos da transformação social. Martins ainda diz que a História é um processo contraditório, em que o negativo e o positivo se opõem, se alternam, se combinam e se superam na produção do novo. Assim, em qualquer sociedade, devem prevalecer os mecanismos da negociação e, portanto, os da lei, e não os da repressão.

Autores que estudam o desenvolvimento das sociedades capitalistas entendem que a estratificação, o preconceito e o controle social não ocorrem de modo exclusivo na sexualidade (apesar de ser este o campo que se destaca aqui), está presente também no trabalho, na etnia, na condição econômica dos cidadãos. A filósofa Judith Butler (2003) escreve e afirma que na democracia liberal esta regulação cria mecanismos de controle da sexualidade favorecendo o uso e abuso de preconceito, reproduzido e aceito por uma massa social. Assim, para a autora, os conflitos de gênero estão presentes na sociedade capitalista como parte inerente do conjunto de contradições presentes neste modo de produção.

Silva (2011) também segue nesta direção, entendendo que a ideologia dominante no modo de produção capitalista reproduz um diversificado sistema de repressão social⁴⁵. Em suas palavras

A ideologia dominante no contexto da sociabilidade capitalista coloca uns indivíduos contra outros e, nesse processo, se vale das diferentes refrações da diversidade humana e dos grandes sistemas de opressão a grupos particulares, tais como o patriarcado e a heteronormatividade. Graças à ação desses sistemas, o conjunto da moral e da ideologia dominante se mantém e tende a se reproduzir, embora com cisões internas que possibilitam a sua

⁴⁵Ainda sobre estes conflitos de gênero existentes nas mais diversas sociedades, David Harvey (2008), em seu texto sobre a formação de Paris, identifica algumas formas de injustiça social demarcando que mesmo frente a beleza e grandeza com que o país se formava, desigualdades como a que relata em relação à mulher, estavam presentes já no início do século dezenove. O autor cita que no ano de 1808 “Fourier sostenía que ‘ los câmbios y progresos sociales que se producían de una era a outra, eran proporcionales al progreso de las mujeres hacia La libertad, e igualmente el declive social era proporcional al declive de La libertad de La mujer’. La emancipación de La mujer era una condición necesaria para La emancipación de La humanidad e la liberación de La atracción pasional. (p. 97-98). As lutas pela igualdade de salário entre homens e mulheres e pelo direito ao divórcio estavam na pauta das feministas que se destacaram naquele momento. Afirmava-se que a emancipação da classe trabalhadora dependia diretamente da emancipação da mulher.

transformação, reafirmando-se a perspectiva que vê na liberdade do outro não a realização, mas o próprio limite à liberdade individual. (...) a ordem burguesa nega e inviabiliza a possibilidade de satisfação de necessidades criadas socialmente em torno da diversidade; necessidades estas criadas no interior desta mesma ordem, o que em si mesmo já deixa a nu a contradição inerente ao próprio modo de produção ancorado na acumulação e na propriedade privada, na posse, no individualismo egoísta e na competitividade. (SILVA, 2011, p. 54-56)

Para além dos diferentes sujeitos que são estigmatizados por decorrência desta estratificação social, fica ameaçada também, a possibilidade de uma prática democrática. Conforme afirma Alain Touraine, uma sociedade democrática é “uma sociedade que reconhece o outro, não na sua diferença, mas como sujeito, quer dizer, de modo a unir o universal e o particular [...], uma vez que o sujeito é ao mesmo tempo universalista e comunitário e ser sujeito é estabelecer um elo entre esses dois universos”. (TOURAINÉ, 1994b, p. 1-2). É nessa direção que Touraine destaca a centralidade do feminismo e das minorias étnicas enquanto sujeitos de transformação da historicidade contemporânea.

2 - Controle social no campo das homossexualidades

No campo da sexualidade, o controle social sempre se fez presente. Conforme Mariza Corrêa (2004), em todas as sociedades humanas o corpo é desconfigurado e reconfigurado para adequar-se a fantasias socialmente compartilhadas, às convenções sociais vigentes. Sérgio Carrara (2005, p.19) acrescenta dizendo que em nossa sociedade

Sempre se conheceu muito mais a sexualidade pelo seu potencial de perigo do que por seu potencial de prazer; muito mais por ameaçar a sociedade e suas instituições do que por ser por elas transformada não raramente em fonte de dor, de isolamento moral, de estigma e de exercício de poder. Talvez seja por isso mesmo que saibamos hoje muito mais sobre a sexualidade de homossexuais do que a de heterossexuais, mais sobre as mulheres do que sobre os homens, mais sobre os jovens do que sobre os adultos. Ou seja, conhecemos muito mais sobre a sexualidade que de algum modo nossas sociedades definem como problemática e perigosa.

Laraia (2006) também nos ajuda a conhecer melhor a nossa herança cultural, esclarecendo que ela foi desenvolvida através de inúmeras gerações, e sempre nos condicionou a reagir depreciativamente em relação ao comportamento daqueles que agem fora dos padrões aceitos pela maioria da comunidade. Por isso, discriminamos o comportamento desviante. Para exemplificar, diz que até recentemente “o homossexual

corria o risco de agressões físicas quando era identificado numa via pública e ainda hoje é objeto de termos depreciativos.” (p. 67-68) Vale ressaltar que ainda nos dias atuais a questão da violência é um ponto presente na pauta das reivindicações da luta homossexual organizada em nosso país. Gohn (2010, p. 99) enfatiza que “gays, lésbicas e transexuais não são apenas discriminados. Eles são criminalizados, alvos de atentados à vida, são perseguidos e morrem em atentados de grupos fascistas e nazistas”.

Partindo da ideia de que a civilização historicamente é baseada em tabus e repressão sexual, Castells (1999) entende que sempre houve em diversas culturas, em particular na cultura grega, uma maior permissividade em relação à homossexualidade masculina, enquanto o lesbianismo era fortemente reprimido. Este fato se explica porque os homens, historicamente advogaram para si privilégios de gênero, tornando a repressão à homossexualidade mais ou menos aceita, dependendo destes fatores sociais. Contudo, como a norma fundamental de organização social se constitui historicamente heterossexual, a vivência das realizações dos desejos homossexuais era permitida “desde que mantidas nos becos escuros da sociedade” (CASTELLS, 1999, p.239). Os gregos, de fato, deram à homossexualidade um tratamento menos repressivo e, em alguma medida, chegaram a incentivá-la, observando determinados limites sociais. Fisher (1973) nos esclarece de forma resumida o caráter e a relevância social e política que a homossexualidade grega representava. Ela mostra que a homossexualidade não era um fenômeno isolado e oculto na Grécia, ao contrário, era praticada por muitos homens eminentes daquela cidade (como Sócrates e Platão). A própria literatura da época exaltava esta prática, considerando-a a forma mais elevada de sabedoria.

Foi a partir do século XIX que a homossexualidade passou a ser estudada com maior afinco, principalmente pelos médicos psiquiatras, que passaram a diagnosticar sobre a “doença homossexual”. Estava presente a ideia da naturalização da heterossexualidade e da superioridade masculina e da masculinidade sobre os homens efeminados. De acordo com Santos (2011, p. 03), nos debates sobre sexo e papéis sexuais do século XIX, a preocupação principal era com as fronteiras sexuais. Os médicos direcionavam a atenção para a possibilidade de feminização do homem (representada pela homossexualidade), e de masculinidade da mulher (resultado do excesso de trabalho físico e mental), evidenciando que as influências do meio poderiam intervir na diferenciação dos sexos. Nos estudos médicos do século XIX, os atributos sensíveis

passaram a ser pensados como incomensuráveis. Afirmava-se que todos os efeitos “inferiores” da sensibilidade que antes eram descritos para os homens e mulheres, passam a ser descritos exclusivamente nas mulheres, ou aos homens “degenerados” ou “efeminados”. Contudo, Rohden (2004) nos alerta que este status da medicina nesse período histórico, e a conseqüente imagem de um domínio científico superior aos demais saberes nos estudos e pesquisas sobre a sexualidade, na verdade, estavam imbuídos de um conhecimento médico que era influenciado por concepções culturais e visões de mundo que interferiram nas conclusões clínicas destes profissionais. Em suas palavras, a autora diz que

Eram os cientistas, e no caso do corpo humano, os médicos, os legítimos donos dos instrumentos, das chaves de compreensão, que permitiriam abstrair o conhecimento. Os médicos teriam o importante papel de revelar para a sociedade aquilo que a natureza deixava evidente nos corpos. O interessante é considerarmos o fato de como este trabalho já estava, desde o início, em alguma medida, permeado pelas concepções culturais destes médicos. Ou seja, aquilo que percebiam como natural já era fruto de suas visões de mundo, de suas noções morais, de suas referências sobre as relações de gênero. (ROHDEN, 2004, p. 194).

Os médicos que mais tiveram contato com as pessoas homossexuais para tratamento e realização de seus estudos de caso foram os psiquiatras. Conforme Santos (2011, p. 119)

É no âmbito da medicina, principalmente da Psiquiatria e no esteio da construção das perversões, que a gênese da transexualidade enquanto patologia inscreve-se historicamente. Coadunando estratégias de poder e campos de saberes, a etiologia das perversões tornou-se uma das preocupações centrais no campo da medicina. Esse processo, denominado de apropriação médica, foi central nos discursos e práticas sobre os comportamentos designados como perversos. Medicalizar o inoportuno passou a ser uma das preocupações do século XIX.

A preocupação em se tratar, ou até mesmo eliminar a homossexualidade, tida como pecado, crime ou doença, está diretamente vinculada ao paradigma naturalista da *pseudo* natureza superior dos homens, que remete à dominação masculina, ao sexismo e às fronteiras rígidas entre os gêneros masculino e feminino. Trata-se de uma visão heterossexuada do mundo, na qual a sexualidade “normal” e “natural” está limitada às relações sexuais entre homens e mulheres (WELZER-LANG, 2001, p.460). As outras sexualidades, homossexualidades, bissexualidades, sexualidades transexuais... são, no máximo, definidas, ou melhor, admitidas, como “diferentes”. O autor entende que o

problema central deste paradigma encontra-se no heterossexismo, que é a discriminação e a opressão baseadas em uma distinção feita a propósito da orientação sexual. O heterossexismo é a promoção incessante, pelas Instituições e/ou indivíduos, da superioridade da heterossexualidade e da subordinação simulada da homossexualidade, como também da bissexualidade, as sexualidades transexuais, etc. (WELZER-LANG, 2001, p.467) Continuando, informa que o heterossexismo toma como dado que todos são Heterossexuais, e os homens que querem viver sexualidades não-heterocentradas são estigmatizados como homens anormais, acusados de serem “passivos”, ameaçados de serem associados a mulheres e tratados como elas. Isto significa que ser homem é ser “ativo”. O autor cita Michäel Pollack para quem

A hierarquia tradicionalmente estabelecida [...] entre o “fodido” e o “fodedor”, o primeiro sendo recriminado socialmente, pois ele transgride a ordem “natural” das coisas, organizada segundo a dualidade feminino (dominado) e masculino (dominante). De forma que, em algumas culturas, só é considerado um “verdadeiro veado” aquele que se deixa penetrar e não aquele que “penetra. (WELZER-LANG, 2001, p.468)

Este paradigma naturalista que define a superioridade masculina sobre as mulheres, e normatiza a sexualidade masculina, produz uma norma política andro-heterocentrada e homofóbica que qualifica o *verdadeiro* homem, o homem *normal*. Este homem viril na apresentação pessoal e em suas práticas, não afeminado, ativo, dominante, pode aspirar a privilégios do gênero. Já aqueles que se distinguem por uma razão ou outra, por sua aparência, ou seus gostos sexuais por homens, representam uma forma de não-submissão ao gênero, à normatividade heterossexual, e são simbolicamente excluídos do grupo dos homens, por pertencerem aos “outros”, ao grupo dos dominados/as que compreende mulheres, crianças e qualquer pessoa que não seja um homem *normal*. (WELZER-LANG, 2001, p.468)

Fraser (2010) também nos alerta sobre esta questão, afirmando que muitas vezes o valor cultural que constitui algumas categorias de atores sociais como normativas, e outras como deficientes ou inferiores (heterossexual é normal, homossexual é anormal), é perverso. Este “valor” reforça a ideia de que “famílias chefiadas por homens” são adequadas, “famílias chefiadas por mulheres” não são; “brancos” são obedientes à lei, “negros” são perigosos. Este separatismo cria um padrão institucionalizado de valor cultural e impede que alguns atores sociais participem com equidade na sociedade. Como exemplo, ela cita o caso das leis matrimoniais que negam a paridade de

participação a gays e lésbicas, onde claramente se tem uma injustiça pautada na institucionalização legal de um padrão heterossexista de valor cultural que constitui os heterossexuais como normais, e os homossexuais como perversos. (FRASER, 2010, p. 122-123)

A crítica a esta normatização heterossexista (a heteronormatividade) foi realizada na França pelo pós-estruturalismo. Esta corrente teórica traz um importante debate sobre uma nova política identitária, que considera imprescindível valorizar as diferenças entre os sexos, sem considerar tais diferenças a partir da ideia de que há uma identidade sexual única e imutável. De acordo com Furlani (2005), o pós-estruturalismo discorda da visão fixa de uma identidade sexual e de gênero. Aqui se compreende que as identidades são constituídas na cultura, podendo redefinir-se, alterar-se. Assim, as identidades estão sujeitas a rearranjos e desestabilizações. As experiências vividas, as contradições culturais influenciarão diretamente em tais mudanças. Na perspectiva pós-estruturalista, o processo de revisão das políticas identitárias levou ao fortalecimento da categoria ‘diferença’ (no lugar da ideias de identidade única). A autora compreende que contribuíram para isso as reflexões e críticas advindas do movimento de liberação *gay*, do feminismo lésbico e do movimento anti-homofobia, que se somaram às análises dos modelos de definição e de legitimação de uma única identidade homossexual. Esse contexto possibilitou o surgimento de uma teoria *queer*, que também questionou os limites e fronteiras de uma identidade. A visão de uma identidade fixa e única dá lugar a uma política da diferença (que é múltipla, sem limites, instável, poliforma, desenquadrada).

Cabe ainda uma explicação sobre a teoria *queer*. O termo *queer*, nos países de língua inglesa, foi usado para expressar a homofobia, humilhar e envergonhar pessoas tidas como estranhas, quando ‘declaravam’ suas identidades sexuais e de gênero fora dos padrões da ‘normalidade’ instituída e esperada. O termo, propositadamente pejorativo, posicionava essas pessoas como ‘diferentes’ dentro de uma estrutura discursiva baseada na heteronormatividade (FURLANI, 2005). *Queer* trata com ironia a heteronormatividade⁴⁶. De acordo com Louro (2001, p. 546), o termo *queer*

⁴⁶ Judith Butler é uma das mais destacadas teóricas queer. Ela afirma que as sociedades constroem normas que regulam e materializam o sexo dos sujeitos e que essas “normas regulatórias” precisam ser constantemente repetidas e reiteradas para que tal materialização se concretize. Contudo, ela acentua que “os corpos não se conformam, nunca, completamente, às normas pelas quais sua materialização é

é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação. Para esse grupo, queer significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e a estabilidade propostas pela política de identidade do movimento homossexual dominante. *Queer* representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora. A política *queer* está estreitamente articulada à produção de um grupo de intelectuais que, ao redor dos anos 90, passa a utilizar este termo para descrever seu trabalho e sua perspectiva teórica.

Ainda de acordo com Preciado (2011, p.17-18),

A noção medicalizada da homossexualidade, que data do século XIX e define a identidade pelas práticas sexuais, foi abandonada em proveito de uma identificação política e estratégica das identidades *queer*. A homossexualidade bem policiada e produzida pela *scientia sexualis* do século XIX explodiu; foi transbordada por uma multidão de “maus sujeitos” queer. A política das multidões *queer* emerge de uma posição crítica a respeito dos efeitos normalizantes e disciplinares de toda formação identitária, de uma desontologização do sujeito da política das identidades: não há uma base natural (“mulher”, “gay” etc.) que possa legitimar a ação política.

A partir da década de 1970, será reivindicada uma política de identidade, que busca a aceitação e a integração dos homossexuais no sistema social. Contudo, esta política traz à tona algumas tensões e críticas internas. Algumas lésbicas entendem que o movimento homossexual privilegiava as reivindicações dos homossexuais do sexo masculino,

imposta”, daí que essas normas precisam ser constantemente citadas, reconhecidas em sua autoridade, para que possam exercer seus efeitos. As normas regulatórias do sexo têm, portanto, um caráter performativo, isto é, têm um poder continuado e repetido de produzir aquilo que nomeiam e, sendo assim, elas repetem e reiteram, constantemente, as normas dos gêneros na ótica heterossexual. Butler, como outros teóricos queer, volta sua crítica e sua argumentação para a oposição binária heterossexual/homossexual. Esses teóricos e teóricas afirmam que a oposição preside não apenas os discursos homofóbicos, mas continua presente, também, nos discursos favoráveis à homossexualidade. Seja para defender a integração dos/as homossexuais ou para reivindicar uma espécie ou uma comunidade em separado; seja para considerar a sexualidade como originariamente ‘natural’ ou para considerá-la como socialmente construída, esses discursos não escapam da referência à heterossexualidade como norma. Ainda permanece intocado o binarismo heterossexual/ homossexual como a referência mestra para a construção do eu, do conhecimento sexual e das instituições sociais. Esse posicionamento parece insuficiente, uma vez que não abala, de fato, o regime vigente. Segundo os teóricos e teóricas queer é necessário empreender uma mudança epistemológica que efetivamente rompa com a lógica binária e com seus efeitos: a hierarquia, a classificação, a dominação e a exclusão. Uma abordagem desconstrutiva permitiria compreender a heterossexualidade e a homossexualidade como interdependentes, como mutuamente necessárias e como integrantes de um mesmo quadro de referências. (LOURO, 2001, p. 547-549)

deixando as contestações lésbicas em um segundo plano. Esta política também não deixava clara a demanda de bissexuais, sadomasoquistas e transexuais. Aos olhos destes, a política de identidade era excludente. Assim, era a identidade homossexual unificada (dos homens) que se tronava a base central da sua formulação. Contudo, no início dos anos de 1980, o surgimento da AIDS trouxe a possibilidade de se pensar academicamente nestes outros personagens que ainda não se faziam presentes na política de identidade do movimento homossexual. Apesar de toda a homofobia existente naquela década, abre-se uma gama de solidariedade entre ONGs e novos grupos de defesa dos direitos homossexuais, visando esclarecer e lutar contra as discriminações latentes no período.

Segundo Louro (2001), multiplicaram-se tanto os movimentos como seus propósitos. Há grupos de homossexuais que ainda lutam por reconhecimento e legitimação de suas causas; outros se posicionam contra as fronteiras tradicionais de gênero e das dicotomias masculino/feminino e heterossexual/homossexual. Mediante tais espectros de interesses e defesas, surgiriam proposições e formulações teóricas pós-identitárias. E para Louro, é precisamente dentro desse quadro que a afirmação de uma política e de uma teoria *queer* precisa ser compreendida. Ao explicar a diferença essencial entre a política de identidade homossexual e a nova política de identidade buscada pela teoria *queer*, Louro (2001, p. 549) esclarece que

Ao alertar para o fato de que uma política de identidade pode se tornar cúmplice do sistema contra o qual ela pretende se insurgir, os teóricos e as teóricas *queer* sugerem uma teoria e uma política pós-identitárias. O alvo dessa política e dessa teoria não seriam propriamente as vidas ou os destinos de homens e mulheres homossexuais, mas sim a crítica à oposição heterossexual/homossexual, compreendida como a categoria central que organiza as práticas sociais, o conhecimento e as relações entre os sujeitos. Trata-se, portanto, de uma mudança no foco e nas estratégias de análise; trata-se de uma outra perspectiva epistemológica(...).

A ampliação desta política de identidade se fez necessária e urgente por decorrência da homofobia, que atinge não apenas os chamados homossexuais, mas também as lésbicas, as travestis e bissexuais, inclusive no próprio meio homossexual. Fischer (2008, p.15) nos ajuda a entender melhor este quadro, mostrando que a maioria dos homossexuais considera os bissexuais “um/uma gay/lésbica enrustido/a, sem coragem de assumir sua real vocação. Do outro lado, o bissexual aparece para heterossexuais como um traidor da pátria ou um bicho-papão que pode a qualquer momento pular o muro”.

Com relação à homossexualidade feminina, o psiquiatra Thomas Szasz, a partir de seus estudos sobre levantamento de leis ao redor do mundo sobre a homossexualidade, concluiu que a homossexualidade masculina sofreu maior preconceito que a feminina, e ele explica as razões desta conclusão: em um artigo publicado no ano de 1973, o pesquisador disse ter descoberto que “a homossexualidade masculina é um crime mais grave que a homossexualidade feminina” (SZASZ, 1973, p. 112) Em suas conclusões, demonstra que

Nossas leis atuais contra a homossexualidade masculina refletem a visão antiga, evidentemente ainda não ultrapassada pela comunidade moderna e seus legisladores, de que as mulheres, como as crianças, são seres inferiores; homens adultos não precisam interessar-se muito pelo que eles fazem entre si. (SZASZ, 1973, p. 113)

Em seus estudos sobre a homossexualidade feminina, o psiquiatra May Romm (1973, p. 229) afirma que “praticamente todos os artigos escritos sobre a homossexualidade feminina observam o fato de que, em comparação com a volumosa literatura existente sobre a homossexualidade masculina, a homossexualidade feminina é um tema negligenciado”.

A pesquisadora Rita Rodrigues (2006) também entende que o estudo acadêmico reflexivo acerca da realidade homossexual, e em especial do universo homossexual feminino, deu-se de forma lenta e pouco aprofundada. Ela nos informa que

Embora as incorporações que os estudos sobre as relações de gênero e feministas conquistaram em alguns centros de pesquisa (o que não de seu sem disputas), o mesmo não se pode dizer das investigações sobre a experiência histórica das “lésbicas” em nosso país. Mesmo no âmbito das investigações sobre a mulher, a experiência lésbica não tem merecido a mesma relevância enquanto objeto legítimo de investigação. Na esfera dos estudos sobre as homossexualidades, também tem tido relativamente menor destaque, com as pesquisas concentrando-se nos aspectos da saúde e juridicidade das relações de parceria e opções de filiação. (RODRIGUES, 2006, p. 107)

No campo médico, encontramos a formulação da psiquiatra Cornelia Wilbur (1973, p. 228) que apresenta a homossexualidade feminina associada à esquizofrenia, psiconeuroses e distúrbios de caráter. A médica compreende, a partir de sua experiência clínica, que as lésbicas sofrem de uma grande carência afetiva, mas que a relação homossexual não é capaz de suprir tal carência. Assim, a psiquiatra propõe a reversão

sexual para estas mulheres, ou seja, um tratamento que as leve de volta à heterossexualidade. Em suas palavras,

As relações homossexuais femininas caracterizam-se por uma grande ambivalência, um grande anseio de amor, intensos elementos de hostilidade e a presença de ansiedade crônica. Essas relações são instáveis e em geral transitórias. Não contribuem para solucionar a necessidade de estabilidade e amor que tem o indivíduo. Com uma motivação e uma cooperação adequadas, é possível uma psicoterapia bem sucedida que resulte na reversão ao comportamento heterossexual exclusivo. (WILBUR, 1973, p.228)

Nesta mesma direção, a psicanalista May Romm (1973) amplia a questão, pontuando que os homossexuais de ambos os sexos são seres infelizes, e que a alegria gay é apenas um disfarce para a infelicidade e vazio que carregam dentro de si. Para ela, os homossexuais já abandonaram a esperança de serem aceitos por seus pais e pela sociedade. A autora defende então que eles são infelizes, pois a realização de uma vida normal em família foge ao seu alcance. O rótulo de gay (alegre) que carregam, é apenas um mecanismo de defesa que esconde o vazio e a futilidade de suas vidas. Concluindo, a psicanalista diz que “a alegação de que a homossexualidade é uma maneira de vida para pessoas que são mais artísticas, mais sensíveis e mais criativas do que as heterossexuais constitui uma negação de sua incapacidade de viver a vida num nível psicofisiológico responsável e maduro”. (ROMM, 1973, p.236)

Esta forma de pensar o comportamento homossexual leva, e por vezes justifica atitudes de repressão e violência, em último caso. Aos homossexuais se orienta que procurem a “cura”. São estas as questões que nos fazem pensar as formas de lutar e interagir dos movimentos sociais que se organizam nas sociedades contemporâneas. De forma geral, são os movimentos sociais de gênero/homossexuais que trazem à tona debates e enfrentamentos que transformam sociedades, colocando-as numa situação de ver-se “obrigadas” a rever seus preconceitos, tão firmemente marcados no campo da moral, da religião e da heteronormatividade. Assim, historicamente os homossexuais começam a se organizar em grupos, movimentos sociais, no intuito de ter garantido o direito de participação social e política, além de reivindicarem também o respeito e o fim de toda forma de marginalização. É a história desta organização que vamos estudar a seguir, num estudo de caso – o concurso Miss Brasil Gay de Juiz de Fora - visando

compreender melhor esta trajetória social dos homossexuais de Juiz de Fora e, refletidamente, do Brasil.

Capítulo IV

Juiz de Fora: cidade sede do Concurso Miss Brasil Gay - Aproximações metodológicas

Todo este contexto histórico, cultural e político sob os quais se inserem a formação e as lutas dos movimentos sociais de gênero no Brasil, todas as formas de preconceito, a violência ainda presente e as demandas do LGBT nos dias atuais, são elementos essenciais para nos fazer compreender como se deu a organização homossexual em Juiz de Fora. Para além de um estudo no campo teórico e histórico, compreendemos que a pesquisa de campo e documental constituem conjuntamente importantes fontes de pesquisa que nos possibilitam compreender ainda melhor a dinâmica particular das relações de contradição específicas, experimentadas pelos homossexuais de Juiz de Fora. É neste sentido que pensamos o capítulo em tela.

Conforme dissemos em nossa apresentação, a cidade de Juiz de Fora foi o local escolhido para a realização da nossa pesquisa de campo. O concurso Miss Brasil Gay, existente na cidade desde 1977, sempre no mês de agosto, não passa despercebido por nenhum morador ou visitante curioso. É importante, então, conhecer um pouco sobre as origens deste município, para compreendermos o contexto em que nasce este concurso.

1 – Breve histórico da cidade de Juiz de Fora

Juiz de Fora, que se torna município em 31 de maio de 1850, leva este nome por uma homenagem ao seu primeiro juiz, João Carlos Ribeiro e Silva. O referido juiz (que veio de fora!) mudou-se para a cidade em 1708, residindo por lá até sua morte, em 1781. Quando é instalada a Câmara Municipal na cidade, em 07 de abril de 1853, esta passa a existir oficialmente com o nome de Vila de Santo Antônio do Paraibuna. Era uma vila que não possuía mais de 500 habitantes à época. No ano de 1856, conforme a Lei nº

750, a Vila se eleva a cidade, passando a se chamar Cidade do Paraibuna (rio que corta a cidade). Foi por meio da Lei 1262, de 19 de dezembro de 1865, que o presidente da Província de Minas Gerais, Joaquim Saldanha Marinho, mudou o nome da cidade para Juiz de Fora. (STEHLING, 1968)

Por ser uma legítima cidade mineira, Juiz de Fora carrega em si traços de uma modernidade tardia. Conforme Paula (2000), a modernidade chega em Minas Gerais de forma precoce, incompleta, com uma democracia equivocada, e sem a universalização dos direitos sociais. Houve reprodução de privilégios, exclusão de classes, marginalização social e econômica. Até o século XIX, não se pode falar exatamente em uma modernidade em Minas Gerais. Ela se moderniza em seu mercado e culturalmente, pelo público que atraía, mas esta modernidade não favoreceu os mineiros e moradores das vilas mineiras, até então explorados em sua força de trabalho. Contudo, ao se desenvolver, nos séculos XVIII e XIX Minas foi a região mais urbanizada e populosa do Brasil.

Segundo Almeida (2008), a vida cotidiana do juizforano, já no início do século XX, era repleta de festas e eventos sociais, indo desde os mais elitizados, onde somente a parcela mais rica da cidade participava, até as festas populares, normalmente de cunho religioso. Influenciado pelo modelo parisiense que inspirava o Rio de Janeiro no início do século XX, Juiz de Fora se esforçou por renovar-se, tornando-se uma cidade moderna, limpa e saudável. Segundo a autora “os lugares os quais apenas a gentilha frequentava não faziam parte das chamadas dos jornais”. (ALMEIDA, 2008, p. 54) Apenas concertos musicais e eventos esportivos eram divulgados. Bares como a danceteria *Elite*, só podiam ser frequentados por pessoas que trajavam terno e gravata. Aqueles que chegassem sem esta vestimenta, recebiam do próprio dono algum terno e gravata para compor a roupa obrigatória.

Os negros e pobres frequentavam biroskas e bordéis. Lugares estes onde fortaleciam seus laços de amizade e descansavam da pesada rotina do trabalho diário. Considerados por uma parcela da sociedade como espaços de vadiagem, constantemente estes lugares eram visitados por policiais. A autora afirma que a repressão para inibir a frequência a estes ambientes era “grande e muito violenta” (ALMEIDA, 2008, p. 59). Os negros, de modo geral, eram as principais vítimas, sendo repetidamente conduzidos à delegacia e detidos. Suas músicas com batuques, sambas e pagodes, eram mal vistas e consideradas

promotoras de promiscuidades, desafiando a “boa sociedade branca”. A autora nos informa que o ideal europeu de pele branca chega ao Brasil com tamanha força que se constatou por aqui a existência de produtos e profissionais especializados no clareamento de pele (ALMEIDA, 2008, p. 75). Os únicos momentos em que brancos, negros, pobres e ricos conviviam de forma mais homogênea, era nas festas religiosas e no carnaval, onde máscaras e fantasias nivelavam os participantes e disfarçavam diferenças étnicas e culturais. Conforme as palavras da autora, nestas festas não havia uma cor de pele determinante.

Em Juiz de Fora também encontramos registros, ainda que escassos, sobre formas de controle social exercidas pelo governo local, que revelam aqueles que são vistos com olhos discriminatórios ou não. Conforme o professor de história Goodwin Junior, na segunda metade do século XIX, Juiz de Fora

Aponta já para algumas das limitações claras ao exercício de uma cidadania plena por parte de seus membros. Entretanto, e especialmente em relação à população livre – mas também para os escravos – é preciso definir esses limites e, mais ainda, legitimá-los. Dois elementos são instrumentais neste empreendimento: a aplicação da lei, através do Código de Posturas, e a educação através da imprensa; em ambos os casos, mais do que a imposição forçada da ordem, o objetivo é a construção de um discurso hegemônico que possa até dispensar, em alguns momentos, o uso da violência. (GOODWIN JUNIOR, 1997, p. 28)

O Código de Posturas de Juiz de Fora tinha por pretensão propor um corpo de leis que regulava sobre a vida na cidade. Segundo Goodwin Junior (1997, p. 28), o Código era um “espaço privilegiado para a atuação cerceadora das elites locais sobre a população da região”. Segundo o autor, o primeiro Código da cidade foi elaborado no ano de 1857, passando a vigorar a partir de 1858. Dentre as categorias temáticas abarcadas no documento, constavam medidas de saneamento e controle social. As medidas de saneamento abrangiam a limpeza, não somente das vias públicas, mas também dos animais e das casas dos moradores de Juiz de Fora.

Havia artigos que regulavam desde a vida dos escravos e suas relações com os homens livres, até a vida da população como um todo. Também havia uma preocupação com as “pessoas suspeitas”, vítimas de preconceito, como era o caso dos ciganos. O artigo 161, por exemplo, proibia o comércio com ciganos e pessoas suspeitas, por não haver quem pudesse referendá-los. Havia uma preocupação em se controlar também os

hábitos de parte da população considerada inadequada ou perigosa à cidade. Por exemplo, os festejos dos escravos eram vistos com grande preocupação moral, por causa dos gritos que os mesmos emitiam nas ruas. Goodwin Junior (1997, p. 30) ainda diz que no Código “há uma interessante associação entre os loucos, os bêbados, e os escravos, todos considerados perigosamente propensos a desrespeitar a ordem pública”. O autor menciona que um terço dos artigos existentes no Código de Posturas de 1860 falava sobre o controle social. Nos anos entre 1858 a 1889, o controle social foi a segunda categoria que mais recebeu propostas de artigos adicionais.

No que diz respeito ao controle social exercido pela imprensa, o jornal local que teve maior destaque e importância no final do século XIX foi o *Pharol*. Sua primeira publicação se deu em 1870. Além de trazer notícias sobre os avanços científicos da época, e assuntos que agradavam a elite juizforana, o jornal também trazia notícias sobre a vida cotidiana dos cidadãos, e uma notável preocupação com os escravos, os negros, as prostitutas, os desocupados e pedidores de esmolas. A “boa sociedade” não queria ser perturbada por este “tipo de gente”. Goodwin Junior (1997, p. 34-35) conclui sua pesquisa afirmando que o que se percebe com este quadro em Juiz de Fora, é que estava

Em implantação um projeto de cidadania altamente excludente. Há um esforço deliberado em traçar a linha de quem é e de quem não é cidadão desta sociedade. (...) aos negros forros, aos brancos pobres, e mesmo àquela emergente parcela da população que começa a formar os setores médios urbanos, também é preciso ensinar o seu lugar. (...) A imprensa vai criar o que chamamos aqui de cidadãos de segunda classe: são aqueles que, não estando entre a “boa sociedade”, podem com ela se identificar através do estranhamento, da não identificação, da repulsa àqueles que, definitivamente, não têm lugar nesta sociedade.

Ainda de acordo com Almeida (2008), nos anos de 1930, em Juiz de Fora, o carnaval era considerado pela igreja católica uma festa de pecado com tendência a atos violentos, e os padres da cidade aconselhavam as moças de família a não ficar até altas horas na rua, para não serem confundidas com raparigas, e evitarem gracejos de bêbados. Aqueles que participavam dos bailes de carnaval estavam sujeitos ao julgamento divino. O carnaval de rua era visto pela alta sociedade como coisa de gentalha, de negros, uma festa bárbara. As festas em salões, restritas a grupos seletos da sociedade, eram vistas com menos reprovação. As festas, danças e tambores não eram tolerados, por destoarem por completo do momento histórico civilizador que vivia Juiz de Fora.

Limpeza urbana, clareamento da raça e centros urbanos organizados e tranquilos, sem a presença de negros, pedintes e prostitutas eram a meta a ser alcançada. Percebe-se, neste sentido, a tentativa de controlar os espaços e as posturas. Além de condenar o carnaval, alguns padres da cidade escreviam artigos e matérias condenando também o cinema, lugar tido por estes como um atentando contra a moral e bons costumes.

Na década de 1960, a prostituição incomodava determinados segmentos sociais de Juiz de Fora. O padre Wilson Valle da Costa, que à época, tinha um programa em uma rádio da cidade, aproveitou a carta de uma ouvinte de um bairro de classe média da cidade que lhe escreveu reclamando dos namoros “quentes” que estavam ocorrendo em praça pública no bairro Jardim Glória, habitado por uma classe média, e declarou: “É, se peito de moça fosse buzina, ninguém dormia no Jardim Glória...” (COSTA, 2003, p. 45) Frases desta natureza davam ao padre audiência e respeito por parte da ala mais conservadora de Juiz de Fora. A frase foi considerada por jornalistas e comentaristas como ousada para a época. O padre apelou aos policiais da cidade que tomassem providências sobre o fato, mas segundo Costa (2003) relatos mostram que nada foi feito para conter os namoros na praça do bairro. O que mostra que toda estratégia de controle esbarra, no dia-a-dia, na realidade vivida pelas pessoas que resistem às tentativas de normalização e controle de que são alvos.

De acordo com Viscardi (1995), na década de 1970, a maior parte dos movimentos sociais foi criada em Juiz de Fora. As associações de moradores da cidade começaram a ser criadas ainda na década de 1940, sendo a maior parte criada nos anos 1970. Além destas associações, cerca de vinte Comunidades Eclesiais de Base foram criadas nessa década. Dirigentes de entidades assistenciais, sindicatos, igrejas e associações de moradores reuniam-se periodicamente no Conselho Municipal de trabalho e Bem- Estar social para proporem políticas públicas para o município. Este conselho foi criado nos anos 1960, quando Itamar Franco era prefeito de Juiz de Fora. Viscardi (1995) nos mostra em sua pesquisa realizada sobre a participação dos movimentos sociais junto ao poder público na cidade, que 91,89% das associações civis em Juiz de Fora nasceram na década de 1980, sendo apontado pelo autor como o período de maior mobilização da sociedade civil organizada, fazendo eco ao panorama nacional.

O prefeito Tarcísio Delgado, que foi eleito por duas vezes na cidade na década de 1980 (nos anos de 1983 e 1988), criou Conselhos participativos que incentivaram ainda mais uma mobilização pública, como é o caso do Conselho Comunitário Municipal, a Comissão de Defesa do Consumidor e a Comissão de Transporte Coletivo. Contudo, Viscardi observa que a falta de planejamento e as ações clientelistas por parte da administração pública “comprometeram seriamente o projeto de gestão popular da coisa pública”. (VISCARDI, 1995, p. 192) Vale ressaltar que é também nesse período, entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, que o concurso Miss Brasil Gay ganhará força e visibilidade na cidade. Ele não se encontra inserido no conjunto dos movimentos sociais de Juiz de Fora, mas terá uma repercussão ampla nos anos que se seguem, como veremos mais adiante.

De acordo com Lacerda (2011), até o ano de 1979, o único movimento social destacado pelos jornais locais da cidade, foi o movimento estudantil, que teve forte presença dentro e fora da Universidade Federal de Juiz de Fora, sendo palco de conflitos políticos em sua luta contra a ditadura. As reivindicações desse movimento eram caracterizadas por temas políticos e de protesto. Contudo, a partir dos anos 1980, as demandas se tornam mais específicas e restritas às necessidades próprias dos estudantes, como transporte e restaurante universitário, deslocando-se do cenário político nacional mais amplo. Nessa década, além do movimento estudantil, vão se destacar também os movimentos docentes e sindicalistas. Em suas conclusões sobre a participação dos jovens estudantes de Juiz de Fora na década de 1970, a autora demarca: “a geração de 1970, diferentemente da geração anterior, foi vitoriosa na sua luta pelas liberdades democráticas e precisa ser vista como tal”. (LACERDA, 2011, p.236)

Além da participação de jovens em movimentos sociais, uma matéria⁴⁷ do jornal Tribuna de Minas (que ocupa uma página inteira), demonstra a participação de mulheres da cidade no sindicato, defendendo direitos trabalhistas. Tais mulheres argumentavam estar cansadas do fogão e da fralda. Essas manifestações e participações políticas mostram que Juiz de Fora esteve atenta, e fez parte do quadro geral de mobilizações ocorridas ao final do período ditatorial. Paralela a estas ações políticas por parte da sociedade juizforana, a cidade também foi vista nos anos de 1980 como um grande pólo industrial, com perspectiva a contribuir para o desenvolvimento do Brasil, acompanhou a política

⁴⁷TRIBUNA DE MINAS, Juiz de Fora, MG, 04 de ago. 1985, p. 06.

nacional desenvolvimentista, ampliando seu comércio, parque industrial, além de investir na juventude já premiada nas artes plásticas. Investiu também na mídia, com a presença dos canais Globo, TVE e Pio XII. Uma revolução cultural, é como entende este momento, a jornalista Maria Ladeira⁴⁸.

Apresentada minimamente a cidade de Juiz de Fora, passemos agora a apresentar e refletir acerca dos caminhos metodológicos que seguimos para a construção dessa tese.

2 - Metodologia

A primeira informação que consideramos importante registrar, é que esta pesquisa é uma investigação qualitativa. Pela própria característica do tema escolhido, entendemos que a pesquisa qualitativa é o melhor método de trabalho, pois, conforme M. Serapioni (2000), a investigação qualitativa trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões. Numa pesquisa qualitativa, o trabalho de campo constitui-se numa etapa essencial. Entendemos campo como “o recorte espacial que corresponde à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico correspondente ao objeto da investigação”. (MINAYO, 1993). O trabalho de campo deve partir de referenciais teóricos que fundamentem a análise da pesquisa. Os atores envolvidos na pesquisa (entrevistador e entrevistado), sejam eles indivíduos ou grupos, interferem de forma dinâmica no conhecimento da realidade. Estar preparado para esta etapa da pesquisa significa munir-se de conhecimento teórico, leitura e compreensão prévia sobre o campo a ser estudado.

Gibbs (2009) também nos acrescenta que a pesquisa qualitativa visa abordar o mundo que existe fora dos laboratórios de pesquisa, no intuito de conhecer, descrever e explicar os fenômenos sociais, analisando experiências de indivíduos ou grupos, ou investigando documentos ou traços semelhantes de experiências ou interações. Ainda segundo Gibbs (2009), a pesquisa qualitativa se diferencia de outros tipos de pesquisa porque não separa o conjunto de dados e sua análise, ou seja, a análise pode e deve começar no campo estudado. Assim, “à medida que coleta seus dados, por meio de entrevistas, notas de campo, aquisição de documentos e assim por diante, é possível iniciar sua análise”.

⁴⁸TRIBUNA DE MINAS, Juiz de Fora, MG, 21 de ago. 1983, p. 08.

(p. 18) Este procedimento torna a pesquisa mais flexível, na medida em que, ao analisar e coletar dados concomitantemente, o pesquisador pode rever e modificar perguntas de suas entrevistas, considerando as análises iniciadas. É importante notar que o autor atenta para o fato de que, ao descrever uma situação, esta deve ser feita de forma bastante detalhada, para que se possa ter uma melhor compreensão e análise do contexto estudado. Minayo (1993, p.134) nos oferece, de forma clara e resumida, pontos que demonstram a importância da pesquisa qualitativa.

A pesquisa qualitativa torna-se importante para: (a) compreender os valores culturais e as representações de determinado grupo sobre temas específicos; (b) para compreender as relações que se dão entre atores sociais tanto no âmbito das instituições como dos movimentos sociais; (c) para avaliação das políticas públicas e sociais tanto do ponto de vista de sua formulação, aplicação técnica, como dos usuários a quem se destina.

A memória como fonte de pesquisa

Para a realização da pesquisa de campo, utilizamos a história oral como método de investigação científica. Justifica-se a escolha com base na ideia sustentada por Verena Alberti (2005, p. 18), para quem a história oral é um método de pesquisa “que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participam de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo.” Trata-se assim, de uma pesquisa à luz de depoimentos de pessoas que participaram ou testemunharam acontecimentos históricos. A história oral possibilita verificar como o passado foi apreendido e interpretado. Segundo Alberti (2005), este é o método ideal para trabalhar temas recentes, em casos ocorridos em até aproximadamente 50 anos. O critério qualitativo neste método é mais importante que o quantitativo, pois a escolha dos entrevistados deve se dar a partir de sua participação direta ou indireta no tema de estudo. Assim sendo, para maior fidelidade aos relatos, e possibilidade de retorno às falas, consideramos necessário gravar as entrevistas. Vale ressaltar que todas as pessoas entrevistadas aceitaram a gravação de suas falas, e assinaram o termo de consentimento⁴⁹ para o uso do conteúdo das gravações. O comitê

⁴⁹ O Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) pode ser visto em nosso Apêndice B.

de ética⁵⁰ da Universidade Federal Fluminense também aprovou os termos da pesquisa de campo.

Amado e Ferreira (1998, p. 16) também nos ajudam, partindo da ideia de que a história oral não é apenas uma decisão técnica ou de procedimento, mas um espaço de contato e influência interdisciplinares

Com ênfase nos fenômenos e eventos que permitam, através da oralidade, oferecer interpretações qualitativas de processos histórico-sociais. Para isso, conta com métodos e técnicas precisas, em que a constituição de fontes e arquivos orais desempenha um papel importante. Dessa forma, a história oral, ao se interessar pela oralidade, procura destacar e centrar sua análise na visão e versão que dominam do interior e do mais profundo da experiência dos atores sociais.

As autoras ainda argumentam que fazer história oral significa produzir conhecimentos históricos, científicos, ultrapassando a mera ideia de que os dados coletados numa entrevista tenham como propósito apenas fazer um relato ordenado da vida e das experiências de alguém. No intuito de apreender o máximo destas experiências, e de deixar que as entrevistas nos possibilitem entender melhor as histórias pessoais, seus conflitos internos, seus olhares e vivências, e relacioná-las à própria história de Juiz de fora, é que a história oral se torna relevante. Não queríamos que os dados coletados fossem analisados como falas descontextualizadas e sem significado social e histórico. Numa pesquisa em história oral, quando a análise é completa, a versão da história da sociedade que se constrói é tão válida quanto aquela que deriva da consulta de fontes documentais como arquivos e registros fiscais ou policiais, por exemplo. Assim, a história oral nos permite buscar num passado recente a compreensão deste passado, e também de sua relevância e relação com o tempo presente.

Conforme assinalado, o recurso técnico escolhido para possibilitar compreender melhor nosso objeto de estudo, é a entrevista. Consideramos que a entrevista facilita um acúmulo mais rico de informações que o uso de questionários fechados ou métodos que não envolvem o contato direto pesquisador/pesquisado. Para o estudo sobre este método, seguiremos as orientações de Vergara (2009), Lakatos e Marconi (2007), Goldenberg (2004) e Minayo (1993).

⁵⁰ O parecer de aprovação da pesquisa pelo comitê de ética pode ser visto em nosso Anexo A.

Vergara (2009) entende que entrevista é um método de coletar dados que ocorre num processo de interação verbal, conversa, diálogo que produza conhecimento sobre algo. O autor entende que numa pesquisa qualitativa, a forma ideal de se realizar entrevistas é pessoalmente, pois assim pode-se notar expressões e posturas corporais, gestos e olhares significativos para a análise de campo. As entrevistas nem sempre são o único recurso utilizado numa pesquisa qualitativa. Por vezes, como é o nosso caso, fontes documentais são importantes complementos numa análise deste tipo de pesquisa. Ao escolhermos este método, estivemos cientes das vantagens e desvantagens⁵¹ de se realizar entrevistas, e observamos que apesar dos poucos limites existentes, as vantagens trazidas pelo uso das entrevistas numa pesquisa qualitativa são fundamentais para a pesquisa a que nos propomos realizar.

Diversos são os tipos⁵² de entrevistas, que variam de acordo com o propósito do entrevistador. Para nossa pesquisa, entendemos que o tipo mais adequado seria o que Lakatos e Marconi (2007) chama de entrevista despadronizada ou não-estruturada, Minayo (1993) chama de entrevista semi-estruturada e Vergara (2009) chama de entrevista semiaberta. Apesar da diferença no modo de nominá-las, os autores estão se referindo a um tipo de entrevista que parte de um roteiro anteriormente elaborado, mas que permite aos entrevistados certa liberdade de expor seu ponto de vista sobre determinadas questões que não estejam contempladas no roteiro. Além disso, os entrevistados podem eximir-se de responderem as perguntas que considerarem inoportunas, ou das quais tenham dificuldades em falar. O entrevistador também tem a liberdade de incluir, durante a entrevista, perguntas que não estejam mencionadas em seu roteiro, caso perceba a necessidade de aprofundar em alguma questão que apareça durante a conversa com seu entrevistado. Este roteiro é importante, pois oferece um

⁵¹ As autoras Eva Lakatos e Marina Marconi (2007) e Mirian Goldenberg (2004) apontam como desvantagens e limites: possíveis dificuldades de comunicação entre entrevistador e entrevistado; possibilidade de o entrevistado ser influenciado por gestos ou tons de voz do entrevistador; tempo longo e cansativo utilizado para a entrevista; risco de se perder a objetividade nas perguntas; possível dificuldade de se comparar as respostas. Elas apontam como vantagens: poder coletar informações de pessoas que não saibam escrever; maior possibilidade de se constatar contradições nas falas; maior flexibilidade nas perguntas e viabilidade de o entrevistador esclarecer dúvidas sobre as perguntas do roteiro; proximidade maior entre entrevistador e entrevistado, o que pode gerar maior confiança e respostas mais aprofundadas.

⁵² Lakatos e Marconi (2007) cita entrevistas padronizada ou estruturada, despadronizada ou não-estruturada e painel. Minayo (1993) cita sondagem de opinião, entrevista semi-estruturada, entrevista aberta, entrevista não-diretiva e entrevista projetiva. Vergara (2009) cita entrevista fechada, semiaberta, individual e coletiva.

norte ao entrevistador, que corre um risco bem menor de se perder durante a entrevista, desfocando ou esquecendo de abordar questões importantes.

Durante a realização das entrevistas, seria essencial que os entrevistados tivessem liberdade de fala, mas consideramos importante que houvesse um roteiro prévio de perguntas, com orientações que nos ajudasse a abordar questões que nos chamaram a atenção em nossa pesquisa documental e bibliográfica. Caso as entrevistas fossem direcionadas de forma totalmente livre, poderíamos nos esquecer de algum elemento importante que gostaríamos de contrastar, comparar ou mesmo confirmar, a partir da leitura prévia que fizemos nas 89 matérias de jornais selecionadas. Portanto, elaboramos um roteiro⁵³ para as entrevistas, apenas como um esquema temático, um norteador que contém nossas inquietações mais gerais. Contudo, valorizamos durante as entrevistas a liberdade do entrevistado de tratar de assuntos relacionados ao tema pesquisado que não estivessem contemplados em nosso roteiro.

Sobre isto, Amado e Ferreira (1998, p. 237) dizem que

Quando se elabora um questionário detalhado e preciso, é possível distinguir passo a passo a testemunha, mas assim ela fica presa a um roteiro preestabelecido que não lhe permite desenvolver seu próprio discurso. Se ela for deixada totalmente livre, há o risco de se afastar do tema tratado, reduzindo-se o papel do entrevistador a tentar precisar uma data ou esclarecer uma passagem confusa.

As entrevistas podem ser realizadas individualmente ou em grupo. No nosso caso, realizamos apenas entrevistas individuais, pois não houve a necessidade ou a oportunidade de uma entrevista em grupo. O mentor do Miss Brasil Gay; os irmãos gêmeos que foram os Reis Momos por décadas nos desfiles de carnaval da cidade; e a jornalista e escritora, que presenciou e apoiou a formação do Miss Brasil Gay em Juiz de Fora através de sua amizade com o fundador do concurso, foram entrevistados em seus lares. O presidente do MGM foi entrevistado na sede da ONG. O cabeleireiro que participou como candidata nos primeiros anos do concurso e também na organização do evento por vinte anos seguidos, foi entrevistado em seu salão de beleza. O cabeleireiro e atual organizador do Miss Brasil Gay, foi entrevistado em um de seus salões de cabeleireiro. Conversamos ainda uma pessoa indicada pelos organizadores, que os

⁵³ Este roteiro está disponível no Apêndice A, ao final da tese.

consideravam importante pesquisador do tema desta pesquisa. O mesmo nos recebeu para a entrevista em seu local de trabalho.

Entendemos que entrevistar os sujeitos que vivenciaram de forma direta ou indireta a formação do concurso em Juiz de fora, acrescentou uma riqueza de informações essencial no aprofundamento do nosso tema. Além da importância de abordar durante as entrevistas as experiências pessoais, fizemos o esforço de buscar aprender também os processos dinâmicos da organização homossexual em Juiz de Fora nas falas dos entrevistados. Pretendíamos entrevistar pessoas que têm um bom conhecimento sobre o concurso Miss Brasil Gay. Apesar de não adentrarmos no estudo sobre o MGM, visto que este nasce no ano de 2000, entrevistamos seu atual presidente, por considerá-lo importante fonte de informação para compreender melhor relação entre o concurso e a criação do Movimento Gay de Minas na cidade.

Acreditávamos que durante a elaboração da tese e de uma aproximação maior com estes sujeitos e grupos, novos personagens viriam à tona em nosso processo de entrevista. De fato, recebemos a sugestão de entrevistar um pesquisador do tema, que trabalha na prefeitura da cidade, uma candidata ao concurso, e um professor que estuda a questão. Não conseguimos entrevistar a candidata, pela dificuldade de contato, visto que a mesma já não reside a anos na cidade de Juiz de Fora. Contudo, tivemos acesso aos pesquisadores, com os quais nos encontramos e adquirimos importantes informações e documentos sobre a história do concurso (mas vale ressaltar que estes não foram entrevistados. Em uma rápida conversa, obtivemos informações e alguns materiais para nos ajudar a compreender melhor o concurso). Na escolha dos entrevistados, não fizemos preferência por faixa etária, definição sexual, credo ou tempo de militância no movimento gay. O público entrevistado foi, em síntese, formado pelas pessoas que trazem em si parte da história da formação do concurso Miss Brasil Gay, e que se inserem nela, direta ou indiretamente, desde 1977 até a formação do MGM em 2000.

As fontes documentais utilizadas

Consideramos que, além da entrevista, a fonte documental também seria imprescindível em nossa pesquisa, sendo, na verdade, a primeira dimensão a ser investigada. Precisamos esclarecer o que estamos chamando de fonte documental. Para tanto, nos

apropriamos da concepção utilizada por Cellard (2010, p.296) que esclarece que “tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado como documento ou ‘fonte’, como é mais comum dizer atualmente”. Documento para o autor é todo texto escrito, manuscrito ou impresso, registrado em papel. Ele define dois tipos de documentos: os arquivados e os não arquivados, e em sua natureza, os documentos podem ser públicos e públicos não arquivados. No caso da nossa pesquisa, os documentos que serão analisados são do segundo tipo. Cellard (2010, p.297) informa que estes incluem “os jornais, revistas, periódicos e qualquer outro tipo de documentos distribuídos: publicidade, anúncios, tratados, circulares, boletins paroquiais, anuários telefônicos, etc.”. Dentre as vantagens em se fazer uma pesquisa documental, Cellard (2010, p. 295) nos diz que “graças ao documento, pode-se operar um corte longitudinal que favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, etc., bem como o de sua gênese até os nossos dias”.

Conforme Flick (2009), os documentos não são somente uma simples representação dos fatos ou da realidade. Eles constituem meios de comunicação, sendo escritos ou registrados por razões políticas, sociais, ou até mesmo morais. São versões sobre eventos. Flick (2009) e Cellard (2010) concordam que o pesquisador que opta por realizar uma análise documental, necessariamente deve construir um corpus satisfatório, informando-se sobre todas as fontes disponíveis para a pesquisa, demarcando o conjunto daquelas que serão consultadas. O objetivo é ter uma amostra representativa de todos os documentos que se pretende pesquisar. Os autores enfatizam também que é importante ter atenção para não manter o foco apenas no conteúdo dos documentos, sem levar em conta o contexto, a utilização e função dos mesmos.

Uma questão que consideramos fundamental, destacada por Cellard (2010), é o fato de que, ao se fazer uma análise documental, é imprescindível conhecer a conjuntura, seja política, econômica, social ou de qualquer outra ordem em que foi produzido o documento estudado. Quais as motivações de quem escreveu? Para quem se escreve? Qual/quais os objetivos de tal publicação de informação? Estas e outras questões serão melhor respondidas pelo pesquisador que tenha um conhecimento amplo de toda esta conjuntura supracitada. Tal conhecimento é fundamental também para se evitar uma análise empobrecida de argumentos histórico-sociais. Isto prevenirá também

interpretações errôneas ou confusas sobre os acontecimentos e o contexto em que foram escritos.

Foi de fundamental importância realizar uma coleta e análise de matérias em jornais arquivados nas editoras e bibliotecas da cidade, e também nos arquivos do MGM. Os registros que narram os eventos, as lutas, as conquistas e desafios da população gay em Juiz de Fora foram investigados e considerados importantes materiais de pesquisa. Não demos crédito apenas aos documentos em defesa do concurso, mas consideramos indispensável investigar se houve críticas nos materiais coletados, que porventura abordassem de forma negativa e preconceituosa as ações promovidas pela população homossexual na cidade.

As principais fontes utilizadas em nossa pesquisa de campo para produção da tese foram as matérias dos jornais Diário da Tarde e Tribuna da Tarde e Tribuna de Minas⁵⁴. Lemos todas as matérias⁵⁵ no período de 1977 a 2000 publicadas nos meses de agosto, que é quando ocorre o concurso Miss Gay na cidade. A escolha dos jornais se deve ao fato de serem estes os de maior circulação em Juiz de Fora durante o período que selecionamos para esta pesquisa. Foram lidos 31 exemplares por ano selecionado para a pesquisa (do primeiro ao último dia de agosto), totalizando 713 jornais, durante um período de 23 anos (1977 a 2000). Foram encontradas 89 matérias, que falavam sobre AIDS, homossexualidade, sexualidade, o concurso Miss Brasil Gay ou temas afins.

Inicialmente, buscamos a biblioteca municipal da cidade, no intuito de nos informar quais jornais tinham maior circulação no período que nos interessava, e em que local conseguiríamos acesso aos mesmos. No setor de arquivos da biblioteca fomos informados que no período havia dois jornais pertencentes a um mesmo grupo de editores: o Diário da Tarde e o Diário Regional. Ambos tinham circulação diária, sendo que o Diário da Tarde era um jornal mais completo, que trazia informações no campo da

⁵⁴ O Jornal Diário da Tarde teve seu último número de circulação em novembro de 1983. O jornal Tribuna de Minas inicia sua circulação em fevereiro de 1983. Contudo, entre 1986 e 1993 o Tribuna de Minas passa a ser fabricado e vendido em Belo Horizonte, sendo lançado em Juiz de Fora, pelos mesmos fabricantes deste jornal, o Tribuna da Tarde. No ano de 1994 o Tribuna de Minas volta a ser vendido em Juiz de Fora.

⁵⁵ Uma observação que queremos registrar, é que dissemos que sempre que houvesse alguma notícia sobre criminalidade que poderia nos acrescentar informações acerca do nosso tema, recorreríamos ao Diário Regional, no intuito de verificar se a notícia teria sido divulgada de forma mais detalhada. Contudo, esta situação não ocorreu. Assim, não incluímos em nossa fonte documental este jornal.

política, interesses sociais, classificados, esporte e tendências sociais. Por sua vez, o Diário Regional, continha informações que se somavam ao primeiro, trazendo dados mais específicos com foco sobre a criminalidade na cidade. Assim, optamos por iniciar nossa leitura no jornal Diário da Tarde, e sempre que houvesse ali alguma notícia sobre criminalidade que pudesse acrescentar informações acerca do nosso tema, recorreríamos ao Diário Regional, no intuito de verificar se a notícia teria sido divulgada de forma mais detalhada. Além destes, tivemos acesso também ao Tribuna de Minas e ao Tribuna da Tarde. Estes jornais circulam em Juiz de Fora a partir do ano de 1983, quando o Diário da Tarde encerra suas edições, deixando de ser fabricado.

Outra informação relevante, obtida por parte da bibliotecária responsável pelo setor de arquivos de jornais, foi a de que os exemplares dos jornais que pretendíamos ler, se encontravam em melhor estado de conservação e até estariam provavelmente mais completos (sem páginas em débito, sem partes deterioradas) na Divisão de Arquivo Histórico - DAH - da prefeitura da cidade, uma vez que os editores dos jornais enviavam exemplares virgens - que não circularam publicamente na cidade - a este acervo, para arquivamento. Sendo assim, fizemos a pesquisa também neste acervo. Além da pesquisa realizada no Arquivo histórico da cidade, no acervo histórico da UFJF e na biblioteca pública da cidade, procuramos dissertações e teses no programa de pós-graduação em ciências da religião e na revista Focus, do curso de história da UFJF, que abordassem o tema da homossexualidade, do concurso Miss Brasil Gay ou do MGM, mas sem sucesso. Procuramos também por material que abordasse a história recente de Juiz de Fora, e notamos que há uma gama maior de revistas e artigos sobre o período histórico de formação da cidade, mas pouco material sobre o período de meados dos anos de 1970 em diante.

Conforme foi enfatizado, nas leituras realizadas nos jornais, priorizamos as matérias a partir de agosto de 1977⁵⁶. Além dos exemplares lidos no período informado acima, tivemos ainda acesso, na biblioteca municipal da cidade, a cinco matérias que fogem ao período selecionado para esta pesquisa, mas que demonstram posicionamentos e

⁵⁶ O número exato de matérias lidas e encontradas nos jornais selecionados para a pesquisa totaliza 89 matérias. As mesmas foram encontradas nos jornais ano a ano na seguinte proporção: 1977 – 03; 1978 – 03; 1979 – 05; 1980- -02; 1981 – 01; 1982 – 01; 1983 – 02; 1984 – 01; 1985 – 08; 1986 – 01; 1987 – 02; 1988 – 02; 1989 – 04; 1990 – 06; 1991 – 05; 1992 – 04; 1993 – 02; 1994 – 02; 1995 – 03; 1996 – 04; 1997 – 05; 1998 – 10; 1999 – 06; 2000 – 13.

atitudes contra e a favor da questão homossexual, além de trazerem informações relevantes sobre o concurso Miss Gay. Estas matérias foram previamente selecionadas pela bibliotecária, e traziam informações que consideramos relevantes para nossa pesquisa, mesmo não compreendendo o período histórico a que havíamos nos proposto a estudar.

Descobrimos que havia uma pasta de arquivo contendo informações e documentos acerca da história do concurso na cidade na Divisão de Patrimônio Cultural (DIPAC) DIPAC setor da FUNALFA (Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage). Tivemos acesso a esta pasta, mas ela continha apenas alguns poucos documentos aprovados pela prefeitura da cidade, e alguns recortes de jornais e revistas com matérias sobre o concurso. Notamos que alguns destes recortes não estavam datados, o que dificultou verificar a que período histórico se referiam. No entanto, optamos por incluir em nosso trabalho as informações que julgássemos importantes e esclarecedoras, mesmo que sem demarcação de datas ou fontes, quando as mesmas não fossem extremamente necessárias para a compreensão da notícia.

A aproximação aos entrevistados

É importante, antes de apresentar nossa análise, descrever algumas impressões e explicações sobre como se deram as entrevistas realizadas. Inicialmente, quando selecionamos os sujeitos que gostaríamos de entrevistar, algumas pessoas com quem conversamos para pedir sugestões de nomes, temiam que uma e outra se negassem a falar. Elas acreditavam que não havia um entendimento único sobre a relevância e forma de direção do concurso por parte de alguns dos sujeitos que pretendíamos entrevistar. De fato, notamos que nem todos abordaram sobre o concurso numa mesma perspectiva, mas nenhuma delas de forma desrespeitosa. Além do mais, jamais esperávamos encontrar unanimidade nas questões, visto que o grupo que selecionamos é heterogêneo em diversos aspectos, como idade, sexo, formas de participação no concurso, etc. Quanto à possível dificuldade de aceitação dos entrevistados em responder nossas perguntas, queremos destacar que todos, sem exceção alguma, nos receberam prontamente. Todos eles abriram seus lares ou espaços de trabalho de forma educada, respeitosa e sem questionamentos acerca da nossa idoneidade, ou colocando em dúvida a seriedade ou a importância da pesquisa. Pelo contrário, não houve

nenhuma pergunta do nosso roteiro elaborado previamente que não tenha sido respondida por qualquer um dos entrevistados. Contudo, é importante destacar que há uma diferença clara na compreensão sobre o concurso entre os organizadores do MGM e os organizadores do concurso. Houve entrevistados que se recusaram a falar sobre o MGM, por entenderem que não há nenhuma ligação entre o concurso e a ONG.

Todos permitiram que as entrevistas fossem gravadas. Houve momentos em que percebemos que alguns entrevistados começavam a falar de questões particulares, de sua intimidade familiar e/ou sexual. Então, nestes momentos, quando sugeríamos que o gravador fosse desligado, para maior privacidade, nenhum deles viu tal necessidade. Eles queriam falar, destacavam a importância de suas experiências para nosso trabalho. Um dos entrevistados, por considerar o tema da homossexualidade profundo e complexo, sugeriu que em nossa lista de entrevistados, fosse incluída uma entrevista com um psiquiatra ou com um psicólogo. Isto nos faz pensar que a ideia de que são estes profissionais da saúde que podem ainda responder com maior propriedade sobre o assunto, talvez não tenha sido superada, mesmo entre os próprios homossexuais.

Nenhum deles remarcou ou colocou limites e condições para as entrevistas. Nenhum deles demonstrou estar respondendo nossas questões apenas porque se viram em uma situação de desconforto em negar. Todos estavam interessados em contar, acrescentar, contribuir. Esta gentileza tornou as entrevistas leves e agradáveis. O saldo final foi imensamente positivo neste ponto. Em nosso roteiro de entrevista não havia nenhuma pergunta de fórum íntimo e pessoal sobre a sexualidade dos entrevistados. Contudo, notamos que eles, de uma forma ou de outra, acabavam falando sobre como foram aceitos por seus familiares, ou como foram reprimidos em suas sexualidades quando mais jovens. Um deles chegou a dizer que, para a pesquisa, seria importante falarmos sobre o apoio familiar recebido pelos homossexuais. Este entrevistado disse que sempre teve apoio de seu pai, e que nunca sofreu preconceito. Ele entende que não se tornou gay, mas que nasceu gay, e que seu pai apenas lhe disse que, além de gay, ele deveria se preocupar em adquirir uma profissão, pois ser gay não é trabalho.

Durante nossa pesquisa documental, uma situação ou, melhor dizendo, uma conversa, nos chamou a atenção. Estávamos iniciando esta parte da pesquisa, ainda não havíamos preparado o roteiro de perguntas, e nem estávamos selecionando as pessoas para serem

entrevistadas. Contudo, numa instituição de pesquisa, algumas pessoas que estavam realizando outras consultas, nos perguntaram sobre nosso tema. Quando explicamos, tivemos a oportunidade de vivenciar a seguinte situação: era março de 2013, estávamos fazendo uma pesquisa bibliográfica num acervo histórico em Juiz de Fora. Iniciamos uma conversa com um dos funcionários que se interessou por nosso tema. Assim, perguntamos se ele se considerava uma pessoa liberal ou conservadora no que se refere à sexualidade. Ele se definiu como liberal. Informou-nos que é conhecedor do movimento gay de Juiz de Fora, que é favor, achava importante, e que se fosse convidado a participar do concurso ou de algum evento promovido pelo movimento social na cidade, participaria. Ao final desta rápida conversa, perguntamos se ele tinha filhos. Ele afirmou ter um filho “macho”. Foi assim que o definiu. Achamos esta forma de definição curiosa, e pedimos que ele imaginasse a seguinte situação: “num dia de domingo, no horário de almoço, este seu filho macho resolvesse anunciar que é gay...” Ainda não havíamos terminado a frase, o sujeito bateu com a mão na mesa à sua frente e disse: “meu filho é macho, jamais será um gay. Não tem chance...” Então, voltamos a perguntar: “mas caso ele queira participar de um evento homossexual na cidade, você participaria, conforme nos disse anteriormente?” Ele nos respondeu que seu filho jamais participaria, e que ele não iria. Uma pessoa que estava no acervo, e ouviu parte de nossa conversa, disse: “cara, você não é liberal nada”. Ao passo que o sujeito respondeu: “lá em casa não”. Muito interessante notar que o sujeito se mostrou “liberal” no espaço público, e conservador no espaço privado. Ele se prontificou a responder por seu próprio filho, que o mesmo não frequentaria um concurso para gays. A frase “lá em casa não” ficou latejando em nossa mente, e naquele momento percebemos o quanto esta pesquisa seria desafiadora....

Apresentadas a metodologia e as fontes documentais, passemos agora a abordar o concurso Miss Brasil Gay, o Rainbow Fest e o Movimento Gay de Minas, que formam o grupo de eventos e movimentos que contribuíram para a organização homossexual em Juiz de Fora, e que ainda hoje registram na história da cidade uma marca imensurável na luta e conquistas de espaços públicos, lutas políticas e buscas por uma(s) identidade(s) homossexual.

Capítulo V

O concurso Miss Brasil Gay e a formação de uma identidade homossexual em Juiz de Fora

Como dissemos anteriormente, é mediante um contexto de manifestações e formação de recentes movimentos sociais, e da derrocada de um regime militar, que acontece o primeiro concurso Miss Brasil Gay em Juiz de Fora, no ano de 1977.

Em Minas Gerais e no Brasil, Juiz de Fora é conhecida por sediar diversos eventos⁵⁷ em defesa da pessoa homossexual. O concurso Miss Brasil Gay foi o primeiro evento na cidade que abriu as portas, dando notoriedade social aos sujeitos homossexuais. Esta história tem início em 1977, a partir de uma brincadeira, parodiando o concurso Miss Brasil para mulheres. Segundo o cabeleireiro mentor e criador do evento, na época, a Escola de Samba Juventude Imperial passava por uma crise financeira e, para ajudar a agremiação, ele resolveu fazer uma festa. O evento tornou-se oficial, e passou a acontecer todos os anos em Juiz de Fora, sempre no mês de agosto. Contudo, não podemos dizer que Juiz de Fora estava receptiva à pessoa homossexual no período em que o primeiro concurso ocorre.

Tivemos acesso a quatro matérias de jornais que demonstram como os homossexuais eram tratados na cidade, e que nos faz pensar na importância do concurso frente a um

⁵⁷Destacamos algumas atividades realizadas durante o Miss Brasil Gay para exemplificar a dimensão do número de participantes e a amplitude de debates propostos. Em 21 de agosto de 1999, durante mais de quatro horas, cerca de três mil pessoas se renderam aos encantos da 23ª edição do concurso de beleza homossexual, Miss Brasil Gay. A 31ª edição do Miss Brasil Gay em 2007, contou com 28 representantes de estados e ilhas do Brasil, O III Juiz de Fora Rainbow Fest teve palestras com temas como “Brasil 500 anos de descobrimento” e “milhares de preconceitos e políticas GLBT em Minas Gerais”, a 4ª Parada Gay de Juiz de Fora reuniu mais de 70 mil pessoas nas ruas da cidade. Na Parada Gay de 2007 estima-se que cerca de 50 mil pessoas estiveram no local. A 8ª Juiz de Fora Rainbow Fest, apresentou uma mesa redonda "Sexualidade Positiva", espaço em que os participantes trocam informações sobre AIDS. Entre os temas propostos, estão "Os gays no contexto atual da epidemia da AIDS", "A situação dos direitos dos homossexuais no poder judiciário", "O programa Brasil sem homofobia" e "O Congresso Nacional e a luta dos homossexuais: novas perspectivas".<http://www.acesa.com/zonapink/2007/materias/noticias/02-missminas/>. Acesso em 14 de mar. 2008.

quadro pouco receptivo para estes sujeitos. De início, a primeira matéria lida no jornal *Diário da tarde*⁵⁸, aborda uma campanha de moralização realizada em agosto de 1964, para fechamento (por ordem do delegado de polícia da época) das casas, pensões que eram “foco de meretrício” e bares “mal frequentados”. Após esta decisão, o delegado entendeu que as ruas da cidade ficariam mais apropriadas para a circulação das famílias da cidade. Esta campanha não teve sucesso nem segmento. Mas logo após tal campanha, outro grupo passou a ser o foco das atenções: os efeminados “que não respeitam quem quer que seja, fazem das ruas centrais, depois de certas horas da noite, o local para suas farras, afrontando a todos” (*O DIÁRIO DA TARDE*, 1964, p.05). Acusa-se que, principalmente aos domingos, após às 19h, os gays andam com seu ‘andar reboativo’, desrespeitando senhoritas e senhoras. Afirma-se que “os anormais” realizam práticas imorais pra quem quiser ver. Segue dizendo que “os mocinhos” dominaram a cidade e desfilam com suas cabeleiras femininas, muitos até com maquiagem. O delegado se preocupava com as mulheres da cidade, que em breve não poderiam andar em paz nas ruas das cidades sem serem xingadas, e afirmava que era necessária uma intervenção das autoridades para acabar com as tais “maricas”.

De acordo com a matéria supracitada, podemos notar que as formas de tratamento e os julgamentos realizados se sobressaem em suas formas preconceituosas e marginalizatórias. Acreditamos que as travestis eram o público mais evidente, uma vez que habitavam as ruas à noite, realizando as tais “práticas imorais” acusadas pelo delegado da cidade. Poucos anos mais tarde, em maio de 1970, uma matéria é lançada⁵⁹, demonstrando curiosidade sobre o comportamento e práticas destes sujeitos. A matéria se destaca pelo título “Conheça e veja o estranho mundo dos homossexuais”. Tratados como aqueles que gostam de cores vivas, e que buscam nos ambientes escuros e íntimos a oportunidade de outra vida, assim são identificados os homossexuais que se organizaram por direitos sociais, deixando clara sua insatisfação com a sociedade. Até o período, Juiz de Fora não tinha nenhuma associação de defesa dos direitos dos homossexuais. A matéria informa que o grupo existente na cidade circulava sempre pela madrugada, em pequenos grupos. O texto faz um breve resgate histórico, apontando que desde o início da década de 1960 iniciou-se, na Inglaterra, um movimento público que

⁵⁸ *O DIÁRIO DA TARDE*, Juiz de Fora, MG, ago. 1964, p. 05-06.

⁵⁹ *O DIÁRIO DA TARDE*, Juiz de Fora, MG, 27 de maio, 1970, p. 03.

derrubou a concepção de que o homossexual fosse visto como criminoso. A iniciativa não colocou os homossexuais no mesmo patamar social que os héteros, pois se agora não seriam mais considerados criminosos, muitas vezes ainda eram declarados como doentes. A matéria informa que em Juiz de Fora havia um grupo interessado em criar uma associação pela defesa de seus direitos sociais, oferecendo também um ciclo de palestras sobre a questão homossexual. Ao final da reportagem, o autor vale-se da esperança de que caso a associação chegue a ser fundada, “vai terminar o passeio noturno dos inconformados com o sexo, que vão abandonar a rua São João e outros locais, por uma sala de reunião, onde terão uma vida normal”. (O DIÁRIO DA TARDE, 27 de maio de 1970, p. 03)

É interessante notar a preocupação comum às duas matérias supracitadas: tornar as noites da cidade “limpa” da presença gay, e garantir uma suposta normalidade. Não encontramos nenhuma outra matéria que nos informasse sobre a criação desta associação, e nenhum dos nossos entrevistados mencionou a existência de qualquer organização naquele período. As únicas matérias encontradas no período proposto para este estudo, sobre a presença gay na cidade, foram estas aqui apresentadas. A homossexualidade era combatida, mal vista (contudo notada) e indesejada nas ruas do centro de Juiz de Fora por autoridades e representantes das famílias mais tradicionais. Foi neste contexto de preconceito que o primeiro concurso gay se realizou.

1 - O concurso Miss Brasil Gay

O primeiro Concurso Miss Brasil Gay não ocorreu em nenhum espaço público, não chamou a atenção das autoridades policiais, e não perturbou as ruas do centro da cidade. Encontramos alguns jornais que nos contam como tudo começou.

Na matéria apropriadamente intitulada “Onde tudo começou⁶⁰”, vemos que a ideia do concurso Miss Gay em Juiz de Fora nasce com o cabeleireiro Francisco Mota, conhecido como Chiquinho, encenando Beth Vasconcelos, mais conhecida fora do país como Mademoseille Debret Deblanc (referência ao pintor francês), que já fazia, antes de 1977, concursos gays de pequena proporção em sua residência. Apaixonado pelos concursos de Misses (de mulheres) que aconteciam no Maracanãzinho no Rio de

⁶⁰JORNAL MISS BRASIL GAY, Juiz de Fora, abril de 2005, p.03.

Janeiro, ele realizava em sua casa, em Juiz de Fora, concursos gays com seus amigos e convidados. Tivemos a oportunidade de entrevista-lo. Ele nos contou que criou o concurso sem nenhum objetivo de protestar, levantar uma bandeira gay na cidade ou iniciar um movimento político. Em poucas palavras, ele resume o primeiro concurso da seguinte forma: “a gente não tinha objetivo nenhum, nenhum. A gente era ‘bicha’(...) tô fazendo uma festa do nosso jeito”. Chamou-nos a atenção ele assumir-se enquanto “bicha”. Ainda que considerasse que o concurso, a festa, não tivesse um caráter político, assumir-se “bicha”, declarar esta identidade num período de ditadura, de controle da sexualidade e em especial da homossexualidade, é uma atitude política e corajosa que merece destaque.

Ainda que fosse um evento sem grandes pretensões, e com um caráter apenas festivo, os concursos foram crescendo, transformando a brincadeira num acontecimento público. O Sport Clube⁶¹ de Juiz de Fora, um clube tradicional em festas na cidade, que se localiza na região central da cidade, foi o local escolhido para o primeiro concurso público, num espaço externo à residência de seu mentor. O jornal Miss Brasil Gay de abril de 2005 aponta o concurso com sendo a maior festa de Juiz de Fora e do Brasil. Desde o primeiro concurso, até o ano estudado na pesquisa, o Sport Clube foi o local onde o evento ocorreu. O concurso foi realizado de forma ininterrupta até 2000.

A matéria retirada de um periódico chamado Abalo, do ano de 2005, traz uma entrevista com o fundador do Miss Brasil Gay em Juiz de fora, na qual ele revela que jamais imaginou que uma “brincadeira”, ou seja, um concurso sem pretensões políticas, pudesse ganhar tamanha notoriedade, como ocorreu em agosto de 1977. A ideia era apenas ajudar financeiramente as escolas de samba que careciam de verba para organizar seus eventos carnavalescos. Ele diz que o concurso ganhou uma matéria de duas páginas no maior jornal da cidade no período. O mentor e criador do concurso disse que, a partir dos anos de 1980 e 1981, o Miss Brasil Gay ganhou notoriedade em nível nacional, contando com a participação de pessoas importantes de Juiz de Fora. Ele afirma que o termo “transformista” nasce com este evento, o que acaba por diferenciar transformista de travesti. Quanto à seriedade do evento, é interessante ressaltar sua concepção de que a festa “é um momento de luxo, brilho, beleza, não é um momento de sacanagem, a sacanagem fica para os outros 364 dias do ano” (JORNAL ABALO,

⁶¹ O Clube situa-se à Avenida Rio Branco, 1303, no Centro da cidade.

2005, p. 05). As informações acima, fornecidas pelo mentor do concurso, mostram como esta festa teve um importante papel cultural, político e social. Ser o primeiro evento na cidade a diferenciar transformista de travesti, a ganhar notoriedade nacional, além de sua concepção de que o Miss Brasil Gay é uma festa celebrada com seriedade, são pontos que provam o quão importante para a formação de uma identidade homossexual ele é. Um evento com esta amplitude, e com este alcance, não pode ser compreendido como uma festa de pouca relevância social, ou que transforme culturalmente, e de forma exclusiva, apenas a um pequeno grupo de homossexuais de Juiz de Fora.

Queremos apresentar, brevemente, de que forma ocorre o concurso, ou seja, quais atividades acontecem no decorrer da noite do Miss Brasil Gay. Desde o terceiro concurso, já há uma notoriedade pública grande em Juiz de Fora, e o evento passa a adquirir determinadas normas, tornando a festa mais organizada. Não é preciso dizer que a grande atração são os desfiles das candidatas. Contudo, antes deste acontecimento, são realizadas apresentações teatrais e musicais de Drag Queens, artistas e dançarinos. De acordo com diversas matérias lidas para esta pesquisa, quando o desfile é anunciado, cada candidata é apresentada, desfilando, inicialmente, em trajes típicos, ressaltando a beleza, história e cultura dos Estados que representam. Posteriormente, em trajes de gala, com vestidos longos com pedrarias, brilhos e lantejoulas⁶², deixando no público o encantamento e admiração por sua beleza e elegância, as candidatas fazem sua última apresentação.

Um júri selecionado, muitas vezes com a participação de modelos, atrizes e personalidades atuantes no canal de televisão Rede Globo⁶³, julga os elementos necessários à eleição da candidata que mais se aproxima de uma mulher em sua performance na passarela. O público presente compõe-se de pessoas hétero e homossexuais, que se misturam numa festa que vem marcando Juiz de Fora com sua imponência e magnitude. Ao final do concurso, a candidata vencedora é coroada, faz um breve desfile, onde recebe os aplausos do público presente. São premiadas também a miss com o vestido de gala e traje típico mais bonitos, e a Miss Simpatia. Vale ressaltar

⁶²Um exemplo deste modelito pode ser encontrado no Anexo C, onde se vê a vencedora do concurso de 2011, Raika Bitencourt, do Estado do Piauí.

⁶³ A Rede Globo de Televisão é uma rede brasileira com sede na cidade do Rio de Janeiro, fundada em abril de 1965. É a rede televisiva mais popular do país, atingindo 98% do território brasileiro.

que as candidatas devem declarar-se como pertencendo ao sexo masculino, ter idade mínima de 18 anos, e não ter implante de silicones em nenhuma parte do corpo. Os elementos julgados eram: beleza, comunicação, conjunto, feminilidade e elegância⁶⁴. Ao longo dos anos, estes elementos permaneceram praticamente os mesmos: beleza, elegância, carisma e postura⁶⁵.

Na primeira edição do concurso, a escola de samba Juventude Imperial teve participação na sua promoção, porque o mentor e criador do Miss Brasil Gay pensou o concurso a fim de angariar recursos para os gastos com o desfile desta escola no carnaval. Achamos interessante notar que o primeiro concurso pretendia ajudar economicamente uma escola de samba. O carnaval sempre foi um momento especial para os homossexuais no Brasil. Sua presença nos desfiles de destacava nas passarelas, e nas confecções de fantasias, de cenários, montagem de figurinos e maquiagem de participantes. Talvez por isso, elementos como beleza, elegância e simpatia estejam presentes no concurso Miss Brasil Gay de Juiz de Fora. Estes componentes são importantes no julgamento de uma escola de samba. Há uma proximidade entre ambos os concursos nos trajes sempre coloridos e repletos de brilhos, além da escolha anual de um tema a ser desenvolvido. Luxo, glamour, beleza, alegria e criatividade são palavras que descrevem o concurso e as misses em quase todas as matérias lidas para esta tese. O Miss Brasil Gay foi chamado em uma na matéria⁶⁶ como o Miss da Folia ou da Alegria.

O Jornal carioca *Última Hora* (1979), em uma matéria sobre o concurso Miss Brasil Gay de 1979, diz que “o importante desta festa foi mais um passo dado pela minoria homossexual que vem fazendo uma grande campanha no mundo todo pelo direito de serem aceitos”. O jornal enfatiza ainda a postura crítica e politizada dos moradores de Minas Gerais, que estavam começando a se posicionar contra baixos salários, realizando greves e passeatas, quebrando o silêncio imperante até então. Contudo, o jornal diz que estas manifestações públicas ainda não vinham ocorrendo em Juiz de Fora, mas que a cidade inovou muito ao realizar um concurso da natureza do Miss Brasil Gay. Apesar de travestis não desfilarem, elas estavam presentes em todos os concursos. No concurso realizado em 1979, houve uma mesa de jurados onde todos os componentes eram

⁶⁴ Estes elementos estão descritos no jornal Diário da Tarde de 14 de agosto de 1980.

⁶⁵ Estas informações podem ser conferidas no regulamento do 36º concurso Miss Brasil Gay.

⁶⁶ **O DIÁRIO DA TARDE**, Juiz de Fora, MG, Caderno Dois, 15 de ago. de 1997, p.04.

travestis. Naquele ano, o evento contou com a presença de um público em torno de 4 mil pessoas. (ÚLTIMA HORA, de 19 de agosto de 1979) Este número de participantes chama a atenção, e mostra que o concurso ganhou um importante espaço público, e que sua visibilidade reflete grandeza e relevância social, não apenas para os organizadores e participantes, mas para a população de modo geral. Este concurso inaugura uma nova fase em Juiz de Fora, onde homossexuais são admirados, aplaudidos, mas também demonstram coragem em apresentarem sua arte, suas ideias, numa época de plena ditadura militar. Por outro lado, não se pode esquecer das assinaturas de parte de moradores, para que a cidade fosse “limpa” daqueles que perturbam “os cidadãos de bem”, como apresentamos em algumas matérias de jornais nesta tese.

No ano de 1997, são anunciadas, no Tribuna de Minas, algumas festas que antecederam o Miss Brasil Gay 1997. “Festas em escolas de samba e galpões vagos no estilo raive, shows de performance, muitas luzes e beijos são prometidos aos que forem conferir. As festas prometem atrair gays e héteros”⁶⁷. Dando sequência às festas paralelas que anunciam o Miss Brasil Gay em Juiz de Fora, a cidade promoveu, em 08 de agosto de 1998, a festa “Diva”, homenageando grandes divas do cinema. A Drag queen Nanny People foi o destaque da festa, recebendo os convidados e participantes⁶⁸.

Preocupado em destacar a natureza justa do evento, o mentor e criador do concurso garante que os jurados são sérios, e que já houve tentativa de suborno pelo título por parte de candidatas, o que foi visto com repulsa pelo corpo de jurados. Assim, ele diz que a festa é honesta, e o corpo de jurados respeitado. O criador do concurso entende que os gays são respeitados porque são “gentis e carinhosos”. Algo curioso de se notar, é que ele faz um destaque que desclassifica concorrentes hormonizadas ou siliconadas. Para ele, “se tiver peito é problema, não pode ter peito, transformista não é travesti, uma bunda até vai. Atualmente elas estão muito travinhas para o meu gosto.” (JORNAL ABALO, p. 05) No dia em que foi entrevistado para esta pesquisa, o mentor do concurso estava com 69 anos. Por ter sofrido um AVC (acidente vascular cerebral) em 2006, ele ainda apresentava certa dificuldade na articulação da fala. Confirmou que o concurso começou apenas como uma brincadeira que deu certo. Ele mesmo treinava as

⁶⁷TRIBUNA DE MINAS, Juiz de Fora, MG, Caderno Dois, 15 de ago. de 1997, p. 04.

⁶⁸TRIBUNA DE MINAS, Juiz de Fora, MG, Caderno Dois, 08 de ago. de 1998, p. 01.

candidatas para o desfile no evento. No início, as concorrentes eram todas de Juiz de Fora, e simbolicamente, representavam os Estados brasileiros. O mentor e criador do concurso garante que a parada gay e o MGM (e os eventos que a ONG promove) partem todos do concurso, são todos resultados dele. Desta fala discorda o atual presidente do MGM, que diz⁶⁹: “O Miss Gay não era um movimento gay, o Miss Gay era uma festa gay. E fazia questão disso, inclusive de dizer: é uma festa particular de uma determinada pessoa que fez a festa, e vende o ingresso, e vende o modelo da festa. Nunca ajudou o MGM em nada”. Contudo, é importante destacar que uma festa pública, com a dimensão do concurso em tela, e que mobiliza não só uma cidade, mas um país, que conta com um corpo de jurado reconhecido nacionalmente, e que movimenta consideravelmente a economia de Juiz de Fora, não pode ser olhada como uma festa particular de uma pessoa. Quando a festa ocupa o espaço público, ela pertence a Juiz de Fora, aos participantes, aos admiradores, enfim, ao público, em geral. Neste sentido, é importante ressaltar o potencial político que uma festa pode ter. Não se pode negar que historicamente somos uma sociedade permeada por uma cultura festeira, seja no âmbito dos movimentos sociais, de movimentos religiosos, etc. O carnaval, por exemplo, é uma marca por excelência de uma festa que congrega multidões.

É importante notar esta clara oposição nas falas dos organizadores dos dois maiores acontecimentos sobre a homossexualidade em Juiz de Fora. Ambos disputam o lugar de maior importância para a representação gay na cidade. O organizador do concurso deixa claro que o MGM deve muito aos desfiles, aos eventos realizados pelo Miss Brasil Gay. Ressalta que os avanços posteriores à esta iniciativa são resultado direto desta, e deve méritos ao concurso. Por outro lado, o atual presidente do MGM, certo de que o concurso não passa de uma festa particular, não atribui ao mesmo uma participação relevante na formação do MGM, separando-os em seus objetivos e metas. Para ele, o concurso é festa e, portanto, não o qualifica como um movimento organizado na luta pelos direitos do público gay em Juiz de fora, como é o MGM.

Ainda sobre sua compreensão de que o concurso era uma brincadeira sem finalidade de romper com preconceitos, de ser uma luta organizada, um movimento social ou algo assim, o presidente do MGM disse⁷⁰:

⁶⁹Entrevista V. Juiz de Fora, MG, set. 2014. Entrevista cedida a Andréa Kelmer de Barros.

⁷⁰Entrevista V. Juiz de Fora, MG, set. 2014. Entrevista cedida a Andréa Kelmer de Barros.

O Miss Brasil Gay não deixa de ter uma importância política enquanto movimento revolucionário, numa época em que homem nenhum vestia de mulher, numa época em que a homossexualidade estava completamente dentro do armário. O Miss Gay surge com as pessoas botando a cara a tapa. Isso tem um papel político. Mas isso acontece em decorrência duma proposta que não era essa. Vou fazer um concurso para quebrar? Não. To fazendo um concurso para me divertir, pra gente rir, pra mostrar uma arte, uma coisa bacana. Mas não acho que seja por isso não. É importante, abriu espaço pro Rainbow Fest, pro MGM, pra própria Juiz de Fora sediar o movimento gay na Estado. Mas não foi pensado assim, sabe? O Miss Gay surgiu pra faturar uma grana pra uma escola de samba, sabe? Era uma brincadeira e deu certo, né? Mas não tinha absolutamente nenhum outro propósito além disso.

Deve-se notar que, apesar de reconhecer que o concurso abriu espaço para o *Rainbow Fest* e para o MGM⁷¹, o entrevistado não defende que o evento teve influência direta e relevante na criação do Movimento Gay de Minas. Para ele, uma vez que o concurso nunca teve a intenção de politizar-se, de ultrapassar as fronteiras de uma festa divertida, deve ser entendido apenas desta forma, e reduzir-se a uma noite de alegria, que não influenciou os sujeitos a se organizarem em uma ONG, como ocorre a partir do ano de 2000. Ainda que o presidente do MGM desconsidere a relevância política do concurso, e afirme que este deva ser compreendido apenas como uma festa, o Rainbow Fest prova, em seu próprio nome, onde a palavra festa – Fest – está presente, que mesmo as festas, as manifestações artísticas e culturais, deixam uma mensagem, uma linguagem, produzem história e podem até mesmo mudar a história. E é exatamente isto que ocorre nesta trajetória de vinte e três anos que estudamos para a realização desta pesquisa. O Miss Brasil Gay podia até não pretender ser, originalmente, um ato político, mas foi exatamente aí que ele chegou, e é exatamente a partir deste ponto que deve ser analisado.

Vale destacar ainda que esta interpretação sobre o concurso, e suas limitações políticas, não são uma unanimidade na diretoria do MGM. Isto se evidencia quando no ano de 2008, enquanto nos preparávamos para elaborar um projeto de estudo sobre o tema que queríamos estudar no doutorado, entrevistamos o diretor administrativo do MGM à época (e que ainda é o atual diretor administrativo). Este nos informou que o concurso foi agregando uma agenda política social e cultural tão rica, que culminou na formação do MGM. Ramos (2005, p.35) também concorda que o concurso contribuiu para a

⁷¹ Mais adiante trataremos destes Eventos.

formação do MGM em Juiz de Fora. O autor diz que o MGM “incorporou um evento tido até então, pela maioria dos ativistas homossexuais, como ‘alienado’ e ‘despolitizado’, o *Miss Gay*”.

Parece-nos que a questão que está envolta nas opiniões, que a princípio parecem ser totalmente divergentes, em parte demonstra que alguns acreditam numa influência menos direta do concurso na formação do MGM, e outros vêem uma influência mais direta. Podemos dizer que se trata, também, da disputa por entendimentos dos significados do concurso, mas igualmente, uma disputa de interesses para definir quem é o responsável pelo início da organização homossexual em Juiz de Fora.

Um consenso notado na fala de todos os nossos entrevistados, é que os organizadores do concurso não foram aqueles que criaram o MGM. Os organizadores do concurso e os fundadores do MGM eram pessoas diferentes, com objetivos diferentes. Para exemplificar, citamos a fala dos irmãos gêmeos que entrevistamos⁷² e que defendem que “os organizadores do MGM não são as mesmas pessoas que organizavam o concurso, e os criadores do MGM eram “mais políticos”.

Contudo, a questão mais importante, a nosso ver, é que há uma disputa de poder de fala, sobre quem foi de fato que marcou a cidade em suas ações: se o concurso ou o MGM. Como os organizadores de ambos os eventos são pessoas com propostas completamente diferentes (o organizador do concurso queria apresentar um evento artístico e cultural; os organizadores do MGM queriam apresentar uma proposta iminentemente política e social), parece haver uma tentativa de se demarcar qual destes eventos foi o que deixou as melhores impressões; o primeiro pela arte, o segundo pelo engajamento político.

O mentor e criador do concurso fala sobre a seriedade do Miss Brasil Gay. Sua festa não era uma atividade banal, insignificante. Preocupava-se com a formação de um jurado sério; a preparação das candidatas era observada de perto pelo organizador, que treinava os passos e contribuía com a elegância das mesmas. Havia a preocupação em se deixar uma mensagem agradável, aceitável, receptiva dos homossexuais. Quando este entrevistado afirma que os participantes do concurso não eram marginalizados porque

⁷²Entrevista IV. Juiz de Fora, MG, set. 2014. Entrevista cedida a Andréa Kelmer de Barros.

eram gentis, carinhosos e não se comportavam como travestis, nota-se uma pretensão em se construir uma imagem, uma identidade bela e amena destes sujeitos, afastando a noção de que eles são perigosos ou devem ser punidos, como vimos em algumas matérias anteriormente. No entanto, o afastamento com as “travinhas”, conforme a fala do mentor e criador do concurso, também remete a esta imagem de um homossexual que não quer confronto com a lei, que tem um comportamento amoroso e respeitador, e que por isso, merece ser respeitado também. Sua fala deixa transparecer de forma clara o preconceito em relação aos travestis. Do outro lado, vemos a liderança MGM, apontando que o concurso deu aos homossexuais de Juiz de Fora a coragem de se expor, mas que a brincadeira deu certo apenas quando o MGM é criado, apenas quando a festa dá lugar ao político, a um movimento social mais amplo e interventivo.

Podemos notar, a partir dos apontamentos supracitados, que os organizadores do concurso queriam identificar os homossexuais como pessoas carinhosas, felizes e belas, dignas de serem respeitadas, pois não entrariam em conflito com a lei, não perturbariam a ordem; levariam alegria e diversão, arte e beleza a homo e heterossexuais. Porém, o criador do MGM afirma querer construir uma identidade mais combativa, quer conquistar o respeito através de uma luta por direitos, organizada contra a homofobia e, se for preciso, confrontar e opor-se a toda forma de marginalização e preconceito. Aqui se evidencia não só uma disputa pela representação política gay na cidade, mas também pela formação de uma identidade homossexual em Juiz de Fora. Em nosso entendimento, ainda que estas identidades se apresentem opostas e defendidas por grupos separados, elas se encontram, se entrelaçam e formam conjuntamente a dinâmica da formação desta identidade, que é múltipla e dinâmica⁷³; uma metamorfose, um conjunto complexo de desejos e medos em busca de respostas que nem sempre se respondem de forma clara e precisa. Defendemos que ser um gay que pretende apresentar feminilidade e elegância em passarelas, não exclui a noção de que é preciso combater preconceitos e medos; por outro lado, ser um ativista político, não impede que haja sede por beleza e encantamento em momentos de festa. Uma identidade não exclui a outra, não há eliminação, superação, ou contraposição, mas simbiose, interseção, necessidade de diálogo.

⁷³ Tratamos deste assunto em nosso segundo capítulo.

Foi curioso notar que nas matérias dos jornais selecionados para esta tese anteriores à existência do concurso, havia um combate à presença pública dos homossexuais e travestis. Porém, no decorrer dos anos do Miss Brasil Gay, as matérias, aparentemente, se tornam receptivas, elogiosas e defensoras do concurso. Ficamos a nos questionar que razões levaram a uma mudança tão radical, e em tão pouco tempo na cidade. Compreendemos que matérias que exaltam o concurso, não representam o fim do preconceito na mídia impressa, ela apenas deixa de legitimá-lo. Nossas entrevistas tratarão desta questão um pouco mais adiante. Como exemplo desta mudança, registramos aqui apenas uma matéria em que o autor, que no título já faz um reconhecimento raro, até então, aos homossexuais (“personalidades tradicionais” é o título da matéria⁷⁴), no intuito de ver esta festividade permanente na cidade, diz: “que Deus as conserve em formol para que continuem a brilhar muitos anos ainda na Miss Gay de J. Fora”. Além do seu desejo de que o concurso se prolongue, não podemos deixar de notar que este desejo do autor se parece com uma prece. Além de terem apoio da mídia para festejarem em público a homossexualidade, o próprio Deus é chamado a preservar o acontecimento.

Apesar de ser identificado por alguns como uma festa de gay, o concurso alcançou um importante reconhecimento político em Juiz de Fora. Recebeu lugar de destaque quando, em 14 de agosto de 2007, o então prefeito da cidade, Alberto Bejani, assinou o Decreto nº 9275, reconhecendo o valor histórico do concurso Miss Brasil Gay, que passou a ser incluído como 4º Registro Imaterial do município. Anteriormente, em 09 de agosto do mesmo ano, o evento havia sido incluído pelo COMPPAC (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural) como o quarto Registro Imaterial da cidade. Além disso, o concurso também está incluído oficialmente no calendário de eventos da SETUR (Secretaria de Turismo do Estado de Minas Gerais) e do Ministério de Turismo do Governo Federal. Em ambos os documentos, afirma-se que o concurso é um movimento cultural incorporado à história de Juiz de Fora, e que levou Juiz de Fora a ser conhecida como “uma cidade sem preconceitos”. Vale ressaltar que esta afirmação não se confirma em nossas entrevistas, como veremos adiante.

⁷⁴JORNAL MISS BRASIL GAY. Personalidades tradicionais. Juiz de Fora/MG, abril de 2005, p.05.

Apesar de não ser um período selecionado para nossa pesquisa, achamos importante informar que, a partir do ano de 2008, o concurso passa a acontecer no Cine Theatro Central, após 31 anos apresentando-se no Sport Clube da cidade. Conforme nos disse um de nossos entrevistados, dentre os objetivos desta mudança, inclui-se proporcionar ao concurso uma produção de alto nível. Foi interessante notar que, da mesma forma que acontecia no período selecionado para esta pesquisa, o tema de 2008 foi o glamour, a elegância e uma homenagem às divas do concurso. Em nossa entrevista, os irmãos gêmeos entendem que, quando o concurso passou a ser apresentado no Teatro Central, a festa se tornou mais elitizada, e as pessoas que gostavam de beber e fumar durante o evento, não podiam fazê-lo no teatro. Assim, argumentam que o concurso perdeu a graça, o glamour, porque sem bebida, o clima se tornou menos descontraído.

No site de divulgação do 36º concurso Miss Brasil Gay⁷⁵ lê-se que em seu livro “Devassos no paraíso – a homossexualidade no Brasil”, o escritor João Silvério Trevisan destaca o Miss Brasil Gay como uma das primeiras manifestações organizadas da comunidade homossexual brasileira e, por isso, deve ser percebido como importante instrumento da luta pelos direitos dos homossexuais no país. O site situa Juiz de Fora como uma cidade que promove a inclusão social, através dos eventos que ocorrem durante a “Semana Rainbow”. O fato comprova a vocação da cidade para o turismo de eventos, bem como destino gayfriendly.

Podemos constatar então que, apesar de o principal organizador do concurso até o ano de 2000, considerá-lo como uma festa artística que visava promover a identidade homossexual como um agente passivo, carinhoso e admirado, o seu crescimento, sua interlocução com diversos setores públicos e sua publicação anual nos principais jornais da cidade, o levam a ter um reconhecimento político, a ser valorizado como um evento que marca a cidade por sua coragem e relevância cultural. Somando-se a esta história, no ano de 1998 nasce o Rainbow Fest, um evento que transformou o concurso numa semana plena de atividades políticas, culturais e artísticas. O Rainbow Fest foi criado pelos mesmos sujeitos que, no ano de 2000, fundaram o MGM. É sobre estes acontecimentos que passamos a descrever agora.

2 - O Rainbow Fest

⁷⁵Miss Brasil Gay. Disponível em: <http://www.Missbrasilgay.com/>. Acesso em 02 de ago. de 2013.

Conforme dissemos até o momento, o concurso MissBrasil Gay nasce como uma produção artístico/cultural. Porém, ao final da década de 1980, sentiu-se a necessidade de realizar, paralelas ao evento, atividades de cunho sócio/político. Consequentemente, em 1998 é criado o primeiro Rainbow Fest, do qual nascerá o MGM. O Rainbow é um acontecimento que tem um papel definitivo na organização de diversos eventos de caráter educativo, social, artístico e político que, a nosso ver, merecem ser registrados. Sua criação não se deve diretamente aos organizadores do concurso, conforme esclarecemos anteriormente. Não foram os organizadores do Miss Brasil Gay que realizaram o Rainbow Fest. Foram homossexuais da cidade, inconformados com a passividade e desarticulação política deste público.

Como vimos, o atual presidente do MGM não concorda que a ONG seja um resultado direto do concurso, e argumenta que apesar desta tentativa de um convívio pacífico e amigável, o concurso não contribuía com o Rainbow Fest. Mas reconhece que o concurso ajudou a criar um ambiente na cidade que possibilitou a criação, tanto do Rainbow fest, como do MGM. Ele nos informou sobre os objetivos do Rainbow Fest, da seguinte forma: “a ideia, a defesa do Rainbow Fest, era um momento em que nós pudessemos tá apresentando os gays com debates mais profundos, com enfoque menos no luxo e no glamour e na fecheação, na pista⁷⁶”. Nosso entrevistado, que foi candidata a Miss Gay nos primórdios do concurso, disse que o Rainbow Fest foi criado para as pessoas que vinham para Juiz de Fora na sexta-feira, e que queriam se divertir antes do concurso. Acredita que não existe um conflito entre os organizadores do concurso e do MGM. Porém, é preciso esclarecer que o Rainbow Fest inicia suas atividades em 1988, e o MGM foi criado somente em 2000. Sendo assim, o primeiro não foi criado pelo segundo.

Foi no ano de 1998, que pela primeira vez, o Jornal Tribuna de Minas, além de apresentar a beleza e o luxo do concurso, faz um anúncio sobre uma mostra de filmes e debates promovidos pelos homossexuais de Juiz de Fora. Tratava-se de um evento organizado pelo Promoter Marco Trajano (que é o atual diretor administrativo do MGM), inaugurando o primeiro Rainbow Fest da cidade. O evento, realizado na câmara municipal de Juiz de Fora, teve duração de uma semana, e contou com debates e

⁷⁶Entrevista V. Juiz de Fora, MG, set. 2014. Entrevista cedida a Andréa Kelmer de Barros.

mostras sobre violência, preconceito, união civil entre pessoas do mesmo sexo e discriminação no mercado de trabalho contra a pessoa homossexual. Médicos e advogados foram convidados a palestrarem e orientarem os ouvintes. Filmes como *O Padre* e *A lei do desejo*, que abordam o tema da homossexualidade, também foram expostos ao público de forma gratuita. O organizador do evento destacou que a iniciativa teve por fundamento a ideia de que os gays, mesmo sendo bem recebidos em Juiz de Fora, por decorrência do Miss Brasil Gay, ainda vivenciam um preconceito velado. Algumas pessoas que patrocinam o concurso preferem que seus nomes não apareçam entre os apoiadores, com medo de serem associados à homossexualidade. De certa forma, podemos nos remeter ao que discutimos em nosso capítulo IV, quando apresentamos brevemente a cidade de Juiz de Fora e mencionamos os códigos de conduta e de construção do espaço social “limpo e ordenado”. Essa perspectiva se mantém presente. Não de uma forma tão aberta, até porque se lucra com o evento, mas se é possível conviver com este, os comerciantes não querem seu nome associado a esses sujeitos. Trajano ainda informou que o conjunto de formulações e questões levantadas no Rainbow Fest seria transformado num documento a ser apresentado na Assembleia Legislativa de Belo Horizonte, no intuito de se criar uma lei que proibisse a discriminação por opção sexual, o que seguindo Trajano, já ocorreu em alguns outros Estados brasileiros⁷⁷.

Ainda no ano de 1998, uma matéria anuncia o lançamento de livros GLS. Contudo, os autores dos livros eram psicanalistas e padres, que escreveram sobre preconceito, conceitos e comportamento GLS, pela Editora Summus. Na matéria, o Grupo Gay da Bahia informa que o Brasil ainda é “campeão das Américas na questão de desrespeito aos direitos dos homossexuais, com média de 120 a 130 gays assassinados todos os anos. E são crimes bárbaros, com requintes de crueldade, com 20, 30, até 80 facadas⁷⁸”, diz Marcelo Cerqueira, vice-presidente do Grupo. Para ele, falta ação por parte do Governo, que deveria criar leis contra esta violência. Marcelo diz que o Grupo vem catalogando a violência contra homossexuais no país, e constatou que desde 1980, já foram assassinados mais de 1600 homossexuais, fora os casos de tortura sem morte.

⁷⁷TRIBUNA DE MINAS, Juiz de Fora, MG, Caderno Dois, 12 de ago. de 1998, p. 01.

⁷⁸TRIBUNA DE MINAS, Juiz de Fora, MG, Caderno Dois, 13 de ago. de 1998, p. 01.

No ano de 2000, o Rainbow Fest, desta vez organizado pelo Movimento Gay de Minas, e coordenado por Marcos Trajano, realizou palestras, durante quatro dias, sobre as atuais conquistas do movimento LGBT no Brasil. ONGs do Rio de Janeiro e de São Paulo estiveram representadas, no intuito de fortalecer a proposta do uso de preservativo e esclarecimentos sobre DST/AIDS. O tema central das mais de quinze conferências programadas são as recentes conquistas jurídicas como o caso da chamada Lei Rosa (Lei 9791) de Juiz de Fora. O Rainbow Fest também contou com um debate político dos candidatos a prefeito de Juiz de Fora, onde os mesmos apresentaram suas propostas relacionadas às políticas públicas de saúde e direitos humanos. Trajano aponta que o seminário sobre homossexualidade e escola foi um dos principais destaques do evento. A ideia era realizar um debate junto a educadores que trabalhavam com adolescentes homossexuais. Os temas como violência, preconceito e união civil entre pessoas do mesmo sexo estiveram presentes também neste evento, que foi oferecido de forma gratuita a toda população juizforana⁷⁹.

Chamou-nos a atenção, e gostaríamos de destacar, as primeiras palavras de uma matéria publicada em 19 de agosto de 2000, sobre a mudança trazida pelo 3º Rainbow Fest. “Pela primeira vez em 24 anos, a realização do Miss Brasil Gay deixou de chamar a atenção só pelo lado pitoresco de transformistas e transexuais, para dar espaço a uma discussão nacional sobre os direitos dos homossexuais⁸⁰”. O 3º Rainbow Fest reuniu representantes do país para debater e se unir a favor da aprovação do Projeto de Parceria Civil, que protege legalmente pessoas hétero e homossexuais contra discriminação, garantindo-lhes também direitos legais em suas uniões civis.

O atual presidente do MGM participa do concurso desde do início da década de 1990. Apesar de não defender que o concurso tenha ajudado na criação do MGM, conforme dito anteriormente, afirmou que a ONG é um evento paralelo ao Miss Brasil Gay, e que não deve haver uma disputa de espaços entre ambos. Contudo, notamos que há, mesmo de forma inconsciente, uma disputa sobre qual acontecimento é merecedor de ser compreendido como aquele que organiza a população homossexual de Juiz de Fora. As ONGs no Brasil começam a crescer de modo significativo apenas nos anos de 1990. A

⁷⁹TRIBUNA DE MINAS, Juiz de Fora, MG, Caderno Cidade, 08 de ago. de 2000, p. 03. TRIBUNA DE MINAS, Juiz de Fora, MG, Caderno Cidade, 15 de ago. de 1998, p. 01.

⁸⁰TRIBUNA DE MINAS, Juiz de Fora, MG, Caderno Dois, 19 de ago. de 2000, p. 01.

realidade vivida pelos organizadores do evento, e a atual, vivida pelo MGM, se separam por, no mínimo, duas gerações.

Quando o Rainbow Fest surgiu, houve uma fofoca na cidade de que nós estaríamos criando um evento para derrubar o Miss Gay. E até nos criou uma situação embaraçosa com o Chiquinho na época. Algumas pessoas de outros Estados reforçaram esta ideia. Chegaram inclusive a ficar de mal da gente. E nós procuramos o Chiquinho, tivemos uma conversa com ele nesse sentido. Homenageamos ele numa determinada época do Rainbow Fest, exatamente para desfazer qualquer mal entendido. Pra você ter uma ideia, nossa preocupação em não criar esse tipo de problema era tão grande, que nos momentos onde existia qualquer tipo de atividade do Miss Brasil Gay, não existia nenhuma atividade do Rainbow Fest⁸¹.

A partir de 1998, palavras como: “política”, “homofobia”, “direitos sociais”, “respeito aos homossexuais”, passam a compor os informes dos jornais sobre o concurso, em detrimento daquelas encontradas anteriormente, como: “eliminação”, “vergonha”, “bichas”. Ainda que alguns admitam que o preconceito não foi superado, e que o MGM não consegue ultrapassar este desafio, é inegável a mudança na proposta dos eventos que ocorrem paralelos ao Miss Brasil Gay em Juiz de Fora a partir dessa década. As palestras, os filmes, os debates e cursos realizados pelo Rainbow Fest e pelo MGM, colocaram na pauta o enfrentamento a questões que vão bem além da beleza e da alegria. O concurso tem um valor indiscutível. Como bem disse um de nossos entrevistados, ele abriu portas, foi um ato de coragem, de ousadia, numa sociedade que prendia e formulava abaixo-assinados para limpar a cidade, retirando dos espaços públicos os homossexuais. Foi preciso coragem para apresentar beleza, onde se via desordem e ofensa pública; e também para conquistar respeito e dignidade civil. Enfim, o concurso e o MGM, assim como o Rainbow Fest, possuem líderes diferentes, propostas diferentes, mas representam ações de coragem e determinação homossexual. Dois anos após o primeiro Rainbow, o MGM é fundado, e passa a ser o maior representante da luta homossexual em Juiz de Fora. É sobre esta ONG que tratamos a seguir.

3 - O Movimento Gay de Minas

⁸¹Entrevista V. Juiz de Fora, MG, set. 2014. Entrevista cedida a Andréa Kelmer de Barros.

O MGM é uma Organização não Governamental, e segue a tendência brasileira da substituição de movimentos sociais por ONGs, a partir dos anos de 1990. As pessoas responsáveis pela criação do MGM em Juiz de Fora foram o administrador de empresas Marcos Trajano, e seu companheiro, que é o atual presidente da ONG. Gohn (1998) faz um esclarecimento sobre a trajetória histórica das ONGS⁸² no Brasil dizendo que, se as ONGs que existiam anos 1970/80 eram ligadas a setores progressistas da igreja, a sindicatos e partidos políticos, nos anos de 1990 elas se estruturam como empresas, e se autodenominam cidadãs. Sua atuação gira em torno de questões como alfabetização de adultos, idosos, meio ambiente, meninos e meninas de rua, fome, gênero. Algumas nascem de iniciativas de empresas privadas. A autora informa ainda que na década de 1990, o Banco Mundial decidiu priorizar ações e parcerias com ONGs, o que contribuiu sobremodo para seu rápido crescimento no país⁸³. Até o final da década de 1990, o terceiro setor foi o que mais cresceu, gerou emprego e o que mais lucrou nos últimos 20 anos, na economia norte-americana.

Gohn (1998) esclarece também que as formas antigas de protesto, anteriores a estas novas formas de organização que passaram a ser conhecidas como terceiro setor, não desapareceram. Para a autora, elas continuam coexistindo “sob forma de mobilização e protestos de massa ou, em tristes casos, como práticas clientelistas e corporativistas, estimuladas por grandes programas dos próprios órgãos públicos”. (GOHN, 1998, p. 10) Porém, a tendência à institucionalização dos movimentos sociais pós 1990 é notória. Ainda que alguns movimentos sociais tenham uma autogestão, a criação de conselhos populares, a enorme efervescência de ONGs nas últimas décadas, importa aos movimentos sociais a necessidade de articulações mais diretas com os governos locais, e a articulação com parceiros é vista como imprescindível e uma nova ordem nas agendas destes movimentos.

O atual presidente do MGM entende que este é um movimento social. Explica que eles precisam de um CNPJ para pagar contas, para se manter, pois lamentavelmente, os

⁸² Sobre o terceiro setor, um importante referencial é o livro de Carlos Montaña, **Terceiro Setor e Questão Social** (2007). Seu artigo **Das lógicas do Estado às lógicas da sociedade civil: Estado e terceiro setor em questão** (1999) também é bastante esclarecedor.

⁸³ Enquanto 1973 e 1988 apenas 6% dos projetos financiados pelo banco envolviam ONGs, em 1993 o percentual eleva-se para 1/3 dos financiamentos e, logo a seguir, em 1994, metade dos projetos de financiamentos aprovados pelo BM envolviam ONGs de diferentes tipos e objetivos. (GHON, 1998, p. 16)

homossexuais não apóiam e não sustentam os movimentos sociais ou ONGs. Ainda acrescenta que há uma maioria esmagadora de gays desempregados, vivendo em situação de pobreza ou extrema pobreza, sem condições de ajudar. Além disso, o governo não faz nenhuma caridade ou favor quando financia ONGs desta natureza, pois os homossexuais pagam impostos, e o governo está, neste caso, devolvendo o dinheiro dos cidadãos para seu próprio benefício. Finaliza dizendo que, no campo social, na responsabilidade com a pessoa homossexual, o MGM não difere em nada de qualquer outro movimento social. Não foi possível notar se o entrevistado entende que esta parceria com o governo restringe a autonomia da ONG, uma vez que a mesma deixa implícita a defesa e divulgação dos nortes políticos do governo, bem como impõe certo limite às manifestações contrárias a ações governistas, visto que estas podem reduzir e até mesmo (como último recurso) encerrar a parceria e a contribuição financeira.

O presidente do MGM defende que ele foi criado em Juiz de Fora, e não em outra cidade mineira, porque como na cidade já havia o concurso Miss Brasil Gay, já havia um ambiente favorável à criação de uma ONG de defesa dos direitos das pessoas homossexuais. Ao assumir que o concurso favorece positivamente a criação do MGM na cidade, notamos que o evento, ainda que não pretendesse abrir espaços políticos aos homossexuais, foi notoriamente percebido como tal. Relembrando a fala do próprio presidente do MGM, que afirmou, em entrevista cedida para esta tese, que o concurso não ajudou o MGM em nada, vemos aqui que ele admite ter ocorrido uma grande ajuda, e uma ajuda política.

Fundado no ano 2000, sendo registrado em junho do mesmo ano, o MGM tem como objetivo promover a cidadania dos homossexuais, garantir seus direitos e lhes conscientizar sobre temas como prevenção à AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis. Seu diretor administrativo e de finanças é o Marcos Trajano, que é também coordenador do Programa DST/AIDS da Secretaria Municipal de Saúde de Juiz de Fora. Atualmente, em média 30 pessoas trabalham diretamente para o movimento⁸⁴.

O MGM tem como principal bandeira, uma luta pela criminalização da homofobia. A ONG promove festas temáticas e debates semanais sobre temas afins à homossexualidade. Familiares de homossexuais também participam. O presidente da

⁸⁴ Números informados pelo diretor de administração e finanças do MGM, Marco Trajano. Entrevista realizada no dia 20 de março de 2008.

ONG nos informou que muitas mães levam seus filhos que recentemente assumiram uma identidade gay, para obter esclarecimentos sobre o assunto, e para buscarem apoio para seus filhos. De forma mais rara, alguns pais também já compareceram com o mesmo objetivo. Os encontros semanais são abertos para qualquer pessoa que queira participar, e abordam diversos temas sobre sexualidade/homossexualidade. O público participante varia entre 60 e 30 pessoas.

Dentre os projetos desenvolvidos pelo MGM, destacam-se: assistência jurídica e psicológica para homossexuais, prevenção à DST/AIDS, grupos de dança, teatro e Drag Queens, além do Centro de Convivência do Cidadão Homossexual – CCH – que semanalmente reúne adolescentes e adultos em grupos distintos, no intuito de promover debates sobre questões do universo homossexual. No CCH os temas debatidos são escolhidos pelos próprios participantes⁸⁵. Mesmo com esta presença marcante na cidade, o MGM é vítima de violência e marginalização. Sua sede inaugurada em 2001 já foi alvo de 29 ações de vandalismo e violência, indo da agressão verbal à destruição de luminárias, quebra de vidros e destruição da fiação elétrica da associação, conforme denunciado pelo próprio MGM⁸⁶.

O movimento Gay de Minas alerta que é preciso romper com a herança de uma sociedade vigilante e classificadora da sexualidade. Nesse sentido, a ONG luta por esclarecer o entendimento sobre homossexualidade numa perspectiva política, e não exclusivamente sexual. O que se defende, portanto, é a necessidade de se entender a construção das identidades como a possibilidade de elaboração de um projeto de emancipação que contribua para a transformação sócio/política. Ele pensa esta transformação a partir da construção de uma identidade onde o cidadão homossexual não seja identificado em suas relações sociais por via de uma sexualidade estigmatizada, ou por determinações preconceituosas sobre práticas e gostos sexuais, mas sim pelo respeito à diversidade e valorização da pessoa humana - homo, hétero, trans ou bissexual.

Como dissemos, o MGM não realiza um trabalho voltado apenas para o público gay. A ONG vê a necessidade de atuar em parceria com toda a sociedade, pois entende que é na

⁸⁵ Informações obtidas pelo de administração e finanças do MGM, Marco Trajano em dia 20 de março de 2008 e através da cartilha criada pelo MGM para o Rainbow Fest 2007.

⁸⁶ Fonte: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2001/10/8900.shtml> . Acesso em 14 de mar. de 2008.

educação que se encontra a raiz de algumas distorções sobre as formas como definimos a sexualidade, sendo também, através dela, que podemos superar tais distorções. Preocupado com a questão da informação e da capacitação de professores sobre o assunto, o MGM criou no ano de 2006 o projeto "Capacitação de Professores em Homossexualidade"⁸⁷, voltado para professores da rede pública e privada. O projeto está entre os 15 selecionados para receber financiamento do Ministério da Educação (MEC)⁸⁸. Esta não foi a primeira vez em que o MGM trabalhou a importância da escola na vida das crianças e adolescentes homossexuais. Desde 2000, durante as atividades do Rainbow Fest, acontece o seminário "Homossexualidade e Escola", que oferece debates temáticos referentes à sexualidade, no enfrentamento dos preconceitos tangentes à homossexualidade. Já no primeiro Seminário Homossexualidade e Escola, ocorrido em agosto de 2000, 104 professores da rede de ensino municipal, estadual e particular de Juiz de Fora e região se dedicaram a debater a homofobia no ambiente escolar, e propor ações para seu enfrentamento. Este número vem crescendo anualmente. Foram mais de 1000 capacitados nas sete edições do seminário, além dos cerca de 300 professores capacitados no curso "Lidando com as Homossexualidades", que aconteceram na cidade de Juiz de Fora nos anos de 2006 e 2007⁸⁹.

Antes de concluir nosso estudo sobre o MGM, é importante destacar que, a partir do ano de 2004, a ONG passa a realizar, além do Rainbow Fest, um importante evento na cidade: a Parada do Orgulho GLBT⁹⁰, atualmente LGBT. Sobre a parada gay, o presidente do MGM realça:

Vamos para as ruas nos mostrar enquanto homossexuais e queremos que as pessoas nos vejam e nos respeitem. Olha, eis aqui aqueles que você nem supunham que eram homossexuais. Estamos aqui.(...)A nossa parada tem um ar festivo, mas ela tem uma mensagem. (...) A parada traz uma mensagem política muito sólida, muito sólida, que defende direitos e que propaga isso naquele momento. Agora, a partir do momento que a parada começa, que a música começa, as pessoas que querem é demonstrar o seu orgulho. Que que é o

⁸⁷Conteúdo do programa1)O papel da Escola na Orientação sobre Sexualidade2) A homossexualidade nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)3) Direitos Sexuais4) Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)5) Comportamento, expressões da sexualidade e homossexualidade6) Homossexualidade e sociedade7) Relações de Gênero 8) Homossexualidade, mídia e artes 9) Desconstruindo estereótipos 10)Saúde Sexual Fonte: <http://www.consciencia.net/2005/1020-ag-mgm.html>. Acesso em 14/03/2008.

⁸⁸ Ao todo, foram 95 projetos, enviados por ONGs de todo o Brasil, candidatos ao financiamento. Inserido dentro do programa do Governo Federal "Brasil sem Homofobia", esta foi a primeira vez em que o MEC disponibilizou recursos para projetos ligados à causa homossexual. Fonte: <http://www.consciencia.net/2005/1020-ag-mgm.html>. Acesso em 14 de mar. De 2008.

⁸⁹ Fonte: Portal gay de Minas Gerais. Acesso em 23 de ago. de 2010.

⁹⁰ Não aprofundamos nossos estudos sobre a parada porque eles tem seu início em Juiz de Fora apenas em 2004. Nossa tese tem como recorte apenas o período de 1977 até o ano de 2000.

orgulho pra nós, nesse caso da parada do orgulho gay? é o contrário de vergonha. Nós vivemos na vergonha. Nós fomos ensinados a ter vergonha de ser gay.e naquele momento nós trocamos. Não, não é vergonha, é o orgulho. Então quero dançar, quero beijar o meu namorado. Ah, mas a parada gay tem um ar sexual muito apelativo e tal. Mais do que o carnaval? Não, de jeito nenhum. E outra coisa. O carnaval é uma festa lá folclórica, pagã e tal. A parada gay é a defesa do direito dos homossexuais. Nós estamos falando de sexo . Nós estamos falando de direito de manter relações afetivo-sexuais com pessoas do nosso mesmo sexo. Então tem sim, tem sim, um apelo sexual. Ah, Mas isso é uma afronta? É uma falta de respeito? Ou é uma forma de rebelião, de rebeldia? Ou é uma forma nova de se mostrar? A travesti, quando ela tira a camisa e mostra o peito pra fora, primeiro ela não tá fazendo nada de diferente do que as mulheres fazem no carnaval. Todas saem com o peito de fora. (...) O que que o movimento gay, o movimento LGBT brasileiro tem de sucesso pra mostrar de sucesso, de mobilização no nosso país? são as paradas.

Queremos encerrar este capítulo destacando que, se o concurso é visto por alguns como uma festa despolitizada (e até pretendia de fato ser, conforme a fala de seu organizador inicial), contudo, estas festas – o concurso, o Rainbow Fest e as paradas - são festas que deixam uma mensagem. Se a parada e o Rainbow Fest deixam uma mensagem política, de luta civil e organizada, o concurso deixa uma mensagem de que, em tempos de ditadura, de enormes ondas de preconceito e incompreensão, os homossexuais foram corajosos ao celebrar a vida, a alegria, e abrir portas para o inesperado, para um presente que continua festivo, mas que também se fortalece na luta contra a homofobia e toda forma de violência social. Uma festa política sim, com enorme relevância social, cultural, antropológica e estética. Um concurso que marca a história de Juiz de Fora, e que fala de identidade, preconceito, coragem. Um concurso importantíssimo para se compreender a história desta cidade que nunca mais foi a mesma, desde o ano de 1977.

Capítulo VI

O concurso Miss Brasil Gay: análise

Passamos agora a expor a análise da nossa pesquisa de campo. Para a realização desta análise, buscamos relacionar fontes documentais e entrevistas, além de nos apropriarmos de referências teóricas, sempre que necessário. Ao longo da pesquisa, notamos que diversos temas foram abordados por nossos entrevistados, e descritos em nossa pesquisa documental. Para facilitar a compreensão da análise destes mais variados assuntos, optamos por fazer o exercício de separar em tópicos os temas que mais se destacaram nas entrevistas. Assim, selecionamos três tópicos: 1) Tradicionalismo juizforano, Preconceito e homofobia; 2) Quesitos do concurso e ênfase na beleza, feminilidade e alegria; e 3) A Lei Rosa, outras lutas e conquistas.

1 - Tradicionalismo juizforano, preconceito e homofobia

Inicialmente, algo que nos chamou a atenção, foram algumas falas nas entrevistas, matérias de jornais, e livros sobre a história de Juiz de Fora, que a tratam como uma cidade tradicionalista, conservadora. Conforme vimos nos capítulos anteriores, de fato, este município continha, em diversos períodos históricos, personalidades e leis que demarcavam espaços públicos e comportamentos, selecionando aqueles que eram dignos ou não de participarem de tais espaços. Atitudes de preconceito e homofobia também foram destacadas em alguns dos jornais que citamos anteriormente.

Sobre esse tradicionalismo, encontramos uma matéria⁹¹ escrita em de agosto de 1977, (ano e mês em que acontece o primeiro concurso Miss Brasil Gay na cidade) onde uma a Escola Centro Educacional de Gama, Brasília, começou a exigir atestado de virgindade para as alunas dos cursos noturnos. Posteriormente, a notícia foi desmentida

⁹¹DIÁRIO DA TARDE, Juiz de Fora, MG, 25 de ago. de 1997, p. 03.

por uma aluna. Estudantes entrevistados em Juiz de Fora, antes da notícia ser desmentida, acharam a ideia um retrocesso histórico, e uma atitude preconceituosa. Contudo, acreditam que se esta prática se espalhasse, poderia vir a se tornar uma realidade em Juiz de Fora, pois entendem que a cidade é conservadora. Porém, um estudante entrevistado pelo jornal, diz que agora que Juiz de Fora tem um Miss Gay, este tipo de atitude não cabe por aqui.

Na entrevista⁹² que realizamos com uma jornalista que ajudou a organizar o primeiro Miss Brasil Gay, este tradicionalismo no campo da sexualidade, o silêncio e a repressão sobre o tema aparecem várias vezes nas respostas ao nosso roteiro de perguntas. Eladisse que me confidenciou coisas que nem mesmo para seu analista, por quem foi atendida por 14 anos, jamais contou. Enfatizou que nossa ida à sua casa foi “providência divina”, pois estava precisando falar sobre questões relativas ao tema. Já aos 85 anos, destaca que em sua infância e adolescência, morando em uma cidade mineira, o sexo era assunto proibido. Os homens mantinham seus casamentos, mas frequentavam livremente “puteiros”. Já as mulheres, educadas para casarem virgens, entravam em seus casamentos completamente despreparadas para a vida sexual. Ela narra que uma de suas amigas acabou por cometer suicídio, assim que se casou. Em suas palavras ela disse que “o cara foi tão estúpido com ela, que ela teve um troço e suicidou”.

A jornalista disse também que o suicídio entre as mulheres era de certa forma comum, porque elas não tinham nenhum conhecimento sobre o sexo. Outras várias mulheres que sobreviviam, acabavam vivendo “casamentos ruins”. Ela disse que era um orgulho para os pais iniciarem seus filhos sexualmente nos puteiros. Formada em jornalismo pela Universidade Federal de Juiz de fora no ano de 1973, informou que não conseguiu filiar-se ao sindicato de jornalistas do município, por ser mulher. Participou do grupo que criou o Tribuna de Minas em Juiz de Fora, como editora de arte e de publicidade do jornal. Acredita que a homossexualidade pode, em parte, ser explicada pela formação dúbia, confusa e sem explicação que tiveram algumas pessoas. Afirma que “essa vigilância, ela era tão enraizada nos nossos pais e avós, era uma coisa assim tão certa e séria e tão verdade na cabeça deles, que eles não prestavam atenção nas crianças, no que elas faziam ou não faziam”.

⁹²Entrevista I. Juiz de Fora, MG, ago. de 2014. Entrevista cedida a Andréa Kelmer de Barros.

Afirmou ainda que havia uma influência muito grande da religião na vida das crianças, que aprendiam desde cedo que sexo era pecado, e este era basicamente o único ensinamento sobre o assunto. “Era pecado ser real, era pecado você sentir. Então o que que vai acontecer com você sentir e não poder? Você vai frustrar. E você vai frustrar sendo mulher porque quer ser homem, ou você vai frustrar sendo mulher porque quer ter a relação com o homem”.

Talvez por decorrência de sua formação religiosa, cristã, ela não considera a relação homossexual plena, por haver órgãos genitais que se completam entre homens e mulheres. Não gosta de ver um casal homossexual, mas não sabe se não gosta por uma frustração pessoal ou outra razão qualquer. Quanto à relação sexual entre homens, assume uma incompreensão, pois “eles transam pelo lugar que é aonde sai as fezes”.

Assumi-se corajosa por tocar nestes assuntos. Considera nosso tema muito importante, mas muito perigoso do ponto de vista social, político e policial, pois os homossexuais têm sido muito assediados, maltratados e injustiçados. São “usados” para prazer nas cadeias, de acordo com suas próprias palavras.

Esta entrevistada apoiou o início do concurso, por ser amiga de dois dos cabeleireiros entrevistados por nós – o organizador do evento, e o participante como candidata nos primeiros anos do concurso. Ela garante que quando o concurso começou, havia e houve preconceito. Nunca foi a um concurso (nem mesmo ao que ajudou a organizar), apesar da vontade de ter participado. Por ser esposa de médico, relacionava-se com famílias que não aceitavam, e não viam com bons olhos o concurso, e não seria viável ir sozinha. O fato de assumir que não participou dos concursos pela condição econômica de sua família, e de seu ciclo de amizades, corrobora a ideia de que o pertencimento a determinada classe social, imprime e determina quais lugares e pessoas com quem se deve ou não se relacionar. Apesar de considerar-se à frente de seu tempo por ter completado um curso superior, e se interessar por temas considerados tabus para mulheres, e mesmo se assumindo amiga de homossexuais, permanecem algumas contradições. Não compreende claramente a homossexualidade, considerando-a anti-natural; também não participa de suas festas públicas, visto que jamais esteve presente em um concurso Miss Brasil Gay (evento que apoiou em seus primórdios).

Algo curioso que notamos nas falas de nossos entrevistados, é que as opiniões sobre o preconceito sofrido pelos homossexuais nos primórdios do concurso, não são consensuais. Elas variam sempre entre aqueles que não viram manifestações de preconceito, e aqueles que vivenciaram e ouviram rumores sobre manifestações contrárias, atos violentos e homofóbicos. Numa avaliação sobre o primeiro concurso realizado do Sport Clube, uma matéria publicada ressalta que o concurso teve grande receptividade no país. O conjunto musical Controle Remoto, tido como importante grupo nos eventos carnavalescos da cidade, considerou o Miss Brasil Gay mais animado e “bem frequentado” que o Miss (mulheres) Juiz de Fora, tanto na riqueza dos trajes como na aceitação pública⁹³.

Em agosto de 1978, numa entrevista cedida ao Diário da tarde⁹⁴, o mentor e criador do concurso reforça a aceitação dos juizforanos ao segundo evento, dizendo que “graças a Deus” a participação das pessoas está sendo muito boa. Destaca que entre o corpo de jurados, há pessoas da alta sociedade de Juiz de Fora que aceitam com prazer o convite. A matéria entrevistou pessoas contra e a favor do concurso, e nos chama a atenção um estudante de Comunicação Social, que disse que o concurso só atende à minoria gay, pois a cidade é muito tradicionalista e não participa. Ele mesmo disse que não participará, por ter “coisa melhor pra fazer”. Outro estudante acha que o concurso deveria ter uma parte de conscientização, pois sendo só festa, vira motivo de deboche. Um dos organizadores do segundo concurso disse que “o apoio da sociedade e sua participação no desfile veio comprovar que o tradicionalismo já não é tão grande contra o gay, e que ele começa a ser entendido não como qualquer um, mas como ser humano.” As participantes do concurso são tratadas nas matérias como travestis, mas conforme mostramos anteriormente, travestis não podiam se candidatar ao concurso, apenas homens com trabalhos regulares, e que se vestiam em seu cotidiano como héteros.

O cabeleireiro, e atual participante da organização do concurso, confirma este ponto, esclarecendo que a festa de Juiz de Fora só aceita como participante o transformista, aquele que no cotidiano tem “vida normal”, comportamento de homem, e que no

⁹³DIÁRIO DA TARDE, Juiz de Fora, MG, Caderno Dois, 16 de ago. de 1997, p. 02.

⁹⁴DIÁRIO DA TARDE, Juiz de Fora, MG, 11 de ago. de 1978, p. 03.

concurso se transforma em mulher sem artificialismos⁹⁵. A travesti Rebeca Felini também explica que no concurso somente homens participam. Travestis e Drag queens famosos são convidados especiais. Em sua explicação, a travesti não participa porque já se veste de mulher o tempo todo, e tem peito, já expressa uma figura feminina no seu cotidiano⁹⁶. Para o mentor e criador do concurso, havia uma marca de que “bicha pode”, coisa de “bicha” não incomoda, e por isso as pessoas não se opunham, aparentemente, ao concurso. Havia preconceito interno também. Ele informou que os organizadores do concurso tinham companheiros, trabalho e uma vida aceitável numa sociedade hétero, já as travestis se prostituíam, e isso os separava. Interessante a afirmação de que os organizadores tinham uma vida aceitável numa sociedade hétero. Essa afirmação acompanha a ideia de que ter um relacionamento sério, um bom emprego, e manter uma vida privada, sem exposição de sua sexualidade em ruas, como fazem as travestis que se prostituem, seria um comportamento ideal, correto e aceito. Assim, a separação entre os dois grupos acaba sendo econômica, moral e reforça a dicotomia público/privado.

Em uma matéria⁹⁷ de agosto de 1980, o mentor e criador do concurso anunciou que pretendia que o Miss Brasil Gay de 1980 fosse carnavalesco, agradável e social, pois sendo assim ninguém se chocaria com o evento. Esta era, para ele, a razão de o concurso nunca ter tido problemas para se realizar na cidade. Esta fala nos chama a atenção, pois fica a imagem de que quanto menos polêmico, quanto mais festa e menos protesto, melhor a aceitação da cidade. Festa, beleza e carnaval parecem ser aceitos sem problemas, por trazerem alegria e risos. O concurso, em seus primeiros anos de existência, parece não querer fugir a esta regra social, para ser aceito e elogiado. Conforme dissemos anteriormente, estas falas reforçam a ideia de que o concurso queria criar uma identidade homossexual passiva, bela e que seria, assim, aceita e aplaudida.

Nosso entrevistado⁹⁸, que foi candidata a miss nos primeiros anos do concurso, entende que o concurso foi bem recebido pela comunidade juizforana, principalmente pela legitimidade e respeito que o mentor e criador do concurso tinha como cabeleireiro da alta sociedade da cidade. Contudo, destaca que foram bem recebidos, mas não de forma

⁹⁵TRIBUNA DA TARDE, Juiz de Fora, MG, 18 de ago. de 1992, p. 14.

⁹⁶TRIBUNA DE MINAS, Juiz de Fora, MG, Caderno Dois, 15 de ago. de 1998, p. 01.

⁹⁷DIÁRIO DA TARDE, Juiz de Fora, MG, 12 de ago. de 1980, p. 02.

⁹⁸Entrevista II. Juiz de Fora, MG, ago. de 2014. Entrevista cedida a Andréa Kelmer de Barros.

unânime. “Todo mundo assumiu e achou tudo lindo? Não! E somos combatidos até hoje por grande parte. Mas sempre se dividiu muito bem. Tinha sim uma tolerância, e tinha sim, também, uma receptividade”.

Quanto à existência ou não de preconceito, este entrevistado disse ainda que, no começo do concurso, houve uma perseguição maior, principalmente no primeiro concurso, onde algumas pessoas queriam atear fogo no Clube que sediaria o evento. Mas já no segundo concurso, isto não se verificou. Ele diz ainda que os conflitos não estavam presentes apenas de forma externa ao concurso. Afirma que internamente disputas e desunião faziam parte da rotina homossexual na cidade. Existia uma disputa interna por poder.

Não existia essa união. Sempre teve o poder de ser mais do que o outro. Era uma competição. Eu sou mais, eu tenho mais. Eu posso mais, eu tenho mais dinheiro, eu sou mais inteligente, eu tenho um emprego melhor, eu tenho um estudo melhor, eu tenho um carro melhor.

Este mesmo entrevistado identifica que os conflitos se dão também entre as diversas categorias gays, onde um critica o outro por ser muito feminino, o outro por ser muito malhado, mas admite que isso é algo normal de existir numa sociedade. O entrevistado atribui à dimensão da vaidade o principal fator de desavença entre os diferentes grupos. Conforme vimos nas produções teóricas sobre a história dos movimentos LGBT no país, a ênfase na diferença e a preocupação em construção de uma luta conjunta convivem de forma nada pacífica no interior dos movimentos.

Vaidade total. Aliás, dentro do mundo gay só se fala de vaidade, de ego, inflado, muito, exacerbado. Então isso acontece mesmo, isso é natural dentro da sociedade, eu acho que da sociedade como um todo. Um dia você vê o povo da pirigüete, que a outra não gosta porque a outra se faz de pirigüete, não sei o que, a fanqueira, a ladyzinha. Eu acho que são diferenças que ainda não são toleradas pelo ser humano.

Ele segue dizendo que os homossexuais na cidade não são unidos.

Existem várias tribos, eu vejo como várias tribos. Tem uns assim, que discrimina o outro. Não é unido não. Muito dividido. Um é gay, outro é travesti. Os enrustidos não gostam muito de travestidos. Então são tribos diferentes. É desunido igual os árabes. Se fosse unido dominava.

Assim, os preconceitos internos ocorrem nos campos da vaidade, classe, cor, idade e sexualidade. “Preconceito entre a gente mesmo. É preconceito porque uma é pobre e a

outra é rica. Outra é pintosa, outra não é. Outro não te cumprimenta porque você é muito fresca. É assim. Sempre foi assim”.

Um dos atuais organizadores do evento⁹⁹ também reconhece que os homossexuais da cidade nunca foram unidos, enfatizando que havia apenas uma aproximação no concurso, mas havia grupos separados que não eram amigos entre si. “Os gays como um todo, eram desunidos.”

Apesar de declararem que a homofobia é recente, e que nos primórdios do concurso ela era infinitamente menor, os irmãos gêmeos entrevistados¹⁰⁰ disseram que representantes da igreja católica e de igrejas evangélicas manifestavam-se e proferiam discursos de oposição ao concurso e aos homossexuais. “A Igreja Católica na missa de domingo criticava a gente. (...) Aí depois entrou os pastores começando a fazer campanha contra. Eles distribuíam panfletos do lado de fora. Nós éramos tudo filho do capeta. Essas coisas bobonas assim”.

Esta compreensão sobre a homossexualidade foi tratada nos dois primeiros capítulos de nossa tese. Gostaríamos apenas de reforçar que a homossexualidade, historicamente, sempre foi passível de diversas interpretações religiosas¹⁰¹, que por vezes assumem a homossexualidade como um desvio sexual, uma aberração da natureza, um comportamento que deve ser alterado ou curado, para se levar uma vida “normal”¹⁰². Conforme o antropólogo Marcelo Natividade (2005, p.248) “tanto as experiências relativas à sexualidade como as vivenciadas no âmbito religioso fornecem, em diferentes momentos da vida, mapas culturais que orientam a vida dos sujeitos”.

Conforme dissemos anteriormente, a questão do preconceito e atitudes homofóbicas não foi unânime em nossas entrevistas. Ao contrário dos que afirmaram que houve homofobia nos primórdios do concurso, os irmãos gêmeos disseram que nunca ouviram

⁹⁹Entrevista VI. Juiz de Fora, MG, set. de 2014. Entrevista cedida a Andréa Kelmer de Barros.

¹⁰⁰Entrevista IV. Juiz de Fora, MG, set. de 2014. Entrevista cedida a Andréa Kelmer de Barros.

¹⁰¹A cidade de Juiz de Fora conta com diversas instituições religiosas e seitas. A revista Minas das Devoções salienta a pluralidade de crenças, e sistemas religiosos existentes em Juiz de Fora. Cf. TAVARES Fátima Regina e CAMURÇA Marcelo (Orgs), Minas das Devoções. Diversidade religiosa em Juiz de Fora. Juiz de Fora, UFJF, 2003.

¹⁰² Sobre esse assunto ver NATIVIDADE, Marcelo. Homossexualidade masculina e experiência religiosa pentecostal. In: HEILBORN, M. L.; DUARTE, L. F. D.; PEIXOTO, ; BARROS, M. L. de (Orgs.) Sexualidade, família e ethos religioso. R. J: Garamond, 2005.

falar de ninguém que apanhou na rua ou foi perseguido, vítima de homofobia. Concluíram dizendo que nos primórdios do concurso tudo “*era uma felicidade*”. Informaram que no início, a polícia federal esteve presente para investigar usos de drogas e promiscuidade, mas que nada foi encontrado, e que a polícia foi gentil e pacífica.

Eles alegavam o seguinte: que o Miss Gay era sinônimo de tóxico, de droga, que rolava tudo isso. Aí, dentro dos bastidores era assim: 500 polícias, 500 detetives achando que ali era um antro de droga, e não era. Isso nos dois primeiros anos. Aí depois, eles começaram a ver que não deu crime, tudo correu às mil maravilhas, era uma festa bonita. Então, eles foram liberando e o negócio foi crescendo.

Disseram ainda que além de não haver violência por parte dos policiais, eles eram “muito dóceis e educados. Participavam da festa naquela de colaborar, não de reprimir”.

Admitem que houve repressão policial apenas pela proibição da coroação da Miss, ameaçando prender os organizadores se houvesse tal coroação. Contudo, os organizadores do evento coroavam as campeãs e nunca foram presos. É interessante os irmãos não considerarem esta repressão como algo de grande importância, visto que a coroação era o momento auge do concurso. Ou seja, proibir a coroação da vencedora, representa retirar do evento a parte mais esperada pelos participantes.

O mentor do concurso afirmou, durante a entrevista, que não houve preconceito algum em relação ao concurso. Houve apoio de joalherias e outras lojas que ofereciam prêmios às participantes. Ele disse que nunca sofreu e nem teve preconceito, e que foi aceito por sua família, quando assumiu sua homossexualidade. Contudo, quando perguntado se por parte do governo local houve alguma barreira para a realização do concurso, disse que houve oposição na cidade de governos que não queriam, mas os gays foram à luta e venceram. Encontramos ainda uma matéria¹⁰³ em que ele mesmo admite que os primeiros anos do concurso não foram fáceis, pois havia muito preconceito na época do governo militar, e que ainda nos anos de 1990, o preconceito permanece em menor grau.

¹⁰³TRIBUNA DE MINAS, Juiz de Fora, MG, Caderno Dois, 20 de ago. de 1999, p. 01.

Durante a entrevista, ele ainda afirmou que a maior conquista do concurso foi vencer o preconceito contra o homossexual, mas admite que o preconceito sempre existe, no Brasil e fora dele, em qualquer lugar do mundo, mas que este preconceito é velado. Se perguntadas, as pessoas negam que são preconceituosas. Quanto à violência física, não entende que é algo próprio da pessoa homossexual, mas sim porque a pessoa “*é sem vergonha*”. Assim, a prostituta, por exemplo, também “merece” apanhar. Ou seja, sua argumentação é a de que a violência não se demarca por gênero, raça ou cor, por exemplo, mas sim pelo “desvio moral” do sujeito. Será violentado aquele que afrontar diretamente a lei, a ordem. Assim, por serem identificados com o Miss Gay (que possuiria uma representação positiva), os organizadores e participantes são aceitos socialmente. Ou seja, ainda que haja preconceito contra eles, a postura dos que participam de evento, e o comportamento feminino e belo das candidatas, lhes resguarda de sofrerem atos de violência, já que não deixam uma imagem de serem “sem vergonha”.

Apesar das falas de alguns sobre a inexistência de ações violentas ou preconceituosas durante a realização dos concursos, notamos que a perseguição às travestis nas ruas do centro de Juiz de fora permanecia constante nas décadas de 1980e 1990. Encontramos algumas matérias sobre a ação policial para retirar travestis das ruas da cidade. Em agosto de 1983, representantes do comércio do centro da cidade rogaram à polícia que retirassem travestis do centro, pois não “suportavam” mais serem importunados pelos mesmos. Vale lembrar que já apresentamos matérias da década de 1960, onde este mesmo pedido foi feito às autoridades. Contudo, o autor da matéria entende que o paternalismo e a violência não resolvem, referindo-se à ação policial (que muitas vezes ocorre de forma violenta). Ele diz que durante a noite, policiais abordam com violência as travestis, dando à matéria¹⁰⁴ o título de *Prostituição e força policial pelo centro*. Uma travesti identificada como Sandra, disse que estes comerciantes deveriam se preocupar mais com os “ladrões que roubam adoidado do povo”, deixando em paz as travestis que só estão “querendo fazer o mundo feliz”.

¹⁰⁴TRIBUNA DE MINAS. Prostituição e força policial pelo centro. Juiz de Fora, MG, Caderno Dois, 12 de ago. de 1983, p. 08.

Outra matéria¹⁰⁵ mostra moradores que reivindicam um ambiente familiar, e exigem a saída de travestis da rua Roberto Barros, no centro da cidade. Justificam os abaixo-assinados que preparam para entregarem às diversas autoridades, a partir do argumento de que gargalhadas e uso de drogas fazem parte da rotina destas travestis, que já estão a seis anos, por toda a madrugada, neste ritmo. Um morador disse que, algumas destas travestis, chegam a ficar nuas ou vestem-se com roupas transparentes e extremamente curtas. Atendendo aos moradores, a prefeitura ampliou a iluminação nas ruas. Contudo, a medida apenas serviu para fazer com que as travestis frequentassem outros lugares mais escuros, como as ruas mais próximas ao mergulhão na Avenida Barão do Rio Branco. Travestis entrevistadas pelo jornal disseram que o ponto nesta rua já é tradicional, que a maioria das que se prostituem ali não têm trabalho e que não aceitam programas com sexo sem proteção. Um garoto, que se apresentou com a idade de 15 anos, disse que a maioria dos programas que faz é com homens casados— a dupla moralidade masculina, como se percebe, continua atuante. Contrariando aqueles que não querem a presença homossexual na cidade, o *Tribuna de Minas*¹⁰⁶ faz o convite à participação ao Miss Brasil Gay de 1989, assumindo o concurso como “uma das melhores tradições sociais e até mesmo culturais da cidade, que recebe pessoas de todo o País”.

Foi na década de 1990 que encontramos o maior número de matérias sobre o tema da homossexualidade. Permaneceram matérias preconceituosas e de cunho religioso. A oposição entre os que são heterossexuais e, portanto, “normais,” e os homossexuais, considerados “anormais”, fica evidente. No ano de 1995, Nara Campos Coelho, representando a Casa Espírita de Juiz de Fora “casa do caminho”, escreveu sobre a homossexualidade, afirmando que ela é um desvio da sexualidade, um desvio da alma. A autora da matéria diz ainda que aqueles que carregam o “fardo” da homossexualidade devem ser amados, compreendidos e respeitados, contudo, não se encontram num estado de normalidade. Vale destacar suas palavras sobre a questão:

O amor entre pessoas é livre. Mas o sexo não. Poluir-lhes as fontes divinas é tão (ou mais!) grave quanto poluir a natureza, revelando a ignorância das leis divinas. E a Terra é a casa de Deus, onde os filhos mais felizes são sempre

¹⁰⁵ **TRIBUNA DE MINAS**, Juiz de Fora, MG, 10 de ago. de 1996, p. 10.

¹⁰⁶ **TRIBUNA DE MINAS**, Juiz de Fora, MG, 18 de ago. de 1989, p. 08.

aqueles que mais se harmonizam às leis do Pai. (TRIBUNA DE MINAS, 19 de agosto de 1995, p. 02).

Vale lembrar que nos anos de 1990, várias conquistas e propostas políticas já estavam sendo construídas e aprovadas contra toda forma de preconceito e homofobia, conforme vimos no segundo capítulo desta tese. Contudo, a homofobia ainda presente na década de 1990, reforça a ideia de que a discriminação, a homossexualidade não descoberta e não publicizada será tolerada, enquanto assim permanecer. Nesse sentido, podemos citar como exemplo, a fala do Comissário de menores que atuava em Juiz de Fora nos anos de 1990. Para ele, à época havia uma diferença no tratamento social dado ao homossexual masculino e à lésbica. A homossexualidade feminina é mais difícil de ser descoberta e menos censurada que a masculina. Exemplifica dizendo que uma mulher que se veste como homem passa despercebidamente, mas o homem que se veste de mulher é imediatamente preso, mesmo num país onde a homossexualidade não é considerada crime¹⁰⁷.

Este dado é interessante, pois num país que não considera a homossexualidade e nem a homofobia como crimes, diversas são as denúncias feitas por homossexuais que afirmam sofrer violências das mais variadas formas. Faz algumas décadas que a homossexualidade também já não é considerada um desvio sexual. Foi em 1985 que o Conselho Federal de Medicina tornou sem efeito o código da Classificação Internacional de Doenças, passando a desconsiderar a homossexualidade como desvio ou transtorno sexual. A Constituição de 1988 diz, no seu artigo 3º, que é objetivo da República promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Contudo, encontramos matérias que citam casos de violência sofrida por homossexuais. Como exemplo, citamos o caso de três casais homossexuais que admitem sofrer preconceito em suas famílias e espaço de trabalho, e que a sociedade ainda discrimina a homossexualidade, levando-os a manter seus relacionamentos às escondidas¹⁰⁸.

Apesar destas denúncias, encontramos participantes do concurso Miss Brasil Gay que se consideravam aceitas e bem quistas por seus amigos e familiares. Exemplo disto, é a candidata do Miss Minas Gerais de 1997, que afirma ter participado de vários concursos

¹⁰⁷TRIBUNA DA TARDE, Juiz de Fora, MG, 11 de ago. de 1990, p. 04.

¹⁰⁸TRIBUNA DE MINAS, Juiz de Fora, MG, Caderno Domingo TV, 04 de ago. de 1996, p. 05.

sempre acompanhada de sua mãe, que diz ter orgulho do filho, e que o considera como filha. A Miss ficou classificada em 5º lugar no Miss Brasil Gay de 1997. Elke Maravilha¹⁰⁹ e Gerson Brenner¹¹⁰ estiveram entre as personalidades presentes no corpo de jurados daquele ano¹¹¹.

Um fato interessante ocorrido na cidade, ao final da década de 1990, foi uma pesquisa¹¹² realizada pelo Jornal Tribuna de Minas, em 15 de agosto de 1998 (dia do concurso Miss Brasil Gay naquele ano) para saber se os juizforanos concordavam com união civil entre pessoas do mesmo sexo, visto que tal projeto, em 1995, foi apresentado pela Deputada Federal Marta Spulicy (PT – SP). O jornal processou 90 ligações de assinantes da Tribuna, moradores de bairros aleatórios. O resultado foi que 25,6% concordam; 63,3% não concordam; e 11% não sabem. Dentre algumas falas apresentadas no jornal, as pessoas que se colocaram a favor, defendem o argumento a partir da liberdade que cada um deve ter de amar a quem deseja. Os contrários posicionam-se com argumentos religiosos, dizendo que Deus fez homens e mulheres apenas. Este resultado reforça a permanência de um segmento do pensamento religioso/cristão presente em Juiz de Fora, que ainda considera aceitáveis como família apenas os casais heterossexuais.

Se porta a fora do concurso, famílias tradicionais e líderes religiosos combatiam manifestações públicas dos sujeitos homossexuais, o Tribuna da Tarde apontava que, embora aconteçam muitos concursos gays no Brasil, o Miss Brasil Gay realizado em Juiz de Fora é o único, que além de realmente eleger o mais belo transformista, conta com a representatividade de todos os Estados, com suas candidatas eleitas nos concursos regionais. O cabeleireiro, e atual participante da organização do concurso, enfatiza que o Miss Brasil Gay tem total apoio do povo juizforano, pois as vendas dos ingressos ocorrem sempre de modo bastante satisfatório, e é a única fonte de renda do

¹⁰⁹Elke Maravilha, nome artístico de Elke Georgievna Grunnupp (Leningrado, 22 de fevereiro de 1945), é uma manequim, modelo e atriz brasileira nascida na Rússia, de onde emigrou ainda na infância. Fala nove idiomas. Ao longo de sua vida, defendeu causas de prostitutas, homossexuais e militantes políticos presos ou desaparecidos no período da ditadura brasileira. Figura sempre presente em programas de calouros e também no cinema nacional. É madrinha de grupos ativistas em defesa dos direitos homossexuais.

¹¹⁰Gerson Brenner (ou Gérson Brenner, ou ainda Gérson Brenner), nome artístico de Gérson dos Santos Oliveira, é um ator brasileiro. Atuou em diversas telenovelas brasileiras e no cinema nacional. Teve sua carreira interrompida no ano de 1998 quando sofreu uma tentativa de assalto sendo baleado e sofrendo sérias consequências. Passou meses em coma e sofreu diversas sequelas, tais como distúrbios na fala, na motricidade e na capacidade cognitiva.

¹¹¹TRIBUNA DE MINAS, Juiz de Fora, MG, Caderno Dois, 16 de ago. de 1997, p. 02.

¹¹²TRIBUNA DE MINAS, Juiz de Fora, MG, Caderno Cidade, 15 de ago. de 1998, p. 02.

evento, visto que não há patrocínio (o que ele lamenta, pois o concurso gera uma alta economia para bares, restaurantes, hotéis e salões da cidade). Só no concurso daquele ano, estiveram presentes no Sport Clube da cidade cerca de 5 mil pessoas¹¹³. O apontamento feito por este cabeleireiro nos traz a interrogação do porquê desta recusa de hotéis, restaurantes e salões em patrocinar o evento. Fica a impressão de que esta negativa pode estar relacionada ao tema do concurso e a preocupação em associar a imagem destes estabelecimentos à de um concurso homossexual. O que não seria algo novo, visto que o próprio administrador do MGM nos disse que isto ocorria.

Ainda que o preconceito não tivesse sido superado, e que a religião e o tradicionalismo juizforano buscassem condenar as almas dos homossexuais a uma eterna infelicidade, as lutas e conquistas seguiam avante. Prova disso, foram as mudanças significativas que ocorreram em Juiz de Fora, no campo da defesa aos homossexuais, a partir do ano de 2000: o MGM se organiza, e a “Lei Rosa” foi aprovada, conforme explicamos na primeira parte deste capítulo.

Apesar de considerarmos o MGM e a Lei Rosa grandes avanços para a luta homossexual na cidade, alguns de nossos entrevistados destacaram as dificuldades ainda enfrentadas pela ONG e na aplicação da Lei. Os irmãos gêmeos que entrevistamos não vêem que há uma luta eficaz contra a homofobia, mesmo após a criação do MGM. Entendem que as coisas não mudaram muito. Disseram que após a Parada Gay, a vida volta ao normal, e não se vê uma luta organizada. Afirmam, inclusive, que muitos homossexuais não comparecem às palestras do Rainbow Fest, para não serem vistos. “O povo de Juiz de Fora é momento, é oba oba. Os que podem vão pra fora, os que não podem, ficam nas suas vidinhas”. Eles entendem que o MGM e a Lei Rosa não trouxeram uma liberdade para o homossexual, e nem foram capazes de minimizar o preconceito na cidade.

Não é uma conquista de liberdade, de falta de preconceito, porque o preconceito, ele vai permanecer. Não adianta Lei Rosa, não adianta MGM, não adianta nada. O preconceito, ele permanece a vida inteira, e vai permanecer. Não é parada Gay que vai acabar com o preconceito. Não é nada disso¹¹⁴.

¹¹³TRIBUNA DE MINAS, Juiz de Fora, MG, 18 de ago. de 1992, p. 14.

¹¹⁴Entrevista IV. Juiz de Fora, MG, set. de 2014. Entrevista cedida a Andréa Kelmer de Barros.

Chamou-nos a atenção este determinismo apontado por estes entrevistados, ao afirmarem que o preconceito “permanece a vida inteira”, e que nenhuma ação, ou organização pode eliminá-lo. Estes entrevistados crêem também que o excesso de liberdade atual aumentou o preconceito. Reforçam esta ideia defendendo que é uma afronta, por parte dos homossexuais, ficarem se beijando publicamente, desnecessariamente. Sobre isto deram o seguinte exemplo:

Igual o MGM, por exemplo. Eu não sou contra a Parada Gay. Eu sou contra a hora que acaba o Hino Nacional e que eles se beijam lá em cima. Isso é uma afronta, eu acho. Não sou melhor do que ninguém. Não sou diferente de ninguém. Faço o mesmo que todos fazem. Só que tem o seguinte: o respeito, ele é predominante. É igual o caso assim: você vai na Parada Gay que é um movimento bonito, todo mundo fantasiado. Você leva seu filho, ou sua filha pequenininha. Aí chega, canta o Hino Nacional, todo mundo fica em silêncio em respeito ao Hino Nacional. Quando acaba eles se beijam. Aí seu menino ou sua menina vira pra você e fala: mãe, por que que eles estão beijando? Olha que saia justa que você vai ficar pra responder pra essa criança de 05 ou de 06 anos. É porque são dois homens, eles se gostam, pra uma criança de 05 anos? Eu acho que pra você ter respeito, e adquirir uma certa liberdade pra ser gay, homossexual, você tem que se dar ao respeito pra ser respeitado, porque senão não funciona. Aí por isso que fica esse vandalismo.

Notamos na fala acima, que quando os entrevistados dizem que o vandalismo existe porque os homossexuais se expõem, beijando-se em público, parece haver a compreensão de que recai sobre os homossexuais a culpa por serem vítimas deste vandalismo. Esta compreensão se assemelha àquela defendida pelo mentor do concurso, que defende que quanto menos se afronta a sociedade, mais se é aceito. Reforçando esta ideia, eles dizem ainda que não é porque a cidade tem uma lei, referindo-se à Lei 9791, que isso dá aos homossexuais o direito de se beijarem em qualquer lugar, afrontando a sociedade. Entendem que isto também serve para os heterossexuais, pois estes também têm leis que protegem seus casamentos, mas nem por isso devem ficar em praça pública se beijando.

Pode sim, ter dois homens casados, duas mulheres casadas, mas não é por isso que vai ficar fazendo sexo na rua, beijando e abraçando só pra me mostrar. Eu acho desnecessário. (...) Eu não tenho que sair na rua de estandarte ‘eu sou gay, eu sou homossexual, eu sou travesti, eu sou isso, eu sou aquilo’. Eu não tenho que sair. Ninguém precisa saber. Embora todo mundo sabe, todo mundo conhece, todo mundo tem esse direito, todo mundo saiba, não há necessidade de estandarte. Eu não vejo porquê.

Sobre esta “nova” forma de comportamento dos gays, que eles identificam ocorrer após a aprovação da Lei Rosa, e do abuso dos que dizem que agora podem tudo porque estão

protegidos, dizem: “Os próprios gay, eles mesmos se dividem, eles não se impõem. Eles não se adaptam aos ambientes, por acharem que têm direito. Então em qualquer ambiente pode ser feito qualquer coisa. (...) Hoje pode tudo, e eu sou contra o pode tudo”.

Durante a entrevista, eles reafirmam várias vezes que é o clima de liberdade excessiva contemporânea que gerou a homofobia. Diferentemente da direção do MGM, que entende que a exposição pública dos homossexuais, incluindo o beijo público que ocorre durante as paradas gays, é um ato político, e uma forma de expressar a liberdade homossexual, estes entrevistados vêem tal exposição pública como uma afronta à sociedade. Não avaliam o contexto histórico da luta homossexual na cidade. Parece haver uma culpabilização do homossexual que se propõe a sair pelas ruas se anunciando gay. Ou seja, se um gay opta por vangloriar-se por isso nos espaços públicos, caso seja punido, a punição não seria uma forma de preconceito ou marginalização deste sujeito. A punição é vista, para eles, como uma forma de merecimento, pois declaram que os gays devem saber se comportar nos diferentes ambientes, sem demonstrar manifestações de afeto excedentes. É importante considerar que há aqui um aparente “conflito de gerações”¹¹⁵. Os participantes dos primórdios do concurso, que hoje já se encontram por volta dos sessenta/setenta anos de idade, demonstram posturas e pensamentos próprios de uma época em que a homossexualidade não tinha o espaço público como opção, que obteve nos dias atuais. Esta diferença geracional coloca os homossexuais do século XX numa posição diferenciada, pois a luta por direitos civis, as conquistas políticas que deram e dão visibilidade nacional à pessoa homossexual, eram inexistentes na vida cotidiana dos entrevistados que participaram do início do Miss Brasil Gay. Sendo assim, se torna compreensível que esta rejeição às manifestações públicas de carinho entre os homossexuais sejam vistas com certo estranhamento por estes sujeitos.

Temos que concordar que o preconceito não é algo que se rompe facilmente em uma sociedade tida como tradicional. O presidente do MGM nos ajuda a verificar esta dificuldade, narrando que quando o Miss Brasil Gay extrapolou o espaço onde ele acontecia, e travestis e Drag Queens começaram a povoar o Calçadão da Rua Halfeld no centro da cidade, criou-se a imagem de uma cidade sem preconceito. Contudo alerta:

¹¹⁵ Sobre este assunto ver Laraia (2006).

Mas isso é uma falsa imagem. Porque a cidade tinha preconceito o ano inteiro. Chegava o Miss Gay, ela era um pouquinho mais condescendente. Ela aceitava mais essa brincadeira dos gays. É quase como se fosse um carnaval, onde os homens se vestissem de mulher. No carnaval o homem pode vestir de mulher, não tem problema. O Miss Gay era mais ou menos isso. A cidade foi compreensiva, a cidade apoiava pra rir, pra brincar. Mas as manifestações de preconceito continuaram existindo, não pararam¹¹⁶.

Na compreensão do presidente do MGM, enquanto havia em Juiz de Fora apenas uma festa, uma brincadeira de gay, manifestações públicas de violência não eram comuns. Contudo, quando o MGM aparece com uma proposta política, permanente, que falava seriamente sobre a homossexualidade, atitudes violentas se tornaram frequentes. A própria sede do MGM foi atacada várias vezes:

A nossa sede, lá na Avenida Olegário Maciel, ela foi atacada, em dois meses, 55 vezes. Gente que botou até fogo na bandeira na porta da nossa faixada, ovo nas paredes, macumba na escada dela, galinha, bebida, suástica. Tudo que você possa imaginar. Abaixo assinado da comunidade para nos tirar de lá. Nós tivemos tudo enquanto é tipo de problema. Isso em 2001 que nós estamos falando. Por que? Não era uma brincadeira mais. Não era uma vez por ano. Não era uma brincadeira. E era ali no meio de um bairro residencial¹¹⁷.

Sobre a existência da homofobia na cidade, o presidente do MGM disse: “Relatos de situações de homofobia durante o Miss Brasil Gay, mesmo antes do MGM, isso a gente sempre teve. Pessoas que batiam nos gays nas ruas, encontrava com o gay indo em direção ao Miss Gay montado, e acabava tendo alguma reação de homofobia”. Diz ainda que apesar de não haver um apedrejamento, uma violência mais direta, entende que as pessoas que se divertiam com as travestis e Drags no calçadão da cidade, o faziam por saber que aquela era uma atividade de um único dia no ano, e que dessa forma poderia ser tolerada. Porém, o MGM assustou a cidade, porque trouxe uma proposta de luta organizada, política, que não seria um evento pra um só dia.

Quanto a aceitação do concurso na cidade, disse:

A cidade tolerava, suportava, aguentava, ria, e debochava ainda por cima. Já escutamos muito deboche, principalmente de heterossexuais, claro. To falando da comunidade da cidade. Eu não acho que a cidade batia palma não. Ela tolerava, ela se divertia. Eu acho que a cidade de uma forma geral se divertia. Por exemplo, Juiz de Fora tinha muito medo de ser conhecida lá

¹¹⁶Entrevista V. Juiz de Fora, MG, set. de 2014. Entrevista cedida a Andréa Kelmer de Barros.

¹¹⁷Entrevista V. Juiz de Fora, MG, set. de 2014. Entrevista cedida a Andréa Kelmer de Barros.

fora como cidade do viado. Aquele negócio de não bebe a água de Juiz de fora que você vira viado¹¹⁸.

Em seu olhar, foi o MGM que possibilitou transpor esta imagem de uma cidade de *veado*, para uma cidade de respeito, de defesa dos direitos humanos. Achamos curiosa esta afirmação do presidente do MGM, ao considerar a imagem de *veado* marginalizadora, pois tivemos acesso a um anúncio com uma logomarca do MGM, onde a figura central do mesmo é exatamente a imagem de um *veado*¹¹⁹.

Ainda sobre homofobia e preconceito, nem todos os nossos entrevistados afirmaram ter conhecimento ou vivenciado alguma experiência homofóbica. O entrevistado que participou como candidata a miss nos primeiros anos do concurso na cidade, apesar de afirmar não ter sido vítima de homofobia, diz ter ouvido falar de situações desta natureza “ah, eu não vejo não, mas dizem que tem né? Eu já vi em jornal. Conhecido já vi, mas não é amigo não. Tem sim. Pelo tamanho da cidade é pouco. Melhorou muito, melhorou sim. De uns vinte anos pra cá melhorou muito¹²⁰”.

O presidente do MGM, além de não concordar que o preconceito tenha reduzido, entende que o tripé doença, pecado e crime, continua presente na sociedade. Em sua opinião, cabe aos diversos movimentos sociais e ONGS existentes no Brasil, romper com este olhar preconceituoso e marginalizador. Acredita que a responsabilidade maior é prioritária destes movimentos, mas enfatizou que toda a sociedade, todos aqueles que defendem os direitos humanos, devem lutar também. Justifica seu posicionamento porque entende que os heterossexuais que têm familiares homossexuais também são atacados, sofrem as consequências da coragem daqueles que assumem ser homossexual.

Conforme Simões e Facchini (2009), mesmo que desde 1985 a homossexualidade não seja mais considerada uma patologia ou um desvio pelo Código Internacional de Doenças, ainda hoje há esforços constantes em se buscar a cura para os homossexuais; seja uma cura médica, psicológica ou espiritual. As categorias pecado, sem-vergonhice e doença também permanecem vivas nos discursos sobre a homossexualidade (até mesmo por alguns homossexuais, como vimos anteriormente neste capítulo).Um

¹¹⁸Entrevista V. Juiz de Fora, MG, set. de 2014. Entrevista cedida a Andréa Kelmer de Barros.

¹¹⁹ Esta imagem pode ser vista em nosso Anexo C.

¹²⁰Entrevista II. Juiz de Fora, MG, ago. de 2014. Entrevista cedida a Andréa Kelmer de Barros.

discurso assumido pelas pessoas sobre os quais ele se instaura. A violência simbólica, lembrando Bourdieu (1989), aquela que é naturalizada pelos próprios dominados, introjetada, se apresenta aqui de forma clara.

Algo que sempre nos chamou a atenção, em tempos bem anteriores ao início desta pesquisa, diz respeito às diversas vezes que ouvimos, por parte de moradores da cidade, e de outras cidades mineiras, que Juiz de Fora é uma cidade gay. Gostaríamos de ouvir dos nossos entrevistados se eles concordam com esta afirmação, se mesmo frente às manifestações homofóbicas que alguns relatam, pode-se definir o município desta maneira. Encontramos uma matéria no Tribuna de Minas que visava descobrir se o juizforano acha benéfico a cidade ser uma vitrine gay do país. Em quinze entrevistas realizadas nas ruas, onze pessoas disseram que sim. Três votos contrários são de homens que acreditam que esta fama de cidade gay faz dos moradores um motivo de chacota. Contudo, o serviço de telemarketing do jornal fez a mesma pergunta a 80 assinantes, e 52% responderam que não traz benefício algum, e 35% responderam que sim¹²¹. Infelizmente, a matéria não esclarece o número de homens, mulheres e homossexuais entrevistados. Acreditamos que esta informação daria suporte para visualizarmos melhor quais são aqueles que se sentem ou não beneficiados com esta imagem.

Em nossas entrevistas, foi unânime a opinião de que Juiz de Fora não é uma cidade gay. Destacamos algumas falas, para compreendermos as razões que levam estes sujeitos a defenderem esta posição. Um dos atuais organizadores do evento tem a seguinte opinião:

Não, não é, porque é uma cidade que ainda vive de alguns preconceitos. É uma cidade do interior de Minas, tradicional e conservadora. (...) Juiz de Fora, dentro de uma tradição da família mineira, ela tem seus preconceitos sim?. O patrocínio, por exemplo. Isto exemplifica muito bem o que é esse preconceito. Nós não temos patrocinadores da iniciativa privada. Do último Miss Brasil Gay, não sei de quantos patrocinadores nós tivemos, um só era de Juiz de Fora, os outros eram todos de fora. Então isso é a coisa localizada. (...) Juiz de Fora não associa a marca dela a uma coisa gay por um preconceito, sim, por um conservadorismo, sim. Juiz de Fora tem a marca do conservadorismo da tradicional família mineira¹²².

¹²¹TRIBUNA DE MINAS, Juiz de Fora, MG, Caderno Cidade, 19 de ago. de 2000, p. 02.

¹²²Entrevista VI. Juiz de Fora, MG, set. de 2014. Entrevista cedida a Andréa Kelmer de Barros.

Ele ainda enfatiza que quando ocorre o Miss Brasil Gay, alguns gays que vêm de fora acabam manifestando o desejo de mudar-se para Juiz de Fora, por notarem que a cidade recebe muito bem a homossexualidade. Contudo, ele alerta que essa receptividade dura apenas até o fim do concurso, e depois acaba. Isso se prova, para ele, pelo fato de que atualmente a cidade não tem nenhuma boate gay.

O concurso contribui pro enrustido assumir aqui. Ele vem aqui, ninguém conhece ele, ele solta a franga aqui. Gente de fora. O enrustido daqui continua enrustido. Tem uns que nem vai. Tem uns que nem assiste porque acha que se a família, se o amigo vê ele na festa queima o filme.

O entrevistado até reconhece que o concurso deu visibilidade à pessoa homossexual, e que a cidade é notícia, porque há um concurso grande aqui, mas não concorda que a cidade é uma cidade gay. Contudo, prossegue dizendo que o concurso não é importante apenas para Juiz de Fora, mas para o país todo. A Lei Rosa foi possível porque já havia uma boa aceitação dos homossexuais que organizavam o concurso na cidade. Esta opinião é compartilhada por outros dois entrevistados. O primeiro (que participou como candidata nos primeiros anos do concurso) diz que o concurso apenas facilita que “enrustidos” de outras cidades a se liberarem em Juiz de Fora. A segunda (a jornalista) entende que Juiz de Fora iniciou uma aceitação aos gays no país, teve essa importância social, mas como Juiz de Fora é uma cidade muito grande, não dá pra afirmar que é a cidade dos gays. Três entrevistados defendem que o único momento em que Juiz de Fora pode ser considerada a cidade dos gays, é durante o concurso, mas que esta fama não procede, e um deles explica o motivo:

Juiz de Fora abraçou o Miss Gay. Então fala-se que Juiz de Fora é a cidade dos gays. Mas não é não. Conservadora. Às vezes as pessoas de fora falam só pra alfinetar, pra beliscar, mas acho que não é não. É uma coisa que não pegou não. Não pega também não. Porque o povo de Juiz de Fora ainda é daquele tradicional. Você quer ver uma coisa, uma boate gay em Juiz de Fora não prospera. Por que? Os daqui não têm coragem de entrar¹²³.

As falas destes entrevistados são muito semelhantes, e o argumento de que o empresário juizforano não apoia o concurso por não querer ver seu nome num evento gay, e que o próprio homossexual da cidade não frequenta boates gays para não ser visto, nos remete à fala de Marilena Chauí, sobre o poder intrínseco da repressão. Ela diz que a repressão atinge seu estágio mais perfeito nos seres humanos quando já não há mais a necessidade

¹²³Entrevista VI. Juiz de Fora, MG, set. de 2014. Entrevista cedida a Andréa Kelmer de Barros.

de que alguém, externo a mim, me diga o que é o certo e o errado. Quando eu mesma me culpo, me castigo, me condeno, a repressão foi interiorizada. Assim, ela já não é um elemento de controle externo, que pode ou não me atingir. Quando eu cometo um ato, ou apenas penso em algo que condeno e me martirizo, a repressão adquire um caráter de auto-repressão (CHAUÍ, 1984). Sendo assim, é interessante pensar que os homossexuais, que durante a entrevista comungam da ideia de que Juiz de Fora é um paraíso sexual apenas para aqueles que não residem na cidade, e que permanecem nela apenas nos períodos do concurso, sem que sejam vistos, a princípio, por seus familiares, amigos, colegas de trabalho, a liberdade para “saírem do armário”, nas palavras de alguns de nossos entrevistados, é imensamente maior. O medo de assumirem sua sexualidade, de serem vistos e descobertos, afasta da festividade os homossexuais que introjetaram a repressão, e se proibem de uma exposição pública numa festa filmada e apresentada nos principais meios de comunicação da cidade.

Sair ou não do armário, é uma expressão que aparece diversas vezes nas falas de alguns de nossos entrevistados. O atual presidente do MGM destaca que o trabalho realizado pelo MGM é importante, em especial para aqueles que não se assumem gay, os quais ele chama de “armários”. Ele considera que este é o público mais difícil de ser alcançado, pois eles não se assumem publicamente como gays. Diz que o MGM contribui para “dotar essas pessoas de uma identidade gay. Ele se entender como gay. Identidade gay não quer dizer ser afeminado, não quer dizer dar pinta. Quer dizer você se entender como gay. (...) esses que são os difíceis de ser alcançados¹²⁴”.

Sedgwick (2007) nos ajuda a compreender esta lógica perversa do mundo fora e dentro deste armário. A preocupação do presidente do MGM é compreensível, na medida em que o homossexual, ao trancar-se do lado de fora deste armário, torna-se um sujeito de direitos, enfrenta sua sexualidade, fala sobre ela, não mais com medo de ser violentado, mas com coragem e ousadia. Quanto mais dentro do armário, mais o sujeito se entrega às regras sociais que esperam dele um comportamento másculo. É importante observar que o armário é um símbolo imaginário, não existe como objeto portátil, que possa ser levado para o trabalho, para as festas sociais, as igrejas, ou qualquer outra instituição. Imaginando-se dentro deste amuleto, o homossexual se nega, e ao se negar, pode contradizer-se, mostrar-se de forma equivocada e dúbia. É um constante risco, pois

¹²⁴Entrevista V. Juiz de Fora, MG, set. de 2014. Entrevista cedida a Andréa Kelmer de Barros.

dentro deste armário não existe um consolo eterno, e sim uma fuga temporária. E caso esta tentativa de esconder-se seja notada, será vigiada e controlada (BERGER, 1986). Alguns estarão em seus postos, prontos a trazer ao opróbrio o sujeito escondido, amedrontado, preso naquele canto mais escuro e secreto do armário.

Queremos abordar uma última matéria¹²⁵, encontrada no ano de 2000, que destaca: “divertido e glamoroso, o concurso firma-se como evento respeitado que colabora para a aceitação social dos homossexuais”. O concurso é tido como um termômetro que mede favoravelmente a conquista cada vez maior por respeito que os homossexuais vêm conquistando na sociedade. Tanto esta matéria, como os documentos que dão ao concurso uma legitimidade na cidade, como é o caso dos documentos do COMPPAC (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural), da SETUR (Secretaria de Turismo do Estado de Minas Gerais) e do Ministério de Turismo do Governo Federal, afirmam que a cidade é um município sem preconceitos. Mas acreditamos que esta ainda não é uma realidade alcançada. Por exemplo, não encontramos programas, projetos ou matérias de defesa contra a violência denunciada pelas travestis que trabalham no centro da cidade. É possível que tenha ocorrido uma pequena redução no número de vítimas por morte, e que o concurso tenha um reconhecimento social em Juiz de Fora. Contudo, nossos entrevistados nos deram uma resposta muito clara sobre a postura conservadora e religiosa que ainda defende a heterossexualidade como a forma “correta” de estabelecer nossas relações afetivo-amorosas. Claramente, uma das razões que não fazem de Juiz de Fora uma cidade gay, é porque, mesmo tendo um concurso nacionalmente reconhecido, ainda faltam passos largos a serem trilhados na luta contra a homofobia nesta cidade. É como dizem as primeiras palavras da matéria supracitada: “divertido e glamoroso”.... Enquanto for visto assim, “pode”!

Consideramos importante aprofundar pontos que chamaram nossa atenção. Inicialmente, no que diz respeito ao preconceito, notamos que ele existe em maior escala contra o travesti. Os organizadores e participantes do concurso, além de deixarem claro que estes não são bem vindos nos concursos como candidatas, não se posicionaram a favor da sua luta quando eles foram perseguidos nas ruas da cidade,

¹²⁵TRIBUNA DE MINAS. Divertido e glamoroso, o concurso firma-se como evento respeitado que colabora para a aceitação social dos homossexuais. Juiz de Fora, MG, Caderno Dois, 22 de ago. de 2000, p. 01.

considerados um mal para as famílias juizforanas. A própria identificação destes com uma classe econômica inferior, já os separa dos organizadores do concurso, que eram pessoas bem vistas socialmente, que prestavam serviços à classe média da cidade, eram bem sucedidas em suas profissões, e não se vendiam na calada da noite para adquirirem sua renda diária. O próprio mentor e criador do concurso realçou outra diferença crucial entre estes dois grupos, dizendo que os participantes do concurso tinham companheiros fixos, e isto era mais aceitável na sociedade hétero, para ele. Porém, vale lembrar que algumas travestis contribuíam com o concurso na produção artística de algumas candidatas. Fica a dúvida se este tipo de ajuda era considerada sem relevância, um espaço permitido às travestis, já que ali, nos camarins e longe do foco da mídia, elas não seriam vistas, entrevistadas e atuantes de forma direta em partes mais relevantes do concurso, como o desfile, a apresentação ou o a organização do evento.

As travestis foram o grupo mais perseguido, também, conforme as matérias lidas. Arriscaríamos dizer que, de forma quase exclusiva, elas foram “as escolhidos” quando o assunto era combate aos gays na cidade. As candidatas e organizadores do concurso demonstravam docilidade e beleza, fantasiavam-se de forma elegante, eram aplaudidas. As travestis eram vistas como aquelas que ameaçavam as famílias, os bons costumes. Além da separação clara que há entre a aceitação às “belas candidatas” e às inoportunas travestis, há também uma divisão interna entre os homossexuais em Juiz de Fora, que perpassa a vaidade e a classe econômica. Vários entrevistados admitiram existir disputas de poder entre os homossexuais mais belos e ricos, e aqueles desprovidos dos bens oferecidos pela sociedade de consumo. As lésbicas também são vistas de forma superficial, como meras expectadoras do evento. Não houve nenhuma fala que demarcasse a participação delas como sujeito ativo durante o período em que estudamos a história do concurso. Vale ressaltar que três de nossos entrevistados destacaram que a relação com as lésbicas nos concursos é ótima. Elas participam assistindo o concurso, na plateia. Dizem que elas sempre se posicionam apoiando e aplaudindo as candidatas. Ou seja, uma relação distante, e semelhante a qualquer outra pessoa que queira comprar o ingresso e participar do evento.

Chama-nos a atenção também a imagem tradicionalista que nossos entrevistados assumem sobre a cidade. Contudo, alguns deles concordam que quanto mais se aproximassem de um modelo heterossexual, discreto e silencioso, mais seriam aceitos.

E há aqueles que defenderam exatamente esta posição, afirmando que, se querem ser respeitados, devem se dar ao respeito, notificando que o beijo público, por exemplo, é desnecessário e agressivo. A fala “se dar ao respeito” infere concordar com as normas estabelecidas e seguir suas regras de forma discreta e silenciosa. Conforme vimos em nossos capítulos anteriores, vivemos em uma sociedade moralista, com fortes bases religiosas. Identificamos que este moralismo não desaparece apenas porque alguém se declara homossexual. Conforme Borrilo (2010, p.101) os gays e as lésbicas não estão imunes ao sentimento homofóbico. Para o autor, o ódio da sociedade contra os homossexuais pode transformar-se em ódio contra si mesmo. Ele nos diz que

Uma sociedade em que os ideais de natureza sexual e são construídos com base na superioridade psicológica e cultural da heterossexualidade, parece difícil esquivar os conflitos interiores resultantes de uma não adequação a tais valores. Além disso, os gays e as lésbicas crescem em um ambiente que desenvolve abertamente sua hostilidade anti-homossexual.

Ainda segundo o autor, este quadro pode levar alguns homossexuais a lutar contra seus desejos, a ter vários distúrbios psicológicos, sentimentos de culpa, ansiedade, vergonha e depressão. A culpa, o medo de sair do armário, a necessidade de ser aprovado, e de viver como um homem “normal” em seu cotidiano, são alguns elementos que demonstram uma preocupação de cunho moral em agradar, e esconder sua própria essência. Isto é parte do resultado de uma construção histórica, heterossexista, que diz que somente os que cumprem as regras serão respeitados. Regras claras, que geram medo, mentira e confusão, mas que acima de tudo, divide este grupo, separa a luta e impede uma autonomia plena do sujeito homossexual e da vivência de sua sexualidade. Neste sentido, compreendemos as razões que levam nossos entrevistados, de forma unânime, a negar que Juiz de Fora seja uma cidade gay. Não, não é.

2 - Quesitos do concurso e ênfase na beleza, feminilidade e alegria

Achamos importante destacar este tópico, porque ele também nos ajuda a esclarecer se o concurso promovia ações de protesto, se era um movimento social, ou se os organizadores, conforme nos disse o mentor e criador do concurso, fizeram unicamente uma festa de “bicha”, com alegria e brilho. Separamos uma série de matérias dos jornais

que consultamos, buscando mostrar de que forma os concursos eram apresentados. As matérias sempre destacam a beleza, a aceitação do concurso e a alegria.

Separamos uma matéria¹²⁶ escrita no início dos anos de 1990, que apresenta a fala de dois participantes do evento, que atuaram por anos na sua organização, para quem gay é sinônimo de alegria, ternura, afeto e paz, que dá alegria ao povo. Um maquiador catarinense via o desfile como o maior espetáculo da Terra, onde predominavam o luxo, a beleza e a elegância. Esta imagem caricaturada do homossexual em plenos anos 1990 nos faz acreditar que, de fato, para alguns, o sujeito gay tem uma real proximidade com personagens carnavalescos, festivos, que passam na passarela deixando um rastro de beleza, alegria e diversão, mas que não objetivam trazer uma mensagem de superação, luta e descontentamento.

Quanto aos objetivos do concurso, dois entrevistados disseram: tornar transformistas em mulheres perfeitas. O homem que fosse o transformista mais bonito ganhava o prêmio. Também confirmaram que siliconados não podiam participar. Outro entrevistado reforça esta ideia, dizendo que o Miss Brasil Gay é um concurso de transformista, onde o “rapaz normal”, que se veste como homem normalmente, se fantasiava de mulher. Em 12 de agosto de 1980, o mentor e criador do concurso esclarece que os participantes do Miss Brasil Gay são transformistas, homens que se vestem de mulheres, e não travestis profissionais¹²⁷.

O entrevistado, que chegou a concorrer a Miss nos primórdios do concurso, nos deu o seguinte esclarecimento sobre a participação de transformistas e travestis na festa: “Transformista é a pessoa que é o rapaz normal, que põe peruca e maquia o rosto. O travesti, aquele profissional de ficar 24 horas travestido, não pode. Tem uma regra¹²⁸”. Dentre os itens mais relevantes para a eleição da Miss, este entrevistado destaca que “São cinco coisas: o vestuário que impressiona, a simpatia, beleza, elegância, comunicação. São cinco fatores que elegem uma Miss”.

¹²⁶TRIBUNA DA TARDE, Juiz de Fora, MG, 18 de ago. de 1992, p. 14.

¹²⁷DIÁRIO DA TARDE, Juiz de Fora, MG, 12 de ago. de 1980, p. 02.

¹²⁸Entrevista II. Juiz de Fora, MG, ago. de 2014. Entrevista cedida a Andréa Kelmer de Barros.

O Diário da Tarde¹²⁹ descreve os quesitos do julgamento do segundo concurso: “beleza de rosto, comunicação, conjunto, feminilidade e elegância”. É escolhido também o melhor traje de gala, e eleita, entre as participantes, a Miss Simpatia. Ao final da matéria, lemos que o apoio da sociedade e a sua participação no desfile veio comprovar que o tradicionalismo já não é tão grande contra o gay “e que ele começa a ser entendido não como qualquer um, mas como ser humano”. O cabeleireiro, e atual participante da organização do concurso, coordenador do 13º concurso na cidade, diz que, neste, será eleito o gay que melhor se transformar em mulher de forma performática e teatral¹³⁰.

Parece-nos que, mesmo entre os homossexuais entrevistados, o concurso termina sendo um evento onde se pode reforçar uma identidade homossexual, mas esta só é admitida e celebrada em um momento de “festa”, mas nada que ultrapasse ou interfira na suposta normalidade do restante dos dias. Fizemos um debate sobre controle social, onde mostramos que forças coercitivas levam os sujeitos a obedecer as regras sociais, e buscar uma “normalidade” – uma identidade heterossexual. Nos dias em que o concurso inexistente, o candidato a Miss Gay não fica travestido, mas se porta como um homem heterossexual. Ou seja, o padrão andro-heterocentrado estabelecido por esta sociedade heterossexista, estabelece que o “homem normal” é a identidade correta e aceita. (WELZER-LANG, 2001). Os organizadores do concurso não se propõem a romper com esta regra.

Nossa primeira entrevistada, mulher, que se assume heterossexual, acredita que o homossexual tem uma vocação para a beleza, e destaca que este era o fator mais importante no concurso. Entende que os homossexuais são voltados pra a costura, para a arte, corte e maquiagem, ou seja, vocação para coisas relacionadas à beleza. Ainda que a entrevistada não tenha declarado que esta imagem feminina, vocacionada aos homossexuais, seja parte de uma constituição histórica, que naturaliza o gênero a funções sociais específicas, fica clara em sua fala esta concepção.

¹²⁹DIÁRIO DA TARDE, Juiz de Fora, MG, 07 de ago. de 1978, p. 03.

¹³⁰JORNAL MISS BRASIL GAY, Juiz de Fora, MG, 19 de ago. de 1989, p. 06.

Como em outros casos, o Miss Gay de 1990 foi elogiado no Tribuna da Tarde por ter sido um evento com muito brilho, figurinos divinos, ornamentação perfeita. Em agosto de 1992, o Tribuna da Tarde ¹³¹aponta que, embora aconteçam muitos concursos gays no Brasil, o Miss Brasil Gay, realizado em Juiz de Fora, é o único, que além de realmente eleger o mais belo transformista, conta com a representatividade de todos os Estados, com suas candidatas eleitas nos concursos regionais. O cabeleireiro, e atual participante da organização do concurso, destaca ainda que a festa de Juiz de Fora só aceita como participante o transformista, aquele que no cotidiano tem vida normal e comportamento de homem, e que no concurso se transforma em mulher sem artificialismos. Os comentários sobre o concurso de 1992 também focaram o luxo, os dubladores, os trajes em pedrarias, tafetás e lantejoulas das candidatas, apresentando uma alta costura no desfile, e a elegância da festividade. As atrizes Lady Francisco e Neuza Amaral participaram do corpo de jurados, e reconheceram o luxo e a beleza do evento.

Na matéria sobre o 18º concurso, destacou-se que o conjunto de elementos avaliados no desfile era: beleza, comunicação, elegância e feminilidade. O cabeleireiro e atual participante da organização do concurso ¹³² informou que 70% do público participante do evento é heterossexual, e reforçou que o concurso ocorre porque o povo quer que ocorra, visto que compram todos os ingressos, tornando a festa possível ¹³³. A matéria que trata do 19º encontro, também destaca o brilho, as luzes, o frenesi de estilistas empolgados por verem seus modelitos super bem elaborados desfilando na passarela, e a presença de pessoas famosas, como a modelo Luísa Brunet. A matéria reforça que este foi o evento mais caro dos realizados até o momento ¹³⁴. Em ambos os exemplares do jornal, realçou-se a alegria festiva ocorrida no centro da cidade durante o dia do desfile, quando diversos participantes se vestem a caráter e desfilam pelo calçadão da Rua Halfeld ¹³⁵, dando entrevistas a jornalistas e chamando a atenção de todos para o evento

¹³¹ **TRIBUNADA TARDE**, Juiz de Fora, MG, 18 de ago. de 1992, p. 14.

¹³² Cabeleireiro e produtor do Miss Brasil Gay em Juiz de Fora. Ele informa que a premiação para a vencedora do 18º concurso consiste em um troféu, uma jóia e uma passagem de 10 dias para Miami, com acompanhante. Os segundo e terceiro lugares levam um troféu em tamanho menor e presentes (que ele não especificou). As candidatas que ganham as três primeiras colocações nas categorias de melhor traje típico e de luxo também ganham troféus.

¹³³ **TRIBUNA DE MINAS**, Juiz de Fora, MG, Caderno Dois, 20 de ago. de 1994, p. 02.

¹³⁴ **TRIBUNA DE MINAS**, Juiz de Fora, MG, Caderno Dois, 19 de ago. de 1995, p. 01.

¹³⁵ Este *tour* que Drag queens e transexuais fazem pelo calçadão da Rua Halfeld tornou-se um hábito, chamando a atenção dos juizforanos, que passam por lá para tirar fotografias, dançar e aplaudir a performance das participantes que dão um show à parte.

à noite. Mães levam seus filhos para tirar fotos, estudantes, profissionais, idosos, todos os públicos assistem e fotografam as Drag queens. Segundo Almeida (2008, p.81),

A linguagem das ruas é comum, ela pode se dar através de um gesto, de fantasias, de berros ou urros, e, ainda entre gargalhadas, é possível entendê-la como única forma de expressão de todas as pessoas que comungam da festa. O caráter inclusivo se apresenta justamente quando mesmo indivíduos iletrados são compreendidos e podem se sentir como parte integrante do mundo. O laser possibilita o entrosamento e a convivência, e, apesar de estar submetido pelas regras do espaço público, é uma brecha no cotidiano a qual se faz sentir pela liberdade promovida. A rua é o espaço que traz à tona esse sentimento de troca, o ir e vir livre do tempo do trabalho, a roupa enfeitada que produz um efeito simbólico de acordo com a festividade, a sintonia do caminhar em procissão, tornando o laser num elemento tão sagrado quanto qualquer outro.

Uma matéria¹³⁶ de 1996 destaca que o concurso Miss Brasil Gay realizado naquele ano teve a beleza e o luxo de uma festa Hollywoodiana, de entrega do Oscar, e que Juiz de Fora é a capital gay do país. Na plateia, vêm-se casais homossexuais se beijando livremente. Elke Maravilha foi o grande destaque da festa, sendo considerada a “rainha-mãe das drags queens”. Ela mesma anuncia sua entrada dizendo: “Mamãe chegou”.

A 22ª edição do Miss Brasil Gay, em 1998, foi anunciada no tribuna de Minas como a mais glamorosa. A grande novidade foi um ônibus que percorreu a cidade no estilo do famoso filme “Priscila – a rainha do deserto”. Uma travesti que se identifica por Rebeca, elogiou o investimento que os candidatos dispensam para o evento, e compara este esforço a um dia da preparação de uma noiva que quer estar perfeita em seu grande momento. É assim, neste espírito, que os transformistas se preparam também. Ela informou que um vestido para o Miss Brasil Gay custa, em média, de 7 a 10 mil reais¹³⁷. O dado acima nos chama a atenção. Um concurso cujo vestido possui um valor tão alto, e há quase vinte anos atrás, não é acessível a homossexuais de todas as classes sociais. Seria custoso a um homossexual desempregado, ou numa condição de subemprego, candidatar-se. Devemos nos lembrar ainda que, além do traje de festa, o desfile inclui o traje típico, que certamente possui um custo elevado. Outros investimentos também encarecem a participação, como maquiagem, hotéis e viagens, para aquelas candidatas que se deslocam de outros Estados do Brasil. Na matéria¹³⁸ que anuncia o 23º concurso, tratado como arrebatador, por causa do luxo apresentado pelas candidatas, calculava-se

¹³⁶TRIBUNA DE MINAS, Juiz de Fora, MG, Caderno Dois, 20 de ago. de 1996, p. 01.

¹³⁷TRIBUNA DE MINAS, Juiz de Fora, MG, Caderno Dois, 15 de ago. de 1998, p. 01.

¹³⁸TRIBUNA DE MINAS, Juiz de Fora, MG, Caderno Dois, 24 de ago. de 1999, p. 01.

que o gasto médio com a produção completa dos trajes giraria em torno de 45 mil reais, e que a grande maioria das candidatas não conta com patrocínio.

Conforme vimos nestas matérias selecionadas, os elementos da fantasia e beleza são os grandes destaques para chamar a população juizforana a participar do Miss Brasil Gay. Há vários outros convites¹³⁹ nos jornais lidos (não colocamos todos para evitar que a leitura se tornasse cansativa). Em todas as chamadas encontradas nos jornais, há esta mesma ênfase. A grande maioria das matérias de jornal que fala sobre o concurso, o aborda como uma grande festa, um evento alegre e luxuoso. Esta era a imagem passada pelos jornais, e reforçada pelos organizadores, quando cediam entrevistas aos jornalistas.

Algumas observações sobre este tópico são importantes, por esclarecem, sobretudo, o perfil festivo do Miss Brasil Gay em Juiz de Fora. Fica claro que sempre se fez uma distinção entre o transformista e a travesti, reforçando o que dissemos no tópico anterior sobre a exclusão das travestis neste concurso. Como os próprios organizadores afirmam: há regras, regras claras. O luxo e os trajes de gala que custam entre 7 mil e 45 mil, tornam a festa imensamente seletiva. Principalmente porque a maioria dos participantes não conta com patrocínios, tendo que arcar sozinha com os gastos da viagem até Juiz de Fora, hospedagem, maquiagem, trajes típico e de gala. Ou seja, a preparação para a festa supera em muito o valor do vestido para o traje de gala. Desta forma, as travestis que necessitam ganhar a vida noite após noite para sobreviver, realmente não teriam como participar do evento. Chama-nos a atenção também, o fato de que, em torno de 70% do público nos eventos, era representado por heterossexuais. Em entrevista com o atual presidente do MGM, este nos informou que a enorme e esmagadora maioria dos homossexuais da cidade possui baixa renda, e vive na linha ou abaixo da linha da pobreza. Parece-nos que o público heterossexual presente, provavelmente pertencia à classe média e média alta, buscando no concurso a beleza e a perfeição que mereciam ser aplaudidas. E talvez fosse mesmo este o público idealizado. Uma festa de gays, para héteros. Uma festa de gays, pedindo permissão, por meio da perfeição nos sorrisos, desfiles e pedrarias, para participarem de igual para igual numa sociedade que sempre puniu, excluiu, e quando necessário, matou os homossexuais.

¹³⁹ No Anexo C apresentamos um modelo de convite para o concurso Miss Brasil Gay.

Ainda sobre a beleza e a feminilidade exigidas como critérios para se vencer o concurso, notamos que estes elementos justificam, em parte, a visão de alguns entrevistados, de que não havia violência e, pelo contrário, aquele grupo era aceito e admirado. Candidatas portando-se de forma impecável, desfilando com elegância, e concorrendo ainda ao troféu de Miss Simpatia, são “perfeitas” demais para sofrerem atos de violência. Outro dado que reforça o apelo a esta aceitação, é a ideia de que os transformistas são rapazes, que no dia a dia, têm vida aceita como “normal”, se vestem como homens, e se comportam como tal. Este destaque para a “vida normal” que levam as candidatas, deixa claro que elas não estão ali para questionar a ordem, no que se refere à heteronormatividade. Quando o concurso acaba, “elas” são novamente chamadas de “eles”, e retornarão para seus lares, seus trabalhos, aguardando o próximo ano para brilharem, e investirem um alto valor econômico numa festa que lhes dá a oportunidade única de serem aplaudidos, não pelos rapazes normais (mas homossexuais) que são fora daquele palco, mas pelas mulheres perfeitas que se tornam num único dia por ano. Como síntese, relembramos as palavras do mentor do concurso: “enquanto for um concurso que premie a beleza, e que traga alegria aos participantes, a cidade o aceitará”.

No dia 17 de agosto de 2013, estivemos presentes na 36ª edição do concurso miss Brasil gay, que ocorreu no teatro central da cidade de Juiz de Fora. Desde o início, com o traje típico, o desfile apresentou muita criatividade, brilho e elegância. Os trajes de gala estavam banhados a detalhes em pedras, strass, sedas francesas. Os penteados, os saltos e as maquiagens, deixavam o público eufórico a cada candidata que iniciava seu desfile. O evento contou ainda com shows e performance de alguns participantes que dançaram, encenaram, fizeram humor, e também apresentaram uma dose de crítica aos pastores Marco Feliciano e Silas Malafaia¹⁴⁰, que por decorrência da proposta da cura gay, se

¹⁴⁰ Ambos os pastores foram alvos da mídia nacional nos últimos anos, por se declararem contra a prática homossexual, sendo considerados homofóbicos por jornalistas e pessoas a favor da luta contra a homofobia. Marco Antônio Feliciano é um pastor neo-pentecostal da Catedral do Avivamento, uma igreja ligada à Assembleia de Deus, e deputado federal brasileiro. Eleito pelo Partido Social Cristão (PSC) em 2010 com 212 mil votos, foi o segundo político evangélico com maior número de votos no país e o 12º entre os 70 deputados eleitos pelo estado de São Paulo. Foi eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados do Brasil, cargo que exerceu durante o ano de 2013, o que gerou controvérsia pelas diversas declarações polêmicas, principalmente em relação a temas como direitos dos homossexuais e direito ao aborto. Sobre os homossexuais, Feliciano disse: "A podridão dos sentimentos dos homoafetivos levam ao ódio, ao crime, à rejeição. Amamos os homossexuais, mas abominamos suas práticas promíscuas". Silas Lima Malafaia é um pastor pentecostal brasileiro líder do ministério Vitória em Cristo, ligado à Assembleia de Deus. Malafaia também é televangelista, graduado

manifestaram publicamente a favor. A cantora baiana Daniela Mercury foi apresentada por uma comediante, identificada como Suzy Brasil, como a atual representante gay de maior destaque entre os artistas nacionais. Vestida como a cantora, a comediante apresentou a música Canto da cidade, sendo bastante aplaudida ao final, quando considerou a cantora uma representante do movimento gay no país. Notamos um posicionamento mais crítico e politizado no evento, apesar de estarem presentes os elementos de transformismo, e serem os quesitos para premiação da Miss, aqueles mesmos dos primórdios do concurso.

3 - A Lei Rosa, outras lutas e conquistas

Elaboramos este tópico, porque consideramos imprescindível apresentar as conquistas no campo político que ocorreram em Juiz de Fora, no que tange à homossexualidade, no período histórico selecionado para nossa tese.

De início, é importante frisar que o concurso, o Rainbow Fest e o MGM foram, e são conquistas imensamente importantes. Cada uma delas com um propósito e alcance específicos, mas todas fazem parte da história homossexual em Juiz de Fora. Neste último tópico, iremos falar de conquistas que não ocorreram no interior destes eventos, ou seja, fazem parte desta mesma história, mas tiveram iniciativas, e foram elaboradas por outros sujeitos, como vereadores, médicos e prefeitos do município, que não atuavam diretamente no concurso ou no MGM, mas que através de ações políticas, fizeram valer a voz dos sujeitos homossexuais na cidade. A primeira e mais importante conquista no campo jurídico foi a Lei Municipal nº 9791 de 12 de maio de 2000, conhecida popularmente como Lei Rosa¹⁴¹. A aprovação desta lei foi considerada um grande avanço político para aqueles que queriam uma luta organizada na cidade. Uma festa regada a música popular brasileira e de câmara, celebrou esta conquista. A festa intitulou-se “9791, the party”. O número refere-se ao número da lei aprovada¹⁴².

em psicologia, e vice-presidente do Conselho Interdenominacional de Ministros Evangélicos do Brasil (CIMEB), entidade que agrega cerca de oito mil pastores de quase todas as denominações evangélicas brasileiras. Assim como Feliciano, Malafaia também é bastante conhecido por criticar temas como direitos dos homossexuais e direito ao aborto.

¹⁴¹A Lei completa está anexada ao final da tese. Anexo B.

¹⁴²TRIBUNA DE MINAS, Juiz de Fora, MG, Caderno Dois, 04 de ago. de 2000, p. 04.

Quando a Lei 9.791 foi votada na Câmara Municipal de Juiz de Fora, não houve nenhum voto contra, somente duas abstenções. A Lei, que dispõe sobre a ação do Município no combate às práticas discriminatórias, em seu território, por orientação sexual, diz em seus artigos 1º, 13º e 14º:

Art. 1º - Será punida, no Município de Juiz de Fora, nos termos do art. 1º, incisos II e III, art. 3º, inciso IV e art. 5º, incisos X e XLI, da Constituição Federal e do art. 114 da Lei Orgânica Municipal, toda e qualquer manifestação atentatória ou discriminatória praticada contra qualquer cidadão homossexual (masculino ou feminino), bissexual ou transgênero.

Art. 13 - O conhecimento de situação que afronte as garantias previstas nesta lei, ou seja, quando ocorra qualquer tipo de discriminação contra o cidadão, acarretará independentemente de denúncia da vítima, a lavratura imediata de auto de infração, dando-se início ao competente processo administrativo, no qual será assegurada ampla defesa.

Art. 14 - O Município criará o Centro de Referência para a Defesa e Valorização da Auto-Estima e Capacitação Profissional do Cidadão Homossexual, bissexual e transgênero, de forma a permitir a sua inserção com dignidade e respeito no ambiente social e o combate às ações de natureza homofóbicas.

No dia três de agosto de 2015 fomos à FUNALFA (Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage) e à Câmara de Vereadores da cidade, nos informar e conhecer o Centro de Referência para a Defesa e Valorização da Auto-Estima e Capacitação Profissional do Cidadão Homossexual, bissexual e transgênero. Contudo, obtivemos duas informações. A primeira foi a de que o Centro nunca existiu, pois como o MGM se propunha a atender e realizar um trabalho educativo e psicológico aos homossexuais e seus familiares, não houve a necessidade da criação de outro órgão com o mesmo objetivo. A atividade prevista no artigo 14 da Lei 9791, supracitado, ficou a cargo do MGM. A segunda informação foi a de que, a cerca de cinco anos, o vereador Paulo Rogério, mentor da Lei, sofreu um grave acidente de carro e veio a falecer. Após sua morte, não houve na prefeitura de Juiz de Fora ninguém que levasse à diante a formação do Centro previsto na Lei. Por decorrência, o mesmo não chegou a ser criado.

Sobre a criação da Lei, o presidente do MGM disse que não foram os organizadores do concurso que tomaram à frente desta campanha política. Para ele, o mérito é do vereador Paulo Rogério, que apresentou a proposta à Câmara, e do MGM, que encampou a proposta. O presidente do MGM disse:

O concurso nunca teve esse movimento político, nesse sentido não. Ele se tornou um ato político. Um concurso que põe quatro ou cinco mil pessoas dentro do ginásio, que cria toda essa comoção nacional, ele é um ato político, lógico. Mas nós não tivemos a intenção, nós nunca fizemos isso dessa forma. (...) Não era nossa intenção. Nossa intenção era fazer um espetáculo, era fazer arte, era levar a beleza, era levar diversão para as pessoas¹⁴³.

Mas ressaltou que, apesar de não terem sido os organizadores do concurso que levantaram a bandeira desta lei, todos são completamente favoráveis a qualquer movimento político que favoreça a comunidade gay. Disse que esta função política cabe ao MGM. Justifica que mesmo sem ter a intenção de promover um movimento político, o concurso pode ser entendido como um ato político porque “Nossa intenção é fazer um grande espetáculo. E com isso a gente quebra paradigmas e preconceitos. Porque você conquista as pessoas pela simpatia, pela arte, pelo belo, entendeu? Por isso é um ato político. Você conquista isso de outra forma¹⁴⁴”.

Mesmo reconhecendo a importância da Lei Rosa para a cidade, lamenta que os homossexuais de Juiz de Fora não sejam organizados. Valoriza imensamente o trabalho do MGM nesta luta, mas afirma que a comunidade gay ainda não é organizada, porque ainda não tem orgulho de ser gay, de serem pessoas importantes dentro de uma sociedade, não se questionam de que forma podem contribuir para o desenvolvimento da cidade. Enfatiza que assumir-se é mais que assumir-se gay, mas sim assumir-se como ser humano. Isto ainda é uma lacuna, em sua opinião, nos homossexuais em Juiz de Fora. Ainda sobre a importância da Lei Rosa, uma matéria de agosto de 2000, do jornal Estado de Minas, informa que a Lei é uma das mais avançadas no país, que além das garantias de respeito e igualdade aos homossexuais, prevê a liberdade da manifestação de afetividade em público. Marco Trajano, um dos fundadores do MGM, diz nesta matéria que a Lei foi um grande passo no resgate da dignidade e da autoestima dos homossexuais.

O mentor e criador do concurso reconhece que a aprovação da chamada Lei Rosa contribuiu para a divulgação da 24ª edição do concurso Miss Gay, mas não quer que a lei seja entendida como uma permissão para que os gays possam “se agarrar em público”. Ele diz que esse comportamento “é coisa de bicha ridícula, que quer aparecer”. O concurso de 2000 teve como tema *Odisséia 2000 - o caos organizado*, e

¹⁴³Entrevista V. Juiz de Fora, MG, set. de 2014. Entrevista cedida a Andréa Kelmer de Barros.

¹⁴⁴Entrevista V. Juiz de Fora, MG, set. de 2014. Entrevista cedida a Andréa Kelmer de Barros.

pretendeu ser uma festa futurista, com cenário adequado ao tema. Naquele ano, 27 transformistas estiveram concorrendo ao título. O vereador Paulo Rogério, que apresentou a proposta da Lei 9791, foi convidado para compor a mesa juntamente com os jurados¹⁴⁵.

Dois organizadores e candidatas concorrentes do concurso entendem que a aprovação da Lei Rosa está diretamente ligada à abertura que o concurso ocasionou na cidade. Para eles, a maior conquista do concurso foi ter aberto um leque de oportunidades para os gays, acriação da Lei Rosa, a redução no preconceito, que acreditam ser bem menor atualmente. “O concurso projetou muita gente. Alcançou seu objetivo até o ano de 2000. Foi o melhor período do concurso, foram as festas mais bonitas”. “Teve uma minoria que torceu a cara, mas a maioria prevaleceu¹⁴⁶”.

Um dos entrevistados, que atualmente contribui na organização do concurso, esclareceu que a aprovação da Lei causou temores por partes de alguns. Ele informou que quando os gays se organizaram para aprovar a Lei Rosa, houve uma oposição sobre a questão da manifestação pública de afeto entre pessoas do mesmo sexo:

As pessoas falaram que em Juiz de Fora ia encontrar gay transando com outro gay em cima da mesa de bar. Que ia ser a cidade da promiscuidade. Nós temos hoje 13 anos de Lei Rosa. Ninguém morreu. Ninguém matou. Com a Lei Rosa a discriminação ostensiva parou¹⁴⁷.

Ele destaca a importância política e social de uma Lei como a 9791. Contudo, observa que a lei não acaba com a homofobia, pois admite que ela ainda existe em Juiz de Fora.

O presidente do MGM fez questão de destacar que as pessoas que criaram o MGM e que aprovaram a Lei 9791 não eram os organizadores do concurso. Ele chama de Semana Rosa, a semana em que ocorrem o Miss Brasil Gay, o Rainbow Fest e a Parada Gay. Garante que este tripé movimentou econômica e socialmente a cidade.

Algo que nos chamou a atenção nas falas e matérias de jornais supracitados, é que aqueles que fizeram críticas ou “desconfiaram” da Lei, por unanimidade, apontaram

¹⁴⁵TRIBUNA DE MINAS, Juiz de Fora, MG, Caderno Dois, 19 de ago. de 2000, p. 01.

¹⁴⁶Entrevista II. Juiz de Fora, MG, ago. de 2014. Entrevista cedida a Andréa Kelmer de Barros

¹⁴⁷Entrevista VI. Juiz de Fora, MG, set. de 2014. Entrevista cedida a Andréa Kelmer de Barros.

preocupações de ordem sexual. Nenhum relato apresentava preocupações com os termos gerais da Lei, como a questão da redução ou não da violência e da homofobia; ou se o Centro de Referência para a Defesa e Valorização da Auto-Estima seria realmente criado; ou ainda se a prometida Capacitação Profissional do Cidadão Homossexual de fato ocorreria, e se estes atenderiam as reais demandas do público homossexual na cidade, por exemplo. As preocupações giraram todas em termos da exposição de afetos, dos beijos, que agora teriam que ser vistos e “engolidos”, da possível promiscuidade que se instalaria na cidade, das perturbações da ordem em bares, onde os homossexuais se relacionariam de forma livre e “sem pudor algum”. O próprio mentor e criador do concurso afirmou que agarrar-se em público é coisa de “bicha ridícula”, que quer aparecer. Os atos de carinho, o sexo, a presença nos espaços públicos, foram preocupações muito maiores que o reconhecimento de uma conquista política legítima, que possibilitaria garantias de direitos sociais àqueles que se escondem em “armários” e que não tinham, até aquele momento, muitas opções para pedir socorro.

Ainda sobre a aprovação desta importante lei, é importante destacar que sua aprovação não é garantia de continuidade. A Lei Rosa permanece instituída em Juiz de Fora, e ampara o público homossexual em seus direitos civis e sociais. Contudo, enquanto a homofobia, a moral religiosa e o preconceito não forem superados, ou pelo menos reduzidos de forma considerável, esta, e qualquer outra Lei que vise proteger estes atores sociais, estará sempre em risco de ser contestada e, até mesmo, revogada. Por isso afirmamos que a luta homossexual ainda é desafiadora e possui uma agenda extensa.

Além da Lei Rosa, outras ações em torno da luta homossexual foram noticiadas nos jornais da cidade, como por exemplo, a matéria “*Gays iniciam em JF pressão por união civil*”¹⁴⁸, a qual informa que os gays da cidade pretendiam alcançar um milhão de assinaturas para pressionar o Congresso Nacional a votar o Projeto de Parceria Civil. Juiz de Fora foi escolhida para ser a cidade iniciadora desta coleta de assinaturas, por ser uma importante referência, por já estar no 24º concurso Miss Gay, e pela atuação do MGM, que vinha se tornando cada vez mais expressivo.

¹⁴⁸TRIBUNA DE MINAS. Gays iniciam em JF pressão por união civil. Juiz de Fora, MG, Caderno Cidade, 17 de ago. de 2000, p. 01.

Apesar de considerarem a aprovação da Lei nº 9791 uma grande conquista para a população homossexual de Juiz de Fora, notamos que a maior preocupação das autoridades, médicos, hospitais e líderes de ONGs, não eram os desafios da homofobia e da violência sofrida pelo público LGBT. Ficou notório que a AIDS esteve no centro do debate médico e político em Juiz de Fora por décadas. De fato, a maior parte das matérias que encontramos nos anos pesquisados – 1977 a 2000 – fazia menção às ações de médicos e de órgãos ligados ao setor privado e à prefeitura da cidade, para prevenir e combater a doença. Apresentaremos agora algumas conquistas alcançadas na área da saúde, ou melhor, no campo desta epidemia. Em nossas entrevistas, perguntamos se com o advento da AIDS o concurso sofreu perdas, como o adoecimento e morte de participantes, preconceitos por decorrência da ideia inicial de que a AIDS era “doença de gay”, se houve um esvaziamento nos concursos, etc.

Um dos organizadores do concurso afirmou que pessoalmente não sofreu impactos com o advento da AIDS, mas admite que os gays da cidade foram chamados de “a AIDS”, sofreram preconceitos, mas nada que atrapalhasse o concurso. Vale notar que o entrevistado faz aqui uma clara separação entre o “eu” e “os outros”. O que poderia significar, em sua fala, que os gays da cidade foram chamados de AIDS? Ele mesmo não estaria inserido entre os gays da cidade? Será que esses gays da cidade seriam os travestis, que por sua exposição pública caricata, eram as vítimas preferenciais das expressões de violência e homofobia? Nosso entrevistado aponta que além de não ter sido vítima de preconceito, não houve também um esvaziamento do concurso por causa da AIDS. Outros dois entrevistados reafirmam esta posição, dizendo que a AIDS não atrapalhou em nada o concurso. Não houve uma redução numérica na plateia, nem ampliação de atitudes preconceituosas. Pelo contrário, na década de 1980, os organizadores do concurso passaram a distribuir camisinhas, e o tratamento da cidade aos homossexuais, em seu olhar, era até muito carinhoso. Apenas um entrevistado disse que no final dos anos 1980, quando a AIDS se espalha e vira notícia na mídia, o preconceito ocorreu de forma vergonhosa em Juiz de Fora. Quando um homossexual era identificado no centro urbano, havia alguns que diziam; “lá vem o câncer, lá vem a AIDS”. Outro entrevistado, seguindo a linha dos que afirmam que não houve manifestações de preconceito no município, apenas relembra que houve uma candidata que faleceu por decorrência do HIV.

O mentor e criador do concurso lembrou que houve uma candidata, que também participou como júri, que faleceu de AIDS. Ele disse que o preconceito contra homossexuais por causa da AIDS em Juiz de Fora não durou muito tempo, ocorreu apenas no início da doença. Mencionou uma candidata que se casou com uma mulher e outra que se tornou pastor de uma igreja evangélica. Ele afirmou também que “quando a AIDS surgiu, acreditaram que todo homossexual tinha. Contudo em Juiz de Fora não houve preconceito, não interferiu em nada no concurso¹⁴⁹”. O presidente do MGM assume que ainda existe um conceito equivocado de que a AIDS é doença de gay. “Não existe nada que justifique você dizer que existe uma doença de gay”¹⁵⁰.

Conforme dissemos, encontramos muitas matérias sobre a AIDS nos jornais lidos para esta pesquisa. Destacamos apenas algumas, que consideramos mais apropriadas ao nosso objetivo. De início, uma matéria¹⁵¹, escrita no ano de 1981, apresentava a AIDS como uma doença misteriosa, aparentemente transmitida durante relações sexuais e que, incompreensivelmente, “só se propagava entre homossexuais e viciados em drogas”. Contudo, informa que cientistas já haviam descoberto que pode haver contaminação também por sangue, o que ampliaria muito o grupo de risco, incluindo todas as pessoas que necessitassem de uma transfusão de sangue. Naquela época, Juiz de Fora não se encontrava preparada para o tratamento e prevenção, ao que a autora da matéria chama de uma “maldita doença”.

Após quatro anos desta primeira matéria publicada, lemos que o Serviço de Medicina Social do INAMPS/JF distribuiu uma circular informando sobre os riscos da AIDS, descrevendo-a como uma doença. “No item sobre transmissão e incubação, se lê que a propagação se dá através de relações sexuais promíscuas, principalmente entre homossexuais e bissexuais do sexo masculino, tendo sido descritos casos também em heterossexuais, em menor proporção”¹⁵². Este dado nos chama a atenção, porque em Juiz de Fora, como em diversos outros Estados e cidades brasileiras, esta crença de que a AIDS era “doença de gay” aumentou ainda mais o preconceito contra os

¹⁴⁹Entrevista III. Juiz de Fora, MG, set. de 2014. Entrevista cedida a Andréa Kelmer de Barros.

¹⁵⁰Entrevista V. Juiz de Fora, MG, set. de 2014. Entrevista cedida a Andréa Kelmer de Barros.

¹⁵¹TRIBUNA DA TARDE, Juiz de Fora, MG, 09 de ago. de 1990, p. 04.

¹⁵²TRIBUNA DE MINAS, Juiz de Fora, MG, 08 de ago. de 1985, p. 06.

homossexuais. Contudo, entre nossos entrevistados, a minoria disse que não se sentiu marginalizada ou se declarou vítima de preconceito nos anos de 1980.

Criou-se em Juiz de Fora, no ano de 1985, uma Comissão Local de Controle e Acompanhamento da AIDS, para prevenir e combatê-la, além de capacitar laboratórios e hospitais. A Comissão entendia que o controle da doença deveria focar os “grupos de risco”: homossexuais, bissexuais e usuários de drogas, conforme listado na matéria. Naquele período ainda não se constatava nenhum caso de pessoa com AIDS em Juiz de Fora, 09 casos em Minas, e no Brasil constatava-se um total de 300 pessoas com AIDS¹⁵³. Já em agosto de 1986, o Tribuna da Tarde¹⁵⁴ informa haver 02 casos confirmados de AIDS em Juiz de Fora. Ambos não estavam recebendo nenhuma forma de tratamento especial, conforme o médico do Centro de Saúde, Marcos Pimenta. O médico disse que os pacientes já estavam informados que seu tempo estimado de vida seria de dois a cinco anos no máximo. Apesar das campanhas tendo como alvo o público homossexual ou o “grupo de risco”, nenhum de nossos entrevistados disse ter participado de encontros, palestras ou eventos que prevenissem a contaminação ao HIV. O mentor e criador do concurso, em entrevista ao jornal Tribuna da Tarde, relata que nesse período, os organizadores do concurso distribuía preservativos na entrada do evento, mas não indica que esta era uma atitude ligada à secretaria de saúde ou a algum grupo de defesa e prevenção ao HIV.

Foi no Primeiro Simpósio sobre AIDS, realizado em 05 de agosto de 1988, pela Diretoria Regional de Saúde – DRS, que médicos especialistas confirmaram 24 casos de AIDS em Juiz de Fora, e informaram que havia 20 pessoas sob observação¹⁵⁵. Algumas matérias de meados da década de 1980 tranquilizavam a população sobre seu receio em doar sangue, enfatizando que os materiais eram descartáveis, e que beijos sociais, manicures ou uso de utensílios compartilhados não oferecem risco de contaminação.

A epidemia continuou crescendo na cidade, e preocupando pela falta de preparo, atendimento adequado, e até óbito de soropositivos. Numa matéria intitulada “Quem

¹⁵³TRIBUNA DE MINAS, Juiz de Fora, MG, 15 de ago. de 1985, p. 06.

¹⁵⁴TRIBUNA DA TARDE, Juiz de Fora, MG, 11 de ago. de 1986, p. 05.

¹⁵⁵TRIBUNA DA TARDE, Juiz de Fora, MG, 06 de ago. de 1988, p. 04.

semeia omissão, colhe epidemia”, o Tribuna da Tarde¹⁵⁶ denunciou que somente em uma semana, foram registrados cinco casos de pessoas que morreram contaminadas com o HIV em Juiz de Fora, e que mesmo mediante este quadro, a cidade dispunha apenas de um leito para o tratamento de soropositivos. Prova desta desassistência é notada porque três dos cinco casos de óbitos ocorreram sem que houvesse assistência ou internação. Estes cidadãos morreram em seus lares, longe de qualquer atendimento médico adequado. Os próprios organizadores do Miss Brasil Gay de 1990 deram entrevista a uma rádio municipal, revoltados com a notícia dos cinco soropositivos que faleceram na cidade. O mentor e criador do concurso reconheceu a necessidade do cuidado e prevenção em relação à doença¹⁵⁷.

Sobre a intervenção médica na cidade, o jornal¹⁵⁸ informa que havia apenas ações isoladas de médicos que atendem pacientes e seus familiares no Hospital Universitário¹⁵⁹ da cidade, e grupos de apoio formados por pessoas da sociedade, como o grupo GAPA (Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS). O dado apontado no jornal para o primeiro semestre de 1990 era de 39 casos notificados da síndrome. Mário Scheffer¹⁶⁰, autor da matéria, entende que, além do preconceito que sofrem em vida, os que terminam falecendo, são proibidos de serem velados no Cemitério Municipal. O Diretor do HU no ano de 1991, Abrahão Hallack¹⁶¹, defende que deve ser criada uma equipe multiprofissional para o atendimento aos soropositivos, propondo que nesta equipe estejam presentes médicos, psicólogos, assistentes sociais e religiosos. Ele informa que até meados de 1991, foram registrados 19 casos de pessoas com o vírus HIV na cidade, número menor que o notificado no ano anterior (39 casos até meados do ano de 1990). É curioso notar que, se por um lado, religiosos eram chamados a visitar e (quem sabe) consolar os pacientes internados, por outro lado, os que faleciam não podiam ser velados no cemitério da cidade. Uma condição que pode indicar que as visitas religiosas

¹⁵⁶ **TRIBUNA DA TARDE**, Juiz de Fora, MG, 13 de ago. de 1990, p. 04.

¹⁵⁷ **TRIBUNA DA TARDE**, Juiz de Fora, MG, 18 de ago. de 1990, p. 09.

¹⁵⁸ **TRIBUNA DA TARDE**, Juiz de Fora, MG, 06 de ago. de 1991, p. 05.

¹⁵⁹ Vale ressaltar que no ano de 1992 o Hospital João Felício passou a atender pessoas com HIV, disponibilizando dois leitos para tratamento da doença, e ampliando seu espaço físico para chegar a 30 leitos. Fonte: Tribuna de Minas, 29 de agosto de 1992.

¹⁶⁰ Assessor de Comunicação Interinstitucional de AIDS do Hemominas e da Diretoria Regional de Saúde.

¹⁶¹ Com o título “JF perde apoio no combate à AIDS”, o Tribuna de Minas de 18 de agosto de 2000 anuncia que Hallack faleceu, deixando uma lacuna no combate à AIDS na cidade, uma vez que o médico e professor da faculdade de medicina da UFJF foi o primeiro profissional a atender pacientes com HIV positivo no Hospital Universitário.

tendiam a promover uma salvação semelhante àquela executada na Santa Inquisição, onde buscava-se salvar a alma, já que o corpo do pecador, a ser queimado, estava perdido. Assim, ao morrer, o corpo do soropositivo, perdido, não merecia ser velado. Esta atitude revela ainda uma presente homofobia na cidade.

O início da década de 1990 não trouxe grandes avanços nas matérias encontradas acerca da superação da ideia de que a AIDS se encontrava especialmente entre usuários de drogas, promíscuos e homossexuais. Em uma matéria intitulada “AIDS, saia desta”, o jornalista Mário Zan, orienta seus leitores a abandonar determinadas práticas para que a AIDS possa ser combatida.

Drogas, prostituição, adultério, homossexualismo (masculino e feminino), orgias, imoralidade, devassidão, DEVEM SER DEIXADOS DE LADO (grifo do autor), para felicidade geral. Do contrário, a raça humana vai pagar um preço muito elevado pelas transgressões das Leis Divinas” (...) que Deus te guarde, se você deixar, é lógico¹⁶².

Em meados dessa mesma década, os dados mostravam que não eram os homossexuais, mas sim os usuários de drogas injetáveis, aqueles que ocupavam o primeiro lugar na lista de contaminação pelo vírus HIV. À frente dos homossexuais, em segundo lugar nas estatísticas de atendimento no HU, estavam os heterossexuais. Os homossexuais ficavam em terceiro lugar¹⁶³. Um dado interessante para uma cidade que não incluía, até então, os héteros no “grupo de risco”.

A partir do ano de 1996, o Miss Brasil Gay ganha um espaço de destaque nos jornais da cidade, como não encontrado em anos anteriores, desde 1977. O lançamento do Caderno 2 passa a expor, em suas páginas iniciais fotos, entrevistas e matérias que ocupam por vezes uma página completa, com notícias sobre o mundo gay. Além disso, notamos que em jornais anteriores, encontrávamos entre duas e cinco matérias sobre o concurso ou informações sobre a AIDS. A partir de 1996, verificamos entre cinco e

¹⁶²TRIBUNA DA TARDE. AIDS, saia desta. Juiz de Fora, MG, 08 de ago. de 1991, p. 05.

¹⁶³A vigilância epidemiológica da secretaria municipal de saúde de Juiz de Fora constatou que entre 1986 e 1993 houve 387 ocorrências de AIDS na cidade. Na década de 1980 foram verificadas 75 notificações em quatro anos, e nos anos 1990 este número saltou para 312 em quatro anos. Em 1986 houve apenas 02 casos notificados, em 1989 foram registrados 35 casos e em 1990 este número subiu para 80 casos. A idade mais frequente é entre 25 e 39 anos. (TRIBUNA DE MINAS, Juiz de Fora, MG, 10 de ago. de 1994, p. 10).

treze matérias em cada jornal Tribuna de Minas¹⁶⁴. Entendemos que isto ocorre porque, nos anos de 1990, a luta política e cultural homossexual no Brasil, as informações sobre HIV /AIDS e a exposição sobre a homossexualidade, já estavam sobremodo divulgadas pela mídia brasileira. Juiz de Fora acompanha este movimento. Conforme vimos em capítulos anteriores desta tese, em meados dos anos de 1990, já estávamos livres do governo ditatorial, a imprensa retoma sua autonomia (ainda que relativa), a homossexualidade se torna cada vez mais tema de congressos, eventos estaduais e nacionais. Movimentos sociais passam a defender bandeiras de gênero, incluindo questões sobre a homossexualidade em suas agendas. Ou seja, o quadro nacional se torna bem mais favorável, levando a uma maior divulgação do concurso em Juiz de Fora.

Ainda que alguns avanços sejam observados na organização homossexual, ou que as matérias, campanhas, palestras e grupos criados estivessem combatendo o preconceito e desmistificando que a AIDS mata, encontramos o relato¹⁶⁵ de uma médica ginecologista, preocupada com a incidência da AIDS entre adolescentes. Ela estruturou uma equipe para atuar na prevenção e informação em bairros carentes. Salienta que antes de atender pessoas com HIV positivo, seu consultório médico estava sempre repleto de pacientes, mas com o início do atendimento a este público, o consultório se esvaziou, o que a médica não lamenta; disse sentir-se feliz em ajudar. Para a ginecologista, a melhor forma de prevenção, define-se em uma palavra: fidelidade. Em sua opinião, nem mesmo o uso de preservativo é tão confiável. A fidelidade ao parceiro seria a prevenção ideal. Não fica claro na matéria se esta era a abordagem que a médica trabalhava nos bairros carentes por onde atuava. Não temos como afirmar que seu discurso era o de que seus pacientes deveriam investir na fidelidade conjugal. Apenas fica a imagem de que os discursos moralizadores sobre a AIDS e a sexualidade, em Juiz de fora, em nada fogem ao que comumente vemos na história brasileira: o medo da AIDS adentrar nos lares heterossexuais e destruir as famílias “de bem”, obrigou muitos médicos, políticos, cidadãos comuns a falar, agir e entender que a AIDS não era apenas um “problema” do outro.

¹⁶⁴ Entre os anos de 1986 e 1993 o jornal Tribuna de Minas passa a ser fabricado e vendido em Belo Horizonte. Seus gestores lançam em Juiz de fora o Tribuna da tarde neste período. No ano de 1994 o jornal Tribuna da Tarde é substituído novamente pelo Tribuna de Minas, que contém os encartes Caderno Dois e Caderno Cidade, onde são divulgados os eventos culturais da cidade, incluindo notícias sobre o Miss Gay.

¹⁶⁵ **TRIBUNA DE MINAS**, Juiz de Fora, MG, 25 de ago. de 1996, p. 18.

Infelizmente, esta foi a última matéria que encontramos sobre o assunto. Uma matéria que deixa transparecer que, mesmo na década de 1990, ainda existia um preconceito considerável contra a AIDS em Juiz de Fora. A desinformação, o medo e a dúvida ainda estavam no imaginário de muitos. O MGM não havia se formado, a Lei Rosa não havia sido criada. O período em que nos propomos a estudar termina sem grandes avanços na luta pelos direitos da pessoa homossexual em Juiz de Fora. Podemos dizer que, se houve avanços no campo da saúde, eles se resumiam a preocupações com ampliação de leitos para soropositivos, e de uma rede de atendimento à prevenção do HIV. Porém, permanecia a moralização do discurso, como vimos em algumas matérias de jornais, incentivando um comportamento sexual “adequado” em tempos de AIDS. Panfletos informativos contendo formas de prevenção e alertando sobre os riscos de contaminação foram distribuídos, palestras que buscavam esclarecer dúvidas e evitar uma epidemia foram proferidas, Comissões que buscavam formas de enfrentamento de uma doença, que a cada dado novo crescia em todo o país, foram organizadas. Ou seja, o assunto AIDS esteve presente, a homossexualidade tornou-se uma preocupação. A vida sexual do juizforano passou a ser debatida publicamente, controlada e vigiada, bem aos moldes do que nos indica Foucault, na História da Sexualidade.

Entre avanços e contradições, o concurso Miss Brasil Gay se fortaleceu, ganhou amplo reconhecimento, e conquistou a admiração de pessoas de todas as partes do Brasil. Trouxe para Juiz de Fora uma nova era, tirou alguns do *armário*, fez outros se esconderem ainda mais nele. Ele pode até não ser considerado um movimento militante, mas fez notória uma arte que encantou, foi destaque em páginas dos mais importantes jornais do município, fez o país olhar para Juiz de Fora, e até criou a fantasia, em alguns, de que esta cidade era um “paraíso gay”. Após esta análise, algumas questões ainda podem ser pontuadas sobre o trabalho realizado nesta tese. É exatamente o que faremos a seguir. Encerramos este trabalho deixando nossas impressões, e parte do aprendizado ao longo desta jornada, que pode ser definida por duas palavras: adorável e desafiadora.

Apontamentos Finais

Gostaríamos de iniciar nossos apontamentos finais lembrando que nosso objetivo era investigar se houve e quais foram as principais mudanças ocorridas, no que tange à ruptura em relação aos preconceitos e estigmas socioculturais no campo da homossexualidade, a partir do olhar dos organizadores do concurso Miss Brasil Gay e de seus principais colaboradores, ao longo dos vinte e três anos de história selecionados, até a formação do MGM - Movimento Gay de Minas. Acreditávamos que este estudo traçaria um importante diálogo entre o passado e a história contemporânea da organização homossexual em Juiz de Fora, e dos sujeitos ligados a ela direta ou indiretamente. De fato, isto se evidenciou, tanto na pesquisa documental, como nas entrevistas realizadas.

Inicialmente, queremos destacar os resultados encontrados a partir da hipótese que formulamos. Para nós, um movimento social que tem em seu bojo uma questão como a homossexualidade, se depara com dificuldades externas e internas, que podem resultar em momentos de desarticulação e desmobilização do próprio movimento social. Inferíamos que possíveis dificuldades estariam presentes, porque nossa tese percorreu um caminho de 23 anos de um concurso que elege uma Miss Gay. Ou seja, trata-se de um longo período histórico, de um tema encoberto por preconceitos, e de um evento que ocorre numa cidade onde nunca existiram iniciativas semelhantes até então.

As dificuldades internas identificadas em nossa pesquisa de campo e documental foram a existência de preconceitos revelados dentro do próprio grupo, além de uma clara divisão de classes. Havíamos apontado em nossos primeiros capítulos que a história da formação homossexual no Brasil, do público LGBT, é composta por contradições, limites e dissensões internas, que estiveram, e ainda estão presentes no conjunto de desafios enfrentados pelos diferentes grupos representados nesta sigla. A relação entre os diferentes grupos que se organizam, nem sempre ocorre de maneira tranquila. Tensões entre lésbicas, travestis, bissexuais e homossexuais são constantes. A própria nomenclatura LGBT resultou de conflitos, onde determinados segmentos se sentiam

mais ou menos representados. Simões e Facchini (2009) nos esclarecem esta questão, afirmando que nesta luta, nem tudo são flores.

No que se refere ao preconceito, verificamos que as travestis são as mais atingidas. Além de haver marginalização decorrente de uma diferença de classe social, um homossexual nos relatou que as travestis expõem o que alguns homossexuais tentam esconder, elas se vestem, andam, e praticam o sexo de forma declarada, dizendo quem são, sem se esconderem em armários. Os homossexuais que querem se esconder, normalmente agem com homofobia em relação às travestis. Em Juiz de Fora, o preconceito contra este grupo se fez notar no interior do concurso, e no próprio município, conforme dados da pesquisa de campo e documental apresentados.

A hipótese de que mesmo frente às possíveis conquistas alcançadas ao longo dos 23 anos que estudamos, pouco se rompeu com os estigmas sociais homofóbicos, e que diversas formas de violência e preconceitos ainda persistem no município, foi confirmada. Ainda assim, alguns de nossos entrevistados afirmaram nunca terem sido vítimas de nenhum tipo de violência. Um deles disse já ter ouvido que há homofobia na cidade, mas nunca foi vítima dela. Porém, isto não elimina outras entrevistas de homossexuais que nos disseram que a homofobia é real, e perdura mesmo após algumas conquistas ao longo dos anos. As falas foram distintas. Enquanto uns viram homossexuais sendo chamados de câncer, outros afirmaram não ter visto nenhuma manifestação de preconceito. Onde uns viram a polícia e religiosos protestando contra o concurso, outros viram um corpo policial amigável e gentil. Enquanto uns acham que o beijo gay público é uma afronta, outros o vêem como ato político. O que não se pode negar, é que a homofobia, vivenciada ou não, existe, não foi superada e, conforme vimos em Ferreira (2008), o Brasil era o campeão mundial de assassinatos de gays, lésbicas e travestis até o ano de 2008. Em nossa pesquisa documental, ficou claro que houve várias atitudes de preconceito contra os gays da cidade. Apresentamos pesquisas que demonstraram que a maior parte dos entrevistados era contra a união de casais gays. Vários foram entrevistados e afirmaram que a homossexualidade é pecado. Para reforçar a existência da homofobia na cidade, vale lembrar da fala do atual presidente do MGM que nos disse que o tripé crime, doença e pecado não foi superado.

A identidade, parte inerente dos chamados novos movimentos sociais, foi um dos pontos de grande destaque na pesquisa. Os chamados novos movimentos sociais - que têm na identidade seu principal arcabouço - lutam pelo respeito e aceitação das diferenças no campo das subjetividades. Para Touraine (2008, P. 262), os novos movimentos sociais pretendem garantir os direitos dos homens e mulheres à vida, saúde, ao respeito e dignidade. Eles se organizam pelo direito à identidade e à dignidade humanas, mobilizam princípios e sentimentos. Santos (2005 a e b) concorda, e defende a mesma tese. O concurso, mesmo não sendo considerado um movimento social por nossos entrevistados, se desenvolve formando uma identidade performática, teatral, transformando o homossexual no que seria “uma mulher perfeita, linda e alegre”. Contudo, esta identidade permanece viva apenas durante o evento. Após seu encerramento, as candidatas voltam a ser os mesmos “cidadãos normais” e trabalhadores. Vale ressaltar que este “homem normal” também é um ideal criado pela regra heterossexista, que além de marginalizar os homossexuais, engendra uma forte concepção de superioridade masculina e fragilidade feminina. Ainda assim, o concurso abriu as portas para a criação da ONG que atualmente atua na cidade em prol da pessoa homossexual. Entendemos que esta busca por uma identidade em Juiz de Fora não é um movimento isolado do contexto nacional. Vimos em nossa tese que, desde a década de 1980, questões como identidade, respeito, direitos humanos, tomam corpo e voz no interior dos NMS. Em Juiz de Fora, este mesmo desejo, este mesmo apelo, pode ser notado desde o início do concurso no final da década de 1970. Houve mudanças e novas bandeiras, mas a identidade continuou sendo um ponto forte e permanente na agenda homossexual do município¹⁶⁶.

Defendemos que o concurso não foi só uma festa de transformistas perfeitas, foi a primeira construção de uma identidade homossexual em Juiz de Fora. Por se situar numa cidade considerada tradicional por todos os nossos entrevistados, e que resguarda os valores das famílias mineiras, dos bons costumes, o concurso não reivindicou uma ruptura radical com este tradicionalismo. Contudo, todos os entrevistados concordam que o concurso foi muito importante para os homossexuais da cidade, por razões

¹⁶⁶ Não foi possível uma análise mais aprofundada nesta tese, mas é importante apontar que o país, neste momento, fins dos anos de 1970, estava não apenas no processo de sair da ditadura, e fortalecimentos dos “novos” movimentos sociais, mas culturalmente, a sociedade estava sendo atravessada por vários movimentos, como o tropicalismo. O movimento hippie também estava fortalecido internacionalmente. Movimentos pela paz percorriam as sociedades ocidentais. Nesse sentido, é importante reconhecer que a possibilidade para a existência desse concurso também é caudatária de todo esse momento histórico.

diferentes, sim, mas todos viram nele uma oportunidade viva de “mostrar a cara” e fazer acontecer. Assim, se não havia uma intenção declarada de se opor ao heterossexismo, o concurso abriu possibilidades para importantes mudanças no campo da homossexualidade. Foi uma festa política, cultural e socialmente importante, e que demarca a própria construção da identidade da cidade, claro que num espectro de diversas identidades, que dialogam algumas vezes, se contradizem em outras, mas que permanecem vivas e falam sobre si, ainda que por vezes caladas.

Esta imagem feminina, representada nos concursos, faz parte de um imaginário social de longa data sobre os homossexuais, que são descritos como efeminados, delicados como as mulheres. Como esta era a imagem deixada pelas misses gays, não havia transgressão, apenas o desfile de uma projeção sexual aceita socialmente. Claro que este modelo aceito está envolto num espectro homofóbico e sexista. Contudo, tolerado enquanto permanecer silenciado e alegre. É a imagem de um sujeito submisso às normas sociais estabelecidas. Como nos diz Welzer-Lang, (2001), este quadro faz parte de uma sociedade heterossexista, que sobrepõe o modelo heterossexual aos demais, considerando as outras sexualidades anormais. O controle social, referenciado em nossa tese por Berger, pressiona estes sujeitos a responderem positivamente às regras sociais. E como nos diz Bobbio (1982), enquanto estas regras forem obedecidas, haverá uma tolerância aos comportamentos desviantes, que perdura até o momento em que tais regras são contestadas.

Por um tempo, este controle social da identidade homossexual, parece ter ocorrido de forma eficaz, sem se prever que algo maior poderia ocorrer. Não se imaginava que aquele belo desfile resultaria numa ação política na cidade. Hall (2005), no estudo sobre identidade, aborda sobre o sujeito pós-moderno. A identidade deste sujeito é constantemente alterada, transformada historicamente, e não biologicamente. O advento da AIDS, o desenvolvimento tecnológico e a criação de redes sociais que ampliaram espaços de debate e o recrudescimento da homofobia, as conquistas políticas, os dados alarmantes sobre casos de violência, foram alguns dos fatos históricos que fizeram necessárias mudanças, trouxeram novos questionamentos sobre a identidade do sujeito homossexual. É o que vimos ocorrer ao longo do período que estudamos. O Rainbow Fest e a criação do MGM também contribuíram na formação destas identidades.

No campo dos novos movimentos sociais, o LGBT tem em suas pautas o reconhecimento por suas identidades, e o questionamento sobre identidades socialmente aceitas e normatizadas. Para Castells (1999), a identidade, mesmo quando institucionalizada, depende da internalização da mesma pelos sujeitos. A identidade não pode ser imposta, depende da identificação ou não dos atores sociais com os significados da mesma. Parece-nos que a identidade almejada pelos organizadores do concurso é uma identidade feminina, e vale lembrar que o concurso pretendia ser uma cópia do concurso Miss Brasil feminino. Isto inclui ter a admiração que elas têm, a aceitação e respeito que elas alcançaram.

Castells (1999) nos fala da existência de três identidades - legitimadora, de resistência e de projeto. Vimos a definição de cada uma no segundo capítulo do nosso trabalho. Tanto no concurso, como no MGM, há uma identidade de resistência. Os sujeitos envolvidos sofrem da mesma marginalização. Foram homossexuais que iniciaram o concurso, e foram estes que fundaram a ONG em Juiz de Fora. Foi preciso resistir a ataques e preconceitos para permanecerem vivos em seus ideais. Diariamente se defrontou com uma sociedade heterossexista, dominadora. Esta identidade de resistência é que torna possível a existência de uma identidade de projeto, onde estes sujeitos conquistam e assumem identidades prontas para transformar o que parece ser imutável. Através desta identidade de projeto, que sujeitos homossexuais se organizam coletivamente, e se fortalecem como grupo, para imprimir respeito e uma luta organizada. Em Juiz de Fora, as identidades de resistência e de projeto permanecem vivas e essenciais. Elas são indispensáveis em uma cidade conservadora, mas que desde 1977, foi convidada a festejar a liberdade e a aplaudir a diferença, o respeito

É importante considerar que não defendemos que o advento do MGM implica no desaparecimento, na substituição de identidades. Representa um novo tempo histórico, a atenção a demandas mais politizadas. Contudo, nossas entrevistas mostraram que convivem, com este grupo, outros homossexuais, que não participam e não se uniram à proposta do MGM. As diversas identidades comungam juntas, mesmo que se diferenciem em sua finalidade de existência. Os defensores do MGM querem uma cidade mais aberta às manifestações homossexuais no espaço público, e os primeiros organizadores do concurso defendem uma postura mais resguardada e restrita ao espaço privado - que caracterizou o início do movimento. Contudo, ambos convivem nos

mesmos espaços sociais. Se há uma disputa política que a princípio os separa, se a questão sobre “quem foi o responsável por anunciar politicamente a presença homossexual na cidade” ainda possui respostas sem consenso, quando o assunto são as identidades existentes, se são meigas, frágeis, ou fortes e militantes, o fato é que elas se cruzam, se complementam e necessitam dialogar, aprender antropofagicamente a importância do outro, do diferente, não somente na esfera hétero/homossexual, mas também internamente, entre gays, lésbicas, travestis, homossexuais “dentro do armário”, homossexuais militantes, defensores da beleza gay, defensores da organização política gay, dentre tantos e tantos outros. É um enorme e imensurável desafio ainda por ser alcançado, mas numa quimera possível.

Outro dado que nos chamou a atenção em nossa pesquisa, foi a permanência de concepções históricas sobre os homossexuais. Além da não superação da homofobia, que continua sendo um enorme desafio em todo o país, permanece viva a ideia de que a homossexualidade é crime, castigo e doença. Borrillo (2010) nos diz que, por não haver uma proteção jurídica efetiva contra o ódio homofóbico, os homossexuais ficam numa situação vulnerável, tendo o triste privilégio de ver a homossexualidade combatida, durante séculos, enquanto pecado, crime e doença. O atual presidente do MGM deixou esta atualidade visível em sua fala, assumindo que este tripé permanece vivo nos dias atuais. Os constantes assassinatos de homossexuais, a crítica severa de alguns religiosos, condenando ao inferno estes sujeitos, e a prisão de alguns que ainda são considerados baderneiros e desordeiros, deixam notória a presença deste tripé e da criação de estratégias, - muitas vezes violentas - de controle sobre esses indivíduos.

Vale lembrar que tivemos alguns avanços. Há alas progressistas nas igrejas que buscam um diálogo mais aberto sobre o assunto. Citamos, em nosso trabalho, a fala do atual Papa, Jorge Mario Bergoglio que assumiu publicamente que Deus ama os homossexuais. Igrejas como a Cristã Contemporânea, com sede em São Paulo e Rio de Janeiro, já não consideram a homossexualidade um pecado, tomam a união homossexual apenas como mais um dos diversos tipos de famílias existentes. O pastor fundador, Marcos Gladstone, é casado com o também pastor Fábio Inácio, com quem adotou dois filhos. Outro exemplo de abertura no campo da medicina e psicologia refere-se à rejeição da proposta conhecida como “cura gay”. Aprovada em 2013, sob o

comando do deputado federal do PSC/SP Marco Feliciano, o projeto permite aos psicólogos o tratamento com o propósito de curar os homossexuais. Contudo, vimos que a proposta foi rejeitada pelo Conselho Federal de Psicologia e foi alvo de diversas manifestações de protesto em todo o país, considerando a ideia algo retrógrado e renovação de um pensamento conservador. Vimos também que a autora Regina Jurkewicz (2005) sinaliza algumas mudanças ocorridas recentemente no campo da ciência, recusando-se aceitar a homossexualidade como doença.

Toda marginalização e preconceito pelos quais passaram os homossexuais por séculos, sendo objeto de estudo, de recriminação, repúdio e opróbrio, produziram uma força que fizeram os sujeitos LGBT de todo o país se organizarem, principalmente a partir dos anos de 1980 (conforme vimos no primeiro capítulo desta tese). Em Juiz de Fora, a organização, em seus primórdios, teve um caráter peculiar, através de uma festa, de um concurso. O que não se previa, é que este evento, aparentemente desprezioso politicamente, seria tão importante num futuro próximo, e que alcançaria um lugar privilegiado na cidade. Não podemos nos esquecer que o concurso nasceu no período da ditadura militar, quando movimentos sociais, partidos políticos, líderes sindicais, dentre outros, eram perseguidos, presos e até mortos. Vimos que a homossexualidade era vigiada, reprimida, e mesmo assim, Juiz de Fora, a cada ano, no mês de agosto, ousou brilhar, desfilar e encantar uma sociedade tradicional e preconceituosa. Isto é um ato político, um considerável e desafiador ato político.

Vários ainda são os desafios dos homossexuais em Juiz de Fora. A cidadania é um desses desafios. Concordamos com Dagnino (1994), para quem a cidadania deriva e, portanto, está intrinsecamente ligada à experiência concreta dos movimentos sociais, na luta por direitos – tanto direito à igualdade como o direito à diferença. A cidadania, que a autora chama de “nova cidadania”, organiza uma estratégia de construção democrática, de transformação social, que afirma um nexos constitutivo entre as dimensões da cultura e da política. Esta nova cidadania requer a constituição de sujeitos sociais ativos. Nesse sentido, ela é uma estratégia dos não-cidadãos, dos excluídos, uma cidadania “de baixo para cima”. É capaz de incorporar tanto a noção de igualdade como a diferença. A afirmação da diferença está sempre ligada à reivindicação de que ela possa ser vivida, sem que isso signifique, sem que tenha como consequência, o tratamento desigual, a discriminação. Concebido nessa perspectiva, a autora entende

que o direito à diferença, específica, aprofunda e amplia o direito à igualdade. Outra questão, ainda mais crucial, é a urgência de encontrar caminhos produtivos na relação com o Estado e com as instituições políticas, que permitam avançar além da vitimização defensiva. Enfim, as principais bandeiras levantadas pelo LGBT podem nos levar a uma forma de convívio um pouco mais respeitosa, rejeitando a violência vivenciada por tantos homossexuais em nossa sociedade.

Neste sentido, muitas têm sido as ações dos grupos que militam a favor do rompimento desta homofobia. Além de uma presente assessoria jurídica, Rodrigues (2006, p.119) acrescenta a relevância atual do uso dos recursos da rede mundial de computadores “como ferramenta viabilizadora de informações, suporte emocional e construção de redes sociais, destacando-se a de atuação profissional da militância especializada no setor educacional, como alavanca estratégica na transformação das mentalidades.” Consideramos importante ainda deixar aos leitores e pesquisadores uma sugestão de Daniel Welzer-Lang, que incentiva os pesquisadores ao desafio de observar mais de perto “o que acontece na calçada”, ou seja, a ultrapassar nossos estigmas sociais, estar mais perto das pessoas, de seus discursos e de suas práticas, não nos prendendo apenas em nossos laboratórios. Sugere ainda que mudemos nossos paradigmas críticos, pois

Aceitar que se juntem análises anti-sexistas e não heteronormativas, oferece instrumentos para desconstruir nossas representações unívocas, e muito frequentemente uniformes, dos homens e do masculino. A escuta dos homens e das mulheres que hoje vivem, encenam ou sugerem outros tipos de sexualidade e de gênero. (WELZER-LANG, 2001, p.474)

Encerrando nosso trabalho, é importante destacar que, entre mitos e verdades, esta pesquisa mostrou que ainda é mito acreditar que Juiz de Fora seria uma cidade gay. Nenhum de nossos entrevistados reconhece a cidade desta forma. O preconceito, as atuais e persistentes variadas formas de violência e marginalização, além da escassez de políticas públicas para o cidadão homossexual, fazem desmanchar a imagem de uma cidade gay. Imagem que nos parecia sólida antes da realização de nossas entrevistas, e que talvez ainda faça parte do imaginário de muitos juizforanos, e de outros brasileiros que desfrutam do concurso, e que não conhecem Juiz de Fora como hoje a conhecemos, após o término desta tese. Mas no campo das verdades, podemos afirmar que o concurso Miss Brasil Gay foi um evento importantíssimo para os homossexuais de Juiz de Fora, e que marcou a história social, cultural, econômica e hoteleira da cidade.

Touraine diz que não há como estudar uma cidade sem considerar os movimentos sociais que nela existem. Nós, hoje, afirmamos: não há como conhecer a cidade de Juiz de Fora, sem considerar o concurso Miss Brasil Gay.

Bibliografia

ABREU, Marina Maciel e CRADOSO, Franci Gomes. Mobilização social e práticas educativas. In: **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

AGUIAR, Luiz Antônio (Org.) **Para entender o Brasil**. São Paulo: Alegro, 2001.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2005.

ALMEIDA, Patrícia Lage de. **Elos de permanência**: O lazer como preservação da memória coletiva dos libertos e de seus descendentes em Juiz de Fora no início do século XX. Juiz de Fora, EDUFJF, 2008.

AMADO, J. e FERREIRA, M. de M. (Coord.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

AMMANN, S. B. Movimentos sociais: unidade na diversidade. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 36, agosto 1991, São Paulo: Editora Cortez, 1991.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1985.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

BAGGIO, Ulysses da Cunha. Estado, descentralização e autogestão na questão habitacional no Brasil: uma análise têmporo-espacial. In: **Caderno de Filosofia e Ciências Humanas**. Ano 5, nº 9. Belo Horizonte: Faculdades Integradas Newton Paiva, outubro de 1997.

BAPTISTA, T. W. F.; MATTOS, R. A.. Introdução. In MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. **Caminhos para análise das políticas de saúde**, 2011. p.10-19. Online: Disponível em www.ims.uerj.br/ccaps.

BARROCO, M.S.L. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos**, 4º Ed., São Paulo, Cortez, 2006, p.73 a 140.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira. **Fundamentos de metodologia científica**. 2ª Ed. São Paulo: Makcon Books, 2000.

BAUDELAIRE, Charles. O pintor da vida moderna. In: COELHO, Teixeira. **A Modernidade de Baudelaire**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire**: um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BENTO, Berenice Alves de Melo. Da transexualidade oficial às transexualidades. In: PISCITELLI, A; GREGORI, M. F; CARRARA, S. (Orgs.) **Sexualidade e saberes**: convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BERGER, Peter. **Perspectivas sociológicas**: uma visão humanística. Petrópolis: Vozes, 1986.

BEHRING, Elaine Rossetti. Política social no contexto da crise capitalista. In: **Serviço Social**: Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

BOBIO, Noberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

BOFF, Leonardo. **Igreja, carisma e poder**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BOSI, E. Memórias paulistanas. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, p. 198-210, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989.

BOZON, Michel. Demografia e sexualidade. In: LOYOLA, Maria Andréa (Org.). **A sexualidade nas ciências humanas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

BRAGA, Denise da Silva. **Corpos estranhos se tornam matéria**: identidades LGBT no currículo da escola. Curitiba, PR: CRV, 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 8ª edição. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 9. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2011].

_____. Conselho Nacional de Combate à Discriminação/ Ministério da Saúde. **Brasil sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. **Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua relação com a Reforma Sanitária**: elementos para o debate. 1991. Dissertação.

- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2008
- BURKE, Peter. **Variedades de história cultural.** Tradução de Alda Porto. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- CARRARA, Sérgio. O centro latino americano em sexualidade e direitos humanos e o “lugar” da homossexualidade. In: GROSSI, Miriam Pillar [et al.]. **Movimentos sociais, educação e sexualidades.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil.** O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CASTEL, Robert. WANDERLEY, Luiz E.; WANDERLEY, Mariângela B. **Desigualdade ea questão social.** São Paulo: EDUC, 2000.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** SP: Paz e Terra, 1999.
- _____. **Cidade, democracia e Socialismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CELLARD, André. A análise documental. In: **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** POUPART, Jean (et. ali.) Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- CHARTIER, Roger. O Passado composto. Relates entre filosofia e historia. In: _____ **A história cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: DIFEL, 1990.
- CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual.** Essa nossa (des) conhecida. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- COGGIOLA, Osvaldo. **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1996.
- CORRÊA, Mariza. Fantasias corporais. In: PISCITELLI, A; GREGORI, M. F; CARRARA, S. (Orgs.) **Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- CONSELHO FEDERAL de SERVIÇO SOCIAL.** Resolução No-489, DE 3 JUNHO DE 2006.
- COSTA, Jurandir Freire. **A Inocência e o Vício: Estudos Sobre o Homoerotismo.** RJ: Relume Dumara, 2002.
- COSTA, Mari Ângela Herédia da. **PRB-3 Meu ouvinte, meu amigo/a história do padre Wilson Valle da Costa.** Juiz de fora: Funalfa edições, 2003.

CUNHA, Eleonora Schettini Martins. Direitos, movimentos sociais e democracia. **Conexões Gerais** – Encontro CFESS/CRESS, 2001.

DAGNINO Eveline (Org.). **Anos 90**. Política e sociedade no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1994.

DUARTE, Marco José de O. Diversidade sexual e Política Nacional de Saúde Mental: contribuições pertinentes dos sujeitos insistentes. In: **Em Pauta**: Teoria social e realidade contemporânea. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. RJ, v. 9, n.28, dezembro de 2011.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. A teoria dos movimentos sociais em debate. In: **LIBERTAS**, Revista do Serviço Social. Faculdade de Serviço Social, UFJF, v. 1, n. 1. janeiro/junho 2001. Juiz de Fora, UFJF, 2001.

EVERS, Tilman. A face oculta dos novos movimentos sociais. In: **Revista Novos Estudos**, CEBRAP, vol. 2, nº 4, abril de 1984.

FACCHINI, Regina. Sopa de Letrinhas? **O movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos de 1990**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003 e 2005.

FERRARI, Anderson. Esses alunos desumanos: a construção das identidades homossexuais na escola. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre: Vol. 1, nº. 28, p. 87-111, jan./jul. 2003.

FERREIRA, Valdemar Alves. Igualdade de gênero e homofobia: uma política por construir. In: **Brasil**. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as mulheres. 3º Prêmio Construindo Igualdade de Gênero – Redações e artigos vencedores – 2008, Brasília.

FISCHER, André. **Como o mundo virou gay?** Crônicas sobre a nova ordem sexual. São Paulo: Ediouro, 2008.

FISHER, Saul H. Uma nota sobre a homossexualidade masculina e o papel da mulher na Grécia antiga. In: **A inversão sexual**. As múltiplas raízes da homossexualidade. Coleção Psicologia Psicanalítica. Rio de Janeiro: Imago editora, 1973.

FLEURY, Sônia e LOBATO, L. (Orgs.). **Participação**. Democracia e saúde. Rio de Janeiro: CEBES, 2009. Capítulos 6, 9 e 11.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOREQUE, Flávia e FALCÃO, Márcio. Proposta sobre 'cura gay' é aprovada em comissão presidida por Feliciano. **Jornal Folha de São Paulo**. São Paulo/SP, acesso em 21 de jun. de 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 13ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998

FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?** In Lua Nova, n.70, 2007.

FRASER, Nancy. Repensando o reconhecimento. **Revista Enfoques**: revista semestral eletrônica dos alunos do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p.114-128, agosto 2010. Em: <http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br>.

FRISBY, David. **Paisajes Urbanos de la modernidad**: exploraciones criticas. Bernal: Univ. Nacional de Quilmes: Buenos Aires: PromoteoLibros, 2007.

FURLANI, Jimena. Políticas identitárias na educação sexual. In: GROSSI, Miriam Pillar [et alli]. **Movimentos sociais, educação e sexualidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

GADEA, Carlos A.; SCHERER-WARREN, Ilse. A contribuição de Alain Touraine para o debate sobre sujeito e democracia latino-americanos. In: **Revista de Sociologia e Política**, n.25 Curitiba, nov. 2005.

GAY, Peter. **Modernismo**: o fascínio da heresia - de Baudelaire a Beckett e mais um pouco. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GIBBS, Graham. Análise de dados qualitativos. In FLICK, Uwe (Coord.). **Coleção Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GÓIS, João Bosco Hora. Desencontros: As relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no brasil. In: **Revista Gênero**. Niterói, v. 4, n. 1, 2 semestre 2003.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONH, Maria da Gloria. **Movimentos Sociais e luta pela moradia**. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1991.

_____. O novo associativismo e o Terceiro Setor. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 58, ano XIX, novembro de 1998, São Paulo: Editora Cortez, 1998.

_____. Classes sociais e Movimentos sociais. In: **Capacitação em Serviço Social e política social**: Módulo 2: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999.

_____. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 2ª edição; Loyola, São Paulo - SP, 2000.

_____. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 2001.

_____. **Movimentos sociais no início do século XXI**: Antigos e novos atores sociais. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

_____. **Teorias dos movimentos sociais**; paradigmas clássicos e contemporâneos. 4ª edição; Loyola, São Paulo - SP, 2004, p. 121 a 343.

_____. **Teorias dos movimentos sociais**; paradigmas clássicos e contemporâneos. 5ª edição; Loyola, São Paulo - SP, 2006.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2012.

GONH, Maria da Glória; BRINGEL, Bruno M. **Movimentos Sociais na era global**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GOODWIN JUNIOR, J. W. Império do Brasil: nesta nação nem todo mundo é cidadão. In: **Caderno de Filosofia e Ciências Humanas**. Ano V, nº 9. Belo Horizonte: Faculdades Integradas Newton Paiva, outubro de 1997.

GRAMSCI, Antônio. **Introdução ao estudo da filosofia**. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **O trabalho como princípio educativo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GREGORI, Maria Filomena. Prazer e perigo: notas sobre feminino, sex-shops e S/M. In: PISCITELLI, A; GREGORI, M. F; CARRARA, S. (Orgs.) **Sexualidade e saberes**: convenções e fronteiras. Rio de Janeiro : Garamond, 2004.

GROSSI, Miriam Pillar. **Movimentos Sociais, Educação e sexualidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

GUIA de direitos humanos GLBT. **Governo de Minas Gerais**. Ministério Público – MG. Belo Horizonte, 2008.

HALBWASCHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. 10ª edição. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

HARVEY, David. **Paris, capital de la modernidad**. Madrid: Ediciones Akal, 2008.

HONNETH, Axel. Reconhecimento ou redistribuição? A mudança da perspectiva na ordem moral da sociedade.. In: SOUZA, J. e MATTOS, P. (Orgs.). **Teoria crítica no século XXI**. São Paulo: Ana Blume, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 12ª edição. São Paulo: Cortez: CELATS, 1998.

_____. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2ª ed.- São Paulo, Cortez, 2008.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**

JURKEWICZ, Regina Soares. Cristianismo e homossexualidade. In: GROSSI, Miriam Pillar [et alli]. **Movimentos sociais, educação e sexualidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

KOOLHAAS, Rem. **Nova York Delirante**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

LACERDA, Gislene Edwiges de. **Memórias de esquerda: o movimento estudantil em Juiz de Fora de 1974 a 1985**. Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LAURELLI, Elsa. **Nuevas territorialidades: desafios para América Latina frente al siglo XXI**. La Plata: Ediciones Al Margen, 2004.

LEI MUNICIPAL nº 9791 de 12 de maio de 2000.

LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (Orgs.). **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2005.

LIMA, Rita de Lourdes de. Diversidade, identidade de gênero e religião: algumas reflexões. In: **Em Pauta: Teoria social e realidade contemporânea**. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. RJ, v. 9, n.28, dezembro de 2011.

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LOUREIRO, Inês. Psicanálise e sexualidade: crítica e normatização. In: PISCITELLI, A; GREGORI, M. F; CARRARA, S. (Orgs.) **Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer - uma política pós-identitária para a educação. In: **Revista Estudos Feministas**, ano 9 n2, 2º semestre 2001.

LOYOLA, Maria Andréa (Org.). **A sexualidade nas ciências humanas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

MARMOR, Judd (Org.). **A inversão sexual**. As múltiplas raízes da homossexualidade. Coleção Psicologia Psicanalítica. Rio de Janeiro: Imago editora, 1973.

MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária: o impossível diálogo**. SP: EdUSP, 2000.

MATTOS, R. A. Ciência, Metodologia e Trabalho Científico (ou Tentando escapar dos horrores metodológicos). In MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. (Orgs.) **Caminhos para análise das políticas de saúde**, 2011. p. 20-51. Online: disponível em www.ims.uerj.br/ccaps.

MESQUITA, Marylucia e MATOS, Maurílio C. de. O amor fala todas as línguas: assistente social na luta contra o preconceito: reflexões sobre a campanha do conjunto CFESS/CRESS. In: **Em Pauta: Teoria social e realidade contemporânea**. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. RJ, v. 9, n.28, dezembro de 2011.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec/ ABRASCO, 1993.

MINISTÉRIO da Previdência e Assistência Social (MPAS); Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). Projeto: a política social em tempo de crise: articulação institucional e descentralização. Volume 1. Reflexões sobre a natureza do bem-estar. Brasília, 1989.

MIRANDA, S. M. **Infância, trabalho e direitos no Vale do Mucuri– MG**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo –USP, 2006.

MISS BRASIL GAY. Disponível em: [http://www. Missbrasilgay.com/](http://www.Missbrasilgay.com/). Acesso em 02 de ago. de 2013.

MONTAÑO C. E. O Serviço Social frente ao neoliberalismo. Mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional. In: **Serviço Social e Sociedade**. n. 53. São Paulo, Editora Cortez, 1997.

_____. Das “lógicas do Estado” às “lógicas da sociedade civil”: Estado e “terceiro setor” em questão. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 59, ano XX, março de 1999, São Paulo: Editora Cortez, 1999.

_____. **Terceiro Setor e Questão Social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lucia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.

MOREIRA, C.A; CORDEIRO, C.X; FERNANDES, S. O. **Movimentos Comunitários Urbanos**: Caracterização e Contextualização. Teófilo Otoni: 2009.

MORSE, Richard. Ciudades “periféricas” como arenas culturales (Rusia, Austria, América Latina) . In: **Bifurcaciones**, nº 3, inv 2005.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 1ª ed. – São Paulo, Cortez, 1995.

NATIVIDADE, Marcelo. Homossexualidade masculina e experiência religiosa pentecostal. In: HEILBORN, M. L.; DUARTE, L. F. D.; PEIXOTO; BARROS, M. L. (Orgs.) **Sexualidade, família e ethos religioso**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós -64. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. José Paulo. Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, ano XVII, nº 50, abril de 1966, p. 87-132.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As possibilidades da política**: ideias para a reforma democrática do Estado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

PARKER, Richard [Etall] **A AIDS no Brasil**. Rio de Janeiro: ABIA/IMS-UERJ/RelumeDumará, 1994.

PAULA, João Antônio de. **Raízes da Modernidade em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000.

PERUZZO, M. K. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

PHILIPPI, JeanineNicolazzi. Considerações sobre a Sexualidade Humana. In: GROSSI, Miriam Pillar... [et al.] **Movimentos sociais, educação e sexualidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais” Beatriz Preciado. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 19, n1: 11-20, janeiro-abril/2011.

RAMOS, Sílvia. Violência e homossexualidade no Brasil: as políticas públicas e o movimento homossexual. In: GROSSI, Miriam Pillar [et alli]. **Movimentos sociais, educação e sexualidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

RAMOS, Sílvia; CARRARA Sérgio. **A Constituição da Problemática da Violência contra Homossexuais**: A Articulação entre Ativismo e a Academia na Elaboração de Políticas Públicas. 2006.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Leituras de Movimentos: Conjuntura, Ação e Poder. In: **Temporalis**. Ano II, julho a dezembro de 2001.

RODRIGUES, Rita de C. C. **Poder, gênero, resistência, proteção social e memória**: aspectos da socialização de “gays” e “lésbicas” em torno de um reservado em São João do Meriti, no início da década de 1980. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social/Universidade Federal Fluminense, 2006.

RODRIGUES, Jorge L. Pinto. A imprensa gay do Rio de Janeiro: linguagem verbal e linguagem visual. In: GROSSI, Miriam Pillar [et alli]. **Movimentos sociais, educação e sexualidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

ROHDEN, Fabíola. A obsessão da medicina com a questão da diferença entre os sexos. In: PISCITELLI, A; GREGORI, M. F; CARRARA, S. (Orgs.) **Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

ROMM, May E. Sexualidade e homossexualidade na mulher. In: **A inversão sexual**. As múltiplas raízes da homossexualidade. Coleção Psicologia Psicanalítica. Rio de Janeiro: Imago editora, 1973.

RYAN, Mary. A parada norte-americana: representações da ordem social do século XIX. In: HUNT, Lynn. **A Nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

RUSSO, Jane Araújo. Do desvio ao transtorno: a medicalização da sexualidade na nosografia e psiquiatria contemporânea. In: PISCITELLI, A; GREGORI, M. F; CARRARA, S. (Orgs.) **Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTANA, Marco Aurélio. Trinta anos das greves do ABC. In: **Revista Democracia Viva**, IBASE, nº 40, setembro de 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza. Os novos movimentos sociais. In LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (Orgs.). **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2005 a.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2005b.

SANTOS, Maria de Fátima L. A invenção do dispositivo da transexualidade: produção de “verdades” e experiências trans. In: **Em Pauta: Teoria social e realidade contemporânea**. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. RJ, v. 9, n.28, dezembro de 2011.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1989.

_____. **Redes de movimentos sociais**. 2º Edição, São Paulo – SP: Loyola, 1996.

_____. A contribuição de Alain Touraine para o debate sobre sujeito e democracia latino-americanos. In: **Revista de Sociologia e Política**, n.25, Curitiba, Nov.2005.

_____. **Redes de movimentos sociais**. 4º Edição, São Paulo – SP: Loyola, setembro de 2009.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Revista de Educação e Realidade** (Gênero e Mulheres), 2 (16): 5-22, Porto Alegre, 1990.

SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. **Revista Estudos Feministas**, v.13, n.01, Florianópolis, jan/abril 2005. WWW.scielo.br.

SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. In: **Cadernos Pagu**. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, v. 28, jan/jun 2007.

SENNET, Richard. **Las Ciudades norte americanas**: planta ortogonal e etica protestante. In: Bifurcaciones, nº 1, 2004. online.

SERAPIONI, Mauro. Qualitative and quantitative methods in social research on health: some strategies for integration. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, Escola de Saúde Pública Ceará, 5(1):187-192, 2000.

CEFESS SERVIÇO Social: Direitos Sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABPESS, 2009.

SILVA, Marlise Vinagre da. Diversidade humana, relações sociais de gênero e luta de classes: emancipação par além da cultura. In: **Em Pauta**: Teoria social e realidade contemporânea. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. RJ, v. 9, n.28, dezembro de 2011.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. Na trilha do arco-íris. Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SIMÕES NETO, José Pedro. A produção acadêmica sobre diversidade sexual. In: **Em Pauta**: Teoria social e realidade contemporânea. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. RJ, v. 9, n.28, dezembro de 2011.

SIQUEIRA, S. M. M. **O papel dos movimentos sociais na construção de outra sociabilidade**. Disponível em: www.anped.org.br. Acesso em 14 de Junho de 2011.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**. Para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2ª edição, 2012.

STEHLLING, Luiz José. Conclusão. In: **Revista do Instituto histórico e geográfico**, ano IV, nº 4. Juiz de Fora, junho de 1968.

SZASZ, Thomas. Aspectos jurídicos e morais da homossexualidade. In: **A inversão sexual**. As múltiplas raízes da homossexualidade. Coleção Psicologia Psicanalítica. Rio de Janeiro: Imago editora, 1973.

SWAIN, Tania Navarro. Feminismo e recortes do tempo presente: mulheres em revistas "femininas". **São Paulo em Perspectiva** [online]. 2001, vol.15, n.3, pp. 67-81.

TARNOVSKI, Flávio Luiz. "Pai é tudo igual?": significados da paternidade para homens que se autodefinem como homossexuais. In: PISCITELLI, A; GREGORI, M. F; CARRARA, S. (Orgs.) **Sexualidade e saberes**: convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

TAVARES Fátima Regina e CAMURÇA Marcelo (Orgs), **Minas das Devoções**. Diversidade religiosa em Juiz de Fora. Juiz de Fora, UFJF, 2003.

TAYLOR, Gordon Rattray. Aspectos históricos e mitológicos da homossexualidade. In: **A inversão sexual**. As múltiplas raízes da homossexualidade. Coleção Psicologia Psicanalítica. Rio de Janeiro: Imago editora, 1973.

TEMPORALIS, anoII, n.4, julho-dezembro 2001.

TONELI, Maria Juracy Filgueiras; ADRIÃO, Karla Galvão. Sexualidades Masculinas: Perspectivas Teórico – metodológicas. In: GROSSI, Miriam Pillar... [et al.] **Movimentos sociais, educação e sexualidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização social**. Um modo de construir a democracia e a participação. Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, Brasília, 2002.

TOURAINÉ, Alain. Os novos conflitos sociais. Para evitar mal-entendidos. **Lua Nova**, São Paulo, nº 17, p. 05 -18, junho 1989.

_____. Os movimentos sociais: o conflito central. In: TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos?** iguais e diferentes. Tradução de Jaime A. Clasen e Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 112-118.

_____. O direito ao casamento gay. **Jornal Folha de São Paulo**. Caderno Mais! São Paulo, 21 de março de 2004.

_____. Na fronteira dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 17-28, jan./abr. 2006.

_____. **Um novo paradigma**: para compreender o mundo de hoje. 3ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____. **Crítica da modernidade**. 8ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____. A sociologia pública e o fim da sociedade. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 22, n. 56, p. 245-254, Maio/Ago. 2009.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**. São Paulo: Max Limonad, 1986.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados**: Moral, sexualidade e inquisição no Brasil colonial. RJ: Campus, 1989.

VALE, M. de Almeida. **Senhores de si**: uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa, Fim de Século, 1995.

VASCONSELOS, S. **Vila Esperança**. Teófilo Otoni: Gráfica Modelo, 2002.

VERGARA, S. C. **Métodos de coleta de dados no campo**. São Paulo: Atlas, 2009.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Prefeitura e movimentos sociais: uma experiência de gestão participativa em Juiz de Fora – Minas Gerais. In: **Revista História e Perspectivas**, nº 12/13, Universidade Federal de Uberlândia (cursos de história) janeiro/dezembro de 1995.

WELZER-LANG, Daniel. **A construção do masculino**: dominação das mulheres e homofobias. Estudos Feministas, ano 9, 2001. WWW.scielo.br

WILBUR, Cornelia B. Aspectos clínicos da homossexualidade feminina. In: **A inversão sexual**. As múltiplas raízes da homossexualidade. Coleção Psicologia Psicanalítica. Rio de Janeiro: Imago editora, 1973.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1996.

YOUNG, Iris M. Categorias desajustadas: Uma crítica à teoria dual de sistemas de Nancy Fraser. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 2, Brasília, julho-dezembro 2009.

Jornais

CONEXÃO GERAES, Belo Horizonte/MG, 1999 a 2012.

JORNAL ABALO, 2005. (mimeo)

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. A AIDS não morreu. Caderno Mais! São Paulo/SP, 20 de abril de 1997.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. Homossexualidade é pecado para 58%, aponta pesquisa. Caderno Cotidiano. São Paulo/SP, 08 de fevereiro de 2009.

JORNAL MISS BRASIL GAY, Juiz de Fora, MG, 19 de ago. de 1989, p. 06.

JORNAL MISS BRASIL GAY. Onde tudo começou. Juiz de Fora/MG, abril de 2005, p.03.

JORNAL MISS BRASIL GAY. Personalidades tradicionais. Juiz de Fora/MG, abril de 2005, p.05.

O DIÁRIO DA TARDE, Juiz de Fora, MG, ago. 1977, ago. 1978, ago. 1979, ago. 1980, ago. 1981, ago. 1982, ago.1983.

TRIBUNA DE MINAS, Juiz de Fora, MG, ago. 1984, ago. 1985, ago. 1986, ago. 1987, ago. 1988, ago. 1989, ago. 1990, ago. 1991, ago. 1992, ago. 1993, ago. 1994, ago. 1995, ago. 1996, ago. 1997, ago. 1998, ago. 1999, ago. 2000.

Pesquisa Eletrônica

FELICIANO, Marco. https://www.facebook.com/PastorMarcoFeliciano/info/tab=page_info. Informações da página. Acesso em 10 de maio de 2016.

LEÃO, Naiara, SIMAS, Fernanda, FARIELLO, Danilo. In: [www.http://g1.globo.com/PortaIG1](http://g1.globo.com/PortaIG1), acesso em 05 de maio de 2011.

MISS BRASIL GAY. Disponível em: [.http://www. Missbrasilgay.com/](http://www.Missbrasilgay.com/). Acesso em 02 de ago. de 2013.

PORTAL gay de Minas Gerais. Juiz de Fora/MG, acesso em 23 de ago. de 2010.

<http://www.consciencia.net/2005/1020-ag-mgm.html>. Acesso em 14 de mar. De 2008.

<http://www.acesa.com/zonapink/2007/materias/noticias/02-missminas/>. Acesso em 14 de mar. 2008.

<http://www.arqrioi.org/formação/detalhes>. **ArqRio.Arquidiocese de São Sebastião**. Palavras do Papa sobre homossexualidade são baseadas no Catecismo. Acesso em 04 fev.2015.

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2001/10/8900.shtml> . Acesso em 14 de mar. de 2008.

Apêndices

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

1) Identificação geral

Nome
Idade
Sexo
Cidade de Nascimento

2) Participação política, ocupacional e social na cidade de Juiz de Fora

Exerce ou já exerceu cargo político na cidade?
Qual/quais?
Profissão
Quais outras profissões/trabalhos já exerceu?
Participa de grupos sociais, religiosos ou culturais na cidade?
Quais?

3) Participação na organização homossexual da cidade

Participou direta ou indiretamente da organização homossexual em Juiz de Fora?
Em que período?
De que forma foi/é sua participação?

4) Compreensão sobre a relevância da organização homossexual em Juiz de Fora

Como vê a participação homossexual na cidade ao longo dos últimos 37 anos?
Pode-se afirmar que os homossexuais em Juiz de Fora estão de fato organizados?
Quais as conquistas mais importantes desta organização?
Quais as dificuldades enfrentadas ao longo desta organização?

5) Compreensão geral sobre o concurso Miss Gay

Participou/participa dos concursos?
De que forma?
De quantos concursos já participou e de que forma?
Qual sua opinião sobre o concurso?
Quais suas críticas ao concurso?
Qual a relevância que percebe deste concurso para Juiz de Fora?
Qual a aceitação que nota haver pela população geral da cidade?
Por que há rejeição/aceitação do concurso na cidade?
De que forma entende que os heterossexuais percebem o concurso?

Percebe que houve mudanças ao longo dos anos na aceitação/rejeição do concurso na cidade?
Quais e por que elas ocorreram/ocorrem?

6) Participação homossexual, transexual e lésbica nos concursos

Nos concursos, há mais participação de homens que se declaram homens, gays ou travestis?

A participação de lésbicas é presente nos concursos? De que forma?

Nota que houve ou há alguma forma de conflito de gênero ou dificuldade de aceitação/participação direta de gays, travestis ou transexuais nos concursos?

Entende que é importante a participação das lésbicas na organização homossexual ou nos concursos da cidade? De que forma?

Percebe que há uma organização nivelada entre gays e lésbicas na cidade? E se não, qual grupo entende que se organiza de forma mais evidente e empenhada na luta homossexual?

7) Concepção política, social e cultural do concurso

Qual/quais é/são o/s principal/is objetivo/s do concurso Miss Gay em Juiz de Fora?

Houve mudança ou perda em algum/uns deste/s objetivo/s?

O concurso tinha o objetivo de ser um evento cultural, artístico, mas também político? Por que?

Acredita que de alguma forma o concurso contribui de forma política para a cidade? Por que?

Acredita que o concurso contribui de forma social para a cidade?

Como e por que?

Acredita que o concurso contribui culturalmente para a cidade?

Como e por que?

Acredita que tais contribuições foram se alterando, intensificando ou se perdendo ao longo dos anos? Por que?

Quais os elementos do concurso que mais chamam a atenção do público geral em sua opinião?

Para você quais são os aspectos mais relevantes e importantes?

Que peso você daria para a estética, o glamour do concurso para a participação de heterossexuais no mesmo?

Acredita que o concurso se destaca mais como um evento político, social ou cultural?

8) Arelação entre a organização homossexual e a cidade

Acredita que a organização homossexual em Juiz de Fora altera o comportamento heterossexual?

Em que aspectos sociais, culturais e políticos esta organização interfere na dinâmica da cidade?

Em que aspectos a cidade não se altera com a presença homossexual organizada?

Acredita que há separação social entre homossexuais e heterossexuais na cidade?

Você diria que Juiz de Fora é uma cidade gay?

Por que?

9) A organização homossexual e a homofobia em Juiz de Fora

Percebe que houve/há atitudes homofóbicas na cidade?

Quais e como ocorrem?

Por que acredita que tais atitudes ocorrem (caso ocorram)?

Percebe que há entre os próprios homossexuais da cidade alguma forma de preconceito?

Percebe que estas manifestações homofóbicas se intensificaram ou se tornaram mais escassas ao longo dos anos?

Há formas diferentes de manifestação desta homofobia? Ela se situa mais no campo moral ou físico (atos violentos)?

Há maior ou menor preconceito em relação a homossexuais, lésbicas, travestis ou transexuais?

Nota que a homofobia, caso ocorra, se dá de forma mais intensa por pessoas isoladas ou grupos organizados religiosos, políticos, etc?

10) O evento e a chegada da AIDS na cidade

Os organizadores e participantes do concurso se preocuparam com a chegada da AIDS na cidade?

Tomaram algum tipo de atitude? Qual/ais?

Houve candidatos que foram contaminados? Se houve, ocorreu alguma repercussão? Qual?

O advento da AIDS tornou o concurso mais ou menos esvaziado?

11) Relação da organização homossexual em Juiz de Fora e no Brasil

Acredita que a organização homossexual na cidade está atrelada de alguma forma à organização nacional?

De que/quais forma/s?

Se houve e há quais são as principais influências recebidas pelos homossexuais juiz-foranos de outros grupos, ONGs ou sujeitos homossexuais?

Acredita que há diferenças, características específicas e únicas na organização homossexual em Juiz de Fora comparada a outras organizações?

12) A formação do MGM

Como o MGM surge na cidade?

O concurso teve influência na criação do MGM?

Os primeiros organizadores do MGM tinham vínculo direto com a organização do concurso Miss Gay?

Há pontos divergentes entre a ONG e os organizadores do concurso Miss Gay?

Se há, quais?

O MGM assumiu a liderança da organização do concurso?
Qual a relação atual entre o concurso e o MGM?

13) Gostaria de tecer comentários que considera importantes no seu olhar sobre a organização homossexual em Juiz de Fora?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal Fluminense
Comitê de Ética em Pesquisa

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidada (o) a participar de uma pesquisa intitulada: “**A história da organização homossexual em Juiz de Fora: estudo sobre a trajetória da participação social e política homossexual em Juiz de Fora desde 1977 até a formação do MGM em 2000**”, em virtude de sua importante participação na organização, realização e presença nos concursos, e/ou conhecimento acerca deste evento. A pesquisa é coordenada pela estudante de doutorado em Política Social do curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense Andréa Kelmer de Barros, e orientada pela **Profª Drª Rita de Cássia Freitas**, docente do Programa de Pós Graduação em Política Social da UFF.

A sua participação não é obrigatória, sendo que, a qualquer momento da pesquisa, você poderá desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo para sua relação com o pesquisador, com a UFF ou com o Programa de Pós Graduação em Política Social da UFF.

Este estudo se justifica no entendimento de que estudar a história da organização homossexual nos possibilitará compreender se houve e quais foram as principais mudanças ocorridas ao longo dos 37 anos do concurso Miss Gay, na cidade de Juiz de Fora, no que tange à ruptura ou “novos olhares” em relação aos preconceitos no que tange à homossexualidade. O estudo também identificará se houve e quais as principais mudanças sociais e culturais que os sujeitos homossexuais acreditam ter ocorrido ao longo dos mais de trinta e cinco anos de história desde o primeiro Miss Gay até a formação do MGM.

Os objetivos desta pesquisa são: Estudar a história da organização política e social do sujeito homossexual em Juiz de Fora a partir de 1977 até a formação do MGM no ano de 2000. Pretende-se compreender se houve e quais foram as principais mudanças ocorridas nesse período histórico, no que tange à ruptura ou estigmas em relação aos preconceitos e estigmas socioculturais na ordem da homoafetividade.

O método escolhido para esta pesquisa será a história oral. Esta escolha como método de investigação científica tem por base a idéia sustentada por Verena Alberti (2005) para quem a história oral é um método de pesquisa “que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participam de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo.” (p.18). Assim, para maior fidelidade aos relatos, e possibilidade de retorno às falas, nos casos em que houver consentimento dos entrevistados, as entrevistas serão gravadas. As entrevistas poderão ser estruturadas ou não estruturadas, de acordo com o grupo e/ou sujeitos a serem entrevistados. Consideramos que a entrevista facilita um acúmulo mais rico de informações que o uso de questionários fechados ou métodos que não envolvem o contato direto pesquisador/pesquisado.

Caso você aceite o convite, será submetido(a) ao(s) seguinte(s) procedimentos: será entrevistado pela pesquisadora e responderá a um roteiro de perguntas anexado a este documento, optando pela gravação ou não das respostas dadas à pesquisadora. Você tem total liberdade de não responder a qualquer pergunta que compreenda que possa lhe causar constrangimento de qualquer ordem. O tempo previsto para a sua participação é de aproximadamente 2 (duas) horas de entrevista, em média.

Os riscos relacionados com sua participação são: o da não confidencialidade sobre alguma fala durante a entrevista e o constrangimento em relação a alguma pergunta durante a

entrevista. Tais riscos serão minimizados pelos seguintes procedimentos: a pesquisadora se compromete, sob pena de sofrer as devidas consequências legais caso não se comprometa com o sigilo frente as respostas obtidas. É importante ressaltar que esta pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética da instituição proponente, frente a quem a pesquisadora também se compromete a manter absoluto sigilo do conteúdo da entrevista. Quanto ao constrangimento em alguma pergunta, conforme dissemos anteriormente, o entrevistado tem total liberdade de não responder a qualquer pergunta que considere constrangedora. Os benefícios relacionados com a sua participação poderão ser uma contribuição nos seguintes termos: suas informações contribuirão para um conhecimento por parte da população juizforana deste importante evento na cidade; ajudará nos dados para o registro público da história deste concurso e sua relevância social e cultural; acrescentará informações para a publicação de um estudo que ajude demais estudiosos e militantes do movimento homossexual em suas pesquisas futuras.

Os resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em seminários, congressos e similares, entretanto, os dados/informações obtidos por meio da sua participação serão confidenciais e sigilosos, não possibilitando sua identificação. Caso haja necessidade de se identificar o nome de algum participante entrevistado em nossa pesquisa, isto só será feito com a autorização por escrito do entrevistado, concordando o mesmo com os termos desta publicação de seu nome, estando o mesmo ciente das razões que justificam a apresentação pública de seu nome. Somente com a autorização por escrito seu nome aparecerá no corpo deste trabalho. A sua participação bem como a de todas as partes envolvidas será voluntária, não havendo remuneração para tal. Qualquer gasto financeiro da sua parte será ressarcido pelo responsável pela pesquisa. Não está prevista indenização por sua participação, mas em qualquer momento se você sofrer algum dano, comprovadamente decorrente desta pesquisa, terá direito à indenização.

Você receberá uma cópia deste termo onde constam o telefone e o endereço da pesquisadora, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação agora ou em qualquer momento.

Orientadora do Projeto
Profª Drª Rita de Cássia Freitas

Pesquisadora Andréa Kelmer de Barros

Eu, _____,

RG nº _____ declaro ter sido informado e concordo em participar,

como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Nome do sujeito da pesquisa: _____

Testemunha: _____

CPF/RG: _____

Pesquisador _____

Anexos

ANEXO A – TERMO DO COMITÉ DE ÉTICA

DETALHAR PROJETO DE PESQUISA

Dados do Projeto de Pesquisa

Título da Pesquisa: A organização homossexual em Juiz de Fora: estudo sobre a trajetória da participação social homossexual em Juiz de Fora desde 1977 até a formação do MGM em 2000

Pesquisador: Andréa Kelmer de Barros

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 36681614.6.0000.5243

Submetido em: 20/10/2014

Instituição Proponente: Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social

Situação: Aprovado

Localização atual do Projeto: Pesquisador Responsável

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

ANEXO B – “LEI ROSA”

Lei 9791/00 | Lei nº 9791 de 12 de maio de 2000

DISPÕE SOBRE A AÇÃO DO MUNICÍPIO NO COMBATE ÀS PRÁTICAS DISCRIMINATÓRIAS, EM SEU TERRITÓRIO, POR ORIENTAÇÃO SEXUAL.

A Câmara Municipal de Juiz de Fora aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Será punida, no Município de Juiz de Fora, nos termos do art. 1º, incisos II e III, art. 3º, inciso IV e art. 5º, incisos X e XLI, da Constituição Federal e do art. 114 da Lei Orgânica Municipal, toda e qualquer manifestação atentatória ou discriminatória praticada contra qualquer cidadão homossexual (masculino ou feminino), bissexual ou transgênero.

Art. 2º - Consideram-se atos atentatórios e discriminatórios aos direitos individuais e coletivos dos cidadãos homossexuais, bissexuais e transgêneros, dentre outros:

I - submeter o cidadão homossexual, bissexual ou transgênero a qualquer tipo de ação violenta, constrangedora, intimidatória ou vexatória, de ordem moral, ética, filosófica ou psicológica;

II - submeter o cidadão homossexual, bissexual ou transgênero a qualquer tipo de ação violenta com o emprego de agressão física;

III - proibir o cidadão homossexual, bissexual ou transgênero de ingressar ou permanecer em qualquer ambiente ou estabelecimento público ou privado;

IV - praticar atendimento selecionado que não esteja devidamente determinado em Lei;

V - preterir, sobre-taxar ou impedir a hospedagem em hotéis, motéis, pensões ou similares;

VI - preterir, sobre-taxar ou impedir a locação, aquisição, arrendamento ou empréstimo de bens móveis ou imóveis de qualquer finalidade;

VII - praticar o empregador, ou o seu preposto, atos de demissão direta ou indireta em função da orientação sexual do empregado;

VIII - Inibir ou proibir a admissão e o acesso profissional em qualquer estabelecimento público ou privado em função da orientação sexual do profissional.

IX - proibir a livre expressão e manifestação de afetividade do cidadão homossexual, bissexual ou transgênero, sendo estas expressões e manifestações permitidas aos demais cidadãos.

Art. 3º - São passíveis de punição o cidadão, inclusive os detentores de função pública, civil ou militar, e toda e qualquer organização social ou empresa, sejam elas detentoras de personalidade física ou jurídica, com ou sem fins lucrativos, de caráter privado ou público, instaladas no município, que intentaram contra o que dispõe essa Lei.

Art. 4º - A prática dos atos discriminatórios a que se refere esta Lei será apurada em processo administrativo, que terá início mediante:

I - reclamação do ofendido;

II - ato ou ofício de autoridade competente.

Art. 5º - O cidadão homossexual, bissexual ou transgênero que for vítima dos atos discriminatórios mencionados no art. 1º desta Lei poderá apresentar sua denúncia pessoalmente ou por carta, telegrama, telex, via internet ou fax ao órgão municipal competente e/ ou Organizações Não-Governamentais que lutam pela cidadania e Direitos Humanos.

§ 1º - A denúncia deverá ser fundamentada através da descrição do fato ou ato discriminatório, seguido da identificação de quem fez a denúncia, garantindo-se, na forma da Lei, o direito de sigilo.

§ 2º - Recebida a denúncia, competirá à Secretaria Municipal de Atividades Urbanas a lavratura do auto de infração.

Art. 6º - O auto de infração a que se refere o artigo anterior deverá ser impresso, numerado em série, preenchido de forma clara e precisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, e conterá as seguintes informações:

I - local, data e hora da lavratura;

II - nome, endereço e qualificação do autuado;

III - a descrição do fato ou ato constitutivo da infração;

IV - o dispositivo legal infringido;

V - a notificação para apresentação de defesa no prazo de 10 (dez) dias;

VI - a identificação do agente autuante, contendo sua assinatura, cargo ou função e o número da matrícula;

VII - a assinatura do autuado.

§ 1º - A assinatura do autuado no auto de infração constitui notificação, para efeito do disposto no inciso V deste artigo, devendo, na contagem do prazo, ser excluído o dia primeiro dia útil se cair em feriado, se cair em feriado, sábado ou domingos.

§ 2º - Se o autuado recusar-se a assinar o auto de infração, o agente autuante consignará o fato no próprio documento, remetendo-o, via postal ao autuado, com aviso de recebimento ou do outro procedimento equivalente, que valerá como notificação.

§ 3º - Quando o infrator não puder ser notificado pessoalmente ou por via postal será feita a notificação por edital divulgado na imprensa oficial do município.

Art. 7º - O autuado poderá apresentar defesa, no prazo de 10 (dez) dias, contados da notificação, indicando as razões de fato e de direito que fundamentaram sua impugnação e as provas que pretende produzir.

Art. 8º - Decorrido o prazo mencionado no artigo anterior, com ou sem impugnação, os autos serão remetidos à Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos, que determinará as diligências cabíveis e as provas a serem produzidas, podendo requisitar, do autuado e de quaisquer entidades públicas ou particulares, as informações e os documentos imprescindíveis à elucidação e decisão do caso.

Art. 9º - Caberá à Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos, após apreciar a defesa apresentada pelo autuado, o julgamento do processo administrativo.

Parágrafo Único - A decisão administrativa deverá conter o relatório dos fatos, os fundamentos de fato e de direito e o dispositivo infringido.

Art. 10 - Julgado o processo, o autuado será intimado da decisão no prazo de 05 (cinco) dias.

§ 1º - Da decisão condenatória, caberá recurso, em última instância, com efeito suspensivo, ao Prefeito Municipal, no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação da decisão.

Art. 11 - As penalidades impostas aos que praticarem atos de discriminação, por qualquer dos motivos elencados no artigo 2º desta Lei, ou qualquer outro que seja atentatório aos direitos e garantias fundamentais da pessoa humana, serão as seguintes, aplicadas progressivamente da maneira a seguir:

I - advertência;

II - multa de 1.000 (um mil) UFIRs;

III - multa de 3.000 (três mil) UFIRs, em caso de reincidência;

IV - suspensão do alvará de funcionamento por 30 (trinta) dias;

V - cassação do alvará de licença e funcionamento.

§ 1º - As penas mencionadas nos incisos II, III, IV e V, deste artigo, não se aplicam aos órgãos e empresas públicas, cujos responsáveis serão punidos na forma do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

§ 2º - A capacidade econômica do estabelecimento infrator poderá ser levada em consideração, na aplicação das penalidades ora estabelecidas.

§ 3º - Os valores das multas previstas nos incisos II e III deste artigo poderão ser elevados em até 10 (dez) vezes quando for verificado que, em razão do porte do estabelecimento, resultarão inócuos.

§ 4º - Quando for imposta a pena prevista no inciso V supra, deverá ser comunicado, imediatamente, o órgão expedidor do respectivo alvará de funcionamento, a quem compete cassá-lo;

§ 5º - Em caso de ação ser praticada por pessoa física, o Poder Público, através do órgão competente, imediatamente oferecerá denúncia ao Ministério Público.

Art. 12 - Aos servidores públicos municipais, no exercício de suas funções e/ou em repartição pública que, por ação ou omissão, deixarem de cumprir os dispositivos da presente Lei, serão aplicadas as penalidades cabíveis nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 13 - O conhecimento de situação que afronte as garantias previstas nesta lei, ou seja, quando ocorra qualquer tipo de discriminação contra o cidadão, acarretará independentemente de denúncia da vítima, a lavratura imediata de auto de infração, dando-se início ao competente processo administrativo, no qual será assegurada ampla defesa.

Art. 14 - O Município criará o Centro de Referência para a Defesa e Valorização da Auto-Estima e Capacitação Profissional do Cidadão Homossexual, bissexual e transgênero, de forma a permitir a sua inserção com dignidade e respeito no ambiente social e o combate às ações de natureza homofóbicas.

Art. 15 - Cópias desta Lei serão, obrigatoriamente, distribuídas pelo município e afixadas pelos estabelecimentos em locais de fácil leitura pelo público.

Art. 16 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura de Juiz de Fora, 12 de maio de 2000.

TARCÍSIO DELGADO - Prefeito de Juiz de Fora.

ANEXO C – LOGOMARCA DO MGM, CONVITE PARA O CONCURSO E A VENCEDORA DO CONCURSO DE 2011.



ANEXO D - Cronologia de conquistas e lutas do movimento homossexual no Brasil(1978-2007)

1978 Abril: Publicado o no zero do *Lampião*, de circulação restrita.

Maio: O no 1 do *Lampião* chega às bancas do Rio de Janeiro e São Paulo. Acontecem as primeiras reuniões do grupo Somos, ainda com o nome de Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais, em São Paulo. Novembro: Os editores do *Lampião* passam a responder a inquérito na Polícia Federal por atentado à moral e aos bons costumes. **1979** Fevereiro: O Somos se batiza e vem a público, participando dos debates da semana sobre os "movimentos de emancipação", na Universidade de São Paulo — USP, ao lado de representantes dos movimentos negro, feminista e indigenista. Junho: Forma-se dentro do Somos o subgrupo Lésbico-Feminista (LF). Agosto: O Somos passa a promover uma campanha de defesa do *Lampião*. Novembro: O Somos participa de ato público promovido pelo Movimento Negro Unificado em comemoração ao Dia de Zumbi, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo. Dezembro: O processo contra o *Lampião* é arquivado. Dezembro: O *Lampião* promove um encontro de grupos organizados, no Rio de Janeiro, ao qual comparecem representantes de nove grupos.

1980 Março: Realiza-se o 1º Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO) e o 1º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO), em São Paulo. Maio: Integrantes do Somos participam do ato público de 1º de Maio em apoio aos trabalhadores do ABC em greve, em São Bernardo do Campo (SP). Maio: Durante a reunião geral do Somos, as integrantes do LF formalizam sua separação e a criação do Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF); outro grupo de homens anuncia seu desligamento e a formação do Grupo Outra Coisa de Ação Homossexualista. Junho: O Somos e outros grupos paulistas se mobilizam contra a "Operação Limpeza" promovida pelo delegado José Wilson Richetti nas áreas de frequência homossexual no centro de São Paulo. No dia 13 de junho, promovem um ato público nas escadarias do Teatro Municipal contra a violência policial, seguido de passeata pelas ruas do Centro de São Paulo. Junho: O GALF participa do Encontro de Grupos Feministas em Valinhos (SP). Agosto: Ocorrem vários atentados a bancas de jornal nas capitais brasileiras, em campanha de grupos paramilitares de direita contra a imprensa alternativa. Dezembro: Realiza-se no Rio de Janeiro a prévia do que deveria ser o 2º Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais Organizados, com a presença de quinze grupos de diversas regiões do país. Forma-se em Salvador o Grupo Gay da Bahia (GGB).

1981 Abril: Realiza-se o 1º Encontro de Grupos Homossexuais do Nordeste com a presença de cinco grupos, em Olinda (PE). O GGB dá início à campanha contra o Código 302.0 da Organização Mundial da Saúde, que rotulava o homossexualismo como desvio e transtorno sexual. Junho: Sai o último número do *Lampião*. O GALF passa a produzir o boletim *Chanacomchana*.

1982 Abril: Realiza-se em São Paulo o 1º Encontro Paulista de Grupos Homossexuais, com a participação de quatro entidades. Setembro: O Somos promove debate com candidatos às eleições de 1982, estabelece uma sede e produz o boletim *O Corpo*. Dezembro: São diagnosticados os primeiros casos brasileiros de AIDS, em São Paulo.

1983 Janeiro: O GGB torna-se o primeiro grupo a obter registro como sociedade civil sem fins lucrativos. Junho: Morre o estilista Marcus Vinícius Resende Gonçalves, o Markito, vítima da AIDS. Julho: O grupo Outra Coisa, em combinação com a Secretaria da Saúde paulista, distribui panfletos de advertência contra a AIDS nas áreas de

freqüência homossexual em São Paulo. Agosto: Lideranças do GALF são expulsas do Ferro's Bar, tradicional espaço de freqüência lésbica de São Paulo, ao tentarem distribuir o jornal *Chanacomchana*. A data, 19 de agosto, passará mais tarde a ser o Dia do

Orgulho Lésbico. Novembro: Organiza-se o Programa Estadual de DST e AIDS de São Paulo, o primeiro do país. Com dificuldades para manter sua sede, o Somos se dissolve e encerra suas atividades.

1984 Janeiro: Realiza-se em Salvador, por iniciativa do GGB, o 2º Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais Organizados com a participação de cinco grupos.

1985 Fevereiro: O grupo Triângulo Rosa, do Rio de Janeiro, obtém registro como sociedade civil. Morre em São Paulo o teatrólogo Luiz Roberto Galizia, vítima da Aids.

Abril: Forma-se a primeira ONG/Aids do país, o Grupo de Apoio e Prevenção à Aids (GAPA), em São Paulo. Cria-se a Casa de Apoio Brenda Lee, instituição particular com atenção focada em travestis vítimas da Aids, em São Paulo. O Conselho Federal de Medicina do Brasil passa a desconsiderar o artigo 302.0, da Classificação Internacional de Doenças, que definia a homossexualidade como doença.

1986 Junho: O grupo Atobá, do Rio de Janeiro, obtém registro como sociedade civil. Novembro: Por iniciativa do Triângulo Rosa, o 2º Congresso Nacional de Jornalistas, por meio de proposta apresentada pelo jornalista Antônio Carlos Tosta (ex-integrante do grupo Somos), aprova modificação no Código de Ética dos Jornalistas para a incluir a proibição de discriminação por orientação sexual. Forma-se a Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA), no Rio de Janeiro. Organiza-se o Programa Nacional de DST e Aids, no Ministério da Saúde.

1987 Maio: João Antonio Mascarenhas realiza palestra na Assembleia Nacional Constituinte, reivindicando a proibição de discriminação por orientação sexual na Constituição. Dezembro: É assassinado o diretor teatral Luiz Antonio Martinez Corrêa, no Rio de Janeiro. A imprensa de São Paulo repercute uma "onda criminoso", relatando uma série de assassinatos de homossexuais. O GALF passa a publicar o boletim *Um Outro Olhar*. A rede GAPA expande-se para outros estados brasileiros: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

1988 A nova Constituição é promulgada sem incluir a proibição de discriminação por orientação sexual.

1989 Janeiro: Realiza-se o 3º Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais Organizados, com a participação de seis grupos, no Rio de Janeiro. Março: Forma-se o Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB), em Fortaleza. Realiza-se o 1º Encontro Nacional de ONGs/Aids, em Belo Horizonte. Em outubro, realiza-se o 2º, em Porto Alegre. O escritor Herbert Daniel funda o Grupo Pela Vidda, no Rio de Janeiro.

1990 Janeiro: Realiza-se o 4º Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais Organizados, com a participação de seis grupos, em Aracaju (SE). Fevereiro: É fundado o Grupo de Incentivo à Vida (GIV), O N G / A i d s formada exclusivamente por soropositivos, em São Paulo. Abril: A Rede de Informação Um Outro Olhar, sucessora do GALF, passa a funcionar como sociedade civil. Forma-se o Coletivo de Feministas Lésbicas, em São Paulo.

1991 Novembro: Realiza-se o 5º Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais Organizados, com a participação de seis grupos, em Recife. Forma-se o grupo Nuances, em Porto Alegre.

1992 Março: Morre no Rio de Janeiro o escritor Herbert Daniel, fundador do Grupo Pela Vidda. Maio: Realiza-se o 6º Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais Organizados, com a participação de onze grupos, no Rio de Janeiro. Novembro: Morre

o antropólogo e poeta Néstor Perlongher, vítima da Aids. Forma-se o grupo Dignidade, em Curitiba. Passa a circular o jornal *Nós, Por Exemplo*, sediado no Rio de Janeiro.

1993 Março: É assassinado o vereador Renildo José dos Santos, do município de Coqueiro Seco, Alagoas, que passou a sofrer ameaças de morte após confessar-se bissexual em um programa de rádio. Maio: Forma-se o grupo Arco-íris, no Rio de Janeiro. Junho: Realiza-se o I Encontro Regional Sul Brasileiro de Homossexuais, com a participação de quatro grupos, em Florianópolis. Setembro: Realiza-se em Cajamar (SP) O 7º Encontro de Lésbicas e Homossexuais, com a participação de 21 grupos. Outubro: Realiza-se a primeira edição do Festival Mix Brasil da Diversidade Sexual. Realiza-se o Encontro Nacional de Travestis e Liberados, no Rio de Janeiro, que se torna o primeiro de uma série de encontros de travestis (e, posteriormente, transexuais) que trabalham na prevenção da Aids (Entlaids).

1994 Janeiro: Forma-se o grupo Estruturação, em Brasília. Assinado acordo de cooperação com o Banco Mundial, conhecido como Aids 1, com incentivos à participação das ONGS na formulação e implementação das políticas nacionais de prevenção de DST e Aids. O Mix Brasil lança sua página na internet, voltada ao público que chamade GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes).

1995 Janeiro: Realiza-se o 8º Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, com financiamento do Programa Nacional de DST e Aids e a presença de 84 grupos, incluindo, pela primeira vez, grupos de travestis. Durante o Encontro é fundada a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT). Fevereiro: Forma-se o programa Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro (COLERJ). Junho: Realiza-se a 17ª Conferência Mundial da International Lesbian and Gay Association (ILGA), no Rio de Janeiro. Julho: Forma-se o grupo Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor (CORSA), em São Paulo. Outubro: Apresentado na Câmara dos Deputados, em Brasília, o Projeto de Lei na 1.151, de autoria da deputada federal Marta Suplicy (PT-SP), propondo a legalização da união civil entre pessoas do mesmo sexo. Passa a circular a revista *Sui Generis*.

1996 Julho: O juiz federal Roger Raupp Rios, de Porto Alegre, profere sentença favorável à inscrição de companheiro homossexual como dependente em plano de saúde. Agosto: Realiza-se o primeiro Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE), a partir de iniciativa do COLERJ com apoio do Programa Nacional de DST e Aids, no Rio de Janeiro. A data, 29 de agosto, torna-se o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica.

1997 Fevereiro: Realiza-se o 9º Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis, com a presença de 52 grupos, em São Paulo. Junho: Realiza-se primeira Parada do Orgulho LGBT, em São Paulo, reunindo 2 mil pessoas, e a primeira Parada Livre, em Porto Alegre, reunindo 150 pessoas. Setembro: Resolução do Conselho Federal de Medicina autoriza, a título experimental, a realização de cirurgia de transgenitalização.

1998 Assinado o segundo acordo com o Banco Mundial, conhecido como Aids II. Realiza-se o I Rainbow Fest, em Juiz de Fora (MG), antecedendo a 22ª edição do famoso concurso Miss Brasil Gay. Morre João Antonio Mascarenhas, no Rio de Janeiro.

1999 Janeiro: Passa a funcionar no Rio de Janeiro o Disque Defesa Homossexual. Março: Resolução do Conselho Federal de Psicologia determina que os psicólogos não colaborem "com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades", nem se pronunciem publicamente "de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica". Julho: A 3ª Parada do Orgulho GLBT de São Paulo, agora sob responsabilidade de Associação da Parada do Orgulho GLBT (APOGLBT), realiza-se pela primeira vez com a presença de trios elétricos de casas noturnas GLS e reúne cerca de 35 mil pessoas. Setembro: Realiza-se no auditório da Câmara Federal, em

Brasília, o seminário Direitos Humanos e Cidadania Homossexual. Dezembro: Iniciativa dos grupos Arco-íris e Atobá reivindica a revogação da Portaria na 1.376/93, do Ministério da Saúde, que regulamenta a doação de sangue, a qual impede que pessoas dos chamados "grupos de risco" doem sangue. Passa a ser implantado o Projeto Somos, direcionado para a formação e capacitação de lideranças e grupos homossexuais em três regiões brasileiras: Sul, Sudeste e Nordeste.

2000 Janeiro: É lançado o livro *Violação dos direitos humanos e assassinatos de homossexuais no Brasil*, produzido pelo GGB, com o patrocínio da Unesco. Fevereiro: É assassinado o adestrador Edson Neris da Silva, quando passeava de mãos dadas com o namorado na praça da República, em São Paulo. Junho: A Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, com apoio do Ministério da Saúde, da Prefeitura, e patrocínio de uma grande empresa de serviços de internet, reúne 120 mil pessoas.

2001 Janeiro: Forma-se a Associação dos Empresários Gays de São Paulo (AEG). Fevereiro: A Justiça de São Paulo condena dois acusados do assassinato de Edson Neris por homicídio triplamente qualificado a penas de dezenove anos de reclusão em regime fechado. Outubro: Realiza-se o 10a Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis, com a participação de mais de quarenta grupos, reunindo cerca de 250 pessoas, em Maceió (AL). Novembro: Sancionada pelo governo de São Paulo a Lei Estadual na 10.948, que pune a discriminação contra orientação sexual no estado. Dezembro: Sancionada pelo governo do Rio de Janeiro a Lei Estadual nº 3.406, que estabelece penalidades aos estabelecimentos que discriminem pessoas em virtude de sua orientação sexual no estado. Dezembro: Forma-se a Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (Antra), em encontro realizado em Porto Alegre. Começa a tramitar na Câmara dos Deputados projeto da deputada Iara Bernardi (PT-SP) prevendo a alteração da Lei na 7.716, de modo a definir como crime também a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero.

2002 Janeiro: Sentença da 3a Vara da Justiça Federal do Rio Grande do Sul, emitida pela juíza Simone Barbisan Fortes, decide favoravelmente à Ação Civil Pública impetrada pela Procuradoria da República daquele estado, obrigando o INSS a considerar a companheira ou companheiro homossexual dependente no caso de pagamento de auxílio-reclusão e pensão por morte. A decisão é válida para todo o país.

Janeiro: a Justiça do Rio de Janeiro concede a guarda provisória do filho da cantora Cássia Eller, falecida em dezembro de 2001, a sua companheira Maria Eugênia. Sentença favorável à guarda definitiva é proferida em outubro. Janeiro: Sancionada pelo governo de Minas Gerais a Lei Estadual nº 14.170, proibindo a discriminação contra pessoas em virtude de sua orientação sexual. Março: Mais um acusado do assassinato de Edson Neris é condenado a dezenove anos e seis meses de reclusão pela Justiça de São Paulo. Dezembro: É aprovado na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul o Projeto de Lei nº 185/02, que dispõe sobre a promoção e reconhecimento da liberdade de orientação, prática, manifestação, identidade e preferência sexual, no âmbito do "respeito à igual dignidade da pessoa humana de todos os seus cidadãos". Assinado o terceiro acordo com o Banco Mundial, conhecido como Aids m. Criado o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (Ciam), no Rio de Janeiro.

2003 Abril: O estado de Santa Catarina promulga lei que pune a discriminação por orientação sexual. Abril: O Brasil, com apoio de outros dezenove países membros da ONU, propõe projeto de resolução em que todos os membros da organização teriam que promover e proteger os direitos humanos de todas as pessoas, não importando qual a sua orientação sexual. Os países muçulmanos introduziram emendas ao projeto com intenção de eliminá-lo sem votação. Junho: Segundo estimativas da Polícia Militar, a 71 Parada do Orgulho GLBT de São Paulo reúne 1 milhão de pessoas, passando a estar

entre as maiores do mundo, ao lado da de São Francisco (Estados Unidos) e Toronto (Canadá).Junho: O Ciam e o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes, em parceria com o grupo Arco-íris, realizam a primeira pesquisa com participantes de Paradas do Orgulho GLBT, no Rio de Janeiro.Agosto: Realiza-se um "beijaço" no Shopping Frei Caneca, em São Paulo,protestando contra a repressão a demonstrações públicas de afeto no local.Forma-se no Congresso Nacional a Frente Parlamentar Mista pela Livre Expressão Sexual.Realiza-se o 112 Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros,em Manaus.Após ato contra a homofobia nos fóruns do Movimento Estudantil realizado em abril, surge a idéia de um encontro nacional para lidar com o tema.Em setembro, ocorre em São Paulo o 1 2Pré-Encontro GLBTT Universitário e, em novembro, ocorre em Belo Horizonte o 1 2 Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (ENUDES).Diversos grupos pelo país passam a criar livros de registro de união estável entre homossexuais.Forma-se a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL).Forma-se o Instituto Edson Neris, em São Paulo.

2004 Fevereiro: Morre a advogada Janaína Dutra, ativista travesti, uma das fundadoras do Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB) e da Associação de Travestis do Ceará (ATRAC).Março: Provimento da Corregedoria-Geral de Justiça do Rio Grande do Sul permite que pessoas do mesmo sexo que tenham uma relação estável e duradoura possam registrar em Cartórios de Notas documentos que confirmem sua "união e comunhão afetiva".Maio: Em solenidade no Palácio da Justiça, em Brasília, é lançado o Programa Nacional "Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e de promoção à cidadania homossexual",pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos do Governo Federal,conhecido como Brasil sem Homofobia.Outubro: A Justiça da Paraíba reconhece a relação homoafetiva entre duas mulheres para fins relacionados a partilha de bens em caso de eventual separação, herança e pensão.Outubro: O Tribunal Superior Eleitoral reconhece a possibilidade de união estável entre duas pessoas do mesmo sexo quando determinou a inelegibilidade de candidata nas recentes eleições municipais de 2004,equiparando para tanto a união estável heterossexual à homossexual.Dezembro: O Ciam organiza abaixo-assinado contra o Projeto de Lei de nº 717/2003, que propunha a criação, pelo governo do estado do Rio de Janeiro, de um programa de auxílio às pessoas para mudança da orientação homossexual. Dezembro: A 17ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro reconhece por unanimidade a união estável de um casal homossexual, concedendo 50% dos bens adquiridos pelo casal a uma das partes após a morte da companheira.Travestis ligadas à APOGLBT realizam as Blitz Trans, protestando contra estabelecimentos comerciais que sobretaxam ou proíbem a entrada de travestis.Forma-se a Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL).

2005 Janeiro: Realiza-se o 1 2 Congresso da ABGLT, em Curitiba.Maio: A 9ª Parada do Orgulho GLBT de São Paulo reúne mais de 2 milhões de pessoas e se confirma como a maior do mundo.Setembro: O Colégio Notarial de São Paulo, em resposta a ofício da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal (MPF), expede circular informando da possibilidade de registro de documentos que digam respeito a união civil entre pessoas do mesmo sexo pelos Oficiais de Registros de Títulos e Documentos.Novembro: A Rede TV! é condenada em ação subscrita por organizações de defesa dos direitos humanos, incluindo associações LGBT, movida pela Procuradoria Regional dos Direitos Humanos de São Paulo, por estimular o preconceito e a discriminação contra homossexuais em um programa vespertino.Novembro: Realiza-se em Brasília o 122 Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros, no qual os bissexuais são incorporados ao movimento,e a categoria "T" é desdobrada em travestis, transexuais e transgêneros. São lançados os

primeiros editais do Programa Brasil Sem Homofobia, para apresentação de projetos de oferta de aconselhamento psicológico e assessoria jurídica; e de qualificação de profissionais de educação nas temáticas de orientação sexual e identidade de gênero.

Formam-se O Coletivo Nacional de Transexuais (CNT), O Coletivo Brasileiro de Bissexuais (CBB) e a Rede Afro-LGBT.

2006 Junho: Resolução do Conselho Federal de Serviço Social proíbe que o assistente social use "instrumentos e técnicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas ou estereótipos de discriminação em relação à livre orientação sexual". Novembro: A Justiça de São Paulo autoriza emissão de certidão de nascimento em que um casal homossexual masculino responde pela paternidade de uma criança adotada. Dois casais formados por mulheres já haviam conquistado o mesmo direito em Bagé (RS) e no Rio de Janeiro. Novembro: É aprovado na Câmara Federal o Projeto de Lei nº 5.003/2001, que define os crimes resultantes de discriminação, inclusive por orientação sexual e identidade de gênero, de autoria da ex-deputada federal Iara Bernardi (PT-SP). Transformando em Projeto de Lei da Câmara — PLC nº 2122/2006, é encaminhado para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal. A Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República implanta Centros de Referência LGBT em vinte cidades de diferentes regiões do país, para acolher vítimas de violência e discriminação e fornecer orientações a respeito de direitos humanos.

2007 Março: É retirada da pauta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal a discussão do parecer favorável da relatora, senadora Fátima Cleide (PT-RO), ao PLC nº 122/2006, que define crimes de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. O projeto é remetido a um grupo de trabalho para estudos. A ABGLT passa a promover campanha de apoio à aprovação do projeto. Nas reuniões do grupo de trabalho, representantes de grupos religiosos mobilizam-se para combater o projeto. Junho: A Superintendência Regional do INCRA de Goiás reconhece um casal formado por duas trabalhadoras rurais como unidade beneficiária do programa de reforma agrária, com todos os direitos e deveres das demais famílias assentadas pelo Instituto. Agosto: O Ministério Público Federal conquista no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Sul) a garantia do direito de transexuais de todo o país à realização de cirurgia de transgenitalização pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Fonte (SIMÕES, J. A.; FACCHINI, R., 2009. p.161-171)